

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL

Paulo André Niederle

**MERCANTILIZAÇÃO, ESTILOS DE AGRICULTURA E
ESTRATÉGIAS REPRODUTIVAS DOS AGRICULTORES
FAMILIARES DE SALVADOR DAS MISSÕES, RS**

Porto Alegre

2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL

Paulo André Niederle

**MERCANTILIZAÇÃO, ESTILOS DE AGRICULTURA E
ESTRATÉGIAS REPRODUTIVAS DOS AGRICULTORES
FAMILIARES DE SALVADOR DAS MISSÕES, RS**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Sergio Schneider

**Série PGDR – Dissertação nº 66
Porto Alegre
2007**

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
Responsável: Biblioteca Gládis W. do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da
UFRGS

N666m Niederle, Paulo André
Mercantilização, estilos de agricultura e estratégias reprodutivas dos
agricultores familiares de Salvador das Missões, RS / Paulo André Niederle. –
Porto Alegre, 2007.
218 f. : il.

Orientador: Sérgio Schneider.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade
Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa
de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2007.

1. Agricultura familiar : Mercado. 2. Agricultura familiar : Modo de
produção. 3. Agricultores : Relações sociais. 4. Agricultura familiar : Salvador
das Missões (RS). 5. Desenvolvimento rural : Rio Grande do Sul. I. Schneider,
Sergio. II. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências
Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. III.
Título.

CDU 631.15

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL

A banca examinadora abaixo relacionada *aprovou com louvor*, no dia 22 de fevereiro de 2007, a dissertação de Paulo André Niederle intitulada *Mercantilização, estilos de agricultura e estratégias reprodutivas dos agricultores familiares de Salvador das Missões, RS* como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Sergio Schneider (Orientador, Presidente, Departamento de Sociologia/UFRGS).

Prof. Dr. Jalcione Pereira de Almeida (Departamento de Horticultura e Silvicultura/UFRGS).

Prof. Dr. Luiz Antônio Cabello Norder (Departamento de Ciências Sociais/UEL).

Prof. Dr. Marcelo Kunrath Silva (Departamento de Sociologia/UFRGS).

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é resultado de uma trajetória cercada por pessoas inestimáveis que estiveram presentes nos melhores momentos de minha vida. Gostaria de agradecer a cada uma delas, mas teria que inventariar uma considerável lista de amigos, companheiros, colegas e familiares, todos ainda, à mercê de lapsos da memória que colocariam em risco minhas mais sinceras intenções de mencioná-los. Permitam-me, então, dirigir algumas palavras àquelas pessoas que mais diretamente estiveram envolvidas com esta dissertação e com meu recente percurso no mestrado:

Agricultores de Salvador das Missões que, com presteza, humildade e confiança incomuns a estes dias, me receberam em suas casas para, junto às muitas cuias de chimarrão, compartilhar histórias de vida singulares, as quais, mais do que depoimentos dispersos pelo texto, ficarão guardadas em minha memória como lição de vida.

Pessoas e instituições de Salvador das Missões que viabilizaram a realização deste estudo, em especial à EMATER pela prontidão em nos auxiliar durante o trabalho de campo.

Colegas, professores e funcionários do PGDR que proporcionaram um ambiente fascinante para estudar e fazer bons amigos. Em especial, quero agradecer aos colegas do GEPAD pelas ricas experiências de trabalho e discussão que, além de conhecimento, também possibilitaram a consolidação de grandes amizades.

CNPq, pelo apoio financeiro em forma de bolsa.

Professores que compuseram a banca examinadora, pelas valiosas contribuições e sugestões de continuidade a este trabalho.

Professor, orientador e amigo Sergio Schneider, pelo exemplo de dedicação profissional e pelo incentivo à continuidade deste percurso acadêmico.

Minha família, Paulo e Guisela, pais que apóiam minhas escolhas com amor, afeto e compreensão; Geovana, irmã com a qual posso compartilhar bons e divertidos momentos; Henrique e Antônio, sobrinho e cunhado com os quais partilho imensa amizade e carinho. Estendo meu afeto e agradecimento a toda família da Catia, minha noiva, a qual pretendo, finalmente, dedicar esta dissertação. Seu apoio, carinho, companheirismo e alegria, certamente fizeram esta difícil e angustiante trajetória do mestrado se tornar mais fácil e prazerosa.

RESUMO

A discussão sobre a diversidade da agricultura em regiões amplamente integradas à lógica dos mercados globais de *commodities* agrícolas é exemplo de temática cada vez mais atual para o desafio de compreender as distintas trajetórias que segue o desenvolvimento rural. Neste sentido, a dissertação discute como emergem múltiplos estilos de agricultura e estratégias reprodutivas no meio rural de Salvador das Missões (RS) em meio a um crescente, porém desuniforme, processo de mercantilização da agricultura. O objetivo do trabalho consiste em estudar as consequências derivadas do estreitamento das relações entre os agricultores familiares e os mercados, mormente em relação à forma como aqueles organizam suas práticas e discursos para criar condições de reprodução social, econômica e cultural. Para tanto, três hipóteses orientam a pesquisa. A primeira assevera que a forma como transcorreu a inserção mercantil das unidades familiares de produção, bem como suas consequências à formação de distintos estilos de agricultura, está relacionada ao modo desigual com que, no universo investigado, a mercantilização foi capaz de acentuar a externalização das unidades familiares, isto é, a dependência a recursos controlados por outros atores sociais. A segunda assertiva sustenta que a mercantilização foi responsável por inserir os agricultores em uma nova atmosfera de relações sociais que, gradativamente, passou a redefinir o conjunto de noções estratégicas que estes desenvolvem acerca do que consideram o melhor modo de organizar suas unidades de produção e a vida social. A terceira hipótese afirma que a diversidade de estilos de agricultura e estratégias é resultado das transformações ocasionadas pela mercantilização nas relações sociais que envolvem os agricultores familiares. A amplitude destas questões tornou necessária a realização de um estudo de caso e a utilização de várias técnicas de pesquisa quanti e qualitativa. Assim, os procedimentos metodológicos básicos relacionam-se à aplicação de questionários padronizados (58), entrevistas semi-estruturadas (23 informantes) e observação direta; além da utilização de dados derivados de fontes secundárias. Em termos gerais, os resultados de pesquisa confirmam as hipóteses iniciais. Primeiramente, estes demonstram que as transformações da agricultura e do meio rural em uma região profundamente marcada pelos efeitos mais característicos do projeto de modernização da agricultura, associaram as mudanças da base técnica das últimas quatro décadas com intensos processos de mercantilização e externalização das unidades produtivas. Ao mesmo tempo, evidenciam como estes processos modificaram os elementos fundamentais que compõem uma espécie de “discurso prático” que os agricultores seguem para organizar suas unidades de produção. Neste sentido, revelam ainda como transcorreram mudanças quantitativas e qualitativas na tríade terra, trabalho e família, e em relação às sociabilidades e representações sociais dos agricultores. Transformações estas que caracterizam uma metamorfose da agricultura colonial ou camponesa em uma nova forma social de produção identificada à agricultura familiar contemporânea. Todavia, transformações não lineares que, por isso mesmo, não afirmaram uma única via histórica de desenvolvimento das unidades familiares de produção, mas diferentes trajetórias que hoje se expressam em distintos estilos de agricultura e múltiplas estratégias reprodutivas.

Palavras-chave: Agricultura Familiar, Mercados, Diversidade e Desenvolvimento Rural.

ABSTRACT

The discussion about the heterogeneity of agriculture in areas widely integrated into the logic of the global markets of agricultural commodities is an example of a theme more and more current for the challenge of understanding the different trajectories that it follows in rural development. In the purpose of contributing to this debate, the study discusses about the emergence of multiple farming styles and reproductive strategies in the rural world of Salvador das Missões, Rio Grande do Sul, a context deeply marked by the increasing process of commoditisation of agriculture. The objective consists of studying the consequences derived from the narrow escape relations between the family farmers and the markets, mainly in relation to the form as they organize their practices and narratives to create conditions of social, economic and cultural reproduction. For in such way, three hypotheses conduct the research. The first maintains that the form as happened the insertion of the farms in the markets, as well as its consequences to the formatting of distinct farming styles, is related to the different way with that, in the investigated universe, the commoditisation was capable to accent the externalization of the familiar units, i.e., the dependence to resources controlled by other social actors. The second assertive supports that the commoditisation was responsible for inserting the farmers in a new atmosphere of social relations that, progressively, redefined the set of strategical notions that these actors develop about what they consider the best form to organize their units of production and their social life. The third hypothesis affirms that the diversity of farming styles and strategies result from transformations caused by commoditisation in the social relations that involve the farmers. The amplitude of these questions was become necessary the use of a case study and several techniques of qualitative and quantitative research. Thus, the basic methodological procedures associate the application of standardized questionnaires (58), semi-open interviews (23 informers) and direct observation; beyond the use of data derived from secondary sources. In general terms, the results confirm the initial hypotheses. Initially, demonstrate that the transformations of agriculture and the rural world in a region deeply marked by the agriculture modernization associated the changes of the technical base of last the four decades with intense processes of commoditisation and externalization of the productive units. At the same time, evidence as these processes modified the basic elements that compose a species of practical discourse that the farmers follow to organize their units of production. In this sense, reveal still as quantitative and qualitative changes happened in the triad land, work and family, and in relation to the sociability and social representations of the farmers. This transformation characterizes a metamorphosis of colonial or peasant agriculture in a new production social form identified to familiar agriculture contemporary. However, are not linear transformations and, therefore, had not affirmed only one historical path of development of the familiar units of production, but different trajectories that currently is expressed in the distinct farming styles and multiple reproductive strategies.

Key-words: Familiar Agriculture, Markets, Diversity and Rural Development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.1 – Localização do universo empírico da pesquisa.....	18
Figura 3.1 – Área plantada com as principais culturas no município de Cerro Largo (1970- 1995/96).....	76
Figura 3.2 – O <i>squeeze</i> da agricultura.....	86
Figura 3.3 – Número de estabelecimentos por estratos de área em Cerro Largo (1970-1995/96).....	89
Figura 3.4 – Evolução da população rural e urbana de Cerro Largo (1970-2000).....	90
Figura 3.5 – Evolução do número de homens e mulheres segundo o local de domicílio (rural ou urbano) em Cerro Largo (1970-2000).....	91
Figura 3.6 – Quantidade produzida (ton) das principais culturas de lavoura temporária no município de Salvador das Missões (1994-2003).....	94
Figura 3.7 – Produtividade média (ton./ha) das principais culturas de lavoura temporária no município de Salvador das Missões (1994-2003).....	94
Figura 3.8 – Produção anual de leite (mil litros) e número de vacas ordenhadas das unidades familiares de produção no município de Salvador das Missões (1993-2004).....	101
Figura 4.1 – Nível educacional dos chefes de estabelecimento rural de Salvador das Missões (2001/02).....	111
Figura 4.2 – Percentual de estabelecimentos rurais de Salvador das Missões que receberam assistência técnica (2001/02).....	112
Figura 4.3 – Porcentagem de estabelecimentos rurais de Salvador das Missões segundo as diversas formas de acesso à informação (2001/02).....	113
Figura 4.4 – Distribuição da quantidade de homens e mulheres segundo a faixa etária nos estabelecimentos rurais de Salvador das Missões (2001/02).....	116
Figura 4.5 – Círculos sociais aos quais os agricultores de Salvador das Missões se inserem.....	137
Figura 5.1 – Percentual do produto bruto de autoconsumo na renda total média segundo estratos de renda total nas unidades familiares de produção de Salvador das Missões (ano agrícola 2001/02).....	162
Figura 5.2 – Tipo de atividade profissional de trabalhadores rurais pluriativos em Salvador das Missões (2001/02).....	171
Figura 5.3 – Proporção média representada por cada tipo de renda em termos de valor anual entre o conjunto de unidades familiares de produção do município de Salvador das Missões (ano agrícola 2001/02).....	177

LISTA DE QUADROS

Quadro 5.1 – Descrição dos tipos de famílias segundo a condição de atividade.....	171
---	-----

LISTA DE TABELAS

Tabela 2.1 – Diferentes formas de produção de mercadorias.....	51
Tabela 3.1 – Produção animal (total do efetivo) no município de Cerro Largo (1970 – 1995/96).....	78
Tabela 3.2 – Evolução do número de estabelecimentos com tratores e do número de tratores segundo a potência no município de Cerro Largo (1970 – 1995/96).	80
Tabela 3.3 – Evolução do número de estabelecimentos com arados segundo a fonte de tração e colhedeiros no município de Cerro Largo (1970 – 1995/96).	81
Tabela 3.4 – Evolução do número de estabelecimentos que utilizaram fertilizantes e defensivos agrícolas no município de Cerro Largo (1970 – 1995/96).	81
Tabela 3.5 – Estabelecimentos associados a cooperativas no município de Cerro Largo (1970 – 1985).	83
Tabela 3.6 – Evolução das despesas, do consumo intermediário (CI) e do valor total da produção (VTP) no município de Cerro Largo (1970 – 1980).	85
Tabela 3.7 – Área agrícola, número de estabelecimentos e pessoal ocupado no município de Cerro Largo (1970 – 1995/96).	88
Tabela 3.8 – Condição do produtor no município de Cerro Largo (1970 – 1995/96).	88
Tabela 3.9 – Percentual de estabelecimentos e área ocupada (total e percentual) segundo estratos de área total (1995/96).	90
Tabela 3.10 – Consumo Intermediário Médio (CI _m), Produto Bruto Total (PB _t), Produto Bruto Vendido (PB _v) e Valor Adicionado Bruto (VAB) por Estratos de Consumo Intermediário nas unidades familiares de produção de Salvador das Missões no ano agrícola 2001- 2002.	96
Tabela 3.11 – Estratos de Consumo Intermediário (CI), Renda Agrícola (RA), Superfície Agrícola Útil (SAU), Produto Bruto Total (PB _t) e Capital Disponível (CD) das unidades familiares de produção de Salvador das Missões no ano agrícola 2001 - 2002.	97
Tabela 4.1 – Número de estabelecimentos rurais segundo o número de pessoas residentes em Salvador das Missões (2001/02).	117
Tabela 4.2 – Unidades familiares de produção de Salvador das Missões segundo estratos de Área Total, Superfície Agrícola Útil, Área Própria, Área Arrendada e Área em Parceria...	119
Tabela 4.3 – Formas de acesso à terra dos agricultores familiares de Salvador das Missões...	120
Tabela 4.4 – Unidades familiares de produção de Salvador das Missões segundo estratos de Unidade Trabalho Homem familiar (ano agrícola 2001/02).	122
Tabela 4.5 – Confiança e credibilidade que os agricultores familiares de Salvador das Missões atribuem aos atores sociais presentes ao universo de suas relações.	138
Tabela 4.6 – Nível de satisfação em relação à atividade agrícola e ao meio rural na agricultura familiar de Salvador das Missões.	142
Tabela 4.7 – Aspecto mais valorizado pelos agricultores familiares de Salvador das Missões em relação ao meio rural em que vivem.	143

Tabela 4.8 – Caso haja uma piora na renda e na agricultura de modo geral nos próximos anos, o senhor pensa em fazer o que?.....	143
Tabela 5.1 – Características gerais das unidades de produção relativamente especializadas na produção de soja em Salvador das Missões no ano agrícola 2001-2002.....	151
Tabela 5.2 – Características específicas das unidades familiares de produção de Salvador das Missões segundo o nível de especialização na produção leiteira no ano agrícola 2001-2002.	154
Tabela 5.3 – Produto Bruto Autoconsumo médio em reais (R\$) segundo estratos de residentes, UTH total, área total, capital disponível, renda agrícola e renda total nos estabelecimentos de Salvador das Missões.	161
Tabela 5.4 - Principais produtos produzidos (em porcentagem de unidades familiares que produzem) para o consumo familiar em Salvador das Missões (ano agrícola 2001/02).....	164
Tabela 5.5 – Local onde os agricultores de Salvador das Missões comercializaram a maior parte da produção vegetal, animal e da transformação caseira no ano agrícola 2001-2002.....	167
Tabela 5.6 – Área total média e superfície agrícola útil (SAU) das unidades familiares de Salvador das Missões segundo o tipo de estabelecimento (ano agrícola 2001/02).....	172
Tabela 5.7 – Distribuição dos estabelecimentos agrícolas e pluriativos de Salvador das Missões Segundo o número de residentes (ano agrícola 2001/02).....	172
Tabela 5.8 – Unidades trabalho homem (UTH) familiar total e contratada segundo o tipo de estabelecimento em Salvador das Missões (ano agrícola 2001/02).....	173
Tabela 5.9 – Proporção de indivíduos segundo o local de trabalho e o grau de escolaridade no meio rural de Salvador das Missões.	173
Tabela 5.10 – Renda Agrícola Anual (R\$) e Renda Total Anual (R\$) segundo o tipo de estabelecimento em Salvador das Missões (ano agrícola 2001/02).	175
Tabela 5.11 – Percentual de unidades familiares de produção de Salvador das Missões segundo o tipo e o número de fontes de renda (ano agrícola 200/02).	178
Tabela 5.12 – Características sócio-produtivas médias dos estabelecimentos de Salvador das Missões segundo o número de rendimentos auferidos por este no ano agrícola 2001/02. .	181
Tabela 5.13 – Principais razões que levam os membros da família a migrar segundo os agricultores familiares de Salvador das Missões.....	184
Tabela 5.14 – Como os agricultores de Salvador das Missões consideram que deveria ser o ensino fornecido para as crianças e jovens nas escolas.	184
Tabela 5.15 – Percentual de pessoas segundo o nível educacional e a faixa etária entre as unidades familiares de Salvador das Missões.....	185

LISTA DE SIGLAS

AFDLP: Agricultura Familiar, Pluriatividade e Desenvolvimento Local no Rio Grande do Sul: a emergência de uma nova ruralidade.

CD: Capital Disponível.

CI: Consumo Intermediário.

CIm: Consumo Intermediário Médio.

CNPq: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

EMATER: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural.

EMBRAPA: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMBRATER: Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

FEE: Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul.

GEPAD: Grupo de Estudos e Pesquisas em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

PBt: Produto Bruto Total.

PBv: Produto Bruto Vendido.

PCM: Produção Capitalista de Mercadorias.

PD: Produção Doméstica.

PGDR: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural.

PPM: Pequena Produção de Mercadorias.

PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

PSM: Produção Simples de Mercadorias.

RA: Renda Agrícola.

RS: Rio Grande do Sul.

SAU: Superfície Agrícola Útil.

SPSS: Statistical Package for Social Sciences.

UFPEL: Universidade Federal de Pelotas.

UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

VAB: Valor Adicionado Bruto.

VBP: Valor Bruto de Produção.

VTP: Valor Total da Produção.

UTH: Unidade de Trabalho Homem.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 MERCANTILIZAÇÃO, DIVERSIDADE E ESTILOS DE AGRICULTURA	25
2.1 TEORIA SOCIAL, MERCADOS E ATORES.....	26
2.1.1 A grande transformação: as origens da nossa discussão	27
2.1.2 A dualidade estrutural dos mercados.....	30
2.1.3 Atores sociais e agência humana.....	33
2.2 AGRICULTURA FAMILIAR E MERCANTILIZAÇÃO	37
2.2.1 A produção simples de mercadorias e a mercantilização da agricultura.....	39
2.2.2 Dissolvendo o determinismo: mercantilização diferencial e atores sociais	43
2.2.3 Para além da produção: a mercantilização como um amplo processo social	47
2.3 A DIVERSIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	49
2.3.1 Forma camponesa e forma empresarial de agricultura familiar	50
2.3.2 Estilos de agricultura	55
2.3.3 Mercantilização e estilos de agricultura	58
3 A MERCANTILIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA REGIÃO DAS MISSÕES, RS.	63
3.1 A AGRICULTURA COLONIAL	64
3.1.1 A colonização do território missioneiro	64
3.1.2 O sistema agrícola colonial.....	66
3.1.3 A integração da agricultura colonial aos mercados	69
3.2 AS MUDANÇAS NA MATRIZ TECNOLÓGICA E PRODUÇÃO FAMILIAR A PARTIR DAS DÉCADAS DE 1960-1970	71
3.2.1 A consolidação do binômio trigo-soja.....	73
3.2.2 As transformações na estrutura produtiva	80
3.2.3 Mercantilização e externalização na agricultura modernizada.....	83
3.2.4 Os impactos sociais	87
3.2.5 Transformações recentes da agricultura familiar de Salvador das Missões	93
4 METAMORFOSES NAS RELAÇÕES SOCIAIS DOS AGRICULTORES	103
4.1 LÓGICA PRODUTIVA E PROFISSIONALIZAÇÃO: A CONSOLIDAÇÃO DE UMA NOVA FORMA DE PRODUÇÃO.....	104
4.1.1 A lógica produtiva das unidades familiares.....	105
4.1.2 Profissão: agricultor familiar	110
4.2 TERRA, TRABALHO E FAMÍLIA	114
4.2.1 A família: composição e ciclo demográfico	115
4.2.2 Da “morada da vida” à terra de produção.....	117
4.2.3 O trabalho: de modo de vida à condição de vida.....	121
4.3 UMA NOVA ATMOSFERA DE RELAÇÕES SOCIAIS	130
4.3.1 Vizinhos, vizinhos, negócios à parte?	131
4.3.2 A vivência comunitária.....	135
4.3.3 Representações sobre o ambiente social.....	142

5 ESTRATÉGIAS REPRODUTIVAS E ESTILOS DE AGRICULTURA	146
5.1 AS ESTRATÉGIAS DOS AGRICULTORES FAMILIARES.....	148
5.1.1 Reproduzindo o modelo da modernização: especialização produtiva e sojicização	148
5.1.2 Internalização de recursos, des-mercantilização e co-produção: a pecuária leiteira	152
5.1.3 O autoconsumo: alimentando autonomia	158
5.1.4 Agroindustrialização: novas formas de integração aos mercados e agregação de valor .	165
5.1.5 Pluriatividade: mercantilização diferencial	169
5.1.6 Diversificação das fontes de renda	176
5.1.7 Educação e migração	182
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	188
REFERÊNCIAS	193
APÊNDICE A: QUESTIONÁRIO PADRONIZADO	203
APÊNDICE B: ROTEIRO DE ENTREVISTAS	217

1 INTRODUÇÃO

A recente afirmação política, institucional e acadêmica da agricultura familiar marca um revigoramento dos estudos rurais. Parte expressiva da pesquisa social tem, desde então, se dedicado a analisar as transformações econômicas, sociais, ambientais e técnico-produtivas relacionadas a este universo. Questões recorrentes têm sido remetidas às relações que as unidades familiares de produção estabelecem com os mercados e, de forma mais ampla, com o modo de produção capitalista. Neste sentido, vários estudos têm demonstrado a magnitude e as implicações da ampliação das relações mercantis dos agricultores familiares, expressas na dependência crescente aos mercados de insumos produtivos, crédito, comercialização, trabalho, entre outros.

De tal modo, alude-se para um processo de mercantilização que, embora não seja novo, tornou-se notadamente dinamizado pelas mudanças na base técnica da produção dos últimos trinta ou quarenta anos. Onde estas mudanças mostraram-se mais intensas, ao mesmo tempo em que se viram cada vez mais vinculados aos mercados, os agricultores perceberam expressivas mudanças nos seus modos de produzir e viver. Alteraram-se práticas agrícolas, formas de organização do trabalho, modelos de gestão da produção, padrões de consumo, instituições, princípios de sociabilidade, representações sociais e, especialmente, os diferentes conjuntos de idéias normativas, percepções e estratégias que os agricultores desenvolvem para organizar suas unidades de produção e o fluxo da vida cotidiana. Em suma, modificaram-se os estilos de agricultura.

A consolidação de um padrão produtivo assentado nos preceitos da “revolução verde” e na ideologia da modernização, fez com que muitas regiões consolidassem dinâmicas de desenvolvimento marcadamente exógenas, com formas especializadas de produção agrícola amplamente inseridas nos mercados globais de *commodities*. Nestas situações em que a mercantilização transcorreu associada à crescente externalização das unidades de produção, foi responsável por torná-las cada vez mais dependentes de recursos controlados por atores externos, resultando em gradativa perda do controle dos agricultores sobre a base de recursos necessária a sua reprodução econômica, social e cultural. Desenhou-se assim uma tentativa de uniformização a partir de fora, pela imposição de recursos e discursos controlados pelo Estado, bancos, empresas agroindustriais e cooperativas agropecuárias.

Este processo criou um ambiente social que asfixiou o sistema agrícola dos colonos que se instalaram na região noroeste do Rio Grande do Sul, porém, diferentemente do previsto pelos teóricos da modernização, não suplantou a diversidade da agricultura regional, atualmente expressa nos múltiplos atores sociais que co-habitam seus espaços rurais, mormente, as heterogêneas formas familiares de produção. Contrariando aqueles que a percebiam como elemento residual e temporário, a diversidade se estabelece como fundamento central do mundo rural moderno, refletindo diferentes dinâmicas de desenvolvimento das próprias unidades de produção e disputas históricas entre vários atores e instituições portando uma ampla gama de recursos, poderes, repertórios culturais e ideologias; onde os agricultores não se comportam como agentes passivos e indiferentes às transformações sociais.

É neste quadro de metamorfoses que se inscrevem os agricultores familiares de Salvador das Missões e, é deste universo que emerge a questão social da pesquisa. Imersos em uma das regiões brasileiras mais marcadas pelo “boom da soja” dos anos 1970, os agricultores locais convivem com a tentativa do capital de submeter o desenvolvimento da agricultura local ao regime sócio-técnico prevalecente e à gramática da globalização. Durante o período em que este modelo se mostrou apto a cumprir com a tarefa de garantir produção, produtividade e renda às famílias rurais, foi capaz de adentrar até mesmo aos rincões mais remotos, impondo sua dinâmica produtiva e criando uma nova atmosfera social. Operou como uma enchente devastando as estruturas que sustentaram o sistema colonial, mas também criando o solo fértil para a emergência e consolidação de uma nova forma social identificada ao agricultor familiar contemporâneo. Estes agricultores familiares foram competentes para arquitetar respostas congruentes às crises do próprio modelo. A partir disto emergiu um vasto conjunto de estratégias reprodutivas que, agora, permite refutar a tendência homogeneizante preconizada pela modernização e, fundamentalmente, demonstrar como os agricultores são capazes de construir projetos próprios, condizentes com as peculiaridades de suas condições materiais e simbólicas; projetos que possibilitam reproduzir as unidades de produção em vias distintas, encontrando espaços de manobra para afastar-se dos mercados ou construir novas formas de integração, menos dependentes do controle executado por outros atores.

Não obstante, para compreender a complexa dialética de relações sociais que fundamenta estes processos, é indispensável refutar perspectivas que situam mercantilização e diversidade em esquemas classificatórios que, novamente, homogeneizam a realidade ao dispor as unidades familiares a posições específicas entre pólos opostos, do pouco integrado ao muito integrado aos mercados. Com frequência operam como se a mercantilização e as

transformações a ela relacionadas fossem iguais para aqueles agricultores situados em um mesmo nível de inserção mercantil, independentemente de qualquer outro fator diferencial na relação destes com os mercados.

É necessário reconhecer que a mercantilização transcorre de maneiras e intensidades distintas, como um processo parcial de múltiplos efeitos. Ao invés de uma imposição estrutural que simplesmente sufoca os agricultores no interior de um universo de relações mercantis despersonalizadas, a mercantilização diferencial é resultado da disputa entre o capital e os agricultores, sendo seus reflexos responsáveis por significativa parcela da diversidade expressa em diferentes estilos de agricultura e estratégias reprodutivas.

Este constitui um debate consolidado no âmbito da sociologia rural européia, mas questões similares permearam a contribuição de alguns autores no Brasil. Contudo, aqui, apesar de vários cientistas sociais apresentarem a mercantilização como um fenômeno generalizado em grande parte do meio rural, são raros aqueles que incorporam e analisam um conjunto de elementos teóricos que compõem o que internacionalmente ficou reconhecido como “o debate da mercantilização” (LONG *et. al.*, 1986). Deste modo, freqüentemente não apresentam uma preocupação com a delimitação conceitual do processo.

Outrossim, ao concentrarem suas análises nas implicações da mercantilização ao universo produtivo, escassas referências são feitas nestes estudos em relação às mudanças nos estilos de agricultura, isto é, na composição de idéias, projetos e estratégias que os agricultores desenvolvem para organizar sua práxis cotidiana. Isso é decorrência, sobretudo, do recente desenvolvimento do *framework* analítico associado a esta noção de “estilos de agricultura”, empreendido mais consistentemente no decorrer da última década em pesquisas realizadas na *Wageningen University*, coordenadas por Jan Douwe van der Ploeg (1994, 2003). Com efeito, até então se desconhecem estudos brasileiros que tenham se detido precisamente à noção de estilos de agricultura e a todo conjunto conceitual que esta envolve como base teórica e metodológica de pesquisa.

A consistência dos resultados revelados pelos estudos que seguem este referencial, tem demonstrado seu potencial à produção de relevantes conhecimentos que podem orientar tanto a pesquisa quanto as políticas destinadas à promoção da agricultura familiar e do desenvolvimento rural. Face à importância de esforços similares e à possibilidade de produzir resultados capazes de apreender outras questões, torna-se fundamental avançar na produção de novos conhecimentos sobre os agricultores familiares, suas relações com os mercados e a heterogeneidade de estilos e estratégias reprodutivas que eles desenvolvem.

Neste sentido, a problemática de pesquisa emerge relacionada a um conjunto de estudos precedentes e, sobretudo, de uma lacuna ainda aberta na pesquisa social brasileira, de tal modo buscando responder à seguinte questão: como a mercantilização afeta a construção de distintos estilos de agricultura em um universo social, econômico e cultural aparentemente similar?

De um lado, destaca-se a mercantilização como processo social composto por elementos dinâmicos; de outro, estilos de agricultura como expressões da diversidade da agricultura. Ambos, por sua vez, como expressões de uma complexa dialética que envolve a interação entre atores e estruturas sociais, destacando-se, neste sentido, agricultores familiares e mercados.

O estudo privilegia o que Long e Ploeg (1994) denominam de “perspectiva orientada aos atores”, buscando acercar-se de suas estratégias, relações e representações sociais. Porém, também reconhece a importância de acercar-se das estruturas sociais que habilitam e constroem a ação destes atores, sabendo que, como o próprio Long (2001, p. 10) revela, “[...] é difícil integrar a perspectiva estruturalista com a do ator, porque suas suposições teóricas e epistemológicas divergem, entretanto, isto não quer dizer que é impossível combiná-las dentro de um só marco de análise.”

Buscando inclusive contribuir com o debate sociológico estabelecido em torno da relação entre ação e estrutura, a dissertação destaca elementos da teoria da estruturação de Giddens (1989), percebendo os mercados enquanto estruturas sociais duais edificadas junto às ações dos próprios atores sociais. Alude à capacidade de agência dos atores, a qual lhes permite “fazer uma diferença” mesmo quando cercados por fortes pressões e restrições estruturais e, neste sentido, explora o conjunto de estratégias e projetos conscientemente articulados pelos agentes sociais e idealizados como a melhor forma de conduzir a vida social *vis-à-vis* os recursos a eles disponíveis e as condições do ambiente social em que se encontram.

A despeito de realçar a associação com este referencial em termos de uma teoria social mais ampla, o que assume maior centralidade na dissertação é o diálogo entre diferentes enfoques ou abordagens teóricas e metodológicas de processos sociais específicos, notadamente da mercantilização da agricultura e da constituição de distintos estilos de agricultura. Assim, introduzem-se as discussões de autores referenciais da Sociologia da Agricultura (FRIEDMANN, 1978; BERNSTEIN, 1979), procurando contribuições do referencial neomarxista desta vertente que permitam pontuar como se estabelece o debate sobre a mercantilização. Neste caso, também delimitando o campo privilegiado de

interlocutores deste estudo. Mas, fundamentalmente, considera as críticas a este referencial e as proposições surgidas a partir da articulação proposta por Ploeg entre o referencial marxista da mercantilização, a contribuição chayanoviana aos estudos rurais e a perspectiva orientada aos atores de Long, além de elementos específicos encontrados em uma série de outros trabalhos nem sempre diretamente envolvidos com estas discussões (ELLIS, 2000, 1988; MARSDEN, 1995; VANCLAY et. al., 2006; entre outros).

Como o leitor pode perceber, assume-se fundamentalmente um conjunto de perspectivas européias, o que torna imperioso contextualizar suas proposições teóricas à realidade brasileira. É o que também vem sendo buscado por um conjunto de trabalhos – onde este mesmo se inclui – desenvolvidos por pesquisadores do Grupo de Estudos e Pesquisas em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural (GEPAD/PGDR/UFRGS), coordenado pelo professor Sergio Schneider, e onde, com alguma relação com a problemática deste estudo, destacam-se os estudos de Conterato (2004), Gazzola (2006), Perondi (2006), Radomsky (2006) e Grisa (2007). E é com esta preocupação que o estudo busca interfaces entre as perceptivas originárias do velho mundo e a literatura nacional sobre o rural, analisando como os autores brasileiros articularam explicações a questões sociais similares às enfrentadas por aquelas. Destacam-se, neste sentido, os trabalhos de Schneider (2003), Wanderley (2003), Anjos (2003), Navarro (2002), Tedesco (1999), Abramovay (1998) e Woortmann (1990).

Delimitada a problemática de estudo e o marco teórico referencial, cabe explicar porque a pesquisa encaminhou-se para a realização de um estudo de caso. A preferência por este método deriva substancialmente da imposição, pela problemática em questão, de expressivo nível de aprofundamento em temáticas relativamente amplas. De acordo com Yin (2001), esta estratégia de pesquisa permite investigar um fenômeno cuja articulação entre este e o contexto faz com que um esteja continuamente transformando o outro e, desta forma, impedindo que possam ser compreendidos isoladamente. É o caso de referir que a mercantilização e os estilos de agricultura são amplamente variáveis de acordo com as características do contexto econômico, social, cultural e ambiental. Ainda segundo o autor, esta complexa relação fenômeno/contexto resulta no encontro de muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados, além de várias fontes de evidências, o que exige a utilização de um método de pesquisa que permita investigar com profundidade os processos em questão.

Contudo, a escolha deste método imprime a necessidade do desenvolvimento prévio de proposições teóricas para conduzir a coleta e a análise dos dados, o que, geralmente, se dá a partir da formulação de hipóteses e objetivos (YIN, 2001). Conforme foi referida a transversalidade entre o ambiente social e o fenômeno em questão, a articulação destas

proposições prévias depende, por um lado, do referencial teórico proposto à pesquisa e, de outro, das características do universo empírico da investigação. Por conseguinte, é mister revelar os motivos que levaram esta dissertação a eleger Salvador das Missões, noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, para a realização da pesquisa de campo (Figura 1.1).



Figura 1.1 – Localização do universo empírico da pesquisa.

A região Missões caracteriza-se por uma dinâmica de desenvolvimento agroindustrial exportador, amplamente dependente do setor primário, notadamente, do desempenho de cultivos de alto valor comercial (especialmente a soja), o que repercute na significativa vulnerabilidade da economia local frente às instabilidades dos mercados internacionais de *commodities* agrícolas. Apresenta um dos universos de agricultores familiares do sul do país mais afetados pelas transformações das políticas de modernização conservadora da

agricultura, as quais consolidaram ali um modelo fundado no binômio soja-trigo, na mecanização e quimificação intensivas, e na integração às cooperativas de produção. Em decorrência da forma abrupta como as transformações técnicas se processaram, revela também uma agricultura familiar que, genericamente, pode ser identificada pelo alto nível de externalização decorrente da desintegração da base endógena de recursos produtivos das unidades familiares, o que, junto aos demais fatores, tem repercutido no aumento da precariedade econômica que envolve o meio rural local.

Por sua vez, a escolha de Salvador das Missões associa-se primeiramente à procura de um município capaz de, em termos modais, representar as condições produtivas, econômicas, ambientais e sociais microrregionais, ou seja, a dinâmica territorial de desenvolvimento rural. Tendo em vista a proposição do projeto “Agricultura Familiar, Desenvolvimento Local e Pluriatividade no Sul do Brasil” - AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) de adotar esta municipalidade para igual desafio¹, este se ergueu como um dos fatores decisivos de seleção. Não obstante, superada a questão da representatividade – o que inclusive faz com que algumas vezes no texto sejam feitas referências indistintamente ao município e à região –, foi fundamental o conhecimento prévio das características do universo, tanto em decorrência do autor desta dissertação ser natural do noroeste gaúcho, quanto do fato de sua participação no projeto AFDLP ter propiciado o contato com um vasto conjunto de informações sobre o município e a região, as quais, conforme se justificará a seguir, são utilizadas neste estudo.

Atualmente o meio rural de Salvador das Missões representa um universo de 608 estabelecimentos rurais (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 1995/1996), dos quais 98,2% (597) são classificados como unidades familiares de produção através dos critérios adotados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA (2004), sendo que 98,7% destas possuem área inferior a 50 hectares. Trata-se, portanto, de um universo de agricultores que, conciliadas ainda as similaridades culturais e étnicas, poderia ser imaginado como homogêneo. Entretanto, revela-se um contexto social de diversos estilos de agricultura e estratégias reprodutivas, ambos associados às respostas congruentes que os agricultores têm construído em face aos efeitos da modernização: internalização de recursos produtivos e des-mercantilização, pluriatividade, agroindustrialização, constituição de mercados alternativos, incremento da produção para autoconsumo.

¹ Considerando, todavia, que neste caso também foi considerada a necessidade deste universo não destoar significativamente, em termos de representatividade da agricultura familiar, dos demais municípios estudados, quais sejam, Morro Redondo, Três Palmeiras e Veranópolis.

Com a problemática em mente, realizaram-se as primeiras incursões ao local de estudo em pesquisa exploratória durante uma semana no mês de maio de 2006. Estas permitiram reconhecer o ambiente sociocultural e ambiental, e estabelecer um diálogo inicial com os agricultores, livre de qualquer estrutura prévia de perguntas temáticas, deixando-se desvelar as questões mais cotidianas e coloquiais de seus discursos. Constituiu-se em uma etapa fundamental para o desenvolvimento posterior da pesquisa, possibilitando lapidar a teoria ainda em estado bruto, e delimitar mais claramente as proposições teóricas para a coleta de informações, que se processou quatro meses depois seguindo as três hipóteses específicas apresentadas a seguir.²

A primeira hipótese faz menção à associação necessária entre as características do processo de mercantilização e a trajetória histórica de desenvolvimento da agricultura familiar local. Fundamentalmente, alude para o fato de que a forma como transcorreu a inserção mercantil das unidades familiares de produção e suas conseqüências à formatação de distintos estilos de agricultura está relacionada ao modo como se desenvolveram as mudanças na base técnica da agricultura e ao tipo peculiar de mercantilização que predominou no universo investigado, cuja característica genérica é a crescente externalização das unidades familiares de produção. A segunda assertiva sustenta que a mercantilização foi responsável por inserir os agricultores em um universo de relações sociais que gradativamente redefiniu suas lógicas de reprodução social, econômica e simbólica. Esta, por sua vez, se conecta à terceira hipótese, a qual assevera que a diversidade de estilos de agricultura e estratégias é resultado das transformações parciais ocasionadas pela mercantilização nestas relações sociais que envolvem os agricultores e outros atores sociais.

Três objetivos específicos complementam o quadro de hipóteses. O primeiro é identificar e interpretar o desenvolvimento histórico da relação entre os agricultores e os mercados na região de estudo, focalizando a forma como se caracterizou o processo de mercantilização. O segundo objetivo é demonstrar como a mercantilização, enquanto episódio relacionado às mudanças técnicas aceleradas pela modernização da agricultura, alterou um conjunto de relações sociais dos agricultores, estabelecendo relativamente ao período precedente outra lógica social e produtiva. O terceiro objetivo é examinar como estas

² É importante mencionar que os recursos utilizados nas diversas etapas da pesquisa são provenientes dos projetos “Desenvolvimento Territorial e Segurança Alimentar”, “Emprego e Renda no Meio Rural: estudos sobre estratégias de redução da vulnerabilidade social e diversificação econômica” e “Rurbano IV: estudos de caso sobre pluriatividade e diversificação dos modos de vida em áreas rurais no Brasil”. Os dois primeiros financiados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e o último pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e pelo Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD).

transformações associam-se à heterogeneidade do espaço rural e, deste modo, à emergência de distintos estilos de agricultura e estratégias ativamente construídas pelos agricultores.

Para cumprir com os desafios expostos nestas proposições, configurou-se uma pesquisa quanti-qualitativa que permite superar tanto os limites dos métodos quantitativos em termos da demonstração das particularidades e especificidades do objeto (validade interna), quanto as deficiências dos métodos qualitativos em relação às possibilidades de generalização (validade externa). Não obstante, uma vez que o município escolhido não configura uma unidade de amostragem e, assim, pensar em generalização estatística é absolutamente inadequado, propõem-se uma espécie de “generalização analítica”, visando comparar os resultados com uma teoria previamente desenvolvida como modelo analítico (YIN, 2001).

É necessário notar que, por conta do exposto acima, a pesquisa é realizada sob um amplo conjunto de metodologias e técnicas de natureza qualitativa e quantitativa. Destaca-se neste sentido a utilização de banco de dados em SPSS (*Statistical Package Social Science*) derivado da aplicação de questionários estruturados, no âmbito do projeto AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003), a uma amostra de 58 unidades familiares de produção.³ Este apreende informações referentes ao ano agrícola 2001-2002, focalizando: a) a unidade doméstica (membros da família, escolaridade, idade, sexo, etc.); b) a unidade de produção e os processos produtivos (fatores de produção, tamanho da propriedade, tipos de cultivos, forma de alocação do trabalho, uso de tecnologias, autoconsumo, capital disponível, etc.); c) o ambiente econômico-institucional (tipos de mercados, vínculos com cooperativas, sistemas de crédito, etc.); d) a racionalidade do agricultor (operações de investimento, planejamento, alocação dos fatores de produção, etc.) (ver Apêndice A).

A principal técnica de pesquisa constituiu-se, todavia, de entrevistas semi-abertas com a utilização de roteiro padronizado (ver Apêndice B). Sua relevância decorre do fato de que as entrevistas permitem compreender valores, atitudes, crenças e motivações que dificilmente são percebidos nos questionários fechados. Uma vez que os estilos de agricultura também são compostos de um conjunto de idéias e noções que os agricultores mobilizam para organizar suas unidades familiares, a entrevista, juntamente com uma observação sistemática do universo empírico e do uso de diário de campo, constitui uma técnica fundamental à apreensão das categorias centrais de análise. Além do mais, o caráter semi-aberto das

³ A amostra foi constituída a partir de processo de amostragem sistemática por comunidade (um tipo de amostragem probabilista), a qual possibilita um baixo erro amostral, próximo ao da amostragem aleatória simples (MARCONI; LAKATOS, 2002). No caso, a escolha dos estabelecimentos procurou garantir a representatividade de cada uma das comunidades do município, o que não seria alcançado utilizando o método sistemático por município. Assim, o sorteio não ocorreu para toda a amostra, mas para cada comunidade, e o intervalo sistemático válido refere-se a este universo diferindo conforme seu tamanho.

entrevistas, ao mesmo tempo em que direcionou as conversas para os objetivos do estudo, permitiu flexibilidade para adentrar em questões centrais ao discurso dos agricultores que não estavam contempladas no roteiro, o que, às vezes, provocou novas inclusões neste. O mesmo foi necessário em virtude das preciosas informações recolhidas nas conversas informais (quando se superava a timidez e a desconfiança de muitos agricultores frente ao gravador), realizadas durante o breve tempo dedicado para acompanhar alguns agricultores até suas lavouras, estábulos ou pomares; ou, algumas agricultoras até as hortas ou mesmo ao interior da casa, espaços geralmente divididos entre os sexos deste modo pelo repertório cultural das famílias.

Em três semanas de pesquisa de campo no mês de setembro de 2006, foram realizadas 23 entrevistas junto a agricultores. Neste caso, considerou-se apropriado não utilizar amostragem para a definição da quantidade de entrevistas necessárias, mas a idéia de “saturação” como critério de finalização, em que “[...] investigam-se diferentes representações apenas até que a inclusão de novos estratos não acrescente nada de novo [...]” (BAUER; AARTS, 2004, p. 59), ou seja, à medida que as idéias começaram a se repetir nas entrevistas avaliou-se o término deste procedimento. Ainda que não tenha sempre sido possível, procurou-se, inicialmente, entrevistar as pessoas mais idosas, agricultores e agricultoras que emprestaram suas memórias à compreensão das transformações históricas do mundo rural. Além do mais, fez-se questão de coletar informações junto a mulheres e jovens, o que permitiu apreender as diferenças entre projetos, estratégias e perspectivas de vida no interior da família, algo impossível de ser percebido caso as entrevistas tivessem se detido à figura masculina do “chefe do estabelecimento”.

As entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas no *software* Nvivo, sendo os discursos amplamente utilizados no decorrer de todo o texto, o que possibilitou dar um formato mais impessoal a algumas passagens e, principalmente, mostrar a linguagem dos próprios agricultores, familiarizando o leitor com expressões características. Sempre que feita alguma citação a partir das entrevistas, ela segue identificada por notação abreviada indicando qual informante prestou o depoimento (e.g. I 09: Informante 09).

Pode-se referir ainda à utilização de dados derivados de fontes secundárias, sobretudo, provenientes de fontes estatísticas (IBGE, FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA DO RIO GRANDE DO SUL - FEE, INCRA, etc.) e documentais (arquivos públicos, jornais, etc.), que permitiram cotejar as informações levantadas a campo e/ou forneceram importantes informações sobre elementos históricos.

O resultado foi um significativo esforço de triangulação metodológica a partir da utilização de vários instrumentos, vislumbrando a realidade sob vários ângulos e interligando componentes que, caso contrário, poderiam comportar tão-somente uma parte desconectada do todo. Neste sentido, para dar conta deste benefício metodológico, foi necessário utilizar-se da triangulação de técnicas na coleta dos dados, buscando confirmar respostas, encontrar concordâncias ou discordâncias, e esclarecer dúvidas que surgiram durante a pesquisa.

No que tange à unidade de análise, foi fundamental às questões deste estudo compreender as interfaces entre a família e os indivíduos situados em seu interior, acercando-se das relações, racionalidades e estratégias individuais e familiares (ALMEIDA, 1986; CARNEIRO, 2000; MATTEI, 2005; WHATMORE, 1994). Destacou-se, então, a unidade familiar que, diferentemente da unidade de produção, “[...] permite identificar as relações de força entre os agentes sociais situados diferentemente na esfera do parentesco ou da produção.” (CARNEIRO, 2000, p. 31). Assim, através das entrevistas foi possível identificar como as normas e valores familiares influenciam o comportamento dos indivíduos ao mesmo tempo em que a conduta destes determina o comportamento da família, salientando que, mesmo que a unidade de análise seja a família, é imprescindível considerar as estratégias individuais dos seus membros, sendo a proeminência da pessoa ou do grupo uma questão relacionada eminentemente ao fenômeno estudado.

Igualmente, foi necessário considerar os *mercados* como unidade de análise. Neste caso, todavia, a preocupação limita-se a sua relação com as unidades familiares, isto é, como espaços de reprodução das relações sociais e das estratégias de famílias e indivíduos.

Finalmente, cabe apresentar a organização do trabalho. Além desta introdução – considerada como primeiro capítulo –, compõem a dissertação mais quatro capítulos e as considerações finais.⁴ O segundo capítulo é eminentemente teórico. Cabe a ele apresentar as origens teóricas da discussão e os fundamentos sociológicos da pesquisa, além de analisar o processo de mercantilização da agricultura e sua relação com a formação de distintos estilos de agricultura. O terceiro capítulo apresenta a trajetória histórica de desenvolvimento da agricultura de Salvador das Missões, da colonização teuto-brasileira iniciada em 1904 às transformações mais recentes ocorridas a partir de meados da década de 1990, passando por e destacando o conjunto de mudanças técnicas e sociais decorrentes das políticas de modernização da agricultura estreadas nos anos 1970. O quarto capítulo analisa como a mercantilização, acelerada pelas mudanças técnicas discutidas no capítulo anterior, alterou um

⁴ É importante ter em mente que estes capítulos estão divididos em “seções” e estas em vários “tópicos” uma vez que repetidas vezes são feitas alusões a diferentes partes do texto, assim evitando maiores confusões.

conjunto de relações sociais e sócio-técnicas, demonstrando diferenças significativas entre os principais elementos constituintes dos estilos de agricultura atuais e dos estilos que se apresentavam “antigamente” na agricultura colonial e que antecedem as transformações propiciadas pela modernização. O quinto capítulo adentra mais detidamente à discussão das estratégias reprodutivas dos agricultores familiares, conectando-as à formação de diferentes estilos de agricultura. Demonstra como as transformações nas relações sociais discutidas no capítulo precedente foram responsáveis pela diversidade da agricultura contemporânea, expressa nas distintas estratégias. Enfim, as considerações finais ao mesmo tempo em que apresentam os principais resultados do estudo, retomam algumas questões teóricas para apresentar seus avanços e limites.

2 MERCANTILIZAÇÃO, DIVERSIDADE E ESTILOS DE AGRICULTURA

A diversidade empírica e teórica marca os debates sobre a agricultura familiar e o desenvolvimento rural. Este poderia ser um dos poucos consensos nos estudos rurais contemporâneos. Não obstante, enquanto a segunda é reiteradamente afirmada pela proliferação de enfoques, perspectivas e temas de pesquisa, a primeira, não raro, sucumbe frente a dicotomias e determinismos que almejam respostas genéricas à complexidade dos processos sociais. Revelam-se assim oposições por vezes inconsistentes entre rural e urbano, agricultura familiar e campesinato, agricultores integrados e não-integrados aos mercados, etc.

Muito disto se deve, no Brasil, ao recente reconhecimento institucional da agricultura familiar e, obviamente, à disputa política aí imbuída. Outro tanto pode certamente ser atribuído à própria heterogeneidade desta categoria social. No entanto, o ainda incipiente desenvolvimento de pesquisas que problematizam a questão e cujos resultados permitam compreender a diversidade e os processos a ela relacionados talvez represente o principal obstáculo.

É necessário reconhecer que a pesquisa social brasileira, fundamentalmente aquelas perspectivas neoclássicas e marxistas clássicas, ainda tem dificuldades em compreender como agricultores anteriormente vistos como tradicionais, atrasados e refratários às mudanças, podem constituir hoje uma categoria consolidada pelo próprio desenvolvimento capitalista. Para alguns, um paradoxo representado por unidades familiares amplamente inseridas nos mercados e tecnificadas, voltadas para a produção das principais *commodities* agrícolas, que se tornaram focos de ação de inúmeras multinacionais e impulsionaram a criação de cooperativas de produção cujas estruturas atualmente competem com as grandes empresas agroindustriais de capital privado.

Frente a isso é compreensível que muitas respostas tenham permanecido na sustentação de um simples reflexo dos agricultores às condições diferenciadas das estruturas econômicas e sociais. Sem desconsiderar as mudanças que seguramente ocorreram no ambiente no qual se reproduzem as unidades familiares, cabe reconhecer, contudo, que respostas cruciais podem ser encontradas no papel ativo que os agricultores tiveram neste processo. A mercantilização que ocasionou reorganização da unidade produtiva e das relações comunitárias e das instituições sociais, e alterou os modos de produzir e viver no meio rural, se deve mais a um processo conflitivo onde os agricultores desenvolvem um conjunto de

respostas diferenciadas, congruentes às suas condições socioeconômicas e repertórios culturais historicamente reproduzidos, do que ao resultado de uma imposição estrutural. Assim emergiram diferentes estilos de agricultura, resultantes da capacidade de resistência contida dentro da agricultura familiar, que possibilita aos agricultores criar espaços de manobra e reproduzir suas unidades familiares mesmo sob a pressão do projeto dominante da modernização.

Para compreender a dialética que dá origem a este processo, a primeira seção deste capítulo retoma uma discussão sobre estrutura, estruturação e atores sociais. Ao mesmo tempo em que procura delimitar as bases sociológicas de pesquisa, estabelece os preceitos basilares à análise. A segunda seção segue especificamente ao estudo da mercantilização da agricultura, o estado da arte deste debate, suas origens, categorias centrais e limites. Finaliza o capítulo uma seção que apresenta a noção de estilos de agricultura como uma alternativa à compreensão da diversidade da agricultura familiar. Além de revelar a origem e as discussões que cercam esta noção, esta seção também busca dar conta de uma resposta teórica inicial para como a mercantilização afeta a composição destes estilos.

A idéia transversal que orienta o capítulo é a tentativa de demonstrar como é possível compreender a mercantilização como um processo social mais amplo e, ao mesmo tempo, parcial e flexível, e a diversidade como característica generalizada do mundo rural contemporâneo, ao se passar de uma compreensão estruturalista e, em alguma medida, determinista, dos mercados e das conseqüências de sua generalização na sociedade moderna, para um entendimento de construção social dos mercados.

2.1 TEORIA SOCIAL, MERCADOS E ATORES

Anteriores ao próprio capitalismo, os mercados constituíram até a atualidade, e provavelmente o farão ainda por um longo tempo, as estruturas sociais que mais transformaram o conjunto das relações sociais e humanas. Sua importância, todavia, não fizeram de sua essência e de seu funcionamento objetos de perfeito esclarecimento às ciências sociais (inclusive à economia). Desta forma, seria precipitação desnecessária aventurar-se por uma análise que os envolve diretamente sem minimamente delimitar seu significado teórico. Outrossim, a menos que o leitor concorde com uma postura bastante corrente hoje em dia nas ciências sociais, que minimiza ou revoga a importância da origem das idéias e dos marcos de referência, buscará desde o início a ascendência teórica do referencial analítico seguido. Seria possível, talvez aconselhável, apresentá-lo no decorrer do estudo. Todavia, o risco de não

conseguir desmembrar adequadamente a origem das categorias aqui utilizadas faz necessária uma rápida passagem sobre as origens da nossa discussão.

O ponto de partida se encontra na sociologia econômica. Primeiramente, a partir das contribuições clássicas de Marx, Weber e Polanyi, onde prevalece a idéia de autonomização dos mercados em relação às demais estruturas sociais, processo este capaz de levar à constituição de uma sociedade onde “[...] em vez de a economia estar embutida (*embedded*) nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico.” (POLANYI, 1980, p. 77). Em seguida é apresentada uma acepção diferenciada, mais próxima de algumas contribuições da Nova Sociologia Econômica, as quais se referem, fundamentalmente, à constatação de que os mercados auto-reguláveis não se tornaram hegemônicos nas sociedades contemporâneas como renunciaram os clássicos. Com isso, são demarcadas as bases da definição de mercados seguida nesta dissertação, a partir do que se discorrerá também sobre o processo de mercantilização. Um último tópico é dedicado à discussão da capacidade de agência dos atores sociais, enfatizando como estes são capazes de alterar as estruturas sociais e o quão cômicos ou racionais são em empreender ações neste sentido.

2.1.1 A grande transformação: as origens da nossa discussão

Que “moinho satânico” foi esse que triturou os homens transformando-os em massa? E quanto se pode atribuir, como causa, às novas condições físicas? E quanto se pode atribuir às dependências econômicas, que funcionavam sob novas condições? Qual foi o mecanismo por cujo intermédio foi destruído o antigo tecido social e tentada, sem sucesso, uma nova integração homem-natureza? (POLANYI, 1980, p. 51, grifos no original).

O desenvolvimento dos mercados e a generalização da economia capitalista com todas suas conseqüências sobre o conjunto da vida social marcam a *grande transformação* de que fala Polanyi. Mesmo que sob perspectivas teóricas e epistemológicas distintas, e com compreensões absolutamente diferenciadas dos mercados e do próprio desenvolvimento capitalista, Marx, Weber, Polanyi e tantos outros condenaram os mercados por uma “avalanche de desarticulação social” nunca antes vista na história da humanidade (POLANYI, 1980, p. 58).

Embora Marx (1982) sequer tenha se colocado o desafio explícito de definir o mercado, seu significado na teoria marxiana jamais será tido como irrelevante. Pelo contrário, à medida que se especificam os fundamentos que caracterizam a economia capitalista para o

autor, mais evidente se torna o papel dos mercados. Desta maneira, se não há maior interesse desta dissertação no significado que Marx atribui ao modo de produção capitalista, em suas específicas relações sociais de trabalho e produção em que o excedente econômico produzido por uma classe é apropriado por outra, a constatação de que este processo ocorre nos mercados e mediatizado pela forma social da mercadoria é central a toda análise. Segundo Marx (1982), nenhum produtor isolado é capaz de produzir mercadorias. O produto de seu trabalho somente assume essa forma social e, assim, valor de troca, sob definidas relações sociais que se encontram nos mercados. Neste sentido, o significado do processo de mercantilização pode ser compreendido pelo papel que o mercado assume em transformar todas as coisas em mercadorias, e em sua tarefa de tornar independente das pessoas o resultado de seu trabalho, fazendo dos vínculos humanos unicamente possíveis mediatizados pela forma social da mercadoria e do dinheiro. Com efeito, as “[...] relações mercantis, para ele, serão sempre e necessariamente alienantes: a solidariedade social só pode ser encontrada na supressão das relações humanas que dependem de mercados.” (ABRAMOVAY, 2004, p. 46).

Em outra perspectiva, a construção teórica weberiana está diretamente vinculada à idéia de mercado enquanto lugar da ação social orientada para o lucro, sendo o mercado capitalista aquele que comporta a ação especificamente racional ajustada por um cálculo em termos de capital.¹ No capítulo inconcluso de Economia e Sociedade (*O Mercado*), Weber assume que

A comunidade de mercado como tal constitui a relação vital prática mais impessoal que pode existir entre os homens. Não porque o mercado implica luta entre os interessados. [...] Mas porque ele é orientado de modo especificamente objetivo, pelo interesse nos bens de troca e por nada mais. Quando o mercado é deixado à sua legalidade intrínseca, leva apenas em consideração as coisas, não a pessoa, inexistindo para ele deveres de fraternidade e devoção ou qualquer das relações humanas originárias sustentadas pelas comunidades pessoais (WEBER, 2000, p. 420).

Em que pese às críticas que podem ser postuladas ao determinismo marxiano, Weber também assevera o caráter absolutamente impessoal dos mercados, assentado, todavia, na racionalização acarretada pela crescente importância da esfera mercantil. É necessário

¹ O cerne da divergência entre Marx e Weber pode ser procurado na própria acepção do desenvolvimento do capitalismo. Enquanto para aquele, este processo está relacionado à disseminação das relações sociais mercantis e de expropriação, para este o aspecto central do desenvolvimento de uma sociedade capitalista se refere à acentuação da busca racional pelo lucro através do qual toda ação é orientada. Embora, é necessário frisar, para Weber (2005) a busca pelo lucro não é elemento suficiente para determinar a existência do capitalismo, fato que sempre caracterizou os mercados existentes anteriormente a este. O aspecto central do *espírito do capitalismo* envolve a *racionalização* da ação econômica voltada para o lucro.

perceber, todavia, que não se encontra na perspectiva weberiana um significado à mercantilização. Para Weber, a própria “[...] racionalização da atividade econômica através da busca de um lucro calculável é o *mainspring* do desenvolvimento capitalista.” (MOONEY, 1988, p. 31). Ao contrário de Marx, a desarticulação dos demais determinantes da vida social não é dada por conta da proliferação de relações sociais capitalistas que a tudo atribui o caráter de mercadoria, mas sim a um amplo processo de transformação no sentido da ação dos atores sociais que imputa o sentimento de busca desenfreada pelo lucro e pela riqueza. Da mesma forma, enquanto para este a mercadoria se forma sob relações sociais específicas nos mercados, na perspectiva weberiana a questão não reside no fato dos produtos passarem ou não pela esfera da circulação para se tornarem mercadorias, mas no sentido impresso na sua geração, a qual objetiva a geração de objetos de comércio, fazendo com que as mercadorias se formem antes mesmo de entrar na esfera da circulação (PLOEG, 1990).

Uma parte substancial dos argumentos de Weber é reencontrada nos textos de Polanyi. Em algumas passagens se aproxima de uma reprodução *ipsis verbis*: “[...] a transformação implica uma mudança na motivação da ação por parte dos membros da sociedade: a motivação do lucro passa a substituir a motivação da subsistência.” (POLANYI, 1980, p. 60). Mesmo com o interesse em evidenciar que os mercados constituem somente uma entre tantas outras instituições sociais criadas pelas interações humanas² – neste caso, de intercâmbio mercantil – Polanyi assevera que sua generalização na sociedade capitalista desintegra as demais estruturas sociais (regras, convenções, redes, prestígio social) onde estas relações originalmente estavam inseridas. Buscando se afastar ainda mais da perspectiva marxista³, o autor alude que

A causa da degradação, não é, portanto, a exploração econômica, como se presume muitas vezes, mas a desintegração do ambiente cultural da vítima. O processo econômico pode naturalmente, fornecer o veículo da destruição, e quase invariavelmente a inferioridade econômica fará o mais fraco se render, mas a causa imediata da sua ruína não é essa razão econômica – ela está no ferimento letal infligido às instituições nas quais a sua existência social está inserida (POLANYI, 1980, p. 191).

Além disso, se por um lado reconhece que “[...] é com a ajuda do conceito de mercadoria que o mecanismo do mercado se engendra aos vários elementos da vida industrial [...]”, por outro, faz questão de destacar que “[...] as mercadorias são aqui definidas,

² Na verdade, este desafio de compreensão institucional dos mercados permeou tanto os trabalhos de Polanyi quanto os de Weber. Dentre os clássicos, Durkheim também teve parcela importante de contribuição neste sentido, embora sob perspectiva distinta de ambos (ver RAUD, 2005).

³ Não obstante, é necessário reconhecer que existem muitas interfaces entre Polanyi e Marx. Neste sentido, ver Block (2003).

empiricamente, como objetos produzidos para a venda no mercado.” (POLANYI, 1980, p. 93), ou seja, da mesma forma que para Weber, estas não necessitam passar pelos mercados para assumirem sua forma social, elas são produzidas com este sentido.

Como visto, mercados e mercantilização podem constituir coisas bastante distintas. Doravante transparecerão as definições utilizadas neste estudo. Por hora, compete somente ter clara a forma como, para esses autores, os mercados afetam as demais estruturas da vida social e, neste sentido, o modo unívoco com que suas perspectivas vêem a disseminação das relações mercantis como destruidoras das demais dimensões sociais.

2.1.2 A dualidade estrutural dos mercados

A discussão contemporânea em relação aos mercados é marcada inicialmente pelo domínio dos modelos estruturais, sejam eles vinculados ao arcabouço marxista ou ao referencial da teoria da modernização. Ambas as perspectivas associaram-se a uma visão objetivista da sociedade, que reconhece os sistemas sociais unicamente como coercitivos dos indivíduos, tornando, desta maneira, qualquer subjetividade um aspecto residual. Nestas perspectivas, mercados foram vistos como estruturas genéricas constituindo forças externas que “[...] encapsulavam a vida das pessoas.” (LONG; PLOEG, 1994, p. 63). Estas, por sua vez, estavam condenadas a uma diferenciação socioeconômica progressiva, que reduzia gradualmente sua autonomia até o momento em que se vissem completamente inseridas no modelo genérico do desenvolvimento capitalista.

A partir da década de 1970 surgiram algumas perspectivas em outro sentido. Formulações teóricas estruturacionistas constituíram as bases de inúmeras contribuições que se desenvolveram buscando re-conceituar os mercados a partir da idéia de construção social das estruturas (GIDDENS, 1989; BOURDIEU, 1996, entre outros). Destituíram-se, assim, algumas formulações que insistiam em visualizar os mercados enquanto estruturas estáticas que regem a ação social e, ao mesmo tempo, superou-se a visão neoclássica de mercados única e exclusivamente enquanto mecanismos de formação de preços.⁴

⁴ Mercados passam a ser vistos como “[...] mecanismos de formação de preços que só podem ser compreendidos por meio da interação social concreta, localizada, especificamente entre os atores”, onde “a ação econômica possui um *significado* que não é dado de antemão e sim construído na relação entre os atores.” (ABRAMOVAY, 2004, p. 56, grifos no original).

Com efeito, é a partir de muitos conceitos da teoria da estruturação de Giddens (1989) que Long e Ploeg articulam suas proposições teóricas.⁵ Deste modo, passa-se a uma análise sumária dos marcos centrais desta formulação.

Inicialmente, é necessário reconhecer a “dualidade da estrutura” como a unidade fundamental de análise, a qual faz referência ao fato de que “[...] a constituição de agentes e estruturas não são dois conjuntos de fenômenos dados independentemente – um dualismo –, mas representam uma dualidade [...]” (GIDDENS, 1989, p. 20), onde a estrutura é tanto o meio como o resultado da reprodução das práticas. As estruturas deixam de ser percebidas como entes externos aos atores – Giddens (1989) chega a se referir a elas como uma “ordem virtual” ou um “traço *mnêmico*” internalizado pelos agentes sociais –, para se constituir em um conjunto de “regras” e “recursos” que agem como condicionantes e facilitadores da ação, isto é, fornecendo os parâmetros ao desenvolvimento das práticas sociais (GIDDENS, 1989; COHEN, 1999). As estruturas refletem a contínua interação entre os atores sociais, sendo resultantes dos conflitos e das transformações sociais e, ao invés de “regras do jogo”, fazem parte do próprio jogo (LONG, 2001).

Não obstante, “macro estruturas” não podem ser compreendidas “[...] simplesmente como agregações de episódios ou situações micro, já que muitos deles entram na existência como resultados das conseqüências imprevistas da ação social.” (LONG, 2001, p. 70). Estas estruturas se encontram diretamente interligadas ao processo de desenvolvimento histórico, mas dificilmente podem ser analisadas a partir da interação entre os agentes, uma vez que comportam certas condições estruturais apropriadas e reproduzidas historicamente e, em certa medida, independentes da ação dos atores.

De todo modo, desfaz-se o caráter fixo ou mecânico das estruturas e, nos termos em que opera o debate, cai por terra a noção de mercados enquanto *explanans*, ou seja, elementos genéricos que regem a ação social.

Assim, ao mesmo tempo em que se podem reconhecer os mercados como mecanismos sociais responsáveis pela transformação de valores de uso em valores de troca que estabelecem a forma social da mercadoria, é necessário aludir ao fato de que constituem instituições sociais que refletem disputas de poder, convicções e valores. Igualmente, compõem um conjunto de regramentos que imputam limites e possibilidades às ações dos agentes. São construções sociais derivadas da ação humana, mas que, em sua totalidade, não

⁵ Ver Long e Ploeg (1995, 1994) e Long (2001, 1992). Ambos os autores também desenvolvem conceitos em interface com outros destacados formuladores teóricos desta discussão, como Bourdieu (campo social) e Latour (redes), por exemplo. Por razões óbvias, muitos destes sequer serão mencionados aqui, o que destitui a concisa revisão que será realizada a seguir de um caráter completo.

podem mais serem apreendidas somente a partir destas. Além disso, carregam consigo uma lógica própria e, meios de habilitar e constranger os atores sociais.

A mercantilização, por sua vez, torna-se o resultado de relações sociais que expressam a luta entre diferentes atores pelo controle de recursos e processos. Esta carrega para o interior das relações sociais a “lógica do mercado” (PLOEG, 2006). Todavia, é necessário argüir sobre a existência de uma única “lógica do mercado” e qual seria ela. É possível assegurar que a “face estrutural” dos mercados, aquela relativamente autonomizada, reproduzida por uma série de disposições e mecanismos que historicamente se tornam independentes da ação social, reflete uma lógica diferenciada. Para Weber (2000), esta poderia ser definida pela busca do lucro por meio de um cálculo racional. Bourdieu (1979, p. 15, grifos no original) exporia a questão nos seguintes termos:

À medida que evolui, a organização econômica tende a se impor como um sistema quase autônomo que espera e exige do indivíduo um certo tipo de prática e de disposições econômicas: adquirido e assimilado insensivelmente através da educação implícita e explícita, o espírito do cálculo e de precisão tende deste modo a aparecer como incontestável porque a “racionalização” é a atmosfera da qual se alimenta.

Mas esta não constitui a única lógica presente nas relações mercantis. Enquanto arenas sociais os mercados representam o resultado do conflito de racionalidades, valores, normas e códigos dos próprios atores que ali se colocam em *interface*⁶ (não necessariamente em encontros face a face). Se os atores incorporam a lógica do cálculo racional do intercâmbio mercantil, não é menos verdade que os mercados estão repletos de “lógicas de reciprocidade” (SABOURIN, 2003) e de elementos de uma “economia moral” (SCOTT, 1976).

Portanto, a inserção nos mercados não carrega em si conseqüências para serem apreendidas *a priori*, tal qual fizeram muitos autores, inclusive os clássicos. Estas dependerão em grande medida do tipo de mercado e da importância que assumem os diferentes agentes que nele atuam. É justamente por esta razão que, da mesma forma que a crescente inserção nos mercados pode significar transformações radicais nos processos produtivos e na vida social, ela também pode resultar na reprodução da dominação e do tradicionalismo como muito bem ressaltam os trabalhos de Martins (1990, 1975) e

⁶ Este conceito é amplo e complexo. Por hora, cabe uma breve definição de Long (2001, p. 65): “As interfaces ocorrem tipicamente nos pontos onde se cruzam diferentes, e geralmente conflitivos, mundos de vida ou campos sociais, ou mais concretamente, em situações sociais ou arenas nas quais se orientam as interações ao redor dos problemas de acomodar, separar ou disputar pontos de vista sociais, avaliativos e cognoscivos.” Esta noção parece emergir vinculada ao diálogo que Long mantém com o interacionismo simbólico.

Woortmann (1990). Ou, ainda, em uma relação de complementaridade com os mecanismos que coordenam as relações de reciprocidade (SABOURIN, 2003, 2006).⁷

Com isso também se espera desfazer uma leitura da noção de construção social dos mercados que pode perpassar ao senso comum, onde mercados socialmente construídos remetem à ocorrência de estruturas onde a circulação de bens e serviços é controlada pelos atores locais sob bases de confiança, respeito e solidariedade provindos de uma identidade cultural. Também é necessário reconhecer, por exemplo, a construção social daqueles mercados altamente desiguais, sem quaisquer sinergias entre os atores sociais aí envolvidos, talvez controlados por capitais internacionais que imprimem dinâmicas econômicas, produtivas e mesmo socioculturais ditadas a partir de fora. São construções sociais diretamente determinadas pela ação de atores externos à comunidade local, que impõem uma forma específica de organização mercantil como mediadora das relações econômicas e sociais comunitárias. Considere, por exemplo, o caso dos mercados de *commodities* agrícolas da região investigada. Conforme referido alhures, estes revelam as características de mercados coordenados à distância por atores sociais que têm pouca ou nenhuma vinculação às instituições locais, mas nem por isso deixam de ser estruturas socialmente construídas (muito embora os atores locais, agricultores, tenham ingerência mínima sobre seu funcionamento) derivada de relações sociais objetivas entre atores diferentemente posicionados em redes que envolvem assimetrias de poder, recursos, valores, etc.

2.1.3 Atores sociais e agência humana

A mercantilização reflete a pressão que as estruturas de mercado exercem sobre os atores, mas ela também pode representar uma estratégia deliberada dos próprios atores. Assim, além de dar um significado às estruturas, é imprescindível compreender como estas se inter-relacionam à ação, ao “fluxo contínuo de intervenções no mundo” (GIDDENS, 1989). Neste caso, a conexão fica por conta da noção meta-teórica de agência humana, a qual atribui

⁷ Dentre várias críticas ao exagerado determinismo no sentido das transformações sociais, Sabourin (2003) destaca que trocas mercantis, por um lado, e, as redes de reciprocidade, por outro, somente podem ser tomadas separadamente como “tipos ideais” para análise, pois na realidade estes dois princípios coexistem nas sociedades rurais. Além disto, afirmar que o sistema de intercâmbio mercantil se sobrepõe às relações de reciprocidade e que ambos constituam, geralmente, lógicas potencialmente conflituosas, não quer dizer que inexistam condições em que haja complementaridade na medida em que estas possam mesmo ser utilizadas pelos mercados para sua consolidação (SABOURIN, 2003). Estas questões tornam-se cada vez mais pertinentes na medida em que relações de reciprocidade continuam condicionando as trocas mercantis e vice-versa na atualidade. Ver também o recente trabalho de Radomsky (2006) em relação às interfaces entre mercados e reciprocidade na agricultura familiar de Veranópolis, Rio Grande do Sul.

“[...] ao ator individual a capacidade de processar experiência social e inventar maneiras de ordená-las com a vida social, inclusive sob as formas mais extremas de coerção.” (LONG, 2001, p.16).

Como mostra Scott (2002, 1987), mesmo atores altamente subordinados – no caso por ele analisado, os camponeses da Malásia – são capazes de desenvolver diversas formas de “resistência cotidiana”, afetando o curso das relações sociais e os processos de desenvolvimento. A agência refere-se a esta capacidade dos atores de intervir no curso dos acontecimentos, às suas condições de “fazer uma diferença” e, neste sentido, relaciona-se diretamente a “poder” (GIDDENS, 1989; COHEN, 1999). A posse de determinado “poder de agência” é o que dá substância aos atores sociais individuais e coletivos; é o que faz com que indivíduos destituídos de capacidades transformem-se em atores (LONG, PLOEG, 1994). Este poder reflete os diversos projetos e as capacidades dos agentes de implantá-los, negociá-los ou simplesmente impô-los dentro de uma rede de agentes interligados, direta ou indiretamente, em determinado tempo e espaço. Para tanto, são lançados mão dos mais variados “recursos”, tidos como “[...] as facilidades ou bases de poder a que o agente tem acesso e que ele manipula para influenciar o curso da interação com os outros.” (COHEN, 1999, p. 414).⁸

A ação conecta-se ainda à cognoscitividade dos agentes, isto é, à capacidade que eles possuem de saber “o que fazem” e “como fazem”. Segundo Giddens (1989), as práticas sociais transcorrem como um fluxo de ações intencionais – geralmente com conseqüências impremeditadas – das quais os atores sociais possuem consciência. Não obstante, esta comumente encontra-se no nível da “consciência prática”, no sentido de que os agentes são apenas “tacitamente cômnicos” do que fazem, não articulando explicações discursivas para suas atitudes (consciência discursiva), a não ser quando solicitados. Neste caso, é importante perceber a unidade entre a consciência prática dos atores e suas práticas cotidianas, e destas com os discursos e “metáforas” produzidos para dar significado às suas ações (PLOEG, 1993). Mas, também, o fato de que os atores criam narrativas ou histórias parciais que lhes possibilitam representar uma concepção aceitável ao senso comum (popular ou acadêmico), que nem sempre refletem a realidade objetiva de suas práticas (GIDDENS, 1989; WHATMORE, 1994).⁹

⁸ Giddens (1989) subdivide os recursos em “alocativos”, correspondentes às capacidades de dispor sobre os meios materiais, e “autoritativos”, relativos ao poder sobre os demais atores.

⁹ Questão que se torna de importância decisiva à análise das informações prestadas pelos agricultores ou qualquer outro ator social.

São atores que formulam projetos e agem em conseqüência, cujas ações revestem-se de um sentido estratégico, mas não de uma aceção estritamente calculista. Só é possível discorrer sobre um *cálculo* na medida em que este represente uma lógica ou um “discurso prático” que os atores (agricultores) seguem para a organização de seu trabalho e de sua vida (PLOEG, 1990). Neste sentido, Bourdieu (1996, p. 138) tem razão em afirmar que os atores podem “[...] se conduzir de tal maneira que, em uma avaliação das probabilidades de sucesso, pareça que eles tinham razão em fazer o que fizeram, sem que tenhamos razão ao dizer que o cálculo racional das probabilidades tenha sido o princípio das escolhas que fizeram.”

A racionalidade se apresenta encarnada nas relações sociais e somente pode ser compreendida a elas relacionada. Não reflete uma propriedade intrínseca do ator individual e tampouco uma situação estrutural do ator na sociedade (LONG, 2001).¹⁰ São complexas e distintas relações sociais entre os atores, e não estruturas sociais totalizantes, que configuram o conjunto de discursos (verbais ou não) que são compartilhados entre os indivíduos (contemporâneos e predecessores) e que eles mesmos criam e modificam continuamente. Embora cercados por estruturas mais amplas e limitados por um *portfolio* restrito de recursos, os atores sociais agem racionalmente. Não como indivíduos egoístas que maximizam utilidades ou preferências, mas como agentes pertencentes a redes de relações sociais que envolvem poderes, recursos, ambientes institucionais e repertórios culturais¹¹ distintos:

[...] os atores não se comportam ou decidem como átomos isolados de um contexto social, nem aderem passivamente a um *script* escrito para eles pela interseção particular de categorias sociais que eles devam ocupar. Suas tentativas de ação propositadas são, ao invés disso, inseridas no concreto, em sistemas dinâmicos de relações sociais (GRANOVETTER, 1985, p. 487).

Agora, como assevera Monsma (2000), “[...] é necessário reconhecer que os atores não existem fora do contexto social, que as formas da racionalidade variam com a natureza das disposições e dos esquemas de percepção internalizados em contextos específicos.” Este contexto social pode ser delimitado pelas complexas redes de relações sociais que conectam os atores.

Assim, embora não adentre diretamente à abrangente discussão que envolve a temática das redes, a perspectiva orientada aos atores deste estudo aproxima-se notadamente da teoria

¹⁰ Como afirma Granovetter (1985), o ator social não é nem *undersocialized* como se expressa nas teorias da escolha racional, um ator atomizado independente das relações sociais, nem *oversocialized*, determinado pelas estruturas sociais.

¹¹ “O conceito de repertório cultural aponta as maneiras com que vários elementos culturais (noções de valor, tipos e fragmentos de discursos, idéias de organização, símbolos e procedimentos rituais) se usam e recombina na prática social, conscientemente ou de outra maneira.” (LONG, 2001, p. 56).

do ator-rede (*actor-network*) desenvolvida por Callon (2004).¹² Segundo fez questão de notar Long (2001), a compreensão das estratégias dos atores está condicionada ao entendimento da dinâmica das redes as quais se vinculam. E é de um complexo conjunto de redes sociais e sócio-técnicas, as quais representam espaços de relações manifestadamente desiguais e parciais que comportam modelos de centralização e hierarquização fundados na assimetria de recursos e poderes, que se originam diferentes estilos de agricultura e múltiplas estratégias reprodutivas.

Tanto por conta da percepção destes elementos relacionais, quanto em virtude da já mencionada inteligência de que as estratégias que as pessoas utilizam para resolver problemas e prosseguir na vida são comumente derivadas de uma consciência ou senso prático, é que se opera um afastamento do subjetivismo de modelos transacionais e de tomada de decisão, do individualismo metodológico e das teorias da escolha racional. Estas perspectivas oferecem um modelo de conduta social ocidental etnocêntrico baseado no individualismo do “homem utilitário” que passa sem contemplações sobre as especificidades da cultura e contexto, e são marcados pela total incompreensão dos elementos estruturais e dos limites e possibilidades que estes atribuem à ação dos atores (LONG, 2001). Suas principais fragilidades relacionam-se ao fato de adotar um ponto de vista voluntarista, enfatizando “[...] a natureza transacional das estratégias do ator que presta atenção insuficiente ao exame de como as opções individuais estão permeadas por marcos maiores de significado e ação.” (LONG, 2001, p. 14).¹³ É necessário compreender que os atores são hábeis para conhecer e para captar dentro de certos limites de informação e recursos que possuem e as incertezas que encaram (GIDDENS, 1989).

As questões até agora pontuadas servem de base para aquelas que serão desenvolvidas subsequentemente, onde sobressai o argumento de que agricultores familiares e mercados possuem papel ativo nas transformações que resultam em diferentes estratégias e estilos de agricultura; e onde a mercantilização, enquanto processo social, representa a chave para compreender como estas transformações ocorrem.

¹² Aliás, neste caso, é importante salientar que, embora Mior (2005) aluda corretamente ao fato de que os sociólogos geralmente privilegiam as redes de relações sociais esquecendo seus suportes materiais, as relações sociais aqui mencionadas não excluem de forma alguma os componentes não-humanos, que levaram Callon (2004) e o próprio Mior (2005) a privilegiar a utilização do conceito de “redes de relações sócio-técnicas”, o que pode ser visto pelo conjunto de dimensões materiais analisadas nos capítulos finais. Neste sentido, quando a expressão “relações sócio-técnicas” é utilizada no texto, refere-se às relações sociais que vimos destacando, mas procura dar mais peso aos componentes não-humanos envolvidos em relações específicas. Ver também Guivant (1997), Long (2001) e Ploeg (2003).

¹³ Neste caso, Long (2001) também faz referência explícita à noção bourdiana de “habitus”.

2.2 AGRICULTURA FAMILIAR E MERCANTILIZAÇÃO

A seção anterior procurou desmistificar a compreensão dos mercados enquanto estruturas genéricas e totalizantes e afirmar a idéia de construção destes a partir da ação dos atores sociais. Demonstrou também que os agentes se comportam conscientemente no desenvolvimento de suas ações, as quais são desenvolvidas mediadas por diversas redes de relações sociais, que acabam representando e determinando a própria relação entre atores e mercados. Agora, cabe perceber como esta mudança de percepção deve ser operada à compreensão das relações dos agricultores familiares com os mercados especificamente no que concerne ao fenômeno da mercantilização da agricultura.

A discussão inicia criticando a forma estruturalista como uma parte da “sociologia da agricultura” pautou a problemática da mercantilização. A sociologia da agricultura representa uma das principais correntes de pensamento nos estudos rurais contemporâneos que, constituindo um conjunto de “perspectivas críticas” fundamentadas nas perspectivas marxistas clássicas, neomarxistas e neoweberianas, desde meados da década de 70, primeiramente nos EUA e depois na Europa, alcançou status teórico e metodológico para tornar-se a principal expressão de oposição e negação dos pressupostos da *rural sociology* e do funcionalismo dos estudos agrários (BUTTEL; LARSON; GILLESPIE JÚNIOR, 1991). Sem um arcabouço teórico bem delimitado e marcada por uma ampla diversidade teórica, sua unidade deve-se às novas proposições para os estudos agrários onde, em comum, estão a prioridade às questões estruturais e um “[...] interesse em examinar os processos pelos quais o capitalismo penetra à economia rural e reestrutura a vida socioeconômica.” (LONG, 1986, p. 8).

Nesta perspectiva, diversos estudos têm focalizado as relações sociais de produção na agricultura e a construção de um novo referencial analítico para explicar a persistência das formas familiares de produção nas sociedades capitalistas avançadas. Conforme Schneider (1997), de modo geral, duas linhas de argumentação têm sido seguidas. De um lado, encontram-se os trabalhos de Mann e Dickinson (1987), Friedmann (1978) e Goodman e Redcliff (1985), que buscam diretamente em Marx os argumentos referentes às particularidades da agricultura como um setor de produção, onde o desenvolvimento capitalista se dá de forma mais lenta e desigual que nos demais. De outro lado, segue-se à idéia de que o capitalismo tende a industrializar a agricultura, tornando-a um processo de produção de mercadorias como outro qualquer, onde se destacam os estudos de Friedland (1982) e De Janvry (1981). Ambas, contudo, são marcadas por uma visão do desenvolvimento em termos de um processo progressivo em busca de uma formação institucional e tecnológica

mais complexa, capaz de integrar todos à sociedade moderna. Neste sentido, o referencial marxista da sociologia da agricultura, mesmo apontando o lado perverso e desigual do processo de reestruturação da economia capitalista, manteve uma análise centrada em modelos estruturais e lineares, onde a mudança social é vista a partir da intervenção de forças externas através do Estado ou do capital (VANDERGEEST, 1988; LONG, 2001, 1984; LONG, PLOEG, 1994).

Não obstante, o que mais interessa a este estudo é o potencial analítico destas teorias para incorporar aos seus modelos a agricultura familiar e os processos sociais que esta reproduz, especialmente em relação à mercantilização. É possível que as formas familiares de produção representem atualmente o universo de relações sociais onde se encontra o maior número de elementos que contrapõem as principais conclusões dos autores clássicos em relação ao desenvolvimento capitalista. Se, por um lado, elas contrariam a imagem marxiana de constituição de duas classes diferenciadas pela posse dos meios de produção, de outro, também contestam a premissa weberiana de desintegração entre a propriedade e a administração (WEBER, 1982). Não é espantoso, então, pensar que as relações destas formas sociais com os mercados sejam absolutamente heterogêneas.

Dentre os temas centrais à explicação da permanência da agricultura familiar, discutidos no escopo do pensamento neomarxista e neoweberiano, a relação com os mercados desponta como um dos mais controversos. A constituição do “*commoditization debate*” no interior da sociologia da agricultura (LONG *et. al.*, 1986) surge relacionado justamente ao interesse analítico de encontrar uma solução ao impasse marxista da manutenção das formas familiares de produção e da generalização das relações mercantis. A incapacidade dos “produtores parcelários” descritos por Marx, dos “camponeses” de Lênin ou ainda dos “pequenos proprietários” de Kautsky, em refletir as condições das formas familiares contemporâneas levou assim a configuração de alternativas diversas. As primeiras e mais reconhecidas permaneceram significativamente ligadas ao referencial marxista clássico, porém apoiadas na noção de “produção simples de mercadoria” ou “pequena produção de mercadorias”. Não obstante, como será argumentado, este enfoque tem se caracterizado no trabalho de alguns autores por manter uma compressão genérica dos mercados enquanto estruturas rígidas e externas aos atores (BERNSTEIN, 1979; FRIEDMANN, 1978), os quais viram reflexos de sistemas totalizantes e; assim, constitui um entendimento objetivista da mercantilização e dos seus efeitos, percepção extensamente criticada anteriormente.

Em outro sentido, críticas a estas concepções têm permitido destituir a compreensão mecânica dos mercados, aludindo a sua constituição enquanto estruturas duais. Segundo

Bonano e Swanson (1992), as perspectivas surgidas neste intuito procuram incorporar os atores sociais e a agência humana à análise nos termos da discussão referida na seção anterior. Deste modo, seguem-se proposições que operam no restabelecimento da sociologia crítica e que, mantendo-se dentro da tradição marxista, acrescentam muitas das noções centrais da escola weberiana e do referencial chayanoviano. Os trabalhos de Long e Ploeg foram alentadores neste sentido, constituindo os fundamentos da proposta teórica seguida nesta dissertação.

2.2.1 A produção simples de mercadorias e a mercantilização da agricultura

A despeito de surgir procurando uma alternativa teórica capaz de superar as categorias marxistas clássicas, é do conceito marxiano de “produção simples de mercadorias” que emerge um significado contemporâneo para as formas sociais de produção na agricultura. No entanto, segundo Friedmann (1978), não mais como constructo lógico e temporalmente transitório tal qual utilizado por Marx, mas, como uma categoria que configura uma forma de produção estável, que “existirá enquanto existir capitalismo” (BERNSTEIN, 1986, p. 25). Dentre o vasto conjunto de autores que celebrizaram esta perspectiva, se reserva a este estudo somente algumas considerações em relação às contribuições de Harriet Friedmann (1978, 1978a, 1986) e Henry Bernstein (1979, 1986).¹⁴

O conceito de produção simples de mercadorias foi utilizado por Marx para caracterizar aquelas formas pré-capitalistas que não estavam completamente inseridas nos processos de reprodução ampliada, fruto de uma integração parcial à divisão social do trabalho, formas estas que seriam suplantadas pelo próprio desenvolvimento do capitalismo. Não obstante, de acordo com Friedmann (1978) esta formulação é excessivamente abstrata para possuir qualquer poder explicativo à persistência, nas sociedades de capitalismo avançado, das unidades de produção que utilizam basicamente trabalho familiar, as quais não são capitalistas, mas sequer podem ser chamadas de camponesas.

Assim sendo, a autora apresenta uma proposta visando conciliar ao conceito marxiano variáveis como o ciclo demográfico e as relações de parentesco, extraídas diretamente da obra

¹⁴ As discussões dos principais autores desta perspectiva podem ser acompanhadas em diversos números do *Journal of Peasants Studies* que, durante muitos anos teve Bernstein como seu editor. Além disso, uma ampla revisão pode ser feita no número especial do *Journal of Cultural and Social Practice*, n. 20, Dec. 1986 (*Rethinking Petty Commodity Production*), editado por Alison MacEwen Scott.

de Chayanov então publicada para o inglês (*The Theory of Peasant Economy*, 1966).¹⁵ Embora isto não tenha resultado na adoção da noção chayanoviana de campesinato, esta inovação teórica procurou na especificidade de relações sociais vistas por Chayanov (1974) elementos para diferenciar os produtores simples de mercadorias daquelas unidades essencialmente capitalistas:

Na produção simples de mercadorias a propriedade da empresa e a provisão de trabalho estão combinadas na unidade familiar (*household*). Como resultado, existe somente uma classe diretamente envolvida na produção e na distribuição do produto. Produção e consumo são organizados através de parentesco (*kinship*) ao invés de relações de mercado. A unidade familiar compra os meios de produção, os coloca em movimento com seu próprio trabalho, e se apropria do produto final. O último é vendido para renovar todos os elementos do processo produtivo, o qual consiste exclusivamente do consumo produtivo e pessoal. A condição básica para a reprodução simples, além disso, é a re-criação continuada da integridade da unidade familiar como unidade de consumo produtivo e pessoal (FRIEDMANN, 1978a, p. 559).

A forma social de produção¹⁶ identificada por Friedmann, com um duplo e combinado caráter (família/empresa), reflete o que outrora Abramovay (1998) alcunhou “ornitorrinco social” à teoria marxista, fruto da conjugação de proprietário dos meios de produção e trabalhador para si mesmo. Com efeito, na produção simples de mercadorias, o produtor vende a mercadoria produzida com o seu trabalho e consegue o dinheiro para repor o estritamente necessário para renovar o processo produtivo, do que consta inclusive reproduzir a força de trabalho, no caso, comprar os meios de vida indispensáveis a sua família. O fato de não haver expropriação e excedente torna esta forma de produção completamente diferente da produção capitalista.

Outrossim, o fato da produção e reprodução serem organizadas em virtude das relações de parentesco e de variáveis demográficas¹⁷, e não por conta das condições de

¹⁵ No Brasil, o livro de Santos (1984), referência obrigatória aos estudos rurais, também utiliza o conceito marxiano de produção simples de mercadorias conjugando ainda uma acentuada inspiração na microeconomia camponesa chayanoviana. Interessante notar, todavia, que não há qualquer referência aos autores que são apresentados aqui.

¹⁶ Ao contrário de importantes contribuições ao debate da produção simples de mercadorias que seguiram a perspectiva althusseriana de articulação de “modos de produção” (este é o caso de Claude Servolin, por exemplo), Friedmann (1978a, p. 553) faz questão de destacar a produção simples de mercadorias enquanto uma “forma social”. Nos seus termos: enquanto modo de produção “[...] caracteriza complexos institucionais historicamente específicos envolvendo políticos e ideológicos, bem como estritamente econômicos, aspectos da organização social [...]”; forma de produção, “[...] tem sido aplicada, ao contrário, para as verdadeiras unidades de organização produtiva, por exemplo, as empresas capitalistas ao invés de capitalismo.”

¹⁷ O estudo de Friedmann da produção de trigo nos Estados Unidos mostrou, neste sentido, que a contratação de mão-de-obra é um “[...] mecanismo compensatório para a variação demográfica da família sobre condições de competição [...]” (1978, p. 80), oscilando de acordo, principalmente, com a idade dos filhos (ver discussão à frente no tópico 4.2.3).

mercado, não significa que exista autonomia em relação a este. Pelo contrário, segundo a autora, as relações sociais e técnicas que se estabelecem na produção simples requerem “[...] condições de mercados completamente desenvolvidos, não somente para as mercadorias produzidas pelo trabalho familiar, mas também para terra, meios de produção, artigos de consumo pessoal, dinheiro, e mais importante, a própria força de trabalho.” (FRIEDMANN, 1978, p. 73). O objetivo é excluir qualquer interferência de fatores extra-mercantis na circulação de mercadorias. O que também pressupõe uma economia completamente monetizada.

De acordo com Bernstein (1986), esse modelo sugere a completa integração aos mercados, o que, juntamente com as diferentes relações de trabalho, distingue produtores simples de mercadorias de produtores domésticos (*household production*) e empresários capitalistas. Também representa estágios diferenciados de uma seqüência de desenvolvimento: “[...] produção doméstica (nenhuma ou parcial integração aos mercados + trabalho familiar) > produção simples de mercadorias (completa integração aos mercados + trabalho familiar) > capitalista (completa integração aos mercados + trabalho assalariado).” (BERNSTEIN, 1986, p. 15).

A oposição entre unidades domésticas (camponesas) e produtores simples de mercadorias reside ainda na especialização e competitividade destes. Enquanto aqueles produzem uma diversidade de artigos para consumo direto e meios de produção, bem como excedente para venda, estes são essencialmente especializados e inseridos em mercados competitivos. Segundo Friedmann (1978a, p. 548), “[...] quando *household production* é especializada e competitiva, e os meios de produção e subsistência devem ser comprados, isto é *simple commodity production*.” Este tipo de construção gera imediatamente uma questão cuja resposta é vital para este estudo: como podem ser caracterizadas aquelas unidades familiares especializadas que mantêm, no entanto, considerável utilização de insumos produzidos na própria unidade familiar, isto é, que não compram parte substancial dos meios de produção? Friedmann (1978) não possui uma resposta para esse tipo de pergunta. Seu raciocínio essencialmente dedutivista sequer permite que ela se depare com o fato. Ao estabelecer as condições de existência e as características da produção simples que tornam essa forma social viável no sistema capitalista, a autora simplesmente descarta uma análise mais apurada da problemática.

Embora desenhada a partir de elementos que em nada se assemelham ao referencial chayanoviano de Friedmann, uma resposta pode ser encontrada seguindo as análises de Bernstein (1986) aos trabalhos de Gibbon e Neocosmos. Trata-se de uma perspectiva segundo

a qual os camponeses se transformam em pequenos produtores de mercadorias (*petty commodity production*) em decorrência das condições do ambiente externo, ou seja, do nível de desenvolvimento da economia nacional, o qual determina as relações entre o capital e o trabalho. No entanto, expondo similar nível de dedutivismo, estes autores depreendem que uma vez que os camponeses sistematicamente produzam mercadorias eles são totalmente controlados pelos mercados; portanto, “[...] não é significativo falar de mercantilização diferencial se isto implicar em graus ao contrário de tipos. Existem somente dois “graus” de mercantilização: produção de mercadorias sistemática ou generalizada (a qual inclui a pequena produção de mercadorias).” (GIBBON; NEOCOSMOS, 1985 *apud* BERNSTEIN, 1986, p. 17). Neste sentido, quando Bernstein (1979, p. 424) assume que o processo de mercantilização não é uniforme nem completo, não se refere aos graus diferenciados de inserção das unidades de produção nos circuitos mercantis, mas ao fato do desenvolvimento capitalista ainda não ter solapado a “economia natural”¹⁸ em todos os locais.

De acordo com Ploeg (1990), os argumentos relativos à completa mercantilização da agricultura, presente tanto na citação acima quanto na perspectiva de Friedmann, encontra seu ponto máximo na visão de Bernstein (1979) de que a passagem de uma produção doméstica para a produção simples de mercadorias, caracterizada pela completa integração no mercado, reflete perda da autonomia e individualização das unidades de produção que se tornam concorrentes umas das outras.

Cabem, enfim, mais duas questões. Primeiramente, retomar a explicação aos motivos que permitem a esta forma social concorrer com as formas capitalistas de produção em mercados completamente desenvolvidos. Como demonstrado acima, é justamente para responder a esta questão que Friedmann recorre a Chayanov. Apesar de criticá-lo por “[...] desenhar conclusões comportamentais neoclássicas derivadas de premissas estruturais.” (FRIEDMANN, 1978a, p. 560), concorda com o autor em expressar que, tanto em termos neoclássicos quanto clássicos, as estruturas da produção simples de mercadorias e da produção capitalista são diferenciadas em virtude de *relações sociais específicas* (parentesco, trabalho familiar, composição da família, etc.) que fazem com que os custos e as relações de produção se baseiem em critérios diferenciados. Disso decorre o que Bernstein (1986) chama de “vantagens competitivas sobre a produção capitalista”, derivadas: a) do não requerimento estrutural de lucro para garantir a reprodução simples; b) da flexibilidade de consumo pessoal

¹⁸ “Pela categoria economia natural nós denominamos as formações sociais nas quais a produção de valores de uso é dominante.” (BERNSTEIN, 1979, p. 423).

e; c) da auto-exploração pela intensificação do trabalho familiar, redução dos níveis de consumo, endividamento, ou entrega de meios de produção.

A outra questão diz respeito às transformações na própria racionalidade sob a qual operam as unidades de produção. No caso, a discussão limita-se à existência ou não de cálculo capitalista na produção simples. Friedmann se opõe a Chayanov quando este alega que, uma vez que as categorias salário, renda, lucro, etc. (enfim, categorias centrais ao arcabouço teórico marxiano) não têm sentido como categoria econômica real para os produtores simples de mercadorias (camponeses para Chayanov), é impossível que estes apliquem cálculos de lucro capitalista, o que os leva a atuar com base em outro tipo de lógica (o balanço trabalho/consumo). Em contraposição, Friedmann novamente se fundamenta em Marx para afirmar que

Como proprietário dos meios de produção ele é um capitalista; como trabalhador ele é seu próprio empregador. Como capitalista ele, além disso, paga seu salário e projeta seu lucro sobre o capital; ou seja, ele explora a si mesmo como trabalhador assalariado, e paga a si mesmo, em excedente de valor, o tributo que o trabalho deve ao capital (MARX, 1963, p. 407-408, *apud* FRIEDMANN, 1978a, p. 561).

Em outras palavras, segundo Friedmann, o produtor simples de mercadorias, inserido no contexto das relações sociais capitalistas, pode calcular como se a produção envolvesse classes separadas. Com isso, a autora não está renegando a influência das relações sociais específicas da produção simples à conformação da lógica que orienta a ação dos agricultores, mas admitindo que esta é um componente que não impede o cálculo capitalista.

O que permanece atual nas contribuições destes autores? Fundamentalmente, a percepção chayanoviana de que a produção familiar está fundamentada sobre relações sociais específicas (parentesco, ciclo demográfico, vizinhança, etc.) que não podem ser negligenciadas. De outro modo, é difícil aceitar que a agricultura familiar represente um universo completamente mercantilizado, bem como que a mercantilização possa ser concebida pelo nível de desenvolvimento dos mercados nacionais, compreensão que decorre da também equivocada idéia de que os mercados constituem estruturas genéricas externas a ação dos atores sociais.

2.2.2 Dissolvendo o determinismo: mercantilização diferencial e atores sociais

Duas assertivas centrais ao enfoque da produção simples de mercadorias são inteiramente questionáveis. A primeira refere-se a sua conclusão de que a passagem de uma

forma de produção (produção doméstica) para outra (produção simples de mercadorias), em decorrência da completa inserção nos mercados, é resultado de um processo inevitável e unidirecional do desenvolvimento das relações sociais de produção capitalistas. A segunda, presente, sobretudo, nos trabalhos de Bernstein (1986, 1979), diz respeito à sugestão de que a inserção nos mercados induz a completa perda de autonomia das unidades familiares.

De acordo com Long (1986) e Ploeg (1990), a base destes argumentos associa-se a reprodução de análises teóricas que excluem a capacidade dos atores sociais de intervir no curso do desenvolvimento. De outra maneira, segundo notou Buttel (2001, p. 172) em relação à perspectiva orientada aos atores, nesta reconhecem-se os agricultores como agentes ativos e com saberes, capazes de “[...] desenvolver diversos conceitos *folk* e estilos de agricultura os quais possibilitam a eles reproduzir suas empresas em face às tendências homogeneizadoras do capitalismo avançado.”

O fato dos agricultores mobilizarem uma ampla gama de recursos fora dos mercados reflete em “espaços de manobra” (*room for manoeuvre*) e estratégias criadas para manter uma autonomia relativa da unidade de produção (PLOEG, 2003). Desta forma, é equivocada tanto a percepção de que a mercantilização induz à perda total da autonomia, quanto de que este processo possa estar completado, uma vez que coexistem recursos e insumos mobilizados fora dos circuitos mercantis (caso a mercantilização seja assim definida e operacionalizada).

De tal modo, são re-conceituadas as categorias analíticas que sustentam o enfoque da produção simples de mercadorias. O resultado é a conexão de um conjunto teórico neomarxista com categorias chayanovianas específicas e, mormente, com as definições centrais da perspectiva orientada ao ator. Em primeiro lugar, é alterada a compreensão dos mercados que, diferentemente da visão estática de Friedmann e Bernstein, são vistos como estruturas resultantes das múltiplas redes de relações estabelecidas entre os agricultores, uma série de outros atores sociais e uma gama de recursos materiais (CALLON, 2004). Destarte, não há razão em falar de mercantilização a partir do nível de desenvolvimento dos mercados como se este fosse alheio à ação humana.

A extensão da mercantilização da agricultura é resultado direto da luta entre o capital, o Estado e os agricultores. A disputa expressa nos mercados é pelo controle dos principais recursos utilizados nos processos produtivos e, desta forma, pelo domínio dos próprios mercados. Os agricultores desenvolvem uma série de estratégias para modificar, neutralizar, resistir e, por vezes, até acelerar os resultados da mercantilização, de acordo com sua própria condição social e econômica. Trata-se de um processo não linear, com avanços e reveses e, fundamentalmente, expresso na inserção diferencial das unidades familiares aos mercados.

Assim, ao centrar-se sobre as relações de trabalho e produção no interior das unidades familiares, Ploeg (1990, 1992) retoma a definição marxiana de mercantilização, porém não desde um ponto de vista macro analítico, mas desde uma perspectiva que conjuga os micro-processos aí involucrados. Do determinismo estruturalista, parte para uma visão da mercantilização enquanto resultado de um processo de negociação entre os mercados e os agricultores. Não obstante, admitida a existência de uma “mercantilização diferencial” entre as unidades produtivas, cabe perceber o que significam “graus de mercantilização” para Ploeg. Obviamente o termo remete ao nível de incorporação em vários mercados, mas como é operacionalizada tal definição? Pela proporção entre a quantidade de mercadorias mobilizadas pelos agricultores nos diversos circuitos mercantis e aqueles valores de uso reproduzidos no ciclo de produção anterior (PLOEG, 1990). Disto procede que a definição de “mercadoria” é produto de relações sociais específicas encontradas no mercado e não, como é sugerido por Vandergeest (1988, p. 22), dando sustentação à concepção weberiana referida no início deste capítulo, pela sua produção ter sido racionalmente conduzida com o objetivo de comercialização, neste caso pensando a mercantilização em termos de uma contínua “penetração da calculabilidade de valor de troca pelos produtores”.¹⁹

Freqüentemente conjugada a mercantilização da agricultura existe um amplo processo de “incorporação institucional” (LONG, 2001). Este faz menção a processos interconectados de *cientificação* (geração de tecnologias que aumentam o controle de atores externos – empresas, bancos, Estado, etc. – sobre o processo de trabalho agrícola e sobre a natureza), *centralização estatal* (coordenação estatal das inter-relações entre várias instituições e atores para resolução de conflitos) e, principalmente, *externalização*, que faz referência à gradual, ou às vezes abrupta, transferência do controle de recursos produtivos e tarefas para atores externos (PLOEG, 1992, 1990, 1985; KAGEYAMA *et. al.*, 1990; ARNALTE ALEGRE, 1989).

De acordo com Ploeg (1990), uma vez que o processo de trabalho agrícola compreende a coordenação de diversas tarefas e recursos, o resultado fundamental da externalização jaz em separar o controle da unidade de produção dos próprios agricultores. Nos seus termos,

¹⁹ A consequência deste raciocínio seria de que as mercadorias não representam valores materiais pelos quais são compradas ou vendidas na realidade, mas tão-somente aquilo que é *exchangeable* por dinheiro. E sua contestação reside na consideração marxiana de que nenhum produtor considerado isoladamente é capaz de produzir valor de troca ou mercadoria; seu produto torna-se um valor e uma mercadoria somente no contexto de definidas interrelações sociais (MARX, 1982; PLOEG, 1990).

[...] as tarefas que foram organizadas e coordenadas inicialmente, sobre o mando do próprio agricultor, passam a ser coordenadas agora mediante a troca mercantil e por meio do sistema recém estabelecido das relações técnico-administrativas. Esta externalização crescente não somente afeta as atividades de produção, mas também resulta em uma transformação completa do processo de reprodução (PLOEG, 1992, p. 170).

O resultado mais evidente é a alteração de duas características centrais das unidades familiares de produção: há uma gradativa separação entre o trabalho mental e o trabalho manual, e a perda do controle direto sobre as condições nas quais se executam os processos de produção. Configuram-se então novos parâmetros sobre os quais os membros da unidade de produção planejam e executam conscientemente suas tarefas, articuladas entre si e mediadas por uma estrutura ou contexto que determina os parâmetros sociais e econômicos relevantes, a partir dos quais são estabelecidas as decisões. Deste modo, a externalização é responsável por profundas alterações nos processos mais significativos de reprodução da unidade familiar, quais sejam, aqueles diretamente relacionados ao trabalho e ao controle dos recursos produtivos.

Segundo Arnalte Alegre, esta externalização é capaz de converter as explorações agrícolas na sede física de processos produtivos realizados com a utilização de meios de produção e mão-de-obra controlados por agentes externos. Deste modo,

[...] em uma agricultura com alto grau de externalização, quer dizer, na qual empresas de serviços externos realizam uma parte substancial do processo produtivo, as possíveis reduções de custo virão determinadas fundamentalmente pela modernização e transformação destas empresas e não tanto pelo comportamento das explorações (ARNALTE ALEGRE, 1989, p 114).

Neste sentido também é possível referir ao que Goodmann, Sorj e Wilkinson (1990) denominaram *apropriacionismo*, noção que faz referência ao fato de diferentes aspectos da produção agrícola terem sido transformados em setores específicos da atividade industrial, ocasionando a eliminação de elementos discretos da produção agrícola, sua transformação em atividades industriais e sua re-incorporação na agricultura sob a forma de insumos externos. Ploeg (1992, p. 192), contudo, questiona a centralidade desta noção, alegando que

[...] a submissão real da mão-de-obra agrícola surge não tanto de que o capital se aproprie de certas atividades, mas de que começa a monopolizar o controle do processo de trabalho na exploração agrícola, de tal modo que este processo de trabalho já não pode reproduzir-se fora do alcance do capital.

O escopo da definição de externalização desta dissertação, todavia, focaliza o que Giddens (1989) chama de uma “dialética de controle” envolvendo o acesso assimétrico aos recursos necessários ao fluxo dos processos (re)produtivos das unidades familiares. Por conseguinte, incorpora tanto a dimensão dos insumos produtivos que passaram para as mãos das indústrias, como destacam Goodmann, Sorj e Wilkinson; quanto àquela sublinhada por Ploeg referente à mão-de-obra necessária ao desenvolvimento dos processos de trabalho. É a manipulação destes e outros recursos por agentes externos que lhes permite influenciar diretamente o comportamento dos demais atores (no caso, os agricultores) e, é a constatação de que este controle passa pelas relações sociais estabelecidas nos mercados que torna a externalização um componente tão central à compreensão dos processos de mercantilização.

Agora, devido à importância que assume no universo de investigação, é relevante enfatizar que a “terceirização da produção agrícola” revela-se como uma das formas de externalização mais presentes no meio rural contemporâneo (LAURENTI, 2000; MULLER, 1991; BOURGEOIS, 1987). A contratação ou aluguel de serviços de terceiros (preparo do solo, plantio, colheita, inseminação, gestão, etc.) têm se apresentado como fenômeno recorrente desde a intensificação das mudanças na base técnica da agricultura a partir do projeto da modernização, revelando, como será visto nos próximos capítulos, uma espécie de terceirização produtiva altamente prejudicial à manutenção da autonomia das unidades familiares.²⁰

2.2.3 Para além da produção: a mercantilização como um amplo processo social

A proposta articulada por Ploeg (1990) sugere que a mercantilização diferencial seja concebida segundo os distintos graus de inserção das unidades de produção, os quais são mensurados a partir da proporção fixada entre a quantidade de mercadorias mobilizadas pelos agricultores nos diversos circuitos mercantis *vis-à-vis* aqueles valores de uso reproduzidos internamente. Nesta perspectiva, consideram-se fundamentalmente a compra de insumos produtivos, o que permite apenas uma delimitação parcial do processo, o qual deve englobar ainda a inserção em diversos mercados não diretamente envolvidos no processo produtivo em si e, além disso, a comercialização de produtos gerados na unidade de produção. Neste caso,

²⁰ É necessário ressaltar que aquilo que se está denominando terceirização neste trabalho se limita às contratações de serviços pelas unidades familiares de produção (ARNALTE ALEGRE, 1989; MULLER, 1991; BOURGEOIS, 1987; LAURENTI, 2000). Estudos sobre terceirização industrial, de outro modo, têm sido realizados frequentemente sob a ótica da venda de trabalho de agricultores familiares para as indústrias (TEDESCO, 2002; SCHNEIDER, 2004).

no seu escopo se enquadram desde a aquisição de insumos produtivos, a compra de máquinas, a contratação de mão-de-obra e a venda da produção agropecuária até a venda da própria força de trabalho familiar e a obtenção de financiamentos nos mercados de crédito. Não se altera o sentido atribuído por Ploeg ao processo, apenas há uma ampliação de forma a captar um conjunto maior de circuitos onde se constituem mercadorias.

Não obstante, como faz questão de ressaltar Marsden, a mercantilização também se constitui de um processo mais diverso, que se estende a outras dimensões da vida social. Nos seus termos, trata-se de

[...] um amplo processo social e político pelo qual os valores mercantis são construídos e atribuídos a objetos rurais e agrícolas, artefatos e pessoas. Ela não representa um processo único e universal que transforma apenas o trabalho na agricultura (tal como sugerido na literatura marxista sobre o desenvolvimento agrário). Trata-se, ao contrário, de um fenômeno diversamente construído, em torno do qual os processos de desenvolvimento coalescem e se generalizam (MARSDEN, 1995, p. 293).

Um amplo processo social que adentra as mais distintas esferas de relações sociais, atribuindo às interações humanas e materiais que ali se reproduzem valores mercantis que passam a regular as práticas sociais dos agricultores. É neste sentido que Marsden (1995) destaca como vários espaços rurais não essencialmente produtivos têm sido mercantilizados, como é o caso associado a algumas das “novas funções” desempenhadas pelo meio rural. Estas representam, por exemplo, um conjunto de bens materiais e simbólicos como a paisagem, o folclore e a gastronomia locais, os quais os agricultores passaram a atribuir valor de troca em virtude da venda aos consumidores urbanos.

Novamente adiantando resultados futuros, aqui servindo para ilustrar a importância do fenômeno em questão, esta perspectiva se vincula também à compreensão mercantil que os agricultores desenvolvem em relação a práticas que, durante muito tempo, estiveram predominantemente ancoradas em valores não-mercantis, e que agora são também significativamente pautadas por valores de troca mercantis, como as relações de ajuda mútua entre vizinhos e as festas comunitárias. Nestas, como em provavelmente todas as outras dimensões aludidas neste estudo, é mister notar, todavia, que à mercantilização e sua lógica mercantil intrínseca, se contrapõe relações e lógicas distintas que, precisamente, tornam este processo tão amplo quanto parcial e flexível.

Em termos de conseqüências deste processo, é razoável retomar Bourdieu (1979, p. 13) para falar da criação de um *cosmo* “[...] no qual os trabalhadores se vêem jogados e cujas regras eles devem aprender para sobreviverem.” Similarmente, Navarro (2002) destaca que a

mercantilização, além de conformar novas formas de trabalho e produção, foi responsável por criar uma *nova atmosfera* de relações sociais, culturais e simbólicas, gradualmente materializada em uma nova sociabilidade. Com efeito, é a partir destas transformações nas relações sociais que se poderá apreender como a mercantilização modifica um leque variado de noções estratégicas, valores e percepções que guiam os agricultores na organização de suas unidades de produção e vida social.

Finalmente, é necessário mencionar que, na conjunção dos significados que este fenômeno comporta, percebe-se como os mercados, mais do que simples mecanismos de transformação de valores de uso em valores de troca, são instituições sociais que refletem a contínua interação entre os atores, seus projetos, estratégias e repertórios culturais; são instituições envolvidas no amplo processo de constituição de uma nova atmosfera de relações sociais.

2.3 A DIVERSIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR

Reiteradamente procura-se sublinhar neste estudo o fato de que a mercantilização não traz consigo efeitos capazes de serem apreendidos genericamente, isto é, desconsiderando como outros fatores podem influenciar diretamente seu curso, notadamente aqueles inerentes às *relações sociais específicas* de que fala Friedmann (1978a). Outrossim, tem-se buscado na noção de diversidade o símbolo das desuniformidades que caracterizam este processo. Assim, esta seção toma emprestado o título do livro recentemente organizado por Schneider (2006), para apresentar um conjunto de reflexões que gravitam em torno da diversidade da agricultura familiar e como esta se associa à mercantilização diferencial.

Inicialmente, são estabelecidos alguns marcos conceituais à delimitação desta forma social. A análise fundamenta-se na reconceituação proposta por Ploeg (2006) às categorias utilizadas por Friedmann (produtores simples de mercadorias) e Bernstein (pequenos produtores de mercadorias), e busca superar a tradicional oposição entre agricultura familiar e campesinato, a qual, como argumenta Schneider (2006, p. 9),

[...] pouco acrescenta ao entendimento da diversidade das formas familiares de produção e trabalho, das suas dinâmicas territoriais de diferenciação social. Na realidade, o estudo da agricultura familiar requer uma análise sociológica multidimensional sobre a diversidade das formas sociais familiares, que pode começar pelo estudo da organização do trabalho e da produção e sua relação com a natureza, mas passa pelo entendimento dos mecanismos de construção das estratégias de interação com o ambiente

social que caracterizam as suas relações domésticas (parentesco, gênero, etc.), assim como os múltiplos meios de exercício da ação política.

Para superar as dicotomias que marcam esta questão é necessário criar meios de apreender a diversidade. É neste sentido que, ao final desta seção, apresenta-se a abordagem dos “estilos de agricultura” desenvolvida por Ploeg (1994; 2003). Esta parece ser uma forma promissora para analisar a diversidade sem incorrer às totalizações que encobrem as heterogeneidades internas ou, aos individualismos para os quais, no limite, cada unidade teria que ser estudada como se representasse um universo ímpar e distinto de relações sociais.

2.3.1 Forma camponesa e forma empresarial de agricultura familiar

[...] a agricultura familiar abrange duas constelações contrastantes: a *forma camponesa* e a *forma empresarial* de se fazer a agricultura. [...] A essência e as principais diferenças entre esses dois contrastantes modos de produção²¹ não residem tanto nas relações de propriedade; elas situam-se principalmente nas (diferentes) formas através das quais a produção, a distribuição e a apropriação de valor são ordenadas (PLOEG, 2006, p. 14, grifo nosso).

A Tabela 2.1 procura resumir as principais características das quatro formas de produção distinguidas por Ploeg (2006) que convivem em espaços rurais de todo o mundo. As principais diferenças residem nas relações que são estabelecidas entre as unidades de produção e os mercados, sendo estas também resultantes de fatores que vão muito além do universo econômico. Como é possível apreender, enquanto a produção capitalista e a produção doméstica refletem extremos em termos de dependência dos processos produtivos e reprodutivos aos mercados, a *pequena produção de mercadorias* (PPM) e a *produção simples mercadorias* (PSM) configuram universos intermediários resultantes de múltiplas configurações produtivas e sociais. Na PPM somente o resultado da produção é comercializado (e apenas parte dele) e se torna mercadoria. A força de trabalho e os demais recursos essenciais ao processo produtivo não entram no processo de trabalho como mercadorias, eles são reproduzidos nos ciclos precedentes da produção. Na PSM com exceção do trabalho, o restante passa pelos mercados. Neste caso, introduz-se não apenas as relações

²¹ Anteriormente já foram mencionadas as críticas de Friedmann ao termo “modo de produção”. Seguindo sua perspectiva e a de outros autores (SHANIN, 1980; WANDERLEY, 2003) utiliza-se neste estudo a noção de “forma social”. Entretanto, é necessário perceber, que aqui “modo de produção” é utilizado “[...] em seu sentido mais direto e descritivo, como uma forma de produzir, um processo de trabalho, um estágio tecnológico geral de desenvolvimento social.” (SHANIN, 1980, p. 64).

mercantis gerais com todos seus efeitos imediatos, mas também “a lógica do mercado” no interior das unidades de produção.

Tabela 2.1 – Diferentes formas de produção de mercadorias

Forma de produção de mercadorias	Doméstica (PD)	Pequena (PPM)	Simplex (PSM)	Capitalista (PCM)
Resultados da produção	-	+	+	+
Outros recursos	-	-	+	+
Força de trabalho	-	-	-	+
Objetivo	Auto-abastecimento	sobrevivência	renda	mais-valia

Fonte: Ploeg (2006, p. 18).

Nota: Os elementos que constituem o processo de produção entram como mercadorias/valores de troca (+) ou como não-mercadorias/valores de uso (-).

Diferentemente do papel que estas categorias possuem nos trabalhos de Bernstein e Friedmann, aqui elas são compreendidas como tipos teóricos que só muito raramente refletem a realidade em sua totalidade. O que Ploeg (1990) propõe é uma ferramenta analítica à compreensão de distintas lógicas de organização do processo de trabalho agrícola. Em um sentido, tem-se uma via histórica de “reprodução relativamente autônoma”, onde a força de trabalho, os objetos e os meios necessários para cada ciclo de produção são resultados do ciclo precedente. No outro, uma “reprodução dependente do mercado” onde os fatores de produção e *inputs* são mobilizados como mercadorias. As unidades familiares não se encontram nestes extremos. Assumem posições intermediárias cujos parâmetros se entrecruzam e se recombinaem de diversas formas.

De acordo com Ploeg (2006), enquanto a PSM expressa uma “forma empresarial de agricultura familiar”, a PPM representa uma “forma camponesa”. Não obstante, ao retomar a terminologia “camponesa”, o autor não está sugerindo a figura do camponês tradicional. Ou seja, não existem referências a uma “unidade econômica camponesa” fundada no balanço trabalho/consumo e com objetivo essencial de produzir valores de uso e não valores de troca (CHAYANOV, 1974), ou a um “modo de vida camponês” de economia de subsistência, relativamente autárquico, fundado no interconhecimento e em uma autonomia relativa das “coletividades locais” em relação à sociedade englobante (MENDRAS, 1978). Tampouco a unidades familiares cujas relações sociais (re)produtivas se voltem *prioritariamente* para garantir “fundos de manutenção”, “mínimos calóricos” ou “excedentes sociais” (WOLF, 1976).²²

²² Ainda que, como será visto no capítulo 4, o diálogo com os autores que pensaram o campesinato deste modo é contínuo, então re-emergindo várias das suas categorias e definições.

Sua utilização pode se fundamentar na presença de elementos constituintes do que Woortmann (1990) chama de “campesinidade”, enquanto características morais, sociais e culturais que organizavam relações específicas que os camponeses estabeleciam em relação à natureza e à sociedade. Trata-se de compreender a existência e o significado atual de uma “ordem moral” característica no repertório cultural dos agricultores familiares que, geralmente se contrapondo à mercantilização crescente, insiste em considerar a terra não como objeto de trabalho e mercadoria, mas como expressão de uma moralidade e propriedade familiar e, da mesma forma, o trabalho como um valor ético (valor de uso). A questão remete ao confronto entre a ordem moral e a ordem econômica no manejo de diferentes sistemas de valores.

Em uma leitura quiçá mais pragmática, para Ploeg (2006) a forma ou condição camponesa é delimitada basicamente a partir dos seguintes elementos: em primeiro lugar, representa uma espécie de “co-produção”²³ que busca internalizar recursos e, assim, sustentar alguma autonomia em relação aos mercados. Isso porque a base de recursos passa a ser composta fundamentalmente por não-mercadorias, o que pressupõe certo distanciamento *vis-à-vis* os circuitos de troca (internalização e des-mercantilização). Não obstante, esse distanciamento é relativo, dependendo do tipo de mercado. Existe um afastamento estratégico daqueles referentes a insumos industrializados, mas uma vinculação crescente a novos mercados, buscando criação de valor agregado e empregos produtivos. Estes processos são evidentes, por exemplo, no crescente desenvolvimento da agricultura de poucos insumos, da agroecologia, da transformação caseira para venda e de alguns tipos de pluriatividade.²⁴

Outro componente desta forma social, também relativo aos mercados, diz respeito à idéia de Ellis (1988) de que os camponeses são apenas parcialmente inseridos aos mercados.²⁵ Parcialidade não se refere, todavia, ao grau de mercantilização, mas à possibilidade de reproduzir os meios de produção sem precisar acessar os mercados e, fundamentalmente, à flexibilidade entre consumo e venda que permite, estratégica e temporariamente, se retirar dos mercados sem comprometer a reprodução social. Nos termos de Garcia Júnior (1983) e Heredia (1979), isto pode ser transcrito pela “alternatividade” da produção, podendo esta ser destinada tanto à venda quanto ao consumo familiar ou produtivo nos ciclos de produção subseqüentes.

²³ “Co-produção é o incessante encontro e interação mútua entre homem e natureza viva e, de forma geral, entre o social e o material. Na co-produção e através da dela, o social e o material são mutuamente transformados. Eles são moldados e remodelados de forma a tornarem-se recursos úteis, adequados e promissores, que compõem um padrão coerente: o modo de produção camponês”. (PLOEG, 2006, p. 22).

²⁴ Neste sentido veja os resultados do quinto capítulo.

²⁵ Ellis acrescenta a esta definição a idéia de mercados incompletos (“integração parcial a mercados incompletos”). Esta idéia, todavia, pode sugerir a existência de mercados completos (ou perfeitos) o que não parece ser o caso mesmo para ambientes econômicos “essencialmente capitalistas”.

Ainda se expressam diferenciações no que concerne ao trabalho. Uma vez que à condição camponesa corresponde escassez de meios de produção e capital, mas “excesso” de mão-de-obra (comumente, nem sempre é assim), o processo produtivo tende a se caracterizar pela eficiência técnica e intensificação. Neste sentido, é fundamental a capacidade de desenvolver o potencial produtivo dos objetos de trabalho e a unidade entre trabalho mental e trabalho manual.

De outro modo, mercantilização e externalização conjugaram uma *forma empresarial*. Conjuntamente estes processos elevaram a fragilidade dos agricultores em relação aos mercados de insumos; reestruturaram a noção de custos, aumentando a importância do fator “risco” e dos elementos de previsão nos processos de tomada de decisão; tornaram preponderante a lógica de eficiência econômica²⁶ sobre a da eficiência técnica (máximo rendimento por unidade de trabalho), alterando expressivamente o significado e a qualidade do trabalho²⁷, dissociando o trabalho manual do trabalho mental. Introduziram não apenas transformações produtivas, mas também outra forma de pensar, outra lógica que orienta os processos produtivos.

Na forma empresarial o que assume maior centralidade são os recursos externos, as tecnologias mecânicas, o aumento de escala e a eficiência econômica. Diferentemente da preocupação com a artesanidade (*craftmanship*), isto é, com a capacidade da força de trabalho de desenvolver o potencial dos objetos de trabalho, o essencial é a capacidade de adaptar o processo de produção às relações mercantis externas que impõem limites de custos e níveis mínimos de lucratividade – empresarialidade (PLOEG, 1992, 1990). Nesta lógica, o agricultor familiar passa a raciocinar muito mais em termos de capital do que em termos de propriedade (MARTINS, 1975). Terra e trabalho perdem seu significado moral para se tornarem meios de produção. As relações sociais são continuamente transformadas pela individualização e o sentido de sua ação passa a ser fundamentado na busca de máximo rendimento econômico. Da mesma forma, a linguagem impessoal do contrato assume maior importância, imprimindo um caráter despersonalizado às relações sociais e institucionais.

Igualmente, a forma empresarial revela uma dependência estrutural ao Estado. Abramovay (1998) analisou com precisão esta questão, demonstrando a necessidade que esta

²⁶ “*Eficiência econômica* é um conceito bem determinado na microeconomia: trata-se da capacidade de utilizar os fatores produtivos de maneira a encontrar a maior quantidade possível de produtos e também (sem o que não há eficiência) escolher entre os fatores – por definição – escassos, aqueles que correspondam ao menor preço e/ou que propiciem maior renda.” (ABRAMOVAY, 1998, p. 83, grifo no original).

²⁷ Nos termos de Wortmann (1990), o trabalho deixa de ser uma “arte” para tornar-se um “negócio”, ou ainda, segundo Abramovay (1998, p. 127): “[...] aquilo que antes de tudo era um modo de vida converte-se numa profissão, numa forma de trabalho.”

agricultura possui de uma base estável de preços e condições macro-econômicas, garantidas, embora não completamente, pela intervenção estatal.

Finalmente, é imprescindível ratificar que essa diferenciação analítica não tem correspondência empírica com categorias puras. Como alude Brumer (1994, p. 89), “O produtor familiar não é necessariamente um camponês. Paralelamente, temos dificuldade em considerá-lo como um empresário capitalista.” O fato é que a mercantilização não determinou o desaparecimento de muitas das relações sociais e lógicas não-mercantis que Chayanov, Mendras, Wolf e tantos outros demonstraram preponderantes no campesinato. A importância atual da composição familiar na estruturação dos processos produtivos, a permanência da reciprocidade e do interconhecimento, a manutenção do autoconsumo, entre outros tantos elementos, atestam a validade hodierna de várias de suas contribuições.

Diferentemente do que pensou Polanyi (1980), a exigência de retornos econômicos cada vez maiores não suplantou as necessidades de cumprir determinadas “exigências sociais”. A contínua ruptura com o “mundo da roça”, para retomar o termo utilizado por Navarro (2002), não significou nem a completa mercantilização, nem a emergência de um ator social calculista, de um empresário cuja ação se volta à maximização do lucro. A unidade familiar de produção continua representando um universo ímpar de integração entre propriedade, trabalho e família (LAMARCHE, 1993; WANDERLEY, 2003) e, em que pese seja possível assegurar uma crescente individualização no interior da família (do trabalho, das rendas, do lazer, etc.), o agricultor permanece raciocinando enquanto ator coletivo e familiar, não como indivíduo isolado. Como notou Almeida (1986), a família mantém vivos valores e tradições que estabelecem um código de conduta às relações sociais e econômicas. Do mesmo modo, o agricultor tem dificuldade em pensar sua propriedade enquanto capital, tal qual faria um empresário. Embora a terra vá perdendo paulatinamente o significado lógico e simbólico que possuía na lavoura camponesa (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997), sendo cada vez mais incorporada ao universo da mercadoria e à lógica do mercado, ela mantém-se como elemento central da reprodução social, como patrimônio material e simbólico a ser repassado aos filhos.²⁸

²⁸ “Malgrado a tendência à autonomização dos indivíduos no seio de uma exploração agrícola, a família continua sendo um conjunto econômico relativamente coerente, pela gestão da renda, pela inserção de trabalhadores conforme os ciclos de vida e pela transmissão de patrimônios que não se reduzem aos bens imóveis.” (NEVES, 1997).

2.3.2 Estilos de agricultura

À luz das questões referidas acima, este estudo buscará elementos teóricos em um referencial fundado na noção de *estilos de agricultura (farming styles)*, o qual se propõe, grosso modo, a explorar similaridades e diferenças entre as unidades familiares de produção. Com isso pretende-se ir além das formas camponesa e empresarial, muito embora, como será visto nos capítulos finais, os estilos de agricultura acabam se aproximando de uma ou outra condição.

A abordagem desenvolvida em torno da noção de estilos de agricultura tem se constituído como importante ferramenta analítica em uma ampla gama de estudos rurais europeus. A noção originariamente desenvolvida por Hofstee (1946) em *The Causes of Diversity in Dutch Agriculture* foi retomada por Ploeg (1993) tornando-se um *approach* para a compreensão de elementos da diversidade da agricultura. Sua proliferação fez, todavia, com que surgissem várias reformulações à definição inicial, tornando-a um conceito que pode ser definido e ilustrado desde vários pontos de vista (PLOEG, 1993).²⁹ O objetivo desta seção é apresentar brevemente a trajetória desta noção e delimitar seu significado neste estudo, o qual se aproxima mais detidamente da heterogeneidade de estratégias dos agricultores familiares.

Segundo Ploeg (1994, p. 17), inicialmente a noção de estilos de agricultura – tal qual desenvolvida por Hofstee – esteve articulada às dimensões da cultura e localidade, representando “[...] um complexo e integrado conjunto de noções, normas, conhecimentos, experiências, etc., portados por um grupo de agricultores *em uma região específica*, que descreve o modo com que a *farming práxis* é levada adiante.” (grifo nosso). Com efeito, a construção inicial faz referência às diferenças inter-regionais da agricultura européia. Não obstante, à medida que se torna evidente a heterogeneidade no seio de uma mesma comunidade, “[...] estilos de agricultura tornaram-se principalmente um fenômeno intra-regional.” (PLOEG, 1993, p. 243). Assim, o conceito de estilos de agricultura perde seu componente territorial e passa a se remeter diretamente a lógica produtiva e social dos agricultores e suas famílias.³⁰ Consolida-se uma perspectiva mais diretamente orientada aos atores, seus projetos e suas estratégias, onde o fundamental é perceber suas capacidades de agência, de “fazer uma diferença” sob condições estruturais relativamente similares (GIDDENS, 1989). Neste sentido caminha a perspectiva de Ploeg desde seus trabalhos

²⁹ Não será desenvolvida aqui uma análise das divergências teóricas e metodológicas entre autores em relação à noção de estilos de agricultura. O artigo de Vanclay *et. al.* (2006) caminha nesta direção e oferece ao leitor suas posições sobre as principais questões que estão em discussão atualmente.

³⁰ Muito embora, Vanclay *et. al.* (2006) acreditem que diferentes estilos possam ser atributos de uma região, mercadoria, empresa ou empresário rural.

iniciais sobre estilos de agricultura (PLOEG, 1985, 1990). Não obstante, a noção apresenta-se com diversas faces no conjunto de suas obras. Nos primeiros textos, onde o leitor se depara com um conceito ainda nascente, este aparece conectado fundamentalmente ao processo produtivo agrícola: “[...] estilos de agricultura (ou uso do solo), pode ser definido como uma estrutura válida de relações entre produtores, objetos de trabalho e meios, [...], é o produto de uma estruturação específica do trabalho agrícola.” (PLOEG, 1990, p. 11).

No artigo publicado em 1993 o autor se aproxima da definição original de Hofstee propondo que

Estilo de agricultura refere-se a um repertório cultural, uma composição de idéias normativas e estratégicas sobre como a agricultura (*farming*) será feita. Um estilo envolve um modo específico de organização da empresa agrícola: prática agrícola e desenvolvimento são definidos pelo repertório cultural, o qual por sua vez é testado, afirmado e, se necessário, ajustado pela prática. Por conseguinte, um estilo de agricultura é uma forma concreta da práxis, uma unidade particular de pensamento e ação, de teoria e prática (PLOEG, 1993, p. 241).

Dois anos depois, o autor acrescenta ao conceito elementos que se referem a: a) um conjunto de noções estratégicas, valores e percepções que um grupo particular de agricultores utiliza para organizar sua unidade de produção em um determinado caminho; b) uma estruturação específica da prática agrícola que corresponde a uma noção estratégica de repertório cultural e; c) um conjunto específico de interrelações entre a empresa agrícola e os mercados (PLOEG, 1995, p. 122). Desde então, estes três componentes (normas, práticas e relações com os mercados) tem estado presentes nas suas definições (HOWDEN; VANCLAY, 2000).

A partir desta construção, Ploeg (1994) configura tipologias de estilos em uma perspectiva hermenêutica, com categorias *folk* que focalizam os discursos representacionais dos agricultores em relação a si mesmos e aos demais. Este tipo de opção metodológica tem gerado oposições em virtude da constatação, já referida acima, de que os discursos dos agricultores (e de outros atores) são sempre parciais e, não raro, contraditórios na sua interligação com as práticas em virtude de relações de poder que aí se colocam intersticialmente (VANCLAY *et al.*, 2006; WHATMORE, 1994; GIDDENS, 1989). Mais recentemente, quiçá procurando responder as críticas, Ploeg (2003) optou por discutir estilos de agricultura como redes sócio-técnicas, buscando apoio nas teorias do ator-rede (CALLON, 2004). Entretanto, neste artigo não fica evidente se o autor realmente está propondo uma

construção diferenciada ou uma alternativa metodológica complementar, uma vez que as tipologias baseadas em categorias *folk* continuam presentes no trabalho.

Certo é que tanto o conceito quanto sua operacionalização estão sendo construídos passo a passo. Até o momento, a amplitude das definições faz com que a noção de estilos de agricultura assuma um caráter multidimensional. Percebendo isto, Vanclay e colaboradores (2006, p. 79) ostentam que analiticamente um estilo de agricultura pode ser concebido de diversas maneiras “dependendo do ponto de entrada do pesquisador”. Então, antes de qualquer coisa, é necessário demarcar o ponto de entrada deste estudo. É neste sentido que o conceito de estratégia, recorrente nos trabalhos de Ploeg, é capaz de conectar os elementos centrais que definem um estilo de agricultura.

Como demonstram Vanclay *et al.* (2006, p. 73), “[...] estilos existem como um conjunto de estratégias para a agricultura (cursos de ação para sobreviver) onde uma estratégia refere-se a um conjunto de guias práticos e/ou racionalidades para tomar decisões de acordo com uma situação particular.”³¹ Em uma perspectiva orientada aos atores sociais, o conceito de *estratégia* é inseparável da própria noção de agência humana. As estratégias representam projetos específicos e, conforme demonstra Schneider (2003, p. 108), apresentam-se justamente como uma “[...] ligação que parece superar a dicotomia sociológica em torno do problema da relação estrutura-agente ou processos micro versus macro.”

Estilos e estratégias se relacionam ainda a uma espécie de lógica reprodutiva, a qual, conforme se demonstrou anteriormente (tópico 2.1.3), pode ser investigada em termos de um *calculus*, de um discurso prático:

Cada estilo de agricultura contém um *calculus*: um mais ou menos explícito *framework* de conceitos interconectados com os quais se ‘lê’ a realidade empírica relevante (neste caso a unidade de produção e as relações nas quais está inserida) e ‘traduz’ em novas ações. Um *calculus* é, como foi, a coluna vertebral de uma estratégia particular. Isto é a ‘gramática’ do processo de tomada de decisão (PLOEG, 2003, p. 137).

Este *calculus* representa uma lógica condicionada por relações sociais particulares. Conforme demonstra Schneider (2003, p. 109), “[...] é preciso ponderar, contudo, que essas estratégias ocorrem nos limites de determinados condicionantes sociais, culturais, econômicos e até mesmo espaciais, que exercem pressões sobre as unidades familiares.” Portanto, não se trata de um ator isento de constringências estruturais: “[...] estilos são criados, não somente através de dinâmicas socioculturais, mas também como resposta a forças estruturais –

³¹ Na mesma perspectiva: “Vários estilos de agricultura em uma região representam um repertório de visões de mundo e estratégias possíveis.” (HOWDEN; VANCLAY, 2000, p. 295).

diferentes estilos existem para diferentes situações de mercado dos diferentes agricultores.” (VANCLAY *et al.*, 2006, p. 63). Trata-se de um “raciocínio estratégico” (PLOEG, 1994) capaz de construir diferentes projetos (ou estratégias), a partir dos quais os agricultores organizam suas relações sociais.³²

A pluralidade de estratégias das quais os agricultores lançam mão é ao mesmo tempo resultado e origem das diferentes lógicas sociais e produtivas. As estratégias associam-se aos processos de trabalho, investimentos de capital, ciclo produtivo e reprodução do grupo familiar. As mudanças neste sentido podem configurar-se em estratégias produtivas (e.g. intensificadoras de trabalho); fundiárias (e.g. relacionadas ao aumento da superfície agrícola útil); vinculadas ao trabalho em atividades não-agrícola; ou ainda, associadas ao acesso a tecnologias que possibilitem maior produtividade da terra e do trabalho.

Além disso, muitas estratégias ultrapassam a dimensão estritamente produtiva e, conforme demonstra Ellis (2000, 1998), tornam-se formas de diversificação dos modos de vida rural (*rural livelihood diversification*). Deste modo, mesmo sem adentrar a discussões sobre a abordagem dos modos de vida (PERONDI, 2006), pode-se perceber que muitas estratégias aqui referidas são similarmente capazes de gerar ativos e capitais (físicos, naturais, sociais, humanos) que permitem diversificar as condições de reprodução das unidades familiares, o que, segundo Ellis, significa criar novos modos ou meios de vida.

2.3.3 Mercantilização e estilos de agricultura

Ao centrar-se sobre a pluralidade de estratégias dos agricultores familiares, este estudo não define tipologias “realistas” de estilos de agricultura, as quais, conforme definiu Whatmore (1994), procuram desvendar tendências coerentes de relações econômicas e sociais entre o objeto de estudo e seu contexto estrutural. Neste caso, provavelmente seria necessário operar a construção de um esquema classificatório onde despontaria algum tipo de variável responsável por caracterizar o grau de mercantilização, este sendo então relacionado causal e estruturalmente a outras variáveis dependentes. Isto poderia resultar na dissolução da diversidade que apresenta a mercantilização. Problema similar é encontrado, por exemplo, nos trabalhos de Mooney (1988) e Lamarche (1993). Este propõe a análise da passagem de um

³² Insiste-se à necessidade de “[...] voltarmos a esta famosa “racionalidade” do produtor agrícola moderno para compreender o caráter perfeitamente racional ou lógico dos comportamentos, ou das “práticas”, para usar um termo na moda em nossas ciências sociais, deste tipo de produtor.” (JEAN, 1994, p. 53, grifos no original).

modelo original para um *modelo ideal*³³, onde seria possível “[...] imaginar um eixo escalonado segundo o grau de integração no mercado, em cujas extremidades se encontram, de um lado, o *modelo original* [menos integrado] e, de outro, o *modelo ideal* [mais integrado].” (LAMARCHE, 1993, p. 19). Assume, deste modo, que as conseqüências da integração mercantil dos agricultores são relativamente homogêneas, o mesmo acontecendo com Mooney (1988) que os classifica segundo o nível de inserção nos mercados e o “grau” de formalização de sua racionalidade (utilizando as racionalidades substantiva e formal weberianas como pólos opostos).

Isto não significa que a construção de tipologias deste tipo não seja um importante instrumento de análise, consolidado nas ciências sociais (WHATMORE, 1994). O próprio Ploeg as adota em muitos estudos (1990, 1992), conciliando-as com tipologias hermenêuticas. No caso destas, contudo, também há um grande número de complicações envolvidas na sua utilização. Howden e Vanclay (2000) identificaram estilos de agricultura a partir dos discursos e categorias referidos pelos próprios agricultores e, quando lhes apresentaram a classificação daí originada, perceberam que eles mesmos não conseguiam se enquadrar em qualquer estilo. Da mesma forma, dentre um conjunto de ambigüidades relatadas pelos autores, surpreendeu-lhes o fato de terem encontrado 27 estilos diferentes onde outro autor anteriormente havia identificado tão somente seis. Ou seja, também há grande risco de, utilizando-se deste artifício, buscar o escrutínio de elementos da diversidade da agricultura e, justamente ao contrário, levantar esquemas que simplificam a realidade.

É mister fazer referência ao fato de que, mais importante do que identificar estilos de agricultura, a pergunta central desta pesquisa focaliza um processo dinâmico que não é possível compreender a partir do retrato estático fornecido pela tipologia. Explorar as contradições e desuniformidades das relações entre os agricultores e os mercados impõe recorrer a uma complexa dialética. Com efeito, Long e Ploeg (1994, p. 76) afirmam que “[...] embora claras interrelações entre estilos de agricultura e conjuntos específicos de relações sociais de produção possam ser distinguidas, é, todavia, impossível construir uma tendência causal unilinear na qual estes estilos emergem como ‘efeitos’ diretos de causas particulares.” Assim, é muito remoto afirmar que existem causalidades lineares entre o nível de inserção nos mercados e a formatação dos diferentes estilos ou estratégias:

³³ *Modelo original*: “[...] um modelo anterior ao qual todo explorador, mais ou menos consciente, necessariamente se refere.” *Modelo ideal*: “[...] todo explorador projeta para o futuro uma determinada imagem de sua exploração; ele organiza suas estratégias e toma suas decisões segundo uma orientação que tende sempre, mais ou menos, em direção a essa situação esperada.” (LAMARCHE, 1993, p. 17).

O desenvolvimento de unidades de produção (*farms*) altamente mercantilizadas não é condicionado somente pelas relações de mercado, mas também emerge imediatamente determinado por estas relações. Assim que estilos específicos são enfim inseridos na lógica do mercado. Mas isto implica que os mercados sejam compreendidos como causas destes estilos específicos? E devem estes estilos ser compreendidos como produtos unilineares daqueles mercados? Evidentemente não é este o caso [...] (LONG; PLOEG, 1994, p. 76).

Portanto, para dar seguimento à discussão sobre a forma como se estabelece a relação entre a mercantilização e a conformação de distintos estilos de agricultura, é imprescindível que o leitor tenha em mente as discussões da seção anterior relacionadas ao que foi designado “mercantilização diferencial”. Em resumo, sugeriu-se que a inserção dos agricultores aos mercados é vertical e horizontalmente distinta, isto é, tanto em termos do grau de dependência a um determinado circuito mercantil (e.g. *commodities* agrícolas), quanto no que se refere aos inúmeros mercados com os quais estes se relacionam (compra e venda da produção, trabalho, insumos, crédito, etc.). Neste sentido, a discussão que é travada a seguir precisa adentrar preliminarmente à conexão das discussões teóricas aqui realizadas com o ambiente social específico no qual estão inseridos os agricultores investigados. Não é objetivo caracterizar com precisão este ambiente e os mercados que ele comporta (este é desafio dos próximos capítulos), mas apontar como se deve perceber a formação de diferentes estilos de agricultura em um contexto característico, onde a mercantilização acentuada das unidades familiares emergiu em grande parte como decorrência do projeto modernizador que transformou profundamente a base técnica da agricultura local nos últimos quarenta anos.

Embora expressiva parcela das transformações idealizadas pelo projeto modernizador tenha sido realizada (mecanização, quimificação, produção de alimentos baratos, migração campo-cidade, etc.)³⁴, inversamente ao que supuseram vários teóricos da modernização, esta aumentou a diversidade da agricultura (PLOEG, 2003, 1990). Isto porque, como demonstra Callon (2004), mesmo onde este processo tenha intensificado a mercantilização da agricultura e gerado uma ampla dependência a recursos externos, esta não conseguiu impor que a única alternativa esteja entre se adaptar ou desaparecer. Assim,

[...] novos estilos de agricultura emergem da capacidade de resistência contida dentro da agricultura. Os agricultores usam a maleabilidade do processo de produção e o espaço de manobra contido nos mercados e tecnologia, para construir novas respostas congruentes para o projeto dominante de modernização (PLOEG, 2003, p. 115).

³⁴ Ver capítulo 3.

Não obstante, via de regra, dois caminhos distintos são trilhados, demonstrando a emergência do que já fora denominado forma empresarial e forma camponesa de agricultura, as quais resumem vias históricas de desenvolvimento onde diferentes estilos de agricultura se coadunam.

Os estilos de agricultura, como eles podem atualmente ser mapeados, podem ser considerados como algumas das muitas respostas para o projeto da modernização [...]. Alguns estilos primariamente representam a internalização do projeto de modernização (e são materialmente dependentes de sua continuação). Outros estilos, por outro lado, representam um distanciamento de, e uma desconstrução de toda limitação e controle impostos pelo projeto modernizador (PLOEG, 2003, p. 113).

A questão é porque os agricultores assumem trajetórias diferenciadas e, principalmente, como aqueles agricultores que estrategicamente se afastam do projeto da modernização conseguem reproduzir suas unidades familiares. Segundo Ploeg, três pontos merecem ser destacados para responder a esta indagação. O primeiro refere-se ao que Scott (2002) denomina “resistência camponesa”, a qual, nos termos de Ploeg (1994), remete à capacidade dos agricultores de resistir aos “princípios estruturantes” que guiam as transformações da agricultura e do mundo rural no período pós-guerra. O segundo fator está relacionado às novas oportunidades de desenvolvimento que possibilitaram aos agricultores articular novas alternativas para sua reprodução. O recurso à pluriatividade, o qual encerra uma forma particular de mercantilização, tem se apresentado um dos meios mais recorrentes neste sentido. O processo de reestruturação capitalista na agricultura compele as famílias a buscarem novas fontes de renda e ocupação, inserindo-se em atividades nos centros urbanos ou no “novo” espaço rural mercantilizado (MARSDEN, 1995; SCHNEIDER, 2003). Finalmente, um terceiro e destacado elemento de diferenciação diz respeito às relações diferenciadas com mercados e tecnologia. De acordo com Ploeg (2003, p. 115), “[...] mercados e tecnologia não determinam a natureza e o desenvolvimento da agricultura de um modo linear. Mercados e tecnologia criam o ambiente no qual várias posições, isto é, vários estilos de agricultura, são possíveis.”

Nas situações em que a mercantilização associa-se intimamente à globalização dos mercados de commodities agrícolas é razoável imaginar que seus efeitos determinam a subordinação dos agricultores, das práticas agrícolas e dos discursos a “uma única gramática”, isto é, a imposição de um único “regime sócio-técnico” (PLOEG, 2006a). Não obstante, no caso analisado, dos agricultores familiares de um município da região das Missões, a diversificação dos circuitos de troca, que em certa medida visa se contrapor a dominação do

mercado global da soja, tem possibilitado aos agricultores criar espaços de manobra e, desta forma, tem permitido a emergência de novos estilos de agricultura.

* * *

Neste capítulo foram apresentadas as bases teóricas do estudo. Na conjunção de elementos buscados em várias idéias e autores, espera-se que as seções tenham obtido êxito em sustentar a seguinte percepção genérica: a diversidade de estilos de agricultura, isto é, da práxis relacionada à compreensão que os agricultores desenvolvem sobre a melhor forma de ordenar suas unidades de produção e a vida social, é resultado da heterogeneidade de relações que se desenvolvem em múltiplos domínios, produtivos e não-produtivos. Por sua vez, estas relações sociais são constituídas pelas ininterruptas interações entre distintos atores e estruturas sociais, mediadas por elementos materiais e simbólicos. Parte significativa destas interações contribui para formar os mercados e, concomitantemente, faz com que estes se tornem cada vez mais presentes em todas as atmosferas em que se processa a reprodução social, econômica e cultural dos agricultores. Assim, enquanto um amplo processo de inserção mercantil, a mercantilização associa-se a profundas, embora parciais, metamorfoses nas relações sociais, a partir do que se alteram os parâmetros sobre os quais os agricultores projetam suas estratégias e modificam suas práticas, discursos e representações sobre o mundo.

Disto resulta a diversidade da agricultura familiar; do ativo potencial (ou da capacidade de agência) que os agricultores possuem para encontrar espaços de manobra e respostas criativas às suas necessidades de sobrevivência, mesmo cercados por fortes pressões estruturais e dispendo de limitado *portfolio* de recursos. Compreender esta diversidade, principalmente em regiões amplamente integradas à lógica dos mercados globais de *commodities* agrícolas, torna-se, então, uma temática cada vez mais atual para o desafio de apreender as distintas trajetórias que segue o desenvolvimento rural. E este é o desafio seguinte.

3 A MERCANTILIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA REGIÃO DAS MISSÕES, RS.

Este capítulo inicia fazendo referência à centralidade que a história assume nas teses de Karl Polanyi relativas às transformações que se processaram nas relações humanas conectadas ao mercado. É à luz de suas considerações que se institui preocupação deste estudo em asseverar a mercantilização como um processo histórico que necessita ser contextualizado de forma a apreender como o curso de eventos precedentes interfere nas condições atuais. Assim, por mais que se possa associar a mercantilização a um “episódio crucial” vinculado às mudanças técnicas da modernização, que indiscutivelmente impulsionaram sua intensidade e ritmo, é necessário reconhecer que esta ainda relaciona-se a eventos sociais anteriores, haja vista que, como demonstrou Eric Wolf (1976), as relações com os mercados inauguram e se fazem presentes durante toda existência social dos camponeses. É por isso que este capítulo inicia apresentando a formação da agricultura colonial para analisar o decurso das mudanças sócio-produtivas do universo empírico até os dias de hoje.

Atualmente é transcorrido mais de um século desde a instalação da primeira família (1904) no núcleo colonial que em 1992 deu origem ao atual município de Salvador das Missões. Neste período, duas grandes formas sociais de produção se diferenciaram: desde a colonização até as décadas de 1960-70 perdurou o que se denomina agricultura colonial de base camponesa que, a partir de uma relativamente abrupta mudança da base técnica, conciliada à inserção no “mundo dos mercados” (NAVARRO, 2002), se metamorfoseia gradualmente em uma forma distinta, mais identificada com o que os estudiosos têm definido como agricultura familiar, fundada sobre outros alicerces técnicos e sociais (ABRAMOVAY, 1998; SCHNEIDER, 2003). Visando contemplar estas formas, inicialmente, são feitas breves considerações sobre o processo de colonização, as características da agricultura colonial que se desenvolveu na região e os fatores de crise desta forma social. A seguir são exploradas, fundamentalmente a partir de fontes estatísticas, as transformações associadas ao projeto modernizador financiado pelo Estado e pelo capital externo. Finalmente, se reservam algumas páginas à apresentação das condições recentes que evidenciam os sinais da presente crise do “produtivismo” na agricultura local.

A hipótese que orienta as discussões deste capítulo faz referência à identificação da mercantilização com a trajetória histórica de desenvolvimento da agricultura familiar na região. Basicamente, sustenta a relação entre a forma como transcorreram as mudanças na base técnica da agricultura e o tipo peculiar de mercantilização que se expressa, cuja característica genérica é a crescente externalização das unidades familiares de produção.

3.1 A AGRICULTURA COLONIAL

Ao analisar as características da agricultura que se desenvolveu a partir da colonização teuto-brasileira nas Missões, esta seção recorre freqüentemente aos termos “colono” e “agricultura colonial”. Ambos não são novos nem desconhecidos, pelo contrário são amplamente utilizados, não obstante, representando muitas vezes coisas bastante distintas, o que impõe demarcar suas conceituações. Segundo Seyferth (1991), a categoria “colono” expressa uma identidade social que possui um duplo significado: identifica um conteúdo étnico que distingue os imigrantes europeus e seus descendentes que ocuparam áreas de terra em algum projeto de colonização e, explícita uma “condição camponesa” fundada em costumes, modos de vida e valores ímpares, relacionados diretamente à especificidade da relação com a terra, às formas de organização do trabalho, de transmissão do patrimônio, dos hábitos alimentares, do tipo de habitação. O *ethos de colono* representa sistemas que caracterizam formas de vida, estilos de ação, disposições, quadros de referência e condutas identificados a uma identidade camponesa singular.¹ Portanto, “agricultura colonial” se refere a uma forma social especificamente identificada a esta campesinidade.

3.1.1 A colonização do território missioneiro

Seguramente não é possível afirmar que a colonização européia marca o início da ocupação do território que atualmente conforma os limites geográficos deste estudo. Os antecedentes históricos da colonização teuto-brasileira no noroeste do Rio Grande do Sul são objetos de estudo de diversos pesquisadores. Maior importância é atribuída aos sistemas agrários desenvolvidos pelos indígenas e jesuítas (que prevaleceram até meados do século XVIII), principalmente em virtude da inaudita organização social e produtiva, e da forma como estes foram devastados nas guerras entre Portugal e Espanha pelo controle das missões

¹ Também é singular porque “[...] para ser considerado colono não basta ser camponês, embora a condição camponesa seja igualmente essencial como critério de identificação.” (SEYFERTH, 1991, p. 38). Ver também Tedesco (1999).

guaraníticas.² Não obstante, é difícil perceber os elementos diretamente herdados destes sistemas na cultura e na organização dos colonos. Segundo Wenzel (1997), o que de fato permaneceu da época dos primeiros ocupantes desta terra é a vinculação histórica na sua dimensão religiosa e mítica.

Mais evidente talvez tenha sido a ligação com o sistema agrário desenvolvido pelos *caboclos*³, que ocuparam as terras devolutas após a destruição das sociedades guaranis e predominaram até a chegada dos imigrantes no início do século XX. À semelhança dos indígenas, os caboclos desenvolveram basicamente a agricultura de corte e queima para subsistência (coivara), embora algumas atividades extrativistas, principalmente a extração da erva-mate, possibilitassem pequena participação mercantil. Quando da ocupação dos colonos, estes se tornaram fornecedores de mão-de-obra barata à construção das instalações e ao trabalho agrícola sendo, posteriormente, expulsos de suas terras em virtude de conflitos agrários com os colonos. Permaneceram, todavia, integrados ao mundo rural local vivenciando, de um lado, a oposição ou indiferença cultural dos teuto-brasileiros e, de outro, a complementaridade de um sistema de divisão inter-étnica do trabalho (WENZEL, 1997).

O processo de ocupação e colonização foi resultado da política migratória do Governo do Estado do Rio Grande do Sul que, através de um contrato firmado com a Companhia de Estrada de Ferro Alemã (*Northwestbahn*) e a Sociedade de Agricultores Riograndenses (*Bauernverein*), estabeleceu as condições para a colonização da gleba Serro Azul através do assentamento de famílias de origem alemã. Coube ao ramo católico da Companhia de Estrada de Ferro Alemã (*Volksverein*) a organização e o assentamento dos pioneiros oriundos das “Colônias Velhas”, assim denominadas as regiões circunvizinhas a São Leopoldo e Santa Cruz do Sul, que receberam os primeiros imigrantes alemães a partir de 1824 (WENZEL,

² Em 1750, o Tratado de Madri determina que a Espanha ceda os Setes Povos das Missões para Portugal e em troca receba a Colônia do Sacramento no Uruguai. Os missionários não concordam e resistem. As duas coroas se unem e dizem os guaranis na chamada Guerra Guaranítica que se estendeu de 1754 à 1756. Os índios que conseguiram sobreviver dispersaram-se pelo território sem nenhuma posse de terra, constituíram pequenos grupos isolados que, ainda hoje, sobrevivem do artesanato (KERN, 1985).

³ A designação refere-se a grupos de origem social heterogênea compreendendo filhos de bandeirantes e tropeiros que, em suas sucessivas incursões, se ligaram a mulheres índias; de estancieiros com mulheres escravas, ocupando-se da agricultura de subsistência nas terras do senhor; de encontros fortuitos e quase sempre violentos entre militares com a população civil durante os conflitos pelo controle da região; de índios sobreviventes e aculturados; de desempregados das estâncias após o cercamento e o desenvolvimento das estradas de ferro (SILVA NETO; FRANTZ, 2005). O termo continua sendo bastante utilizado no meio rural, geralmente para diferenciar os descendentes de imigrantes europeus (qualquer que seja a nacionalidade), daqueles de origem “brasileira”, carregando consigo várias diferenciações culturais e, não raro, significações discriminatórias (SEYFERTH, 1991).

1997).⁴ A Colônia Serro Azul ocupou uma área compreendida entre os rios Ijuí e Comandaí, constituindo de 1902 a 1942 um distrito do município de São Luiz Gonzaga, vindo neste ano a se tornar o município de Cerro Largo. Esta colônia foi dividida em 12 linhas que contavam com vários lotes de 25 hectares.⁵ Parte da linha São Salvador corresponde ao que hoje compreende a área urbana do atual município de Salvador das Missões a partir do seu desmembramento de Cerro Largo em 1992.

3.1.2 O sistema agrícola colonial

Obtido o lote, as dificuldades iniciais dos colonos resultavam primeiramente do isolamento em virtude do povoamento disperso pelas linhas. O transporte até os centros regionais mais próximos (São Luiz Gonzaga, Santo Ângelo, Santa Rosa) era extremamente dificultado pelas condições das estradas, dificultando sobremaneira a venda do excedente agrícola. Os problemas de locomoção complicavam severamente os tratamentos aos problemas de saúde e o suprimento dos alimentos que não eram produzidos na unidade familiar. Em termos produtivos, as principais complicações foram as pragas que atacaram as plantações.

De acordo com Wenzel (1997), três fases podem ser distinguidas na formação da colônia Serro Azul.⁶ Em um primeiro momento os colonos se depararam com a necessidade de desmatar a mata fechada e abrir pequenas áreas para iniciar plantios de subsistência, mantendo ainda sistema similar à agricultura de queimada utilizada pelos caboclos. Conforme nota Seyferth (1991), o fato dos colonos adotarem a agricultura extensiva praticada pelos caboclos foi, por muitos, tida como uma atitude irracional cujas conseqüências diretas sobre a vida social dos colonos associavam-se às perdas de elementos essenciais da sua cultura e tradição, resultando, assim, em uma verdadeira “cabocliização” dos imigrantes. A própria dificuldade de cultivar os produtos tradicionais da lavoura alemã obrigou os colonos a plantar milho, mandioca, batata-doce e feijão-preto, e a produzir o charque, alimentos tradicionais dos caboclos. Esta preocupação sempre decorreu da compreensão ideologizada da cultura cabocla como algo inferior. Não obstante, por mais primitivo que fosse este sistema, era provavelmente o único viável aos imperativos naturais, técnicos e sociais da época. Dispondo

⁴ A data exata da chegada dos primeiros imigrantes alemães no Rio Grande do Sul é 25 de julho de 1824. Em 1968, o governo estabeleceu esta data como “dia do colono”, servindo atualmente como data de comemorações, protestos e mobilizações dos agricultores familiares do sul do país.

⁵ Esta dimensão ficou conhecida em grande parte do Rio Grande do Sul como “uma colônia”, sendo ainda bastante utilizada pelos agricultores.

⁶ Ver também a classificação de Roche (1969, p. 279) para a colônia de Ijuí.

de ferramentas simples (enxadas, foices e machados) a agricultura de corte e queima em uma área de mata era a forma mais racional de produzir e garantir o sustento da família.

Em termos de sociabilidade, essa fase é marcada pelo isolamento das unidades familiares e pela pequena presença da “vila” – em construção – nas relações sociais dos colonos. Segundo observou Schneider (2004, p. 25) em relação aos primeiros colonizadores,

[...] as adversidades do meio físico em que se alojaram os pioneiros foi um dos fatores motivadores da solidariedade. Esta organização social local, fortemente baseada nas relações de solidariedade vicinal, tornou-se indispensável à sobrevivência da família do colono, perdida e isolada em meio a densas matas habitadas por índios nem sempre pacíficos.

Em que pese sua relevância contextual, a expressão histórica (temporal) desta fase é relativamente pequena. Uma vez que os imigrantes provinham das colônias velhas, dispoño, portanto, de maior conhecimento a respeito das condições ambientais e necessidades técnicas à produção nas condições brasileiras, a evolução das práticas agrícolas foi mais rápida do que pôde ser percebido nas primeiras formações (ROCHE, 1969; SEYFERTH, 1974). Deste modo, tão logo foram superados os problemas de disponibilidade de terras cultiváveis pela abertura da mata e de meios de produção, seguiu-se à consolidação do sistema de policultura-pecuária.

A segunda fase foi marcada pelo aprimoramento técnico, aumento da produção e desenvolvimento de uma economia de excedentes, além da especialização de algumas unidades artesanais. Isso foi possibilitado pelo desenvolvimento do comércio local e este, pela maior proximidade à estrada de ferro, que chegou a Ijuí em 1911 e a Santo Ângelo em 1922 (ROCHE, 1969; WENZEL, 1997).⁷ Iniciou-se a produção da batata inglesa, do trigo, do arroz e da lentilha, a criação de porcos e a agroindustrialização da banha, do presunto e do salame, bem como de alguns derivados do leite (queijo e manteiga), além de *schimiers* e cucas. É o auge da produção e da produtividade das colônias, bastante influenciadas, é necessário notar, pelo aumento dos preços em decorrência da Primeira Guerra Mundial (ROCHE, 1969).

Na Linha São Salvador são construídas a escola e a capela, além das primeiras casas comerciais, moinhos, sapatarias, carpintarias, ferraria e alfaiataria (WENZEL, 1997).⁸ A *stadtplatz* (vila) torna-se o centro da vivência social do colono, principalmente a igreja e a venda, emergindo como o principal unificador da comunidade camponesa: “A solidariedade

⁷ Segundo Roche (1969, p. 280), a abertura da via férrea em Ijuí fez dobrar a produção desta colônia e triplicar a venda de produtos para fora dela.

⁸ Como notou um de nossos informantes: “[...] naquele tempo isso tinha duas serrarias, tinha dois ou três moinhos e tinha olaria, tinha tudo. Tinha dentista, tinha hospital...” (I 13).

interna da sociedade colonial só pode ser percebida a partir da vila – o mundo do colono isolado no seu vale – onde se tomam as decisões importantes e se estabelecem as relações sociais mais significativas, até mesmo as de vizinhança.” (SEYFERTH, 1974, p. 153).⁹

A terceira fase distingue-se pela integração mais evidente da agricultura colonial ao conjunto da sociedade, pelo início do rompimento da quase autarquia do modo de vida colonial que passava então a incorporar elementos da cultura urbana externa. Igualmente, identifica-se pela maior diversificação produtiva e, conseqüentemente, pela diminuição na participação relativa das principais culturas (principalmente do milho) no volume global de produção, conciliada ainda com o cultivo de alguns produtos destinados especificamente ao mercado, com destaque para o fumo e a banha.

O final desta fase caracteriza-se pela crise do sistema produtivo colonial. Crise esta resultante de três fatores principais: esgotamento da fertilidade natural dos solos, baixo preço dos produtos agrícolas e redução demasiada do tamanho das propriedades em face do sistema de heranças por partilha total do lote entre os herdeiros. A queda acentuada na fertilidade da terra foi resultado de seu uso intensivo com práticas de manejo inadequadas. À medida que a situação econômica dos colonos se deteriorava as terras eram mais exploradas para garantir a produção à venda. O aumento momentâneo que a crescente intensificação trazia em termos de produção fazia os preços caírem e a situação da agricultura se deteriorava cada vez mais. Assim, ao longo do tempo a produtividade das principais culturas caiu acentuadamente (BRUM, 1988). Não menos importantes foram os problemas relacionados ao tamanho das propriedades. Como observou Schneider (2004, p. 87), a agricultura colonial

[...] continha, na sua própria dinâmica, os limites de sua reprodução. Ou seja, a forma de uso do solo, a falta de tecnologias apropriadas e o sistema de herança por partilha geravam a necessidade constante e sucessiva de expansão da zona pioneira. E isso só foi possível enquanto havia terras a serem colonizadas e uma fronteira agrícola a ser ocupada.

As famílias dos primeiros colonos da região tiveram de três a quatro filhos, entretanto, como a terra era, em um primeiro momento, abundante e barata, as famílias da segunda geração alcançaram de oito a dez filhos, sendo que muitas vezes o número chegava a 15 ou mais.¹⁰ A partir do momento em que se fecha a fronteira agrícola, o preço das terras eleva-se rapidamente e os colonos não conseguem mais reproduzir seu sistema de produção e seu

⁹ Também distintamente das colônias velhas, onde a vila surge ao redor das casas comerciais e igrejas construídas pelos próprios colonos, nas “colônias novas” elas tiveram um caráter mais planejado, muitas vezes se formando junto à estrutura administrativa instalada pela empresa colonizadora, onde ao redor se estabeleciam várias vendas, oficinas, hotel, etc. (ROCHE, 1969).

¹⁰ Os dados detalhados do censo familiar colonial podem ser encontrados em Wenzel (1997, p. 38).

modo de vida.¹¹ Este fato, conjugado à pequena dimensão dos lotes, complicou sobremaneira a reprodução da família (CONTERATO, 2004).¹² Ao não conseguir comprar terras para distribuir aos filhos, as alternativas foram sua partilha, executada além dos limites da reprodução da unidade e a migração para outras regiões, sobretudo para o oeste de Santa Catarina e o sudoeste do Paraná (BRUM, 1988; ROCHE, 1969).

3.1.3 A integração da agricultura colonial aos mercados

Na América, o agricultor produz para o mercado. O mercado é mais antigo que ele na América. O camponês europeu do tipo antigo era um homem que, na maioria dos casos, herdou a terra e produzia principalmente para atender às suas próprias necessidades. Na Europa, o mercado é mais novo do que o produtor (WEBER, 1982, p. 415).

O mercado sempre foi parte efetiva do círculo social do colono que aqui se estabeleceu. Inicialmente, porque a posse definitiva da terra exigia seu pagamento em um prazo máximo de cinco anos. Além disso, porque juntamente com o pagamento da terra a maioria dos colonos precisava quitar os empréstimos iniciais para as passagens e instalação, fornecidos pelas sociedades de colonização (WENZEL, 1997).¹³ O colono inicia com saldo negativo que nos primeiros anos eleva-se exponencialmente em virtude da necessidade de gêneros alimentícios e sementes para produção, ambos fornecidos a preços exorbitantes pelo comerciante local. Segundo notou Santos (1984, p. 18, grifos no original), “A obrigação do pagamento da propriedade da terra, e o reembolso do auxílio inicial de sementes, ferramentas, etc. formaram a “dívida colonial” do imigrante, cingindo-o desde a sua instalação ao mundo da mercadoria.”

O comerciante local, dada sua quase exclusividade e a dificuldade de acesso dos colonos a outros mercados, adquiria a produção agrícola por preços muito abaixo daqueles praticados regionalmente. O resultado era que os colonos não conseguiam dinheiro para quitar suas dívidas e se tornavam “eternos devedores” dos comerciantes, que sustentavam essa dependência econômica como meio de dominação. De acordo com Puhl (2006), essa situação foi parcialmente modificada pela construção de cooperativas de agricultores em algumas

¹¹ De acordo com Roche (1969, p. 54), em Ijuí, estabelecida em 1880, e cuja ocupação terminou por volta de 1910-1911, o preço da terra dobrou em um ano, de 1911 a 1912, continuando a aumentar subsequentemente.

¹² Conforme destacou Seyferth (1974), estes também foram os principais fatores que impediram a formação de famílias extensas.

¹³ “As sociedades de colonização tinham interesse principalmente na venda das terras à longo prazo, que dava um lucro razoável, acrescentando-se ainda o financiamento da passagem dos imigrantes e os empréstimos iniciais para permitir a instalação dos mesmos.” (SEYFERTH, 1974, p. 30)

comunidades, onde “[...] a gente levava o feijão, a banha, a gente podia vender tudo, ovo, galinha, tudo” (I 13). Todavia, o acesso restrito às cooperativas continuava permitindo o controle econômico dos comerciantes individuais: “[...] existia a cooperativa mas nós ficava mais distante da cooperativa, tinha uma já ali na Catarina, mas nós ficava mais vinculado ao bolicheiro” (I 15).

A dificuldade de comercialização e os baixos preços pagos levaram os produtores a consolidar uma produção diversificada de subsistência que garantia relativa autonomia aos mercados. O milho, a soja e a mandioca¹⁴, principais produtos da lavoura colonial, possuíam um papel crucial na alimentação humana e animal, sendo comercializados somente seus excedentes. A cana-de-açúcar, o feijão-preto e o tabaco possuíam os melhores rendimentos comerciais, consistindo nos principais produtos vegetais de venda.¹⁵ Já a criação de porcos para a venda da banha representava o maior rendimento comercial da unidade de produção. A banha alcançava os melhores preços de mercado e “[...] era a forma mais rendosa de vender o milho [a soja e a mandioca] empregado na alimentação dos porcos.” (SEYFERTH, 1974, p. 74):

Todo o pessoal tinha a metade da roça cheia de mandioca pra tratar. Porque naquele tempo toda colônia tinha os chiqueiros cheios de porco. O mais que a gente fazia dinheiro era com o porco. Nós pagamos a terra aqui com o porco, engordando porco (I 13).

Eu e a minha patroa nós casamos em 1957 e começamos sem nada praticamente, então o dinheiro que nós fizemos era com o porco (I 05).

Outra relação mercantil estabelecida desde o princípio foi o “trabalho acessório” dos colonos, principalmente na entre-safra (SEYFERTH, 1974). As principais atividades consistiram na abertura de picadas e estradas, extração de madeira e trabalho artesanal de carpintaria e ferraria. O trabalho na abertura de estradas era pago em dinheiro pelos contratantes (empresas de colonização e Estado) e, geralmente, permitia ao colono a venda da madeira retirada (CONTERATO, 2004). O dinheiro obtido era destinado freqüentemente ao pagamento de dívidas com as próprias empresas de colonização e com os comerciantes. De

¹⁴ Segundo Brumer (1994), a mandioca se constituiu no terceiro produto mais importante da agricultura na zona norte do Estado até a década de 1960. O fato de não ser exigente em termos de qualidade do solo propiciava bons rendimentos. Além disso, sua “alternatividade” entre o consumo humano e animal e a produção de farinha de mandioca para venda constituiu-se em fator determinante do seu sucesso agrícola. Neste sentido também seria interessante ver os dados de Roche (1969) para as colônias de Ijuí e Santa Rosa.

¹⁵ Seyferth (1974, p. 62) lembra que, “[...] apesar do relativo rendimento obtido com a comercialização do tabaco, este era cultivado em cada lote em uma escala muito reduzida. O colono tinha de se preocupar primeiro com a subsistência de sua família e, neste caso, uma monocultura de tabaco, mesmo rendendo dinheiro, não seria tão racional dentro do esquema econômico característico da área colonial.”

outro modo, o artesanato era atividade complementar à agricultura e seu destino prioritário era a própria unidade familiar. Exceção àquelas unidades que nas entre-safras constituíam verdadeiras oficinas que atendiam a demanda de ferramentas do mercado agrícola local. Mesmo assim, a remuneração desta atividade geralmente era feita em mercadorias e não em dinheiro.

Em todo caso, a “venda” (casa comercial, *bolicho*) constituía o verdadeiro “*locus* de mercado” para os colonos (SEYFERTH, 1974, p. 96). Esta comprava os produtos, às vezes revendendo-os ao próprio colono a preços mais altos, vendia os gêneros alimentícios, financiava a produção e, não raro, funcionava como uma espécie de banco, guardando o dinheiro dos colonos.¹⁶ Outrossim, era o mercado mais acessível aos colonos, seja em virtude das péssimas condições de transporte, seja pelo fato de receberem as pequenas quantidades do excedente da produção. A intensidade das relações mercantis com as vendas fazia destas o centro da sociabilidade da comunidade e uma instituição central à vida social dos colonos. Desta forma, “[...] as regras estabelecidas pelos comerciantes influenciavam diretamente a forma de produzir dos colonos, sendo de tal modo significativas que delas passou a depender o seu próprio modo de vida e sua reprodução.” (SCHNEIDER, 2004, p. 23). A importância das “vendas” permitia a elas impor, juntamente com os seus preços, necessidades sociais e econômicas que reordenavam a produção da unidade familiar, e um modo de pensar que legitimava a exploração dos colonos.

3.2 AS MUDANÇAS NA MATRIZ TECNOLÓGICA E PRODUÇÃO FAMILIAR A PARTIR DAS DÉCADAS DE 1960-1970

[...] a modernização implicou, primeiramente, em aumentos significativos de escala de produção e reduções na absorção de trabalho agrícola. Além disso, implicou na introdução de uma tecnologia dirigida (e igualmente uma tecnologia dependente), e uma intensificação produtiva que tomou o lugar das formas de intensificação fundadas no trabalho. Junto a estes aumentos de escala e intensidade está um *abrupto e multifacetado processo de mercantilização*. Este último foi um resultado – e ao mesmo tempo um pré-requisito – do primeiro. Mercantilização, especialmente na matriz de insumos da agricultura, e reestruturação do processo de produção caminharam lado a lado – e tornaram-se o núcleo do novo modo empresarial de produção agropecuária, constituído pela e através da modernização (PLOEG, 2006, p. 16, grifo no original).

¹⁶ As vendas funcionavam também como bancos, com a diferença de que “[...] não era o colono que recebia juros pelas importâncias depositadas na venda; o colono pagava ao vendeiro para que este guardasse o seu dinheiro.” (SEYFERTH, 1974, p. 112). Ver também Brum (1988). Atualmente algumas cooperativas têm exercido função similar na região.

Conforme notado no capítulo anterior, é importante perceber que o modo como a mercantilização se processa e, notadamente, seus efeitos à constituição de diferentes formas de produção, estão associados, por exemplo, aos contornos que assumem as mudanças na base técnica da produção. Assim, Ploeg refere-se ao fato de que em contextos de profundas mudanças da matriz tecnológica, as quais implicam aumento significativo da dependência de tecnologias externas, emerge um modo empresarial de agricultura e, pode-se acrescentar ainda, vários estilos de agricultura caracteristicamente vinculados a esse modelo genérico. Neste sentido, é importante perceber como estas transformações se processaram, pois são condicionantes fundamentais – embora não únicos, tendo em vista a capacidade dos agricultores de se contraporem a elas – à formação dos estilos de agricultura.

As transformações essenciais que se seguiram à crise da agricultura colonial, principalmente a partir dos anos 1960 e 1970, estão relacionadas à intervenção do Estado e do capital externo com vistas ao aumento da produção e produtividade. Diversos autores brasileiros têm se referido a este processo como “a modernização conservadora da agricultura brasileira”. A ambigüidade contida no termo, o sentido ideológico por vezes retratado e, especialmente, a diversidade com que essa “modernização” se desenvolveu e repercutiu no mundo rural, torna necessária sua delimitação. Neste sentido, considera-se aqui seu “componente primário”: a mudança na base técnica da produção agrícola levada à cabo pela mecanização e pela introdução massiva de insumos químicos (adubos e defensivos) e inovações biológicas em termos de variedades produtivas (KAGEYAMA *et al.*, 1990). Não menos importância, contudo, possuem os processos inter-relacionados a este – embora temporalmente distintos –, de aumento da dependência às indústrias que se situam à montante e à jusante da agricultura e a formação de “complexos agroindustriais” que, conforme Silva (1998), evidenciam um estreitamento das relações intersetoriais, um reforço dos elos técnicos e dos fluxos econômicos entre as atividades agrícolas e industriais e uma crescente integração de capitais.

Concomitantemente ao conjunto das transformações que operaram na base técnica da agricultura, fez-se valer uma crescente inserção mercantil dos agricultores familiares acompanhada pelo aumento da dependência a recursos controlados pelas indústrias, cooperativas e bancos. Este processo de transformação na base técnica implicou a mercantilização da agricultura e sua integração com os demais setores, substituindo os elementos internos do “complexo rural” por recursos extra-setoriais provindos das indústrias,

criando uma dependência a recursos externos definida outrora nos termos de uma acentuada “externalização” (KAGEYAMA *et al.*, 1990; PLOEG, 1990; ARNALTE ALEGRE, 1989).

Estes processos foram quase sempre resultantes da interferência do Estado. A busca de um novo padrão agrícola assentou-se em um projeto de desenvolvimento em que a agricultura cumpriu os papéis de abastecimento alimentar a baixos preços permitindo diminuição do custo de reprodução da força de trabalho, fornecimento de matérias-primas para a indústria e mão-de-obra para o mercado urbano-industrial, além de excedentes exportáveis que geravam divisas para a industrialização. O Estado foi responsável por desenvolver um conjunto de instrumentos de política agrícola¹⁷ que possibilitaram as transformações no campo, privilegiando, sobretudo, as regiões sul e sudeste, os grandes produtores e os produtos para o mercado externo: soja, café, trigo e cana (SILVA, 1998; GONÇALVES NETO, 1997).

Não obstante, a constituição de um novo padrão agrícola e, principalmente, sua repercussão, se deu de forma diferenciada em cada região. Assim, é forçoso delimitar como os processos se desenvolveram na região Missões. Desde os anos 60 assistiu-se ali a especialização produtiva assentada no cultivo da soja, o aumento dos índices de mecanização, a diminuição da mão-de-obra empregada em atividades agrícolas, a utilização de altas doses de corretivos do solo, adubos e defensivos, e uma interligação crescente com as agroindústrias, bancos e cooperativas (BRUMER, 1994; BRUM, 1988). Estes elementos são analisados a seguir.

3.2.1 A consolidação do binômio trigo-soja

Aonde se podia plantar soja se plantava, porque era um alto negócio (I 14).

A demanda por culturas de exportação que fornecessem matéria-prima para a indústria e ainda induzissem a mecanização da produção agrícola, e as especificidades climáticas, pedológicas e topográficas¹⁸ da maior parte da região norte do Rio Grande do Sul

¹⁷ Os principais instrumentos foram: a) o crédito rural que, durante um longo período, destinou recursos à juros reais negativos para a compra de “insumos modernos” (máquinas, equipamentos, defensivos, etc.); b) os instrumentos de garantia de preços mínimos (Aquisições do Governo Federal e Empréstimos do Governo Federal), que visavam diminuir o índice de risco e incerteza dos produtores rurais garantindo estabilidade de preços e estimulando/orientando a produção para alguns produtos; c) o seguro agropecuário que livrava o produtor de prejuízos em virtude de fatores bioclimáticos; d) a pesquisa agropecuária – sobretudo a cargo da EMBRAPA - responsável pelas inovações tecnológicas a serem implantadas e; e) a assistência técnica e extensão rural responsável pela disseminação das inovações e orientação para sua adoção e uso, sob responsabilidades da EMBRATER (extinta no governo Collor) e EMATER’s estaduais. Para maiores detalhes ver Gonçalves Neto (1997), Kageyama *et al.*, (1990), Silva (1998), entre outros.

¹⁸ No município de Salvador das Missões são encontrados solos planos, profundos, com boa fertilidade e sem pedras nas superfícies (litossolos e cambissolos, principalmente), além de um relevo pouco acidentado que

possibilitaram o rápido desenvolvimento de uma monocultivo da soja. Acompanhando as transformações ocorridas em grande parte da região sul do Brasil, seguiu-se o que Anjos (2003, p. 186) chama de uma “reconversão forçada” cujo aspecto central está no abandono das múltiplas linhas de produção e das culturas voltadas ao autoconsumo, passando para a condição de “[...] tributários do regime do monocultivo, em meio a uma crescente e contraditória especialização funcional.”

Enquanto na agricultura colonial o cultivo de variedades rústicas de soja se destinava, fundamentalmente, à alimentação animal na própria unidade de produção¹⁹, nos anos 1960 o crédito farto para a compra de equipamentos, insumos e variedades melhoradas, fez com que a soja, agora utilizada pelas cooperativas para a fabricação de óleo e para exportação, passasse a ocupar as áreas anteriormente destinadas a culturas como o milho e a mandioca, bem como outros produtos reservados ao consumo familiar. Matéria veiculada no jornal local de Cerro Largo marca com propriedade como esta “sojicização” afetou a lógica produtiva dos agricultores:

Antigamente, o colono plantava milho, arroz, trigo, feijão, batatinha, algumas hortaliças; também tinha sempre na engorda um bom lote de porcos; criava galinhas, vacas de leite, etc. Desta maneira, ao longo do ano, obteve sempre rendas periódicas, seja pela venda dos produtos agrícolas que colhia nas diferentes estações, seja pela venda de alguns porcos aos frigoríficos e também de algumas reses que lhe sobrava do plantel. Hoje tudo está incrivelmente diferente; se vê agricultores no interior dos municípios, entrar em armazéns para comprar desde banha, feijão, queijo, ovos, até verduras para o seu consumo. Muitos pomares foram eliminados por completo por causa da majestosa soja. Quem viaja pela colônia pode ver por toda a parte enormes chiqueiros, mas todos vazios. Todo mundo só fala em soja. Arrisca-se, sacrifica-se tudo em favor do pequeno vegetal, esperando lucros milagrosos e confiantes na crescente melhora de preço de ano para ano; os colonos “sojicultores” jogam seu crédito total para levantar dinheiro grosso nos bancos, com o qual mandaram destocar até a última arvorezinha de sua terra, e arrancar as últimas leivas de grama de seus poteiros. Depois que jogaram tudo numa só cartada passam horas e dias, semanas e meses na expectativa de que a estação seja favorável para o plantio, rezam para tudo quanto é santo, implorando que livre suas lavouras das pragas; clamam um bom tempo para a colheita e por fim pedem a Deus que faça com que a safra americana se atrase e seja a pior possível. Nesse meio tempo, o nosso sojicultor como não tem outra alternativa para garantir sua sobrevivência, vende parte de sua plantação na lavoura (ELY, 1974, p. 16).

permite mecanização em 85% da área. Estas condições foram favoráveis ao estabelecimento de cultivos intensivos com culturas anuais de inverno (trigo) e verão (soja, milho) (SALVADOR DAS MISSÕES, 199-?).

¹⁹ “Isso era aquele soja meio alto, de um metro e vinte, arrancado à mão e batido. [...] Esse soja era mais pra ser tratado para os porcos. A gente fazia lavagem e colocava milho, abóbora, batata-doce, então fazia a lavagem. Isso saía muito barato, não dava despesa. A gente vendia uns porcos e sempre sobrava dinheiro” (I 05).

Em vista destas informações pode-se perceber a força com que o monocultivo da soja adentrou à região missioneira substituindo o sistema policultor da agricultura colonial integrada aos mercados locais, por uma nova forma de produção, dependente do mercado global de *commodities*. Com efeito, o ano da matéria (1974) marca a década em que esta conversão mostrou-se mais intensa, não só na região, mas em todo Estado. Neste, conforme os dados de Brum (1988, p. 187) para a área cultivada com soja, passou-se de 24 mil hectares em 1950, para mais de 165 mil em 1960, 871 mil em 1970, e quase 4 milhões em 1980, sendo a absoluta maioria desta área no noroeste rio-grandense.

Os dados censitários²⁰ apresentados na Figura 3.1 para o município de Cerro Largo demonstram, além do acentuado crescimento do cultivo da soja, o fato deste assumir neste período maior importância que o milho na agricultura local (em termos de área plantada). As décadas de 1980-90 evidenciam um crescimento significativamente menor da soja, provavelmente relacionado ao arrefecimento do ritmo da modernização, expresso em grande medida na queda significativa no montante de recursos estatais (GONÇALVES NETO, 1997) e, principalmente, na escassez de terras para a ampliação da área plantada.

Por sua vez, o trigo, plantado inicialmente para a subsistência dos colonos e, como afirma Roche (1969, p. 245), “[...] pelos colonos desejosos de afirmar a superioridade de sua condição comendo pão branco [...]”, foi implantado em escala comercial na década de 1940.²¹ Os incentivos do governo federal em termos de crédito e garantias de preço mínimo fizeram a produção aumentar, todavia, retornando a declinar posteriormente à assinatura do “acordo do trigo” em 1954.²² Mesmo assim, na década de 1960 o trigo ainda manteve-se como o principal

²⁰ Uma vez que as fontes dos dados brutos das informações apresentadas são os Censos Agropecuários, é necessário alertar para as diferenças metodológicas e conceituais intercensitárias, principalmente no que tange a utilização do ano civil brasileiro (01 de janeiro a 31 de dezembro) nos censos anteriores ao realizado em 1995/1996, que utilizou o ano agrícola (01 de agosto a 31 de julho). O mesmo equivale para outras informações apresentadas a seguir. Maiores detalhes podem ser encontrados em Anjos (2003, p. 189).

²¹ É interessante notar que “Os que primeiro se lançaram à produção mecanizada de trigo não foram os agricultores tradicionais – os colonos. Foram, sim, pessoas da cidade com algum tipo de vinculação com a agricultura: comerciantes, profissionais liberais e pequenos industriais. [...] O agricultor tradicional, o colono como era comumente chamado, de início não se sentiu atraído pela triticultura nos moldes em que era praticada pelos granjeiros. Além do forte descrédito em relação ao êxito da cultura do trigo em terras de campo, não possuía capital próprio de relativa expressão e não estava habituado com as diligências bancárias e, mesmo, tinha verdadeira aversão a contrair empréstimos junto aos bancos, uma vez que tal medida implicava na hipoteca da terra, considerada um bem fundamental da família, que devia ser preservado de qualquer ameaça, a fim de que pudesse ser transmitido aos filhos. Também não tinha perspectiva empresarial capitalista, de certo modo exigida pela triticultura mecanizada, habituado que estava à prática da policultura familiar. Por isso, só a partir de meados da década de 60 (1965) o agricultor tradicional (colono) começou a ingressar no processo de modernização da agricultura. E o fez mais forçado pelas circunstâncias do que por opção própria.” (BRUM, 1988, p. 75).

²² O “acordo do trigo” assinado com os Estados Unidos obrigou o governo brasileiro a comprar parte dos excedentes americanos por um período de 10 anos pagando preços e juros baixos, o que desestimulou o aumento da produção local (BRUMER, 1994).

cultivo comercial em alguns municípios (BRUMER, 1994). A partir da década de 70, as possibilidades de utilização da mesma área e maquinários utilizados no cultivo da soja, fizeram com que o trigo acompanhasse o crescimento deste (Figura 3.1). O decréscimo de área plantada a partir da década de 1980 está relacionado, fundamentalmente, a problemas fitossanitários e a queda dos preços.

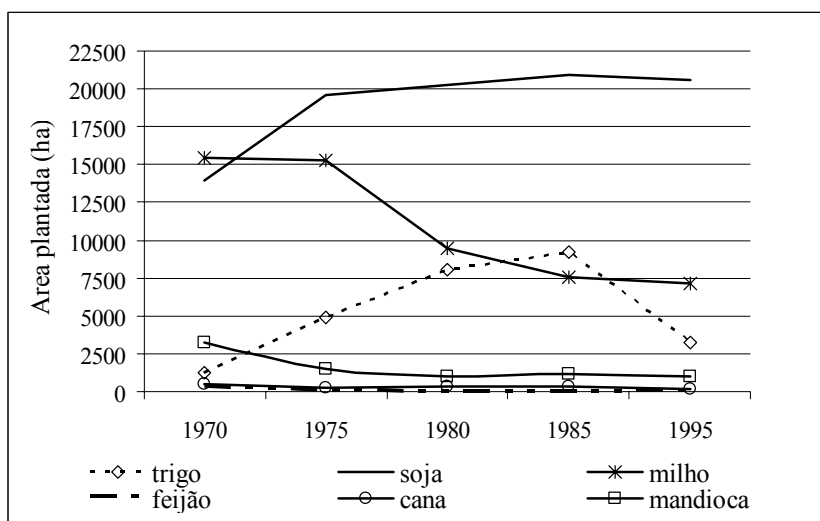


Figura 3.1 – Área plantada com os principais cultivos agrícolas no município de Cerro Largo (1970- 1995/96).²³

Fonte dos dados brutos: IBGE, Censos Agropecuários (1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96).

A figura acima apresenta ainda a queda acentuada da área de produção de milho e, em menor grau, de mandioca, dois produtos centrais na manutenção da agricultura colonial. Como descrito por Roche (1969), o milho não somente representou o principal cultivo da lavoura colonial em termos de produção, mas associou-se a uma forma particular de produzir e ao próprio modo de vida do colono:

Nada se perde da própria planta: a parte lenhosa, que resta depois da debulha da espiga, serve para fazer fogo; as folhas secas dão a forragem e a palha; as mais finas, as que estão em volta da espiga, são utilizadas para encher colchões e até para enrolar os cigarros à moda gaúcha; quanto às folhas grossas e aos caules, são enterrados para proteger o solo contra a erosão. Desempenha tão importante papel na economia rural que, muitas vezes, é citada esta máxima de um colono alemão: “se há milho, nós e nosso gado estamos salvos.” (ROCHE, 1969, p. 256, grifo no original).

²³ Como a recente emancipação de Salvador das Missões, em 1992, não permite a utilização de dados históricos apropriados a sua divisão geopolítica, neste e em outros gráficos e tabelas, serão utilizadas informações referentes aos municípios de Cerro Largo, Salvador das Missões e São Pedro do Butiá (também emancipado de Cerro Largo em 1992). Desta forma, é priorizada a utilização da mesma abrangência geográfica, o que foi possível na medida em que, no período dos dados analisados (a partir de 1970), nenhuma outra emancipação ocorreu da área pertencente a Cerro Largo.

Da mesma forma, a mandioca, que possuía uma área considerável de produção no sistema agrícola colonial²⁴, assumiu condições muito próximas àquelas do feijão-preto e da cana-de-açúcar, desde então sendo raras as unidades que produzem estes produtos destinados diretamente à venda.²⁵

No que se refere à produção animal, a suinocultura que foi a base mercantil da agricultura colonial sofreu rápida queda a partir do início dos anos 1970. A manchete de capa do Jornal Folha da Produção (Cerro Largo) em sua edição de inauguração (25 de julho de 1973, não por acaso “dia do colono”) resumiu a situação nos seguintes termos: “Suinocultura: uma riqueza em crise”. De acordo com a reportagem, os agricultores abandonaram progressivamente a atividade em virtude da queda vertiginosa e instabilidade dos preços²⁶, além da rápida ascensão da soja que garantia uma lucratividade expressivamente superior: “Há dois anos, no entanto, surgiu a soja e mais recentemente o milho, altamente cotados no mercado exterior da atualidade. Representando uma saída para a combalida economia do pequeno produtor, a dedicação a estas culturas foi o golpe de misericórdia na suinocultura, hoje em franco declínio.” (SUINOCULTURA..., 1973, p. 10). Situação do mesmo modo evidenciada por um dos agricultores entrevistados:

Antigamente todo colono tinha o seu chiqueiro. Naquele tempo todo colono tinha porco. Com o tempo foi diminuindo, assim como entrou essa soja, o porco, no interior, foi desaparecendo (I 01).

Os dados da Tabela 3.1 demonstram a queda acentuada do número de suínos no período entre 1970 e 1975 (de 52 mil para 18 mil unidades). Evidencia também uma recuperação da atividade no período seguinte que, em 1980, já apresentava cerca de 43 mil unidades. A partir daí a crise se agrava novamente e, pelas palavras de um antigo criador entrevistado, percebe-se que “[...] o porco só foi um grande negócio até 1983-84. Em 1984 se ganhou muito dinheiro. Aí começou a integração e aí começou a cair a margem, né. Caiu a margem de lucro” (I 09). Essa nova crise acarretou mais uma vez redução significativa de efetivo (29 mil em 1985). Mais recentemente, da década de 1990 em diante, “[...] somente um ou outro ainda tem um porquinho. No porco hoje em dia tá só o camarada que começa grande. O pequeno

²⁴ Segundo os dados de Roche (1969), chegando a representar, em 1950, 65% da produção agrícola da colônia de Ijuí.

²⁵ Embora, como será visto no tópico 5.1.4, algumas unidades têm retomado seu cultivo recentemente em virtude da expansão de agroindústrias familiares de polvilho no município, representando uma das formas atuais de diversificação em resposta à crise da produção agrícola das monoculturas de exportação.

²⁶ “As causas apontadas para a crise da suinocultura são muitas. Mas nenhuma é mais importante do que o preço atualmente pago pelo quilo do porco vivo, considerado absolutamente insuficiente pelos produtores.” (SUINOCULTURA..., 1973, p. 10).

não dá mais” (I 03). De fato, a suinocultura enquanto atividade comercial passou desde então a ser uma atividade quase exclusiva de produtores mais capitalizados integrados às agroindústrias (principalmente em virtude do alto custo das instalações). Apesar do efetivo de suínos ter em 1995/96 praticamente se equiparado àquele de 1970, este se encontra agora entre poucos produtores, tendo a produção em pequena escala sofrido uma expressiva redução.²⁷

Tabela 3.1 – Produção animal (total do efetivo) no município de Cerro Largo (1970 – 1995/96).

Censo	Total de Estabelecimentos	Aves	Bovinos			Suínos
		Total do efetivo	Total do efetivo	Vacas ordenhadas	Leite (mil litros/ano)	Total do efetivo
1970	2.308	130.632	16.642	3.739	3.820	52.463
1975	1.981	141.758	16.662	4.489	5.142	18.598
1980	2.345	133.826	17.020	5.150	7.210	43.007
1985	2.447	119.143	19.395	5.955	8.357	29.531
1995/96*	2.365	114.000	27.657	8.918	15.721	52.182

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários (1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96).

* Dados agregados para os municípios de Cerro Largo, São Pedro do Butiá e Salvador das Missões.

A produção comercial de aves nunca esteve entre as prioridades dos agricultores locais. Embora a criação para autoconsumo familiar tenha sido mantida ao longo do tempo, garantindo certa estabilidade no efetivo (Tabela 3.1), neste caso a integração não se constituiu em uma alternativa presente.²⁸

Ainda de acordo com os dados da Tabela 3.1 é possível perceber um aumento gradativo no efetivo de bovinos. Duas explicações foram encontradas para este fato: por um lado, os agricultores ao longo do tempo têm tentado manter a pecuária leiteira pelo menos como atividade secundária, possibilitando, de tal modo, a reprodução do grupo familiar em períodos de crise e o suprimento da crescente necessidade de uma renda mensal para o pagamento de taxas antes inexistentes, destacadamente, de energia elétrica. Por outro lado, o investimento em pecuária também se tornou uma atividade rentável, levando um pequeno número de agricultores a manter, concomitantemente ou não com o monocultivo nas lavouras, pequenos rebanhos bovinos.

²⁷ “[...] quando começou essa folia do porco eu parei. Porque o preço do porco tava ruim e eu tinha que pegar dinheiro do soja para cobrir o prejuízo do porco, daí eu parei com o porco” (I 16).

²⁸ Nenhum dos agricultores entrevistados possuía contrato de criação de aves com empresas do ramo no momento da pesquisa, ou indicou algum criador de aves que trabalhasse neste sistema. Da mesma forma, os informantes apontaram para a inexistência anterior deste tipo de integração.

Em resumo, constituiu-se uma economia expressivamente dependente da produção de soja (direcionada à exportação) e trigo (voltado às necessidades do mercado interno). Neste período, ou pelo menos em grande parte dele, a soja se constituiu em uma atividade lucrativa devido a uma conjunção de fatores, sobretudo, em virtude dos altos preços derivados da demanda internacional e dos custos reduzidos em função do subsídio estatal. Revelou-se um “[...] alto negócio em que se teve muito ganho” (I 09), haja vista que “[...] o soja era muito procurado, tinha bom preço, e não havia tanta seca como agora” (I 01), além do fato de que com a mecanização da lavoura apresentava-se “[...] mais fácil de lidar” (I 17) do que as demais opções existentes para a lavoura.²⁹

Outrossim, não só a produção de soja foi uma atividade lucrativa neste período, mas um conjunto de atividades produtivas que foram terceirizadas por agricultores que dispunham de equipamentos. Representando o que antes foi definido como uma forma específica de externalização produtiva (tópico 2.2.2), parte substancial da terceirização dos serviços agrícolas (desmatamento, preparo da terra, colheita, etc.) surge e se consolida a partir, e para a implantação da soja:

Quando ela começou nos anos 70, aquela agricultura pesada com lavoura de soja, ela teve muito ganho. [...] Porque naquela época, por exemplo, cortar com a moto-serra dava dinheiro, muito dinheiro, lavrar com o trator dava dinheiro, gradear dava muito dinheiro, tudo dava dinheiro. Eu trabalhava muito pra terceiros. Além da minha lavoura que eu plantava, eu trabalhava muito pra terceiros, e se ganhava muito dinheiro nisso (I 09).

Junto à evolução do monocultivo da soja revelou-se um amplo conjunto de transformações da estrutura produtiva e dos instrumentos de trabalho. Consolidou-se a nova base tecnológica das unidades familiares de produção, as quais, quanto mais integradas à ideologia da modernização, menos condições tiveram de evitar que as inovações técnicas ditadas desde fora determinassem um modo distinto de produzir. A seguir são apresentadas algumas considerações sobre como e em que intensidade essas transformações se processaram.

²⁹ “[...] a gente não precisa se judiar mais tanto. Com a automotriz, hoje se o cara colheu o soja ele tá carneando, tá lidando um pouquinho ali. Nós era antigamente um mês inteiro pra cortar a soja, puxar com os bois na trilhadeira, eh isso ia meses. Hoje é tudo bem mais fácil” (I 12).

3.2.2 As transformações na estrutura produtiva

Entrevistador: De todas essas mudanças que o senhor me comentou [...], qual o senhor acha que é a principal responsável por tudo ter mudado tão rápido?

Informante 16: “Olha, o que mudou muito foi o maquinário. Quando eu comecei aqui era tudo tocado à boi e depois entrou o maquinário, deu um retorno bom, o preço do soja era bom, daí só aqui na comunidade entrou sete trator novo e, assim, então mudou tudo. O maquinário”.

A consolidação do binômio soja-trigo transformou profundamente o modo de produzir dos agricultores. O incremento da mecanização e do uso de “insumos modernos” alterou os estilos de agricultura e gradativamente foi substituindo a tecnologia utilizada na agricultura colonial por um novo tipo, controlada por atores externos. Enxadas, carroças e trilhadeiras deram lugar a tratores, caminhões e colheitadeiras; o esterco animal a adubos e corretivos químicos; o trabalho humano e animal à tração mecanizada; e um amplo conjunto de atividades artesanais foi obrigado a ceder frente às inovações técnicas: “[...] o ramo do pai, a carpintaria, foi se terminando porque os tratores tomaram conta aquela vez, há trinta anos atrás. As carroças foram empurradas debaixo das árvores e dos galpões velhos” (I 17).

Iniciando a descrição de um conjunto de transformações técnicas da agricultura da região, a Tabela 3.2 demonstra a evolução no número de tratores. Enquanto em 1970 apenas 4,24% do total de estabelecimentos possuíam este tipo de maquinário e, notadamente, aqueles de menor potência (10 a 50 cv), em 1980 a proporção releva-se em 23,41%, sendo também evidente a utilização de potência mais elevada (50 a 100 cv). Apesar da diminuição no ritmo de crescimento da quantidade de tratores, a década seguinte marca a mesma tendência.

Tabela 3.2 – Evolução do número de estabelecimentos com tratores e do número de tratores segundo a potência no município de Cerro Largo (1970 – 1995/96).

Censo	Estabelecimentos	Nº de estabel. com tratores	Nº de tratores por estabel.	Número de tratores segundo a potência				Total
				menos de 10 cv	10 a 50 cv	50 a 100 cv	mais de 100 cv	
1970	2.308	98	0,044	11	63	27	1	102
1975	1.981	366	0,197	7	93	289	1	390
1980	2.345	549	0,254	8	83	500	5	596
1985	2.447	631	0,284	13	80	603	2	698
1995/96*	2.365	666	0,317	8	81	638	13	750

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários (1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96).

* Dados agregados para os municípios de Cerro Largo, São Pedro do Butiá e Salvador das Missões.

Crescimento similar pode ser verificado em relação à utilização implementos agrícolas. Os dados da Tabela 3.3 demonstram o aumento acentuado do uso de arados de tração mecânica e colhedeadas. Conforme é possível notar, enquanto a quantidade de arados de tração animal caiu gradativamente a partir de 1970, aqueles de tração mecânica apresentaram um acréscimo impressionante no intervalo de uma década (entre 1970 e 1980), o mesmo ocorrendo com o número de colhedeadas.³⁰

Tabela 3.3 – Evolução do número de estabelecimentos com arados segundo a fonte de tração e colhedeadas no município de Cerro Largo (1970 – 1995/96).

Censo	Estabelecimentos	Arados				Colhedeadas	
		Tração animal		Tração mecânica		Informantes	Número
		Informantes	Número	Informantes	Número		
1970	2.308	1.793	3.485	87	96	18	19
1975	1.981	1.601	2.808	350	503	43	48
1980	2.345	1.353	2.380	527	1.041	76	81
1985	2.447	1.347	2.235	582	1.067	101	109
1995/96*	2.365	1.073	1.799	640	1.230	123	135

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários (1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96).

* Dados agregados para os municípios de Cerro Largo, São Pedro do Butiá e Salvador das Missões.

No mesmo sentido, é notável a evolução dos chamados “insumos modernos” (fertilizantes e defensivos de origem industrial).³¹ A proporção de estabelecimentos que utilizaram algum tipo de adubo químico passou de 10,7% para 85,41% no curso de uma década e meia (1970-1985). Os dados para o ano de 1985 demonstram ainda que 23,58% dos estabelecimentos haviam utilizado corretivos de fertilidade do solo e 84,8% fizeram uso de algum tipo de defensivo agrícola (Tabela 3.4).

Tabela 3.4 – Evolução do número de estabelecimentos que utilizaram fertilizantes e defensivos agrícolas no município de Cerro Largo (1970 – 1995/96).

Censo	Estabelecimentos	Fertilizantes			Defensivos		
		Adubos		Calcário e outros corretivos	Animal	Vegetal	Total
		Químicos	Orgânicos				
1970	2.308	247	925	144	-	-	-
1975	1.981	1.214	1.325	723	1.737	679	1.829
1985	2.447	2.090	2.279	577	1.720	1.455	2.075

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários (1970, 1975, 1985).

* Dados agregados para os municípios de Cerro Largo, São Pedro do Butiá e Salvador das Missões.

³⁰ “Aí veio as primeiras trilhadeiras, em 1949. Aí depois encheu a colônia com trilhadeiras. Aí veio a automotriz e agora as trilhadeiras estão no lixo. Hoje ainda tem trilhadeira boa nos galpão que o pessoal vende por 100, 200 pila lá pra Argentina e Paraguai” (I 13).

³¹ “Eu me criei lavrando a terra com arado de boi. O adubou que nós ocupava lá era só o adubo orgânico [...], antigamente não falavam nestes adubos que vem agora ensacados” (I 02).

Outro dado revelador diz respeito à proporção de estabelecimentos que dispunham de energia elétrica. Os números dos Censos Agropecuários evidenciam que enquanto em 1970 tão somente 7,58% dos estabelecimentos rurais de Cerro Largo faziam uso de energia elétrica, em 1975, 1985 e 1995/96 os valores correspondiam a 45,80%, 65,26% e 77,51%, respectivamente.

Este conjunto de transformações produtivas está articulado às necessidades impostas pelo cultivo comercial da soja e do trigo, e à busca progressiva de maior produtividade e renda, o que, nos solos exauridos da região, somente foi possível pela massiva utilização de fertilizantes e pela ampliação da escala de produção via mecanização. Todavia, como destacam Kageyama e colaboradores (1990, p. 129), seria um equívoco derivar a expansão destes insumos “[...] apenas das necessidades técnico-econômicas da agricultura. Na realidade, o processo dá-se também no sentido oposto, com o Estado e a indústria impondo, desde fora, a modificação da base técnica da agricultura [...]”, o que é igualmente percebido pelos agricultores:

Veio um incentivo mais pro maquinário. E aquilo tinha muito apoio dos bancos e tudo. Daí o pessoal começou a virar a terra até em volta dos galpões e das casas e plantavam só soja e trigo, e milho (I 17).

A atuação do Estado se pautou em grande parte no crédito rural e na ação da assistência técnica. A mesma fonte censitária demonstra que no intervalo de uma década, de 1970 a 1980, o percentual de estabelecimentos de Cerro Largo que receberam algum tipo de financiamento saltou de 19,67% para 49,68%.³² Não obstante, os indicadores são muito mais tímidos quando analisado o desempenho da assistência técnica pública que, neste mesmo período, não registrou nenhum estabelecimento atendido em Cerro Largo e, tão somente 1,47% no ano de 1985. A expansão da assistência técnica ocorreu de fato após este período, visto que o censo de 1995/96 registra 65,16% dos estabelecimentos atendidos.

O papel dos técnicos das empresas públicas foi, em grande medida, apropriado pelas cooperativas, as quais se revelaram essenciais à consolidação das mudanças técnicas. Embora o desenvolvimento do cooperativismo seja indissociável do desenvolvimento econômico e social da região desde a sua colonização (PUHL, 2006), foi fundamentalmente a partir da segunda metade década de 1950, sob o efeito da elevada produção de trigo que necessitava de armazenagem e meios de comercialização, e favorecidas pelo crédito facilitado do governo

³² Os números são bastante significativos levando em consideração que de 1969 até 1979, somente de 20 a 25% dos estabelecimentos rurais brasileiros foram beneficiados pelo crédito (GONÇALVES NETO, 1997, p. 171).

federal, que se consolidou o sistema cooperativo regional (BRUM, 1988).³³ Em Cerro Largo a porcentagem de estabelecimentos associados às cooperativas de comercialização, que era de 20,4% em 1970, aumentou para 42,7%, 49,0% e 66,7% em 1975, 1980 e 1985, respectivamente (Tabela 3.5).

Tabela 3.5 – Estabelecimentos associados a cooperativas no município de Cerro Largo (1970 – 1985).

Censos	Estabelecimentos	Cooperativa de comercialização		Cooperativa de crédito		Cooperativa de eletrificação	
		N	%	N	%	N	%
1970	2.308	471	20,4	633	27,4	56	2,4
1975	1.981	846	42,7	560	28,3	480	24,2
1980	2.345	1149	49,0	913	38,9	1032	44,0
1985	2.447	1631	66,7	1417	57,9	1281	52,3

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários (1970, 1975, 1980, 1985).

O rápido crescimento das cooperativas fez com que se tornassem empreendimentos empresariais vultosos, competindo diretamente com as grandes empresas de capital privado na comercialização e processamento da soja e do trigo. Além de promover a integração dos agricultores ao mercado global, elas tornaram viáveis os médios e pequenos estabelecimentos (BRUMER, 1994). Não obstante, na mesma medida em que incentivaram e ajudaram a consolidar a especialização, também tiveram um peso notável no aumento da externalização das unidades familiares, o que, posteriormente, complicou sobremaneira a viabilidade econômica de muitas propriedades.

3.2.3 Mercantilização e externalização na agricultura modernizada

Ao inserir definitivamente a produção agrícola nos circuitos mercantis, as transformações que se desencadearam a partir dos anos 1960-70 criaram um novo ambiente institucional que, segundo Abramovay (1998), se tornou o principal fator de desestruturação do modo de reprodução social do camponês (colono) e catalisador da emergência de um novo ator social identificado no agricultor familiar contemporâneo.³⁴ Como demonstra o autor, este processo relaciona-se, em maior ou menor grau, às alterações em aspectos básicos das relações mercantis dos agricultores. A primeira delas é a mudança de uma situação de

³³ Segundo Brum (1988, p. 111), em 1957 foram criadas as 20 primeiras cooperativas tritícolas na região e outras surgiram nos anos subsequentes.

³⁴ “O ambiente no qual se desenvolve a agricultura familiar contemporânea é exatamente aquele que vai asfixiar o camponês, obrigá-lo a se despojar de suas características constitutivas, minar as bases objetivas e simbólicas de sua reprodução social.” (ABRAMOVAY, 1998, p. 131).

“mercado de capitais e crédito fragmentário ou inexistente” para uma situação de mercados financeiros desenvolvidos e mais facilmente acessáveis. A segunda, diz respeito à criação de um amplo mercado de insumos de origem industrial. Em terceiro lugar, destaca-se o amplo acesso a informações sobre as condições dos mercados das principais *commodities*, o que substituiu um ambiente pautado por “informações pobres e erráticas”. A quarta questão refere-se à consolidação de um mercado de terras regido pelas “leis de mercado” ao invés das regras estabelecidas no âmbito da comunidade local. Finalmente, as melhorias nas condições de transporte e comunicação que alteraram a situação anterior de dominação extra-econômica dos comerciantes locais e favoreceram a relação com, e a dependência aos mercados globais. O resultado, segundo o autor, está no fato de que os agricultores

[...] integraram-se plenamente a estas estruturas nacionais de mercados, transformaram não somente sua base técnica, mas sobretudo o círculo social em que se reproduzem e metamorfosearam-se em uma nova categoria social: *de camponeses, tornam-se agricultores profissionais* (ABRAMOVAY, 1998, p. 126, grifo no original).

A questão chave a ser verificada é que, no caso em estudo, a mercantilização freqüentemente esteve umbilicalmente associada à externalização e, portanto, à dependência de recursos mobilizados em um universo subordinado a atores externos que imprimiram à agricultura, e à economia regional como um todo, uma dinâmica exógena de desenvolvimento (PLOEG, 1990). Como propõem Kageyama *et al.* (1990), esta externalização pode ser percebida pela elevação do consumo intermediário na agricultura, que indica a crescente dependência aos insumos providos, sobretudo, da indústria. Considerados neste sentido os gastos com o arrendamento de terras, adubos e corretivos, sementes e mudas, defensivos agrícolas, alimentação e medicamentos dos animais, aluguel de máquinas e equipamentos e o pagamento de serviços de empreitadas³⁵, os números da Tabela 3.6 demonstram uma variação de mais de 470% no Consumo Intermediário entre os anos de 1970 e 1980, no período de mudanças técnicas mais intensas, de “modernização compulsória”, onde a ação do Estado revelou-se mais expressiva (KAGEYAMA *et al.*, 1990).

Do mesmo modo, é possível perceber que no intervalo de uma década a proporção representada pelo consumo intermediário em relação ao valor total da produção (CI/VTP) mais do que duplica, passando de 12,43% a 28,28%. Isto se torna ainda mais significativo se considerado que o VTP também duplicou neste mesmo período, revelando-se assim a

³⁵ A composição do Consumo Intermediário é mais variada, estas são, todavia, as variáveis comuns ao período analisado disponíveis nos Censos Agropecuários. Retomaremos posteriormente o cálculo do Consumo Intermediário incorporando outros elementos.

magnitude que assume a variável custo ou despesa, onde sobressaem adubos e corretivos com a maior variação no período.

Tabela 3.6 – Evolução das despesas, do consumo intermediário (CI) e do valor total da produção (VTP) no município de Cerro Largo (1970 – 1980).

Despesas	Censo		
	1970	1975	1980
Arrendamento de terras	668.463,00	1.427.144,00	1.698.121,00
Adubos e corretivos	781.442,00	8.791.443,00	7.968.427,00
Sementes e mudas	470.748,00	1.399.298,00	3.204.749,00
Defensivos agrícolas	257.342,00	343.442,00	236.543,00
Alimentação e medicamentos dos animais	3.734.606,00	5.445.195,00	13.032.361,00
Aluguel de máquinas e equipamentos	-	474.554,00	1.833.747,00
Serviços de empreitada	156.916,00	1.327.360,00	562.236,00
Consumo intermediário	6.069.520,00	19.208.440,00	28.536.187,00
Valor total da produção (VTP)	48.816.647,00	107.919.990,00	101.390.536,00
CI / VTP (%)	12,43	17,79	28,14

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários (1970, 1975, 1980).

Nota: Valores corrigidos pelo IGPDI com base em junho de 2006.

Outras referências em termos de externalização podem ser feitas à “terceirização” da atividade produtiva, ou seja, à contratação de força de trabalho humana, animal e mecânica (LAURENTI, 2000). Neste período, o retorno financeiro proporcionado pela soja foi o principal responsável pela disseminação desta prática entre os agricultores: “[...] no começo foi muito melhor porque o soja, eles passaram a lavrar com o trator e quem não tinha mandava fazer e pagava” (I 01). Segundo os dados censitários, em 1970 este fenômeno ocorria em 23% dos estabelecimentos agrícolas de Cerro Largo e, em 1985, alcançou 63,54% destes.

O aumento expressivo das despesas em relação ao valor da produção revela o que Ploeg (2006a) denominou de crescente *squeeze* (aperto/compressão) da agricultura modernizada, o qual pode ser sumarizado em termos de incrementos crescentes nos custos de produção concomitantes ao decréscimo dos retornos do trabalho (Figura 3.2).

A contínua importância assumida por este *squeeze* revelou-se ainda mais dramática pelas dificuldades das unidades de produção em estabelecer um padrão produtivo diferenciado. De acordo com Abramovay (1998), esta dificuldade é expressa pela noção de *treadmill* tecnológico, a qual revela os fatores que impossibilitam os agricultores de escaparem da ininterrupta busca de inovações – “[...] ou tu investe ali, ou tu não colhe nada” (I 21) –, ingressando cada vez mais nos mercados e na dependência de recursos externos.

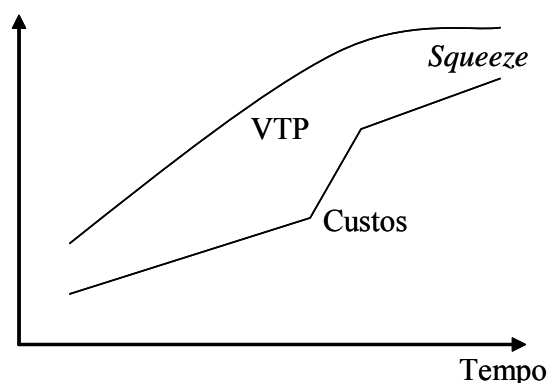


Figura 3.2 – O *squeeze* da agricultura.
Fonte: Ploeg *et al.* (2000).

Seja como for, novamente é necessário perceber que a forma e a intensidade com que a mercantilização se desenvolveu neste ambiente configuram os fatores fundamentais à compreensão das suas conseqüências. O fato de a mercantilização ter se conectado a um expressivo processo de externalização e à dependência de mercados globais de *commodities* agrícolas, rompeu decisivamente com a possibilidade de regulação das relações mercantis por parte dos atores locais, tornando singulares os efeitos da generalização dos mercados. Na medida em que a unidade de produção viu-se inserida em um ciclo vicioso do qual havia restritas possibilidades de escapar, sua condição econômica foi se deteriorando continuamente como reflexo das posteriores reduções dos subsídios governamentais, de conjunturas internacionais desfavoráveis, da queda dos preços das *commodities* e do aumento dos custos de produção. Os efeitos deste processo são esclarecidos nos discursos dos próprios agricultores:

Porque tinham colonos que colhiam bem, não tinham dívidas, tinham tudo que precisavam, trabalhavam com duas ou três juntas de boi. Mas depois que compraram trator, e quando o trator precisou pneus novos, apresentavam gastos novos, eles não tinham mais dinheiro para comprar pneu, tinham que fazer empréstimo no banco para comprar os pneus. Isso aconteceu pra muitos. Começou um endividamento e com safras frustradas e daí foram definhando (I 01).

Igualmente, foi um conjunto de despesas *que antigamente não se tinha* que estabeleceu definitivamente a necessidade do trabalho familiar se voltar primeiramente à obtenção de dinheiro (BERNSTEIN, 1979):

Antes era muito mais fácil, a gente não precisava de dinheiro. A gente pegava os bois e lavrava e plantava tudo à muque. Dinheiro não tinha, não tinha adubo, não tinha nada. Só a gente plantava e colhia. Aí tinha retorno

ainda, mas depois quando começou o trator daí tinha que ter “pila” (dinheiro) pra comprar diesel e tudo (I 08).

Antigamente, quando eu cheguei aqui, não tinha luz, não tinha água, não tinha nada, e agora, no fim do mês o dinheiro tem que estar ali (I 16).

Talvez hoje existisse ainda dinheiro debaixo do travesseiro, do colchão, pra comprar uma área de terra, mas não tem mais porque tem luz elétrica e tem tantas taxas mensais que quando tu soma tudo se assusta (I 06).

Esta necessidade de dinheiro contribuiu para alterar a lógica produtiva do agricultor. A unidade de produção passou a organizar-se em função da geração de valores de troca e, fundamentalmente, daqueles valores que possibilitavam o maior retorno financeiro imediato, no caso, a soja e o trigo. Não obstante, na medida em que se esvaíram as possibilidades de manutenção dos níveis de rentabilidade dos primeiros anos da modernização, o crescente *squeeze* impossibilitou o re-financiamento da estrutura produtiva de muitos estabelecimentos, os quais foram obrigados a reproduzir-se sob uma base tecnológica cada vez mais deteriorada, como representa a situação atual de muitos agricultores: “[...] naquele tempo eu e o pai compramos um trator novo que eu tenho hoje ainda, é um 79” (I 17).

3.2.4 Os impactos sociais

Ao elucidar alguns dos “impactos sociais” das transformações ocorridas na base técnica da agricultura missioneira, esta seção enfatiza quatro aspectos: a) as alterações na estrutura da propriedade da terra; b) as transformações em termos de ocupação produtiva; c) as mudanças demográficas e; d) as conseqüências ambientais. Apesar de não representarem os únicos impactos sociais da modernização, até mesmo porque algumas das dimensões anteriormente analisadas também podem ser referidas neste sentido, estes representam os marcos centrais das mudanças que afetaram o mundo rural de diversas regiões brasileiras onde modernização se mostrou mais intensa (MARTINE; GARCIA, 1987). Embora, como será visto a seguir, uma série de especificidades locais impeçam generalizações abusivas.

O primeiro cuidado diz respeito à relativa disparidade do contexto local em relação aos dados e às análises de diversos autores que demonstram como a modernização resultou em concentração da propriedade da terra e diminuição do número de estabelecimentos e do pessoal ocupado. Como revelam os dados da Tabela 3.7, ocorreu um pequeno decréscimo da

área agrícola entre 1970 e 1995/96 (1.956 ha)³⁶, mas um aumento do pessoal ocupado, mesmo que pouco expressivo. Igualmente, é possível perceber a relativa estabilidade do número de estabelecimentos agrícolas, o que estatisticamente resulta na pequena diminuição da área média dos estabelecimentos e do pessoal ocupado por estabelecimento.

Tabela 3.7 – Área agrícola, número de estabelecimentos e pessoal ocupado no município de Cerro Largo (1970 – 1995/96).

Censo	Área agrícola (ha)	Número de estabelecimentos agrícolas	Pessoal ocupado	Área média dos estabelecimentos agrícolas (ha)	Pessoal ocupado /estabelecimento agrícola
1970	35.373	2.308	6.860	15,32	2,97
1975	34.951	1.981	8.269	17,64	4,17
1980	35.398	2.345	8.879	15,09	3,79
1985	34.794	2.447	8.311	14,21	3,40
1995/96*	33.417	2.365	7.154	14,12	3,02

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários (1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96).

* Dados agregados para os municípios de Cerro Largo, São Pedro do Butiá e Salvador das Missões.

No que diz respeito à estrutura da propriedade da terra e da ocupação, a Tabela 3.8 evidencia a relevância da condição de proprietário rural em relação às demais categorias (arrendatário, parceiro e ocupante).

Tabela 3.8 – Condição do produtor no município de Cerro Largo (1970 – 1995/96).

Censos	Estabelecimentos agrícolas	Proprietário		Arrendatário		Parceiro		Ocupante	
		N	%	N	%	N	%	N	%
1970	2.308	1.874	81,20	132	5,72	191	8,28	111	4,81
1975	1.981	1.721	86,88	36	1,82	153	7,72	71	3,58
1980	2.345	1.875	79,96	99	4,22	241	10,28	130	5,54
1985	2.447	1.969	80,47	153	6,25	204	8,34	121	4,94
1995/96*	2.365	2.044	86,43	55	2,33	166	7,02	100	4,23

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários (1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96).

* Dados agregados para os municípios de Cerro Largo, São Pedro do Butiá e Salvador das Missões.

É necessário notar, todavia, que as mudanças tecnológicas e a rentabilidade da soja levaram a uma supercapitalização da agricultura, a qual elevou drasticamente o preço da terra, tornando proibitivo o acesso aos agricultores menos capitalizados.³⁷ O resultado da contínua divisão da terra entre herdeiros levou então à constituição de unidades familiares cada vez

³⁶ Anjos (2003, p. 197) notou essa mesma tendência para o estado do Rio Grande do Sul. Pelos dados do autor, entre 1970 e 1995 houve um decréscimo de 23.633.793 ha para 21.800.887 ha. O fato estaria relacionado ao processo de urbanização, emancipação de pequenos povoados, conversão de estabelecimentos rurais em áreas de represas, estradas e obras de infra-estrutura, etc.

³⁷ Como vimos anteriormente, esta foi uma tendência desde a década 30/40 com o fim das terras devolutas na região, se tornando significativamente mais expressiva a partir do período da “modernização da agricultura”.

menores.³⁸ Desta forma, apesar do êxodo rural, o número de estabelecimentos se manteve constante, fruto da subdivisão geracional das propriedades.

A Figura 3.2 demonstra o aumento no número de estabelecimentos com área inferior a 10 hectares – estes passaram de 34,36% do total de estabelecimentos em 1970 para 42,54% em 1995 –, e a relativa constância da quantidade de estabelecimentos com área entre 10 e 20 hectares, que passaram de 35,75% para 34,67% no mesmo período (1975-95). De outro modo, é evidente a redução no número de estabelecimentos com área entre 20 e 50 ha (de 28,55% para 20,1%). O montante de estabelecimentos com área superior a 50 ha tem menor expressão, variando entre 1,34% e 1,86% entre 1970 e 1995, sendo que a porcentagem de estabelecimentos com área superior a 100 ha passou de 0,17% para 0,25% neste mesmo período.

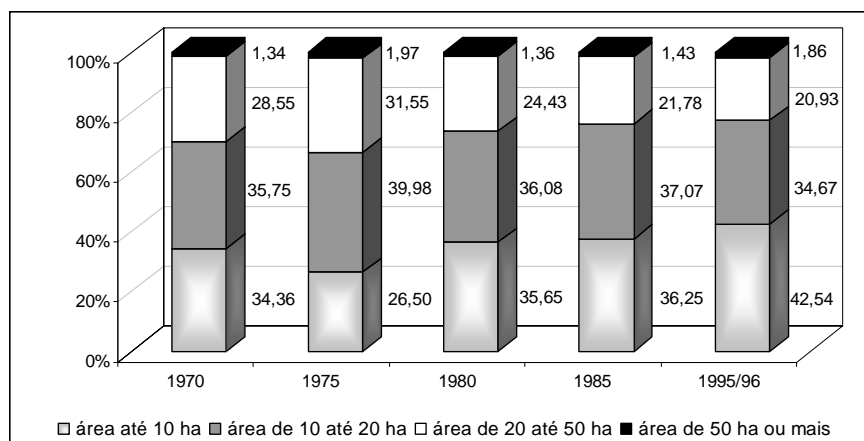


Figura 3.3 – Número de estabelecimentos por estratos de área em Cerro Largo (1970-1995/96).

Fonte dos dados brutos: IBGE, Censos Agropecuários (1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96).

Nota: Os dados de 1995/96 são agregados para os municípios de Cerro Largo, São Pedro do Butiá e Salvador das Missões.

Nos termos em que opera o debate, cabe acrescentar um último elemento relativo à concentração da terra. Os dados da Tabela 3.9 demonstram que os 77,21% dos estabelecimentos que possuem área até 20 ha são proprietários de 48,86% da área agrícola total agregada dos municípios de Cerro Largo, Salvador das Missões e São Pedro do Butiá. Além disso, que 20,93% dos estabelecimentos com área entre 20 e 50 ha ocupam 40,41% da área total. Significativamente menor, mas não menos importante, é a participação dos grupos de estabelecimentos com áreas entre 50 e 100 hectares (1,61% dos estabelecimentos ocupam 7,23% da área total) ou acima de 100 (0,25% dos estabelecimentos detêm 3,50% da área). Deste modo, em que pesem as diferenciações aparentes da posse da terra, é difícil falar em

³⁸ Condições semelhantes a estas foram encontradas por Brumer (1994) no município de Ijuí, RS.

sua ampla concentração nas “grandes propriedades” (acima de 100 hectares), pelo menos se comparados estes dados àqueles apresentados por Sacco dos Anjos (2003, p. 197) para o conjunto do Rio Grande do Sul, onde se percebe que 7,8% dos estabelecimentos com área superior a 100 hectares dispõem de 65,8% da área total. Pelo contrário, se continuar prevalecendo a tendência de divisão da terra por herança familiar, a maior preocupação poderá recair na subdivisão excessiva dos estabelecimentos.

Tabela 3.9 – Percentual de estabelecimentos e área ocupada (total e percentual) segundo estratos de área total (1995/96).

	Menos de 20 (ha)	Entre 20 e 50 (ha)	Entre 50 e 100 (ha)	mais de 100 (ha)	Total
Estabelecimentos (%)	77,21	20,93	1,61	0,25	100,00
Área ocupada total (ha)	16.327	13.504	2.415	1.170	33.416
Área ocupada (%)	48,86	40,41	7,23	3,50	100,00

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário (1995/96).

Nota: Dados agregados para os municípios de Cerro Largo, São Pedro do Butiá e Salvador das Missões.

Em termos de dinâmica populacional, o êxodo rural revela-se como um dos efeitos mais característicos da modernização da agricultura (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999; ANJOS, 2003). Como demonstra a Figura 3.4, desde os anos 70 há uma redução gradual da população rural acompanhada pelo crescimento da população urbana, mantendo-se a população total relativamente estável. A taxa de urbanização – relação população urbana/população rural – que era de 0,504 em 1970, passou para 0,857 em 1980 e depois para 1,161 e 1,593 em 1991 e 2000, respectivamente.

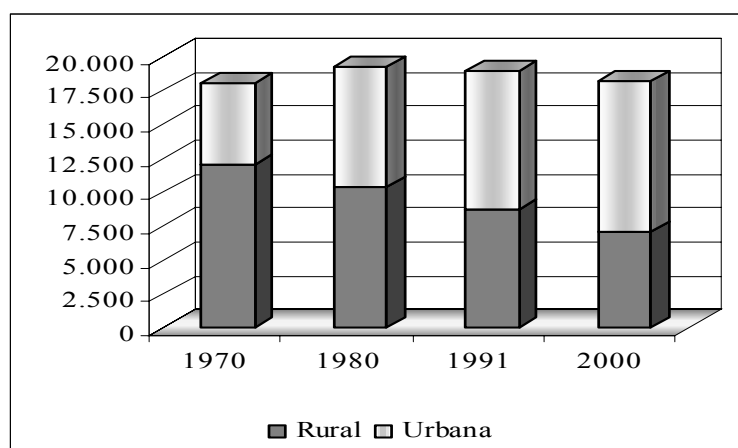


Figura 3.4 – Evolução da população rural e urbana de Cerro Largo (1970-2000).

Fonte dos dados brutos: IBGE – Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000.

Nota: Os dados de 2000 são agregados para os municípios de Cerro Largo, Salvador das Missões e São Pedro do Butiá.

Esta desruralização também se revela reflexo do aumento dos fluxos migratórios inter-regionais, sobretudo em direção à região metropolitana de Porto Alegre e para outros estados das regiões sul e centro-oeste do país. Não cabe aqui um exame detalhado deste processo, até mesmo porque se desconhecem indicadores estatísticos para quantificar este movimento migratório.³⁹

Ainda em termos de dinâmica populacional, é possível fazer referência à “masculinização” da população rural (ANJOS; CALDAS, 2005; CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999). A Figura 3.5 demonstra que desde os anos 70 tem havido uma disparidade entre o número de homens e mulheres nas populações rural e urbana do universo pesquisado. Embora a variação seja pequena, a relação mulheres/homens tem decaído progressivamente no meio rural: enquanto em 1970 ela era da magnitude de 0,975 mulheres para cada homem, nos anos seguintes a relação reduziu-se a 0,949 (1980), 0,936 (1991) e 0,934 (2000). Paralelamente, ocorre uma feminização da população urbana onde a relação no mesmo período revela as seguintes taxas crescentes: 1,071; 1,092; 1,108 e 1,078.

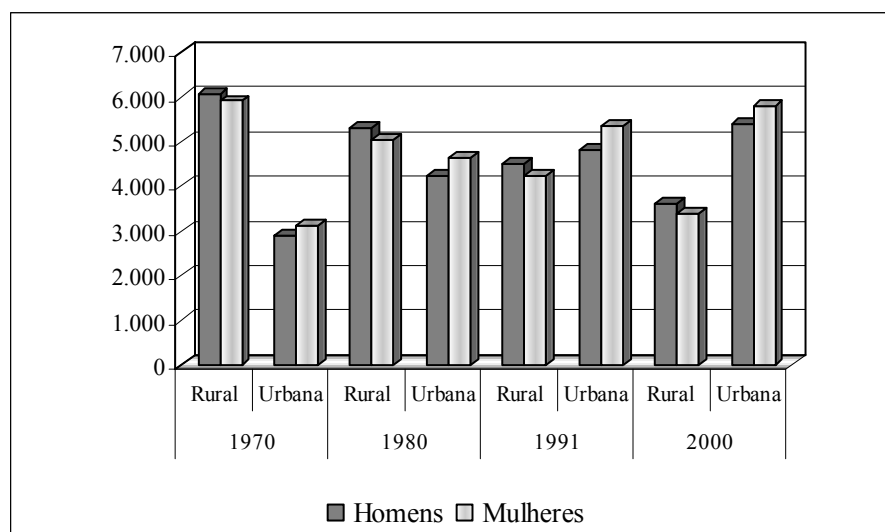


Figura 3.5 – Evolução do número de homens e mulheres segundo o local de domicílio (rural ou urbano) em Cerro Largo (1970-2000).

Fonte dos dados brutos: IBGE - Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000.

Nota: Os dados de 2000 são agregados para os municípios de Cerro Largo, Salvador das Missões e São Pedro do Butiá.

Enfim, é necessário mencionar, ainda que sumariamente, a desconexão provocada pelas mudanças técnicas da produção agrícola em relação ao ecossistema local. O crescimento da produção e da produtividade para sustentar níveis mínimos de renda que permitissem sobreviver ao *squeeze* da agricultura, foi possível graças ao aumento contínuo de insumos

³⁹ O tema será retomado ao final do capítulo 5.

industriais e à custa de expressivo prejuízo ecológico. Isto gerou uma espécie de “institucionalização da insustentabilidade” (PLOEG, 2006a) que sustentou o discurso da expansão da lavoura de soja à enorme custo ambiental e assim comprometeu a produtividade futura em favor da alta produtividade presente.

Dentre uma série de externalidades negativas da “agricultura convencional” as mais evidentes são a degradação dos solos, o desperdício da água, a poluição do conjunto do ecossistema e a degeneração da diversidade genética. Como reflexo da expansão da lavoura de soja, os índices de desmatamento e erosão do solo no Estado do Rio Grande do Sul são alarmantes. Os dados apresentados por Caporal (2003) demonstram que, de cerca de 40% da área ocupada com cobertura florestal em 1983, restaram 5,62% em fins dos anos 90. O mesmo autor revela ainda que entre as décadas de 1960 e 1990 houve perda de 25 toneladas de solo fértil por hectare/ano.

Nos últimos anos, a facilidade no processo de trabalho, a diminuição do tempo de trabalho e a discutível diminuição de custos apregoada pela soja transgênica fez a situação se agravar:

Ficou mais fácil. Mas assim não melhorou. Ficou mais fácil. Coloca duas vezes veneno e pode sentar na sombra (I 09).

Sabe que com esse transgênico é muito mais fácil. Ali a gente não precisa mais de enxada, semeia essa semente de transgênico, depois vem o inço, daí passa um randap (*roundap*), um secante, assim. O soja não morre e o inço morre todo. Isso é tão fácil, tão fácil. Olha as lavouras, isso anos atrás era tudo inço, era guanxuma, picão, hoje as lavouras estão tão limpas tudo. A enxada a gente não precisa mais (I 05).

Com efeito, para muitos agricultores a preocupação com as implicações do uso até certo ponto indiscriminado de todos os agroquímicos da “agricultura moderna”, minimiza-se diante da possibilidade de estar livre da enxada, símbolo da penosidade do trabalho na lavoura.

De outro modo, alguns agricultores têm se dado conta dos prejuízos ambientais deste modelo de agricultura: “[...] nós tamo pagando muito caro agora esse preço, porque limpamos todos os banhados e secamos os mananciais de água, agora não chove mais, esse é o grande problema. Secamos os banhados e hoje nós tamo pagando esse preço” (I 09). A partir daí é possível perceber o tímido princípio do que Caporal (2003) denomina de “ecologização” da agricultura, o qual tem se revertido, com o desenvolvimento de algumas práticas “conservacionistas”, em estilos de agricultura mais sustentáveis. De acordo com os resultados da pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003), referentes ao ano agrícola 2001-2002,

94,8% dos agricultores de Salvador das Missões afirmaram ter desenvolvido alguma ação neste sentido. Não obstante, destacam-se práticas “mais tradicionais”, como a utilização de curvas de nível (70,7%), o plantio direto (77,6%), a rotação de cultivos (75,9%) e a utilização de esterco animal ou resíduos orgânicos vegetais nas lavouras (77,6%). A expressão de práticas como a adubação verde (46,6%), o reflorestamento de áreas degradadas (22,4%) e o controle alternativo (sem veneno) de pragas e doenças (17,2%) é notadamente menor, porém relevante nas condições em questão.

3.2.5 Transformações recentes da agricultura familiar de Salvador das Missões

As mudanças na consciência associada à conservação ambiental abriram, já na seção anterior, um conjunto de questões relativas ao período recente. Assim, finalizando o capítulo, este tópico traz à tona as principais mudanças que ocorreram na agricultura familiar e no meio rural de Salvador das Missões a partir de meados da década de 1990. Embora não haja uma ruptura decisiva com a trajetória esboçada até aqui, o que inclusive faz com que grande parte das conseqüências econômicas, sociais e ambientais da modernização continuem se aprofundando, a partir deste período são reveladas transformações importantes, protagonizadas em resposta à crise da produção agrícola e facilitadas pela emancipação do município (1992) e pela consolidação política e institucional da agricultura familiar no Brasil (ABRAMOVAY, 1998; SCHNEIDER, 2003).

A superficialidade com que alguns elementos são abordados torna imperioso advertir para sua finalidade absolutamente limitada de uma primeira aproximação a muitas questões que serão retomadas à frente. A apresentação focaliza algumas informações que revelam de maneira mais evidente os processos atualmente em curso na tentativa de traçar “grandes linhas” da trajetória recente da agricultura familiar local.

Neste sentido, as condições atuais da agricultura em Salvador das Missões e em toda região, ao mesmo tempo em que espelham os efeitos das mudanças ocasionadas pela modernização, dão evidências da crise do modelo produtivista e da precariedade econômica que marca a reprodução de muitas famílias rurais. Assim, antes de qualquer coisa, é necessário demonstrar o aprofundamento desta crise, onde a referência fundamental é a estagnação crônica e a irregularidade dos níveis de produção e produtividade. Na Figura 3.6 evidencia-se a grande inconstância da quantidade produzida dos principais cultivos de lavoura de Salvador das Missões. O caso mais emblemático é o da soja que, entre 1994 e 2003,

oscilou entre menos de 4 mil toneladas a mais de 12 mil toneladas. Esta variabilidade torna muito remota a possibilidade de observar uma tendência da produção agrícola.

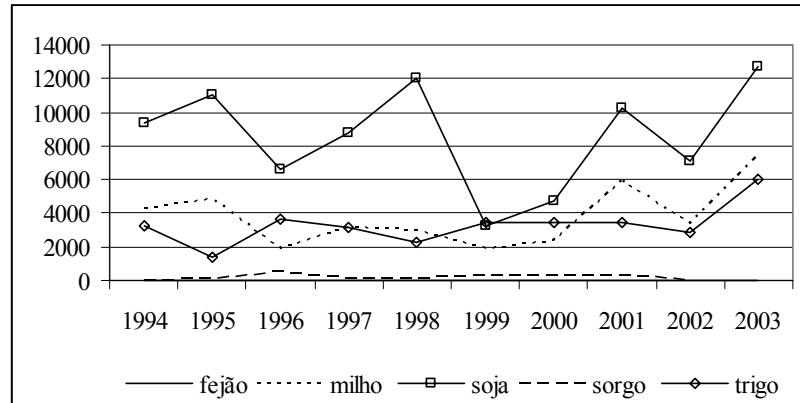


Figura 3.6 – Quantidade produzida (ton) das principais culturas de lavoura temporária no município de Salvador das Missões (1994-2003).

Fonte dos dados brutos: FEE (1994 – 2003).

De outro modo, as informações da Figura 3.7 demonstram a estagnação crônica dos níveis de produtividade no mesmo período. Para o caso da soja, ainda que o ano de 2003 apresente índice de produtividade um pouco mais elevado do que aqueles observados no período anterior é notável a relativa constância da produtividade média entre 1994 e 2002, quando a quantidade produzida por área passa de 1,7 toneladas por hectare para 1,5. Da mesma forma que a soja, a produtividade do trigo passou de 1,5 para 1,38 toneladas por hectare entre 1994 e 2002, apresentando o maior crescimento em 2003 (2,4 ton./ha). No caso do milho, é possível perceber que a produtividade média das lavouras em 2003 (4,1 ton./ha) foi inferior àquela apresentada em 1994 (4,2 ton./ha); revelando ainda uma queda gradativa dos índices de produtividade entre um 1997 e 2002 (exceção feita ao ano de 2001).

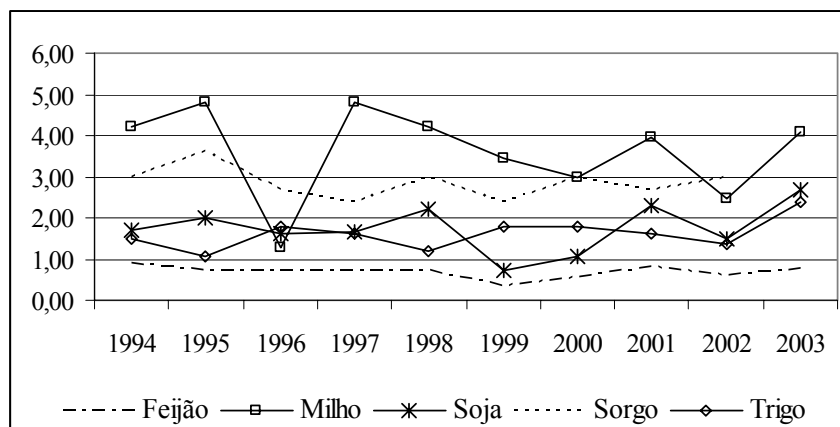


Figura 3.7 – Produtividade média (ton./ha) das principais culturas de lavoura temporária no município de Salvador das Missões (1994-2003).

Fonte dos dados brutos: FEE (1994 – 2003).

A estagnação da produtividade conciliada à manutenção do elevado custo de produção e à queda acentuada dos preços das principais *commodities* agrícolas resultou em contínua deterioração da renda da população rural. Dados reveladores da questão podem ser encontrados nas Tabelas 3.10 e 3.11, referentes às unidades familiares de Salvador das Missões investigadas no âmbito da pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003). Divididos os estabelecimentos em estratos de Consumo Intermediário (CI)⁴⁰ que, como argumentado anteriormente, permite perceber o nível de externalização das unidades produtivas, é possível verificar a correlação positiva entre o Consumo Intermediário Médio (CIm) e as médias de Produto Bruto Total (PBt)⁴¹, Produto Bruto Vendido (PBv)⁴² e Valor Adicionado Bruto (VAB)⁴³. Recorrendo às três últimas colunas da tabela, é possível observar que naquelas unidades com maior externalização a proporção Consumo Intermediário/Produto Bruto total [CIm/PBt] é mais elevada do que nas demais. Conseqüentemente, a relação Valor Adicionado Bruto/ Produto Bruto total [VAB/PBt] se deteriora a medida que se passa de um estrato para outro, o que demonstra que a remuneração da atividade agrícola é proporcionalmente menor nas unidades que apresentam maior externalização. Com efeito, a dependência criada aos insumos produtivos e demais recursos externos à unidade de produção são responsáveis por um aumento substancial de custos, diminuindo os retornos do trabalho.

Do mesmo modo é possível perceber que as unidades familiares com níveis mais expressivos de externalização produtiva revelam maior dependência dos circuitos mercantis para a comercialização da produção, haja vista a correlação crescente do Consumo Intermediário com a proporção comercializada da produção total (Produto Bruto vendido sobre o Produto Bruto total [PBv/PBt]). A necessidade de investir com maiores custos e vender uma proporção cada vez maior da produção total não tem se revertido em ganhos relativos maiores, visto que a relação VAB/PBt referida acima tem se deteriorado.

⁴⁰ Compõem o Consumo Intermediário os seguintes itens: insumos da produção vegetal; insumos da produção animal; insumos da transformação caseira; pagamento de serviços a terceiros (temporários e empreitadas); despesas com manutenção de máquinas e equipamentos; despesas com manutenção de instalações e gastos com energia elétrica, gás e água (AFDLP – UFRGS/UFPel/CNPq, 2003).

⁴¹ Somatório do produto bruto vegetal (venda + autoconsumo), produto bruto animal (venda + autoconsumo) e produto bruto da transformação caseira (venda + autoconsumo).

⁴² Montante do Produto Bruto Total (PBt) que foi destinado à venda.

⁴³ Refere-se ao Produto Bruto Total (PBt) descontado o Consumo Intermediário (CI): [VAB = PBt – CI].

Tabela 3.10 – Consumo Intermediário Médio (CIm), Produto Bruto Total (PBt), Produto Bruto Vendido (PBv) e Valor Adicionado Bruto (VAB) por Estratos de Consumo Intermediário nas unidades familiares de produção de Salvador das Missões no ano agrícola 2001- 2002.

Estratos de Consumo Intermediário (R\$)	A*	CIm (R\$)	PBt (R\$)	PBv (R\$)	VAB (R\$)	CIm /PBt	VAB/ PBt	PBv /PBt
1. Menor que 2.500,00	20,7	1.241,31	5.683,70	2.999,04	4.442,40	0,28	0,72	0,45
2. 2.500,01 a 5.000,00	13,8	4.010,71	11.235,23	7.353,50	7.224,52	0,41	0,59	0,61
3. 5.000,01 a 7.500,00	19,0	6.511,96	18.537,82	14.495,72	12.025,86	0,42	0,58	0,77
4. 7.500,01 a 10.000,00	15,5	8.633,60	15.885,21	12.423,60	7.251,61	0,60	0,40	0,79
5. 10.000,01 a 12.500,00	10,3	11.182,25	27.878,93	22.868,27	16.696,68	0,49	0,51	0,81
6. Maior que 12.500,01	20,7	29.960,84	67.827,92	60.910,40	37.867,08	0,46	0,54	0,86

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003).

* “A” refere-se à porcentagem de estabelecimentos pertencentes a cada estrato de Consumo Intermediário (CI).

Na Tabela 3.11 pode-se apurar que, apesar das diferenças significativas entre estes mesmos estratos em termos de valores absolutos de Renda Agrícola (RA), com um desempenho manifestadamente mais elevado das unidades com maior Consumo Intermediário, quando a renda é examinada em relação ao Produto Bruto total (PBt) a relação se inverte e as unidades com menor externalização auferem as proporções mais elevadas de Renda Agrícola por Produto Bruto total [RA/PBt]⁴⁴.

Além do mais, ainda que a tabela acima revele que as diferenças na Renda Agrícola em termos de valores absolutos se tornam menos significativas quando esta é analisada em função da Superfície Agrícola Útil⁴⁵ [RA/SAU], é certo que a maior disponibilidade de área tem se tornado fator essencial à reprodução das unidades que apresentam maior grau de externalização⁴⁶, porquanto a média de superfície agrícola útil em hectares, representa, em ordem crescente dos estratos de Consumo Intermediário, os seguintes valores: 7,19; 9,33; 13,02; 16,92; 16,74 e; 33,59. Isto resulta, sobretudo, do fato de que as unidades que apresentam maior externalização também expressam uma lógica de extensificação fundada, principalmente, no monocultivo da soja. Conforme os dados da pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003), a área média plantada com soja aumenta significativamente quando se passa de um estrato para outro: 1,88; 3,78; 4,27; 7,22; 9,67 e 11,95.

⁴⁴ Obviamente, a relação é intimamente correlacionada à relação VAB/PBt demonstrada anteriormente.

⁴⁵ Superfície Agrícola Útil corresponde à área do estabelecimento que pode ser efetivamente explorada com atividades agrícolas.

⁴⁶ Com alguma discrepância, têm se mostrado os dados relativos ao quarto estrato analisado (7.500,01 a 10.000,00). Na tabela 3.10, este já se diferencia por apresentar a mais alta relação Consumo Intermediário médio / Produto Bruto total, e o menor valor da proporção entre o Valor Adicionado Bruto e Produto Bruto total, agora, segundo a Tabela 3.11 este estrato apresenta ainda o valor mais baixo da proporção Renda Agrícola/Superfície Agrícola Útil, não obstante, se revela com a segunda maior média de Superfície Agrícola Útil (16,92 ha), o que, nos termos em que opera o debate, revela elevado nível de precariedade econômica destas unidades familiares.

Similares são as conclusões em relação ao Capital Disponível total (CD)⁴⁷, onde se destaca a superioridade substancial de seu montante nas unidades com maior externalização e, outra vez, uma inversão quando se analisa a renda agrícola obtida proporcionalmente a esta variável [RA/CD].

Tabela 3.11 – Estratos de Consumo Intermediário (CI), Renda Agrícola (RA), Superfície Agrícola Útil (SAU), Produto Bruto Total (PBt) e Capital Disponível (CD) das unidades familiares de produção de Salvador das Missões no ano agrícola 2001 - 2002.

Estratos de Consumo Intermediário	RA (R\$)	SAU (ha)	PBt (R\$)	CD (R\$)	RA/SAU (R\$/ha)	RA/PBt	RA/CD
1. Menor que 2.500,00	3.885,80	7,19	5.683,70	8.054,45	840,18	0,58	1,08
2. 2.500,01 a 5.000,00	6.779,67	9,33	11.235,23	5.095,69	743,32	0,54	1,14
3. 5.000,01 a 7.500,00	10.456,70	13,02	18.537,82	15.645,48	756,29	0,48	0,78
4. 7.500,01 a 10.000,00	5.384,08	16,92	15.885,21	18.599,98	326,89	0,29	0,57
5. 10.000,01 a 12.500,00	14.254,44	16,74	27.878,93	24.701,67	937,85	0,42	0,26
6. Maior que 12.500,01	29.654,87	33,59	67.827,92	56.186,07	1.064,66	0,41	0,85

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003).

Dentre os diversos fatores responsáveis por esta situação pode-se aludir para os novos marcos de regulação da ação estatal em relação à agricultura a partir da década de 1990, expressos na liberalização comercial e desregulamentação do mercado interno, nas mudanças na taxa de câmbio, contenção de consumo via arrocho salarial, aumento dos juros e diminuição do crédito (LEITE, 2001). Não obstante, parcela importante da explicação tem sido freqüentemente remetida às recorrentes estiagens que têm afetado a produtividade das lavouras. De fato, além de encontrarem-se imersos em um universo de relações produtivas marcadas pela precariedade econômica, estes agricultores defrontam-se com não menos importantes e dramáticas situações de incerteza e vulnerabilidade frente às secas que assolam a região, reconhecidamente uma das mais afetadas do Estado.

Assim, não há como desviar de um tema tão presente à realidade destes agricultores, crônico em suas narrativas e nos discursos de um vasto número de atores e instituições direta ou indiretamente envolvidos com a questão e seus efeitos. Não interessa aqui, todavia, explorar as causas, magnitude ou conseqüências econômicas das secas. O ponto crucial a ser discutido diz respeito ao porquê de seus efeitos resultarem em tamanho impacto no interior das unidades de produção. Dois marcos são importantes neste sentido. O primeiro é o reconhecimento dos próprios agricultores de que este tipo de situação não é exclusividade dos

⁴⁷ Somatório do valor de máquinas, equipamentos, construções, benfeitorias e animais (excluindo o valor da terra).

dias atuais. O segundo refere-se também às suas constatações de que em outros tempos a situação dificilmente colocava em risco a reprodução do grupo familiar:

Sempre tinha seca. Em 1944 e 45 foi a maior seca. Mas o meu pai não sentia tanto porque sempre tinha recurso, tinha muita mandioca, muita cana, muito pasto elefante. Sabe, isso não tinha muito gasto. Naquela época a gente passou. Não deu milho, não deu feijão. Mas a gente tinha muito feijão guardado no galpão, muita mandioca na roça (I 05).

Tinha estiagem, mas o povo tinha reservas. O pessoal plantava 15 a 20 mil pés de aipim. Tinha milho em espiga nos galpões cheios. Colhiam 100, 150, 200 sacos de milho em espiga e guardavam pra todo ano. Tinham estoque, né?! (I 17).

O que fica presente dos discursos, é que em algum momento houve uma mudança abrupta que tornou os agricultores mais vulneráveis a choques externos e riscos. É fato que a intensidade das secas e as suas recorrências são maiores atualmente: “[...] seca de três anos nunca tinha dado. Sempre existia, mas assim não; toda minha vida eu me lembro que tinha duas secas, mas não era tanto; na pior das secas nós colhia 20 sacos de soja por hectare” (I 19). Mas também é incontestável que mercantilização e externalização são catalisadoras do que talvez seja o principal efeito deste fenômeno: o endividamento crescente dos agricultores.

Mesmo a ampla disseminação da soja transgênica nos anos recentes não foi “a salvação da lavoura” como muitos esperavam:

Quando veio esta soja transgênica muitos acharam que era o que eles esperavam: ganhar dinheiro fácil, mas foi só um ano e daí já caiu pela metade o preço do soja e o custo aumentou (I 15).

Essa soja transgênica não ajudou, o que ela trouxe é uma facilidade de produzir [...] porque aqui não tem mais esta mão-de-obra e se tivesse a soja convencional teria que estar carpindo. Então isto facilitou, mas em termos de ganho, Ela não trouxe nada de benefício, talvez até piorou, porque vai um pouco mais de insumos (I 10).

Conciliada a estes fatores, a flutuação dos preços da soja também exerceu influência determinante no endividamento. Em 2003, quando o preço da saca alcançou valores próximos a R\$ 50,00, muitos agricultores investiram todo capital que possuíam; adquiriram financiamentos, arrendaram terras, “[...] venderam até a última vaca” (I 10), em busca de lucratividade talvez nem alcançada nos melhores anos de modernização compulsória. A queda repentina do preço, todavia, levou muitos destes agricultores à falência. Ainda hoje, o que se percebe entre alguns dos entrevistados é que “[...] todos que continuam no trigo e no soja estão mal, estão empobrecendo” (I 12).

Na época que deu a soja a 50,00 reais, o soja transgênico, mais fácil de plantar, pessoas que produziam leite com 10, 12 vacas, venderam as vacas pra produzir soja. Aí no outro ano caiu o preço do soja e eles não tinham mais como comprar as vacas de volta, o mesmo número de animais de volta, e essa mudança foi tão rápida (I 10).

Deste modo, também é compreensível que esta forma de agricultura tenha desenvolvido uma necessidade crônica de crédito. Na impossibilidade de refinanciamento interno das unidades de produção “o banco passou a ser a casa de todos” (BRUM, 1988, p. 121): “[...] sempre, toda a vida, eu trabalhei com o banco; o pai já trabalhava e eu segui até hoje” (I 17). Como reflexo de um amplo processo de incorporação institucional e da deterioração da renda agrícola das propriedades, hoje em dia “[...] quem não pega financiamento nem investe mais porque não tem mais dinheiro” (I 07); “[...] se a gente não vai no banco pegar dinheiro, daí não tem mais pra plantar; se não ganha financiamento não planta mais” (I 08).

Na medida em que significativa parcela dos recursos do crédito é garantida pelo Estado, é plausível referir que a agricultura familiar regional é a síntese da forma social que Jean (1994, p. 70) demonstrou que “[...] sem ser uma pura criatura do Estado, existe entretanto graças a um conjunto de dispositivos legais e regulamentares garantidos pelo Estado”. Neste sentido, a consolidação institucional da agricultura familiar materializada pela origem do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), revela-se fundamental à reprodução dos agricultores locais. Os dados do INCRA (2004) demonstram que no universo de 597 estabelecimentos rurais de Salvador das Missões houve a assinatura de 327 contratos do PRONAF no ano de 2003, representando um montante de R\$ 650.970,37 à época. Mais recentemente esta política tem sido ainda mais relevante em função da possibilidade de acesso ao seguro agrícola, fazendo com que mesmo aqueles agricultores que têm condições mínimas de autofinanciamento recorram aos recursos do programa:

Eu já peguei anos atrás, mas eu sempre fazia a lavoura com recursos próprios, agora o último ano eu peguei de novo um custeio pra ter uma segurança. A vantagem agora é de eu poder pegar seguro, né (I 15).

Agora foi a primeira vez. O pai sempre plantou tudo por conta. E ano passado que deu aquela frustração e ele perdeu tudo, daí foi a primeira vez. E esse ano nós fizemos de novo porque se perder tudo de novo pelo menos tem o seguro (I 19).

Da mesma forma, políticas de seguridade social têm cumprido papel de destaque frente ao crescente empobrecimento e, até mesmo, às dificuldades de financiamento da

produção. Conforme demonstram os dados de Caldas e Anjos (2004), o meio rural de Salvador das Missões comportou um total de 4.269 benefícios desta natureza no ano de 2001, os quais se referem a um montante anual de recursos previdenciários por estabelecimento rural da ordem de R\$ 1.310,73.⁴⁸

Em decorrência de um conjunto de fatores, pode-se falar de uma vulgarização do que Schneider e Fialho (2000, p. 139) chamam de “pobreza colonial”, isto é, “[...] aquela em que, mesmo não produzindo renda suficiente para o agricultor, permite-lhe o acesso aos bens, serviços e alimentos, que obtém com seu trabalho em sua pequena propriedade de terra, os quais minimizam sua carência social [...]” em que, além do mais, os baixos níveis de renda monetária são compensados pelo acesso à alimentação e escola, o que ameniza a condição de pobreza. Este é um elemento fundamental à compreensão de duas estratégias importantes presentes nas unidades familiares investigadas: a produção para o autoconsumo, que tem garantido um acesso mínimo à alimentação (tópico 5.1.3); e o investimento na educação dos filhos, que está relacionada à minimização das incertezas da produção agrícola possibilitando qualificação para atividades em outros setores (tópico 5.1.7).

Em certa medida, estas iniciativas coadunam-se a um leque de respostas emergentes, as quais produzem efeitos que paulatinamente estão alterando o cenário de crise e estagnação. Neste caminho estão associadas estratégias de diversificação das atividades agropecuárias. Alguns agricultores têm partido para plantios de alfafa, girassol, mandioca, feijão e cana-de-açúcar buscando garantir que pelo menos um deles alcance maior rendimento econômico. Não obstante, a alternativa mais difundida neste sentido tem sido a reorientação dos espaços e da mão-de-obra da lavoura de soja para a produção leiteira (tópico 5.1.2). Esta inversão tem repercutido no aumento da produção anual de leite que mais do que duplicou em uma década e, principalmente, no incremento da produtividade, que passou de 1.439 litros por vaca ordenhada em 1994 para 2.732 mil em 2004 (Figura 3.8). Embora, é necessário notar, o número de vacas ordenhadas e a quantidade produzida tenham diminuído levemente a partir de 2002 em consequência das perdas com a estiagem.

⁴⁸ Outras questões neste sentido serão discutidas no tópico 5.1.6.

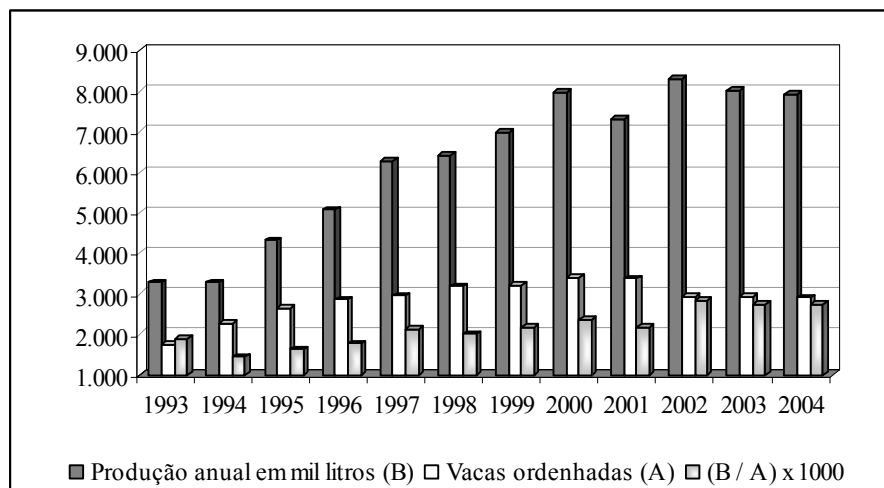


Figura 3.8 – Produção anual de leite (mil litros) e número de vacas ordenhadas das unidades familiares de produção no município de Salvador das Missões (1993-2004).

Fonte: FEE (1993 – 2004).

Na mesma lógica de diversificação, a dinâmica recente da agricultura familiar mostra um incremento das ocupações agrícolas e não-agrícolas dentro e fora da propriedade que configuram o exercício da pluriatividade enquanto estratégia das unidades familiares (tópico 5.1.5). Com um crescimento talvez não tão acentuado, mas igualmente importante, tem se revelado o desenvolvimento de atividades de agregação de valor aos produtos, como a agroindustrialização e a venda direta ao consumidor (tópico 5.1.4).

* * *

Em resumo, as transformações propiciadas pela modernização da agricultura constituíram elementos decisivos para conformar um ambiente social e econômico distinto daquele que caracterizou a agricultura colonial de base camponesa. Diferentemente da situação dos colonos, caracterizada pela inserção aos mercados locais a partir da venda de excedentes agrícolas, as mudanças tecnológicas e a consolidação do monocultivo da soja foram responsáveis por vincular os agricultores locais aos mercados globais de *commodities* agrícolas.

Assim, a modernização sustentou uma agricultura com alto nível de mercantilização que, mormente em virtude do igualmente elevado grau de externalização das unidades produtivas, propiciou pouco espaço de manobra para os agricultores construírem alternativas diferenciadas ao padrão hegemônico. Neste sentido, acredita-se que as informações apresentadas foram suficientes para confirmar a hipótese inicial de que a marca da inserção

mercantil dos agricultores familiares de Salvador das Missões foi a crescente externalização produtiva representada pela dependência a recursos controlados por atores externos à unidade de produção (empresas, cooperativas, bancos, etc.). Situação que se reproduz pelo menos durante o período em que a modernização se mostra capaz de gerar substanciais incrementos de produção, produtividade e renda.

No período mais recente, o padrão produtivista fundado no binômio soja-trigo e em uma agricultura de custos crescentes tem apresentado alguns sinais de crise, esta podendo ser resumida pelo crescente *squeeze* da produção agrícola, o qual resulta em deterioração dos níveis de renda dos agricultores e no aumento de sua vulnerabilidade econômica e social. Em resposta à crise, os agricultores têm construído uma série de estratégias reprodutivas que, além de alterar gradativamente este cenário, revela a emergência de uma ampla diversidade de estilos de agricultura.

Finalmente, é imprescindível notar que o objetivo básico deste capítulo foi traçar linhas gerais da trajetória da agricultura familiar de Salvador das Missões, destacando a constituição e os efeitos do processo de mercantilização em termos mais genéricos ou universais. Por conseguinte, a análise não concentrou esforços em apurar as várias desuniformidades do fenômeno; tampouco em exprimir como os agricultores foram hábeis para criar condições de reprodução em face às pressões exercidas pelos mercados, sobretudo, neste período mais presente. Assim sendo, de agora em diante é necessário explorar mais densamente estas questões, procurando demonstrar como a mercantilização diferenciou os modos de produzir e viver dos agricultores familiares contemporâneos das formas camponesas sustentadas pelos colonos e como este se constituiu em um processo parcial e multifacetado.

4 METAMORFOSES NAS RELAÇÕES SOCIAIS DOS AGRICULTORES

“Metamorfozes”, dialética do mesmo e do diferente: evidenciar as transformações históricas desse modelo, sublinhar o que suas principais m cristalizações comportam, ao mesmo tempo, de novo e de permanente, ainda que sob formas que não as tornam imediatamente reconhecíveis (CASTEL, 1998, p. 27, grifos no original).

O objetivo fundamental deste capítulo é demonstrar como a mercantilização, aqui compreendida como um processo abrupto de inserção mercantil associado às mudanças na base técnica da agricultura, alterou uma série de relações sociais dos agricultores, estabelecendo relativamente ao período precedente da agricultura colonial – “antigamente” –, outra lógica social e produtiva. A hipótese de estudo sustenta que a mercantilização foi responsável por inserir os agricultores em universos de relações sociais e sócio-técnicas que, gradativamente, redefiniram suas lógicas de reprodução social, econômica e simbólica, refletindo na composição das idéias e práticas que os agricultores desenvolvem para conduzir suas unidades de produção e a vida social.

Mas, por que centrar-se sobre as relações sociais? E, considerando o amplo conjunto de interações humanas e materiais que podem ser assim definidas, quais dimensões analisar? A resposta é relativamente simples (pelo menos analiticamente), mas importante de ser destacada: porque diferentes estratégias e estilos de agricultura estão intimamente relacionados às distintas relações sociais que os agricultores estabelecem. Conforme referido no tópico “Atores sociais e agência humana” (2.1.3), são múltiplas redes de relações entre pessoas e entre pessoas e coisas que determinam o conjunto de noções estratégicas que os atores criam para organizar práticas e discursos, assim determinando a formação de estilos de agricultura diferenciados (GRANOVETTER, 1985; LONG, 2001).

Nesta perspectiva, Ploeg (2003) faz questão de distinguir “relações sociais *de* produção” e “relações sociais *na* produção”. Segundo o autor, enquanto o primeiro grupo refere-se às interfaces entre a agricultura e o ambiente político-econômico, o segundo faz menção às relações particulares que são encontradas dentro da unidade de produção e do processo de trabalho e produção. Embora não siga exatamente esta distinção analítica, este capítulo subdivide as relações sociais em três grupos. Uma seção inicial alude para as mudanças na lógica produtiva e à crescente profissionalização dos agricultores. Na seção seguinte também são analisadas questões diretamente relacionadas ao processo de produção levado à cabo no interior da unidade familiar destacando-se categorias como o trabalho, a

terra e a família. Na última seção focalizam-se dimensões que, apesar de relacionadas ao processo produtivo, fazem alusão a um universo de relações sociais que extrapola a unidade familiar, adentrando mais diretamente às transformações na sociabilidade, nas relações de vizinhança e parentesco, na vivência comunitária, no círculo de relações com atores externos e, até mesmo, nas representações sobre o ambiente social.

A escolha destas dimensões decorre, primeiramente, do fato de que é impossível identificar todo o conjunto de elementos presentes nas relações sociais, como eles funcionam ou se conectam (PLOEG, 2003). Assim sendo, e considerando que a forma de apreender os estilos de agricultura está sujeita ao “ponto de entrada” do pesquisador (VANCLAY, 2006; PLOEG, 1995)¹, é fundamental delimitar um conjunto de dimensões que unifiquem a análise e, mesmo que limitadamente, constituam algumas “chaves analíticas” que posteriormente possibilitem compreender estratégias e estilos diferenciados.

A análise focaliza a ruptura causada pela mercantilização entre o passado e o presente. Genericamente, trata-se de reconhecer os “elementos de ruptura e continuidade” (WANDERLEY, 2003), ou os “fatores de persistência e de transformação” (CÂNDIDO, 2001), entre os estilos contemporâneos de agricultura familiar e aqueles que caracterizaram a agricultura colonial, tendo o cuidado de evidenciar que, da mesma forma que antes, essas transformações não caracterizam atualmente um universo homogêneo de relações sociais e que, portanto, a mercantilização diferencial é determinante da diversidade da agricultura familiar contemporânea.

4.1 LÓGICA PRODUTIVA E PROFISSIONALIZAÇÃO: A CONSOLIDAÇÃO DE UMA NOVA FORMA DE PRODUÇÃO

Parte substancial do segundo capítulo foi dedicada a demonstrar o caráter racional das práticas dos agricultores familiares. Fizeram-se menções à constituição de uma espécie de cálculo definido por Ploeg (1990) em termos de um “discurso prático” que estes atores seguem para organizar suas unidades de produção. À luz desta discussão, a seção buscará evidenciar quais são os principais efeitos da mercantilização da agricultura à formatação de uma lógica produtiva diferenciada.

Em princípio, a análise caminha para a compreensão do processo de mercantilização como principal responsável pela determinação de fatores técnicos externos à unidade familiar.

¹ Cf. discussão no tópico 2.3.2.

Ao final da seção, e talvez de maneira mais evidente somente ao final da seção subsequente, será evidenciado como estes critérios externos são incorporados e re-significados pelos agricultores, apresentando-se em um conjunto variado de noções estratégicas sobre como a prática agrícola deve ser conduzida.

Ainda neste escopo, a discussão adentra à questão da profissionalização dos agricultores familiares, aqui compreendida justamente a partir das necessidades criadas pelas mudanças na lógica produtiva de constituição de um agricultor mais vinculado a conhecimentos técnicos externos.

4.1.1 A lógica produtiva das unidades familiares

Os processos produtivos no interior das unidades familiares transcorrem como um conjunto organizado de tarefas, articuladas entre si e mediadas por uma “lógica” que define metas específicas e interesses particulares de acordo com diferentes sistemas de valores. Assim, a despeito das várias conceituações que a palavra “lógica” pode sugerir, aqui ela tem o objetivo pragmático de descrever um tipo de ação e, neste caso, demonstrar quais são os elementos centrais do discurso prático que os agricultores seguem para organizar o processo de trabalho e produção (PLOEG, 1990).²

Com esta disposição, se retoma a racionalidade do *calculus* que funda as práticas do agricultor familiar. Tal como Bourdieu (1979) demonstrou em relação aos camponeses da Argélia, a inexistência de uma contabilidade explícita, a qual, neste caso, era condenada por valores e regras comunitariamente compartilhados, jamais impediu a constituição de um “cálculo” responsável por orientar as práticas produtivas na unidade camponesa. Contudo, a questão que permanece aberta diz respeito a quais são os parâmetros fundamentais deste cálculo.

Segundo notou Chayanov (1974), a pedra angular da lógica produtiva dos camponeses russos era uma espécie de balanço entre o trabalho produtivo e o consumo dos membros da família. Entretanto, o próprio Chayanov reconheceu que a validade deste postulado provavelmente seria superada pelas próprias transformações da agricultura e do ambiente no qual esta se desenvolveria, constituindo-se, então, outros alicerces à organização da unidade econômica camponesa:

² Caso permaneça alguma dúvida neste sentido, é aconselhável retornar ao tópico 2.3.2 e ver as considerações sobre a identificação de “lógica produtiva” com o “discurso prático” que os agricultores seguem para organizar suas propriedades.

[...] sem dúvida, com o aumento quantitativo dos elementos de economia social no nosso campo, vamos nos defrontar com o desenvolvimento de uma nova psicologia econômica e esperamos que a evolução da agricultura será, em muitos aspectos, uma negação gradual daquelas bases da unidade de produção familiar que foram estabelecidas em nosso estudo sobre o estabelecimento camponês atual (CHAYANOV, 1925 *apud* ABRAMOVAY, 1998, p. 72).

Levando esta idéia ao extremo, alguns autores imaginaram que a mercantilização da agricultura poderia implicar a constituição de um agricultor moderno fundado sob uma contabilidade “economicamente racional”. O caso já referido de Friedmann (1978a), demonstra como a autora se contrapôs a alguns argumentos chayanovianos para sustentar que os produtores simples de mercadorias eram capazes de calcular como se representassem duas classes distintas, pagando salários a si mesmo e aferindo lucros sobre seu capital. À primeira vista, este não parece ser o caso dos agricultores familiares de Salvador das Missões. Neste caso, ainda que seja possível verificar que a mercantilização alterou suas lógicas produtivas, parece remoto pensar na constituição de um ator social calculista. Retomando Bourdieu (1996), acredita-se que o caráter racional de suas práticas está vinculado a um raciocínio estratégico que foi se modificando como consequência de uma série de transformações, onde se destaca a própria mercantilização.

Neste sentido, admita a seguinte condição, evidenciada pelo depoimento de um dos agricultores:

A gente plantava sem fazer cálculo, eu tinha minha lavoura e ali ia... Eu sabia décor, ali vamos plantar milho, ali vamos plantar milho e soja, lá vamos botar rama de mandioca, então aquilo a gente sabia [...]. Não tinha muito o que pensar, era plantar, conservar limpo e depois colher. Eu não fazia um cálculo igual meu genro, ele agora tenta colocar tudo na ponta do lápis (I 01).

Enfatiza-se neste trecho, primeiramente, a passagem aludida pelo agricultor que expressa que antigamente se “plantava sem fazer cálculo”. Mas, à medida que transcorre sua narrativa, percebe-se que, na realidade, “não se fazia um cálculo igual” ao que é feito atualmente. Com efeito, é notório que a lógica produtiva dos agricultores alterou-se. Alguns, talvez até seguindo a própria relação que o informante estabeleceu com seu genro e o fato deste tentar “colocar tudo na ponta do lápis”, sustentariam, como o fez Navarro (2001) para situações muito específicas, que “[...] gerações mais jovens de agricultores encontram-se atualmente imbuídas de uma racionalidade de gestão da propriedade que as aproximam muito mais do modelo do *farmer* norte-americano, que simboliza o pleno desenvolvimento do capitalismo.”

De fato, em alguns dos casos investigados os discursos dos agricultores mais jovens foram no sentido de que “[...] tinha que fazer uma contabilidade pra ver se *vale à pena plantar*, qual é o produto de mais renda” (I 12, 26 anos). Agora, seguramente diferenciando-se dos colonos, para os quais a questão de “se vale à pena plantar” nunca esteve em pauta, porquanto mais do que uma atividade a ser desenvolvida em busca de renda, plantar fazia parte da sua própria existência, sendo propriamente sinônimo de viver; os agricultores entrevistados apresentam um discurso diferenciado, mas não uma contabilidade que os torna uma espécie de empresário capitalista rural.

De forma mais generalizada, é perceptível que os poucos agricultores que fazem ou fizeram algum tipo de contabilidade, utilizam-na como um instrumento pontual para reorganização do processo produtivo em momentos específicos onde se espera encontrar soluções para determinadas situações desfavoráveis:

O custo pra nós produzir o leite tava em torno de 50 centavos. Nós fizemos o controle um tempo. *Fizeram uma espécie de contabilidade?* Nós tinha feito sim. Fizemos uns meses, daí paramos. Nós vimos onde é que eram os problemas, onde nós gastava demais, daí nós começamos a cortar custos, né. Foi isso (I 20).

A situação é generalizável inclusive aos agricultores mais jovens, que se esperava mais próximos ao modelo *farmer*. Como alude um agricultor de 26 anos, este tipo de controle

[...] ajuda muito principalmente pra você planejar melhor. Por exemplo, havia sempre um grande problema que havia alguns períodos do ano que, como a produção de leite é cíclica, precisava de um grande volume de recursos, e isso sempre deixava a situação financeira meio capenga. Então hoje (após fazer uma espécie de contabilidade de custos e receitas), por exemplo, o serviço terceirizado, ele é pago o ano inteiro em pequenas quantias, ou seja, antes, durante e depois da prestação do serviço (I 12).

Cabe notar, contudo, que em alguns casos a presença de jovens na unidade familiar e as facilidades propiciadas pelo computador para o controle da produção e dos seus custos podem favorecer um acompanhamento mais preciso: “Agora a filha tem um computador e parece que eles tão começando agora. A mulher também ajuda. Tão começando a colocar as coisas no papel para o marido enxergar, onde é que lucra, onde é que perde” (I 01). Porém, nestes e em outros casos similares, o que basicamente ocorre é o confronto entre duas visões de mundo em famílias onde os jovens buscam se inserir nos processos decisórios. É o caso de olhar com mais atenção para a importância que as diferenças de hierarquia, conhecimento, e percepção de mundo entre indivíduos exercem nas práticas do grupo familiar (WHATMORE, 1994; MATTEI, 2005). Enquanto os pais consideram que “[...] o jovem hoje é muito

imediatista, e na agricultura precisa de investimento de paciência, e o jovem não tem mais essa paciência, ele quer o imediato, [...] ele não tem mais essa mentalidade, ele só quer rapidez e imediatismo” (06), alguns jovens argumentam serem “[...] forçados a permanecer em um método arcaico e antiquado” (I 12). Conflito de tamanha relevância que, segundo os próprios informantes, é catalisador da saída de alguns jovens das propriedades de seus pais: “[...] ele (o pai) determinou o que eu deveria plantar e como eu deveria plantar e a época que eu deveria plantar. Então eu não tive esta liberdade, mas eu continuei ali. Mas outros acabam não tendo essa paciência e vão embora” (I 11).

Na maior parte dos casos a contabilidade é tida como algo impraticável, porém não exatamente porque subsistem valores comunitários que se contrapõem a ela, mas em virtude do trabalho de acompanhamento que exige – “[...] é que cada dia tu tem que andar ali com a caneta, não pode deixar tudo pro último dia do mês” (I 20) –, ou por conta da indivisibilidade dos custos e rendimentos de cada sistema produtivo – “[...] isso tem que tirar de um lugar para pagar o outro; é muito difícil de dar certo” (I 07); ou ainda, pela própria constatação de que geralmente “as contas não fecham”³ e “[...] se nós ia fazer isso, ai todo mundo ia parar; se nós ia botar no papel, todo mundo ia parar de trabalhar” (I 16).⁴

Não obstante, subsiste um raciocínio prático, um acompanhamento organizado segundo outros sistemas de valores que não aqueles tidos como “economicamente racionais”: “Olha, certo assim não, mas a gente sempre tem mais ou menos o que a gente pode gastar; tudo de cabeça” (I 08). Nesta consciência prática, alguns critérios “antigos” foram substituídos ou se combinaram com novos fatores, passando a compor outra fórmula conscientemente apreendida pelos agricultores familiares. Mas aí surge a seguinte indagação: se, da mesma forma que entre os colonos, continua inexistindo em um amplo universo de agricultores familiares uma contabilidade precisa, qual é ou quais são as mudanças fundamentais a partir de uma crescente inserção nos mercados? Ao que tudo indica, modificam-se os componentes do cálculo e, conseqüentemente, a lógica que este empresta ao fluxo das práticas.

As mudanças na base técnica da produção agrícola impulsionaram o desenvolvimento de estilos de agricultura de custos crescentes. Enquanto “antigamente” os recursos internos à unidade de produção (trabalho familiar, adubos orgânicos, sementes próprias, etc.) permitiram a ela reproduzir-se em uma via autônoma (PLOEG, 1990), dependendo dos mercados quase

³ “Claro que a gente faz, mas hoje em dia quem faz as contas, não fecha” (I 17).

⁴ Como alude Abramovay (1998, p. 214): “O besouro só voa porque ignora as leis da aerodinâmica: da mesma forma, se conhecesse teoria econômica, o agricultor abandonaria irremediavelmente sua atividade.”

exclusivamente para a comercialização da colheita, a externalização destes recursos inseriu os agricultores em vários mercados e obrigou-os a recorrerem à busca de cada vez maior rendimento econômico. Desta forma, embora alguns agricultores considerem que “[...] a maioria faz como nós fazia anos atrás: plantam e colhem, se sobrou, sobrou, se não sobrou azar” (I 01), o fato é que agora é “[...] preciso olhar na propriedade o que hoje dá dinheiro de imediato” (I 09).

Neste sentido, conservam-se parcialmente os argumentos em relação aos efeitos que a crescente mercantilização teve ao desenvolvimento uma economia monetizada e, como percebeu Cândido (2001), as conseqüências que a acelerada monetização das unidades familiares possuíram na constituição do comportamento econômico dos agricultores:

A uma fase em que o dinheiro é quase ausente desta (economia doméstica), sucede outra, em que ele assume vulto cada vez mais poderoso, pelo incremento da compra e da venda. O consumo de bens produzidos *in loco*; a troca de bens e serviço, todo o ritmo tradicional de vida, em suma, condicionavam um comportamento econômico por assim dizer *instintivo*, onde o cálculo, no sentido estrito, inexistia praticamente. A situação atual impõe um mínimo de racionalidade, manifestada pela previsão, a ordenação (por embrionária que seja) duma receita e duma despesa, pois a avaliação monetária se estende a setores cada vez mais numerosos (CÂNDIDO, 2001, p. 211, grifo no original).

Dentre os resultados desta mudança de lógica “[...] a necessidade de dinheiro para trabalhar a terra, para produzir e consumir levou a que houvesse uma conexão mais precisa do colono com os produtos de maior aceitação comercial.” (TEDESCO, 1999, p. 131). A consolidação do binômio soja-trigo dá-se também neste sentido. O rendimento monetário proporcionado pela soja nos primeiros anos de modernização, na época em que “se fazia muito dinheiro”, cristalizou a necessidade e o “vício” pelo dinheiro.⁵ Na prática isto se reverteu em um tipo de lógica produtiva cuja única lógica era a de ganhar mais dinheiro.

Mesmo mais recentemente, com a crescente diversificação de atividades agropecuárias em resposta à crise da soja, essa racionalidade vinculada ao dinheiro não se altera substancialmente:

Tem que diversificar ao máximo. Onde se pode ganhar dinheiro. Procurar plantar aquilo que realmente dá dinheiro, né. Procurar diversificar dentro da disponibilidade de pessoal, e naquilo que dá dinheiro mais imediato. Acho que o principal é isso. Mas, é difícil mudar também logo essa estrutura,

⁵ “Claro que cada um quer trabalhar só para ganhar o dinheiro, quanto mais planta, mais dinheiro entra, pensam mais no dinheiro. Antigamente o pessoal ia nas roças e carpia, ia de manhã, voltava de meio dia, ia de tarde e voltava de noitezinha, hoje quem é que vai na roça carpir ainda? Ninguém. É tudo na base do veneno. O pessoal não trabalha mais como antigamente, quer fazer dinheiro” (I 22).

porque todo mundo está preparado numa cultura, duas culturas, três culturas na propriedade. Não existem muitas alternativas (I 09).

O trecho supracitado exhibe um cálculo complexo onde estão imiscíveis elementos como o trabalho familiar (*diversificar dentro da possibilidade de pessoal disponível*), as condições estruturais da propriedade (*é difícil mudar logo essa estrutura*) e etc., porém, o sentido da ação mostra-se evidentemente orientado para o aumento do rendimento econômico. Seguramente, subsistem limites ou, nos termos de Polanyi (1980), *exigências sociais* que impedem que a ação se volte unicamente para a busca de dinheiro. Porém, grande parte destas exigências não é mais derivada de instituições informais compartilhadas no âmbito da comunidade local, como sanções ou tabus; mas de instituições formais representadas por leis que regulam a própria economia capitalista.

Outra mudança importante para se fazer alusão, diz respeito ao fato de que as constantes crises econômicas e flutuações de preços exigiram dos agricultores atitudes mais reflexivas. Atualmente é preciso pensar, avaliar cuidadosamente, calcular no que investir. Os preços, os custos e os riscos mais diversos são componentes imiscíveis neste cálculo. Se antigamente o camponês empenhava suas despesas em função da renda obtida pela produção precedente (BOURDIEU, 1979), atualmente as despesas para constituir lavouras tornaram-se custos contabilizados em função do que se espera obter na colheita. Elementos de previsão tornaram-se importantes neste sentido e, para tanto, o contato com meios de comunicação e agentes externos que informam sobre a hora certa de plantar e colher de acordo com as condições do tempo e dos preços. A própria cotação do dólar tornou-se informação vulgarizada entre os agricultores.⁶ Para ajustar-se a estas condições, o ambiente no qual se reproduzem os agricultores cada vez mais exige sua “profissionalização”.

4.1.2 Profissão: agricultor familiar

Ao revelar as profundas mudanças no ambiente social em que se reproduziam os camponeses, Abramovay (1998) demonstrou como a relação com os mercados foi um dos fatores fundamentais à constituição de uma forma social de produção diferenciada. A tônica da tese do autor está na sustentação de que estas transformações foram responsáveis pela metamorfose de um modo de vida – como os camponeses compreendiam a agricultura – em uma forma de trabalho, uma profissão, qual seja, a de agricultor familiar.

⁶ “[...] o dólar, o que tu compra, adubo, tudo é muito caro... (I 17) / “[...] tu analisa, nós recebemos mais ou menos 8 dólares por saca (I 19) / “[...] caí o preço do dólar, o nosso produto caí aqui o preço também, né (I 02).

A profissionalização dos agricultores tornou-se indispensável à gestão da unidade de produção em uma agricultura de altos custos em consequência da dependência acentuada a insumos externos. Toda espécie de riscos associados às perdas na produção e ao endividamento, fazem com que unidades de produção altamente externalizadas movimentem-se sobre areia movediça. Assim, a necessidade de previsão, informação e conhecimentos básicos de administração tornou-se indispensável para minimizar esses riscos. Onde estas condições são mais visíveis, a atividade agrícola praticamente deixou de ser um

[...] ofício cujo exercício está incorporado a um estilo de vida e define a identidade social do produtor, para se tornar uma atividade produtiva submetida a formas de administração possíveis de serem implementadas por posturas e orientações impessoais, profissionais. Menos que uma forma de vida, ela vai se tornando um negócio a ser administrado (NEVES, 1997).

À luz destas questões, cabe considerar aqui se este processo de profissionalização ocorreu entre os agricultores familiares de Salvador das Missões e, neste caso, quais foram os principais fatores determinantes. De acordo com González e Benito (2001), a profissionalização relaciona-se a um amplo conjunto de elementos onde se destacam as características sócio-demográficas do indivíduo, como o sexo e a idade; as características estruturais da propriedade, como o tamanho e o tipo de agricultor; e inclusive a posição ideológica dos agricultores. Concluem, todavia, que os fatores mais relevantes no caso por eles analisado foram o nível educacional e a orientação para o mercado.

No universo de agricultores familiares de Salvador das Missões é remota a possibilidade de atribuir este processo ao sistema de educação formal, devido ao nível educacional relativamente baixo dos chefes de estabelecimento, a ampla maioria (93,1%) possuindo não mais que o ensino fundamental (Figura 4.1).

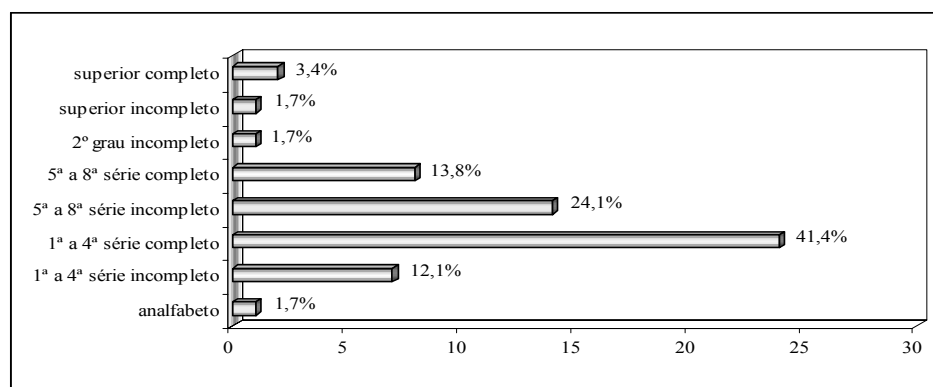


Figura 4.1 – Nível educacional dos chefes de estabelecimento rural de Salvador das Missões (2001/02).

Fonte dos dados brutos: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003).

De outro modo, a profissionalização dos agricultores de Salvador das Missões tem sido acompanhada da injunção de conhecimentos técnicos providos de atores diretamente relacionados à agricultura. A crescente incorporação de tecnologias e conhecimentos gerados externamente, resultando no que Ploeg (1990) nomeou “cientificação” da agricultura, tem se dado sob a presença constante de agrônomos, veterinários e técnicos agrícolas que contribuem na redefinição das práticas e discursos dos agricultores. Com efeito, 86,2% das unidades familiares investigadas receberam algum tipo de assistência técnica no ano agrícola 2001-2002 (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003). Este é um trabalho que vem sendo empreendido especialmente pela EMATER (65,5% das unidades familiares assistidas) e pelas cooperativas de produção (55,7%). Menos expressiva é a proporção de unidades assistidas pela Secretaria Municipal da Agricultura (8,6%), pelas empresas integradoras (8,6%) e por profissionais liberais (3,4%); não tendo sido registrada na amostra nenhuma ação desenvolvida neste sentido por organizações não-governamentais (Figura 4.2).

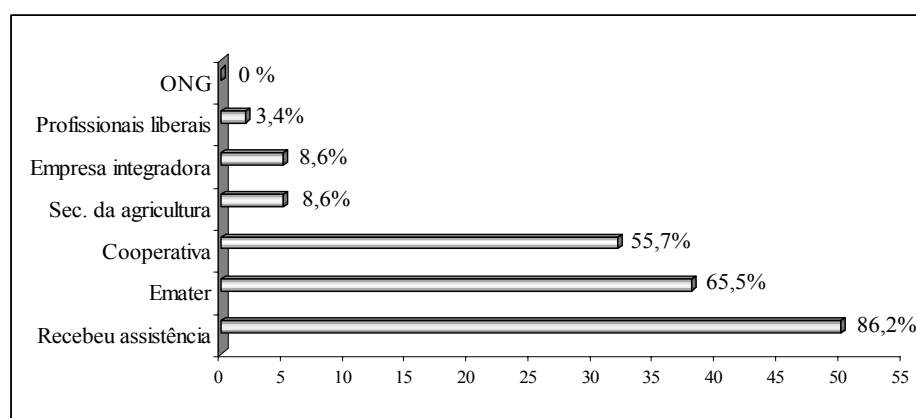


Figura 4.2 – Percentual de estabelecimentos rurais de Salvador das Missões que receberam assistência técnica (2001/02).

Fonte dos dados brutos: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003).

Igualmente importantes são as diversas formas de acesso à informação. Conforme revela a Figura 4.3, para 86,2% dos agricultores a televisão e o rádio são meios freqüentes de informação sobre questões relacionadas à produção agrícola, principalmente porque “[...] os preços vem cada dia na radio e a gente tem que tá acompanhando direto” (I 08). Da mesma forma, merecem destaque a participação em palestras (84,5%), dias de campo (74,1%) e feiras e exposições agropecuárias (63,8%).

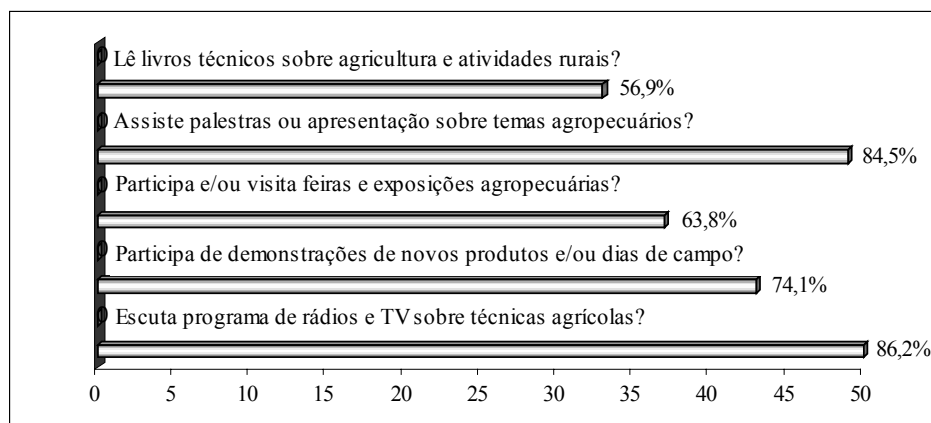


Figura 4.3 – Porcentagem de estabelecimentos rurais de Salvador das Missões segundo as diversas formas de acesso à informação (2001/02).

Fonte dos dados brutos: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003).

Os cursos de capacitação em técnicas agrícolas e de aprendizado de novas práticas de produção doméstica e artesanal também representam uma forma recorrente de profissionalização dos agricultores. Como confirma o depoimento abaixo, estes cursos tornaram-se de significativa importância na reorganização das práticas produtivas nas unidades familiares:

[...] depois com o tempo isto igual vai mudar, porque antigamente eles trabalhavam diferente que nós. Depois, pra ele (filho) entrar no sistema novo, vai ter que fazer cursos que nem a gente, porque quantos cursos a gente fez, e ali a gente aprendeu muito e estamos mudando. Anos atrás a gente não tinha pastagem, cortava pasto, levava pasto pra casa, e com estes cursos a gente ficou descobrindo que era melhor a pastagem, e assim com o tempo, sabe, vai mudar mais ainda, daí nós temos que se acostumar, assim como nossos pais se acostumaram com a gente. Estes agricultores que não fazem os cursos, tu pode passar e ver, olhar, estes são os que estão ficando sempre mais pra trás, este pessoal que não vai nestes cursos fica pra trás, isto já observei bastante. Estes que participam dos cursos e palestras, estes ficam crescendo porque sempre surge uma idéia nova. Tu perde dias, perde horas, porque estes cursos são mais prolongados, são dois, três dias, tu perde estes dias, mas eu sempre digo que tu não perde porque lá tu ganha, alguma coisa tu ganha. Foi aí que a gente descobriu que fazer melado rende muito mais (I 11).

Analisando as transformações ocasionadas pela modernização, Wanderley (2003, p. 46) aludiu para o fato de que, em algumas situações, esta é capaz de transformar a agricultura em uma profissão “[...] que pode ser aprendida em escolas especializadas e com os especialistas dos serviços de assistência técnica.” Não obstante, a autora também procurou demonstrar que este não foi necessariamente o curso seguido por todos os agricultores. Aqui, não há condições de avaliar mais do que os dados permitem, isto é, o universo de agricultores familiares de Salvador das Missões, porém, considerando-se esta dimensão, pode-se afirmar

que a profissionalização é um processo, em maior ou menor grau, generalizado entre as unidades familiares investigadas. Seguramente, nem todos os agricultores participam de cursos técnicos⁷, mas se relacionam com um universo de relações sociais e econômicas que vai gradativamente cerceando as possibilidades de um agir “não profissional”.

4.2 TERRA, TRABALHO E FAMÍLIA

Segundo perspectiva bastante difundida entre os estudos rurais brasileiros, a particularidade da agricultura familiar pode ser aferida à unidade específica entre a propriedade dos meios de produção e o trabalho produtivo realizado pelos membros da família (WANDERLEY, 1999; TEDESCO, 1999; LAMARCHE, 1993). Por conseguinte, esta seção inicia a partir destes elementos e, mais precisamente, do reconhecimento de que “[...] a combinação entre propriedade e trabalho assume, no tempo e no espaço, uma grande diversidade de formas sociais [...]” (WANDERLEY, 1999, p. 25), o que torna a compreensão desta diversidade instigante objeto de investigação.

A linha de raciocínio que marca esta seção vincula-se à discussão precedente. Parte-se do pressuposto de que, tanto para os colonos quanto para os agricultores familiares contemporâneos, terra, trabalho e família constituem elementos centrais na organização da unidade familiar, mas que suas diferenciações surgem justamente das profundas transformações nesta tríade ocasionadas pela mercantilização da agricultura.

Em termos de um “modo de produção colonial” é notório que o trabalho e a terra configuravam-se como os principais “fatores de produção”. Porém, mais do que fatores isolados que se combinam no processo produtivo, estes elementos foram incorporados simbolicamente como *ethos* do colono (SEYFERTH, 1991; TEDESCO, 1999). Assim, constituiu-se o que Woortmann (1990) chama de um “modelo relacional”, onde terra, trabalho e família são organizados um em função do outro. Em outras palavras, estilos de agricultura singulares fundados no trabalho familiar e na terra como símbolos máximos das relações e da identidade social, precisamente porque estes constituíam, de forma integrada, a base da reprodução do patrimônio familiar.

⁷ Apesar do discurso ideologizado, a seguinte transcrição demonstra este fato: “Eu diria que esse grupo que hoje pensa um pouco diferente, que é um agricultor que se moderniza. Ele percebe que ficar em casa não adianta. Ele percebe que a faculdade dele é ir em palestras, é ir em encontros. Nós temos oportunidades de dias de campo aqui na cooperativa. Tem palestras da própria comunidade. Então estes despertam para a necessidade de melhorar, né, e os outros não, ficam lá sapateando e reclamando que os outros só querem fazer dinheiro. Mas se percebe que este grupo de pessoas está desaparecendo, este grupo que fica em casa, que fica sapateando no mesmo lugar. Os que são abertos para inovações, este pessoal toma um rumo diferente, eles se moderniza e se especializa também” (I 06).

Com a crescente mercantilização, no limite se poderia aludir à passagem para um “modelo individual” onde cada elemento seria pensado em relação a si mesmo; a terra como mercadoria e o trabalho como fator de produção (WOORTMANN, 1990). Todavia, como será visto a seguir, não é este o caso da agricultura familiar de Salvador das Missões. Similarmente a outrora estes elementos continuam interconectados, conquanto não da mesma forma ou com papéis e significados idênticos.

4.2.1 A família: composição e ciclo demográfico

É imprescindível reconhecer que a família revela-se como principal responsável por articular os projetos individuais e coletivos que orientam os agricultores familiares no desenvolvimento dos processos produtivos e da vida social. Como alude Schneider (2001, p. 170), “[...] é no âmbito da família que se discute e se organiza a inserção produtiva, laboral e moral dos seus diferentes membros e é em função deste referencial que se estabelecem as estratégias individuais e coletivas que visam garantir a reprodução social do grupo.”

Desta forma, “[...] da centralidade da família como portadora do esforço de trabalho e detentora da propriedade, tanto quanto definidora das necessidades de consumo [...]” (WANDERLEY, 1999, p. 29), decorre a relevância de focalizar sobre dois fatores estruturantes da construção de suas estratégias (re)produtivas: composição e ciclo demográfico. É mister sublinhar, no entanto, que além de não ter a menor pretensão de afirmar nestas as únicas variáveis de proeminente importância, este tópico também se limita a uma apresentação relativamente concisa, porquanto muitas questões relacionadas serão retomadas à frente.

Na Figura 4.4 estão expostos alguns dados referentes à composição das unidades familiares. Com algum destaque é possível perceber o pequeno grupo de indivíduos jovens na faixa de 20 a 29 anos. Ainda que a faixa etária anterior (10 a 19 anos) apresente uma quantidade expressiva da população, este estrato é composto por uma considerável parcela de jovens e adolescentes que “ainda” não tiveram oportunidades para migrar. Considerando-se que é nesta idade que se concluem os estudos no ensino médio, e que “[...] os que terminaram o segundo grau, os que têm condições, vão embora, procuram uma alternativa diferente, porque aqui eles não teriam chance” (I 06), essa é uma população que, em se reproduzindo a trajetória recente, deve ainda perder parcela significativa até que estes jovens se encontrem com 20 anos ou mais.

Dentre os indivíduos entre 10 e 29 anos é expressiva a diferença entre homens e mulheres, o que possivelmente está relacionado ao fato da migração ser mais freqüente entre as moças, o que é efeito, embora não exclusivo, das menores possibilidades de trabalho agrícola das mulheres em uma agricultura onde predominam as atividades mecanizadas.⁸ Em decorrência da saída de jovens e mulheres, as famílias rurais têm cada vez mais se mostradas masculinizadas e envelhecidas. A superioridade de homens é claramente refletida na maioria das faixas etárias, com certo realce entre os 40 e 60 anos, mas surpreendentemente, tendo em vista a reconhecida maior longevidade feminina, equilibrando-se acima desta idade.

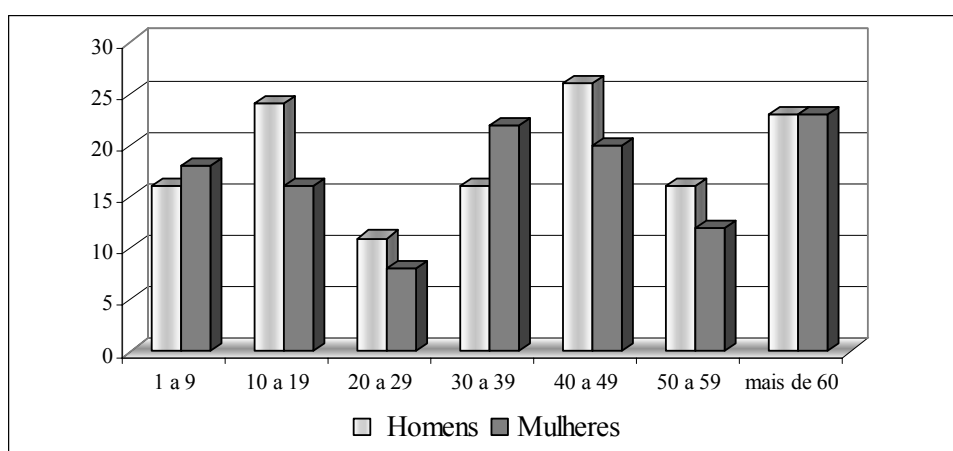


Figura 4.4 – Distribuição da quantidade de homens e mulheres segundo a faixa etária nos estabelecimentos rurais de Salvador das Missões (2001/02).

Fonte dos dados brutos: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003).

No mesmo sentido, é interessante notar que nenhum chefe de estabelecimento de Salvador das Missões investigado no âmbito da pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) dispunha de idade inferior a 30 anos: 15,5% deles estavam na faixa etária de 30 a 39 anos; 36,2% de 40 a 49 anos; 25,9% de 50 a 59 anos e; 22,4% com mais de 60 anos.

As mudanças na composição do grupo doméstico associam-se ainda à diminuição no número de pessoas residentes por estabelecimento (Tabela 4.1). Se outrora as famílias eram compostas por 10, 12, 15 filhos ou mais, atualmente a maioria das unidades familiares comportam não mais que cinco pessoas (80,9%), sendo que em significativa proporção dos casos reside somente o casal (15,5%).

⁸ Ver também Stratigaki (1988)

Tabela 4.1 – Número e percentual de estabelecimentos rurais segundo o número de pessoas residentes em Salvador das Missões (2001/02).

Pessoas por estabelecimento	2	3	4	5	6	7	8	9 ou +
Número de estabelecimentos	9	10	17	11	5	1	2	3
Percentual de estabelecimentos	15,5	17,2	29,3	18,9	8,6	1,7	3,5	5,1

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003).

Ao encontrar condições similares na região Alto Uruguai do Rio Grande do Sul, Conterato (2004) acena para as relações que devem ser feitas destes dados com as transformações técnicas oriundas da modernização. De fato, a semelhança entre os universos pesquisados em termos de trajetória de desenvolvimento da agricultura familiar, leva a crer que em ambos os casos o progresso tecnológico afetou diretamente a composição demográfica das famílias, uma vez que o esforço investido no trabalho agrícola e, notadamente, a produção, cada vez mais independem da quantidade de braços.

4.2.2 Da “morada da vida” à terra de produção

A propriedade da terra estabeleceu a primeira ligação dos colonos com o universo mercantil. Contudo, esta aproximação inicial com uma ordem econômica esteve muito distante de afetar seu significado moral. Como se refere Polanyi (1980, p. 214), “[...] a terra continua sendo parte da natureza, a vida e a natureza formam um todo articulado. A terra se liga, assim, às organizações de parentesco, vizinhança, profissão e credo.” Ou seja, não é simplesmente a existência de um mercado que cria uma “economia de mercado” se a comunidade local, a partir de critérios os mais variados, é capaz de manter o controle dos mecanismos de troca (POLANYI, 1980; BOURDIEU, 2000).

Portando um significado simbólico e valorativo, a terra em que se nasce, vive e constitui família, expressou uma moralidade que unificou os colonos em torno da identidade de proprietário. Deste modo, para o colono, ser proprietário era mais do que simplesmente possuir e usufruir da terra, era um ideal de autonomia e de liberdade frente às imposições externas (TEDESCO, 1999).

Somente a partir de um amplo processo de mercantilização é que a terra entra definitivamente no “*imundus* da mercadoria” (WOORTMANN, 1990) e, assim, ameaça a ordem moral que sustenta o mundo de sucessivas gerações. No momento em que a terra reverte-se em equivalente de mercadoria transforma-se em meio de produção. Passa a ser mobilizada de acordo com necessidades econômicas. Em termos extremos, sua utilização

passa a ser orientada pelo máximo rendimento econômico, pela lógica utilitarista que transfere a terra de uma “[...] ordem de primazia da lei dos homens para a primazia da lei das coisas; de um universo relacional para um universo atomizado; da sociedade para a economia.” (WOORTMANN, 1990, p. 11).

Estas transformações, todavia, não se processaram de modo uniforme. Os agricultores familiares convivem entre lógicas conflitantes que se re-combinam permanentemente. A lógica do mercado penetra em complexos sistemas de valores, concepções e normas que compõe o repertório cultural internalizado e, como efeito, a terra é re-semantizada em significados diversos.

Para uma primeira aproximação à compreensão do papel da terra na agricultura familiar local pode-se adentrar às relações de propriedade. Como foi demonstrado a partir de dados secundários no capítulo anterior, a trajetória dos agricultores de Salvador das Missões está assentada na condição de proprietário. Em termos de quantidade de terras, em apenas 5,17% das unidades familiares a utilização de terras de terceiros (arrendadas) se sobrepõem à de terras próprias (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003).

Na Tabela 4.2 é possível perceber a expressiva heterogeneidade das unidades familiares em relação à área total, superfície agrícola útil (SAU), área própria, área arrendada e área em parceria. No que tange à área total verifica-se que significativa parcela dos estabelecimentos mantém uma área não superior a uma colônia de terras (25 hectares), sendo poucos os agricultores que trabalham com área total superior a 45 ha (8,6%). Em termos de área própria, nenhum estabelecimento pesquisado apresentou mais que 45 ha, outra vez revelando-se uma concentração de estabelecimentos nos estratos inferiores, o mesmo sendo ainda observado em relação à superfície agrícola útil. Ao mesmo tempo, a quantidade de agricultores que arrendam terras para plantar é da ordem de 32,6%, sendo que deste montante a maior parte aluga áreas não superiores a 5 hectares, o que demonstra que o arrendamento é sobretudo uma estratégia complementar às necessidades de reprodução do grupo familiar. A parceria, por sua vez, tem se mostrado uma estratégia pouco acessada (apenas 6,8% das unidades).

Tabela 4.2 – Unidades familiares de produção de Salvador das Missões segundo estratos de Área Total, Superfície Agrícola Útil, Área Própria, Área Arrendada e Área em Parceria.

Estrato (ha)	Área Total		SAU		Área Própria		Área Arrendada		Área em Parceria	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
≤ 5	3	5,2	4	6,9	6	10,3	9	15,5	1	1,7
5,01 a 10	7	12,1	16	27,6	12	20,7	3	5,2	2	3,4
10,01 a 15	14	24,1	10	17,2	19	32,8	2	3,4	-	-
15,01 a 25	20	34,5	19	32,8	13	22,4	2	3,4	-	-
25,01 a 35	7	12,1	4	6,9	6	10,3	1	1,7	-	-
35,01 a 45	2	3,4	2	3,4	2	3,4	2	3,4	-	-
> 45	5	8,6	3	5,2	-	-	-	-	1	1,7
Total	58	100,0	58	100,0	58	100,0	19	32,6	4	6,8

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003).

A terra se tornou mercadoria negociada com frequência nos mercados locais construídos pelos agricultores. Mercados que, não pelo volume monetário de negócios, mas pela frequência de transações, constitui um importante universo de relações sociais. Somente no ano agrícola 2001-2002 cerca de 10% dos agricultores cotejados em questionário afirmaram terem adquirido novas áreas (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003).⁹ Criou-se uma dinâmica de compra e venda de pequenas áreas, que varia de acordo com o momento conjuntural do mercado de terras e da própria unidade de produção. Em momentos de crise, esta é obrigada a se desfazer de um ou dois hectares para garantir recursos para a manutenção da família e realimentação do próximo ciclo de produção e, em situações mais favoráveis, readquire outras áreas, às vezes, ampliando ou reduzindo a extensão da propriedade original.

Nesta esfera de mercado, por longo tempo as transações funcionaram com a própria mercadoria (a soja, no caso) sendo moeda corrente para pagamento. Mais recentemente, contudo, a queda dos preços da soja se tornou fator determinante à monetização destas relações, o que, no entanto, não necessariamente se materializa como uma tendência sem retorno, porquanto este mercado pode voltar a funcionar como outrora dependendo da estabilização dos preços:

Até um tempo atrás vendiam a terra por 200 ou 300 sacos de soja, hoje tu nem adianta pensar em fazer negócio por soja. Acho que ninguém faz mais. Mas eu não digo que não dá mais pra fazer porque isso sempre muda algum dia, né! (I 13).

Cabe notar ainda, que a mercantilização não ocasionou um processo de concentração fundiária, haja vista o predomínio da subdivisão inter-geracional: 55,2% dos agricultores

⁹ Haveria que considerar ainda o número de agricultores que venderam terra neste mesmo período, dado que infelizmente não foi captado nos questionários.

obtiveram parte ou a totalidade de suas terras a partir de herança (25,9% somente de heranças; 20,7% de herança e compra de parentes e 8,6% de herança e compra de terceiros)¹⁰; em 18,9% dos casos a terra foi obtida somente a partir da compra de parentes; em 15,51%, somente pela compra de terceiros; em 3,45%, a partir da compra de parentes e terceiros e; em 6,9%, de outra forma (doação, posse provisória, etc.) (Tabela 4.3).

Tabela 4.3 – Formas de acesso à terra dos agricultores familiares de Salvador das Missões.

Forma de acesso à terra	N	%
Somente herança	15	25,9
Herança + compra de parentes	12	20,7
Herança + compra de terceiros	5	8,6
Total Herança	32	55,2
Compra de parentes	11	18,9
Compra de parentes + compra de terceiros	2	3,45
Compra de terceiros	9	15,51
Total compra	22	37,86
Outra	4	6,9
Total	58	100

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003).

Um dos resultados mais evidentes desta subdivisão foi a diminuição do tamanho médio de área própria de terras dos agricultores familiares de Salvador das Missões, que atualmente situa-se em torno de 15 hectares (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003). Assim, a despeito de até o momento ter predominado a propriedade da terra e sua subdivisão por herança, atualmente a falta de sucessores coloca um empecilho à reprodução deste sistema. Aqui as conseqüências da mercantilização são mais visíveis. Conforme já evidenciado, um crescente *squeeze* na agricultura impossibilitou a acumulação de novas terras para serem repassadas aos filhos, o que implicou subdivisão excessiva das propriedades. Na impossibilidade de novas divisões, ou mesmo de reproduzirem-se nas condições atuais, os jovens migraram para outras ocupações, freqüentemente nas cidades. Em decorrência, a região encontra-se com impasses sucessórios semelhantes àqueles identificados por Silvestro e colaboradores (2001) no oeste de Santa Catarina, ao que parece, fruto de um processo similar de transformações na agricultura.

¹⁰ Conforme também foi possível averiguar, em 70,7% dos casos em que houve herança, a terra foi partilhada de forma igualitária entre todos os herdeiros (homens e mulheres), demonstrando a continuidade de uma tendência já revelada por Schneider (2004) no sistema colonial. Em 4,88% dos casos, apenas os homens receberam partes da herança; em 12,2%, a partilha não foi igualitária, mas houve algum tipo de compensação aos não herdeiros; em 2,4%, um único sucessor foi designado e não houve nenhuma compensação aos demais e; em 9,76%, a partilha se deu segundo outros critérios (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003).

Dentre os casos cotejados em questionário, 36,2% dos agricultores não previram a existência de sucessor para a propriedade e 12,1% não souberam ou não tiveram resposta para a questão. Nestes casos, a disponibilidade de terra revela-se como fator de estrangulamento, pois que os 12 hectares de área própria média dos estabelecimentos onde a sucessão não é prevista contrastam com os 17 hectares detidos pelos estabelecimentos onde a existência de sucessor parece assegurada (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003).

A falta de sucessores repercute na lógica de reprodução do patrimônio. Heredia (1979) fala da terra como a “morada da vida” que se perpetua como patrimônio material e simbólico a ser repassado aos filhos. Mas, no momento em que “[...] vou ter que deixar a terra porque tô só eu e não tenho filho homem” (I 17); na ocasião em que não há mais para quem passar a terra, o esforço para manter-se nela e reproduzir esse patrimônio vai sendo substituído pelo seu uso como meio de sobrevivência. Neste caso, a terra passa a representar um meio de produção e um capital acumulado que será utilizado em seguida para migrar para a cidade quando a idade não permite mais “o trabalho pesado” ou para “garantir um futuro para os filhos” em outras ocupações.

De toda forma, a transformação mais evidente no significado da terra processa-se não exatamente por conta da falta de sucessores, mas porque a obrigação moral de estar vinculado a ela deixa de existir. Desta forma, não é raro encontrar famílias onde “[...] o pai quer entregar a terra pros filhos, onde só tem um filho ainda em casa, ele quer entregar pra ele plantar, e eles não querem, porque eles vêem que não sobra” (I 13). A permanência, neste caso, pode estar vinculada à inexistência de outra possibilidade de ocupação – “[...] mas olha, eu não tenho outra opção melhor; esse é que é o problema” (I 22) –, ou seja, quando se fecham as portas para a vida fora da propriedade, a reprodução desta revela-se como a única opção. Em todo caso, o elemento definidor da permanência, assim como de toda relação estabelecida entre o agricultor e a terra, passa a ser fundamentalmente o potencial que esta tem de produzir riqueza, como espaço de geração de renda necessária à sobrevivência (GEHLEN, 1994).

4.2.3 O trabalho: de modo de vida à condição de vida

Conforme afirmado no princípio deste capítulo, atualmente, é difícil evidenciar um balanço entre a penosidade do trabalho e as necessidades de consumo da família tal qual imaginou Chayanov (1974). As transformações na base técnica da agricultura possibilitaram reorganizar o trabalho, e este, na medida em que os agricultores foram inseridos nos mercados, voltou-se predominantemente à produção de *commodities* que não atendem

diretamente as necessidades do consumo familiar e, principalmente, não é regulado por estas.¹¹ Como demonstra Jean (1994), há uma “validação social do trabalho” que, quando sob responsabilidade dos mercados, valida somente aquela parte que se torna visível na mercadoria daí resultante. Logo, quanto maior o grau de mercantilização, mais o trabalho se volta à produção de valores de troca.

Isso não significa que relações sociais específicas, como aquelas associadas ao ciclo de vida da família, não continuem afetando a regulação deste trabalho, como muito bem notou Friedmann (1978). Se, por um lado, a composição da família perde poder explicativo naquelas unidades onde a tecnificação e o monocultivo foram maximizados, uma vez que o trabalho torna-se predominantemente individual; de outro, para uma ampla gama de unidades que não ingressaram totalmente em sistemas de produção deste tipo, ou que pretendem sair dele buscando diversificar a produção, a composição do grupo familiar continua sendo variável central.

Nestes casos, contudo, muitos agricultores se deparam com a indisponibilidade de força de trabalho familiar, resultado óbvio da diminuição das famílias. Os dados da Tabela 4.4 revelam que a maior parte (62,1%) das unidades familiares de Salvador das Missões comporta uma quantidade inferior ou igual a três UTH's¹². No outro extremo, somente 5,2% das famílias possuem mais do que 5,01 UTH's.

Tabela 4.4 – Unidades familiares de produção de Salvador das Missões segundo estratos de Unidade Trabalho Homem familiar (ano agrícola 2001/02).

Estratos de UTH familiar	< 2,0	2,01 a 3,0	3,01 a 4,0	4,01 a 5,0	> 5,01
Número de Unidades	19	17	11	8	3
Percentual de Unidades	32,8	29,3	19,0	13,8	5,2

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003).

As conseqüências desta escassez refletem diretamente na organização da unidade familiar, delimitando limites e possibilidades para o desenvolvimento de suas estratégias reprodutivas:

[...] pena que a gente é sozinho, senão... Olha o moranguinho, o moranguinho é um grande negócio na cidade. Eu só não tenho gente, senão eu tava plantado moranguinho e vendendo isso na cidade a R\$ 3,00. Isso dá uma renda incrível (I 09).

¹¹ Esta também é uma das conclusões de Abramovay (1998, p. 77, grifo no original): “[...] no capitalismo, a integração crescente dos camponeses ao mercado subverte os elementos constitutivos da produção familiar, e *elimina o balanço entre o trabalho e o consumo como fator determinante das decisões econômicas*, que se concentram cada vez mais na agroindústria, seja ela capitalista ou cooperativa.”

¹² Corresponde à unidade de medida utilizada para mensurar a quantidade de trabalho, sendo que uma UTH corresponde à 300 dias de trabalho de 8 horas diárias de uma pessoa adulta (entre 18 e 59 anos).

[...] muita gente não tem mais a mão-de-obra que deveria ter para outra atividade, diversificada. Por exemplo, se ele plantasse uma área razoável de mandioca, precisava bastante mão-de-obra, mas ele faria muito mais. Mas a mão-de-obra hoje em dia praticamente não existe mais (I 06).

Não obstante, é importante perceber que também não se trata de um problema derivado somente da quantidade de pessoas. Depende, notadamente, de quem são essas pessoas. Existem divisões geracionais e sexuais que não podem ser desconhecidas e ignoradas. Embora o trabalho seja organizado em função das condições do grupo familiar, homens e mulheres, jovens, adultos e idosos, possuem lugares distintos na sua divisão e se relacionam com as tarefas produtivas de maneiras diferentes. As mulheres geralmente assumem os serviços domésticos, a produção para o autoconsumo e outras atividades produtivas específicas, como a ordenha. Em outras atividades seu trabalho aparece como *ajuda*.¹³ Os homens, por sua vez, se responsabilizam pelo “serviço da lavoura” e *ajudam* as mulheres nas atividades pelas quais ela é responsável. Os idosos comumente aparecem em serviços peculiares, que não exigem *trabalho pesado*, se responsabilizando por atividades “secundárias”¹⁴:

Todo mundo trabalha em tudo aqui. A mulher ajuda a colher batatinha, eu ajudo ela a tirar leite (I 09).

A nora tira o leite, eu trato, eu sou tratador. *E na lavoura?* É eu e o filho (I 15)

É a mulher que trabalha com o leite, porque aí eu tenho o trator pra ir trabalhar fora, semear milho, passar veneno, uma coisa assim, e o vovô *cuida* dos porquinhos e dos terneiros (I 07).

Em muitas famílias, são principalmente “os mais velhos”, que vivenciaram aqueles “dias pré-tecnológicos”¹⁵, que procuram manter vivos costumes, tradições e elementos de estilos de agricultura que estavam relacionados ao trabalho como valor moral do colono. Para estas pessoas, para quem o trabalho mais dignificante era também aquele mais árduo, está muito presente a imagem de que “[...] aqueles que não passam muito bem é porque não trabalham direito” (I 05, 78 anos), ou ainda, se não trabalham é “[...] porque são preguiçosos,

¹³ Ou segundo o conceito desenvolvido por Tepicth, como *forças marginais* ou *não-transferíveis*, as quais fazem alusão ao trabalho parcial das mulheres, crianças e velhos, e as margens de tempo disponíveis pelo chefe da família, que são utilizados nas atividades agrícolas (ABRAMOVAY, 1998).

¹⁴ Não obstante, conforme se verificou em alguns grupos familiares reduzidos e/ou na necessidade de sobrevivência, os idosos podem assumir todo tipo de atividade, inclusive naquelas atividades que exigem maior esforço (capina, roçado, plantio, ordenha, etc.).

¹⁵ A expressão é utilizada por Hobsbawn (2004, p. 287) para se referir ao período anterior as mudanças tecnológicas ocasionadas pela modernização da agricultura.

estão sentados no bolicho tomando cachaça” (I 09, 65 anos), tendo em vista que “[...] sempre tem trabalho pra quem gosta de trabalhar” (I 11).

Outrossim, para eles faz-se presente o juízo de que “[...] antigamente a gente se judiava bem mais” (I 12), enquanto que hoje em dia

[...] os novatos não querem trabalhar mais em serviço manual. Isso querem tá só na direção de um tratorzinho, e passar o veneno e plantar a terra de qualquer jeito e deixar ela lá. (I 02).

[...] os filhos vão pro lado mais fácil, eles não querem mais se judiar, estar fedidos de suor, como os pais ou os outros, os avós, então ele vai pro mais fácil (I 06).

Segundo notou Wenzel (1997), enquanto muitos adultos e, especialmente, os mais velhos afirmam seu trabalho como uma arte, valorizando tudo o que mediante ele construíram, demonstrando nas mãos calejadas símbolos de força, resistência e persistência, boa parte dos jovens encara o trabalho agrícola segundo outra concepção, como um sofrimento do qual precisam se afastar. O fato é que a compreensão do trabalho se alterou na medida em que os agricultores, quando jovens, foram criados em um círculo diferenciado de relações sócio-técnicas:

Este rapaz [45 anos] era pequeno ainda quando nós compramos o primeiro trator. Ele tá acostumado a plantar, a trabalhar com o trator, né. Não é mais com boi ou coisa assim (I 13).

Hoje em dia, “o negócio” é outro para aqueles jovens que pretendem permanecer na agricultura, que não migraram em busca de oportunidades na cidade onde o trabalho *é mais fácil*: “O negócio dele é trabalhar onde ronca o maquinário. Desde pequeno ele é assim. Ele mal podia segurar o trator, ele já tava dirigindo” (I 20). De modo de vida o trabalho passa à condição indispensável à sobrevivência. Do trabalho enquanto arte para o negócio; para o que muitos aprenderam como arte de fazer dinheiro. Essa é a lógica de grande parte de uma nova geração de agricultores da região, formada pela nova atmosfera de relações sociais que se estabeleceu ao longo de sua vida e aprendizagem.

Mudanças que foram agudizadas nas relações dos jovens com o mundo externo, fundamentalmente a partir da escola urbana: “Na própria escola as crianças foram incentivadas que não devem mais trabalhar. Isso estragou elas. Claro que judiar todo mundo é contra, mas as crianças têm que ter seu pequeno servicinho” (I 12). No universo escolar aos poucos as relações com os colegas urbanos também modificaram a visão dos jovens rurais em relação ao lugar de onde vem e do seu trabalho. O resultado, como transparece em um dos

depoimentos, é que muitos jovens procuram manter distância do que possa, em meio aos demais, os caracterizar como agricultores: “[...] nós tivemos aqui na escola um curso de agricultura [...], mas era uma dificuldade incrível de fazer a gurizada trabalhar na horta. Os filhos de agricultor, lá dos confins, que vieram pra cá, não queriam mais sujar as mãos, coisa impressionante” (I 06). Estas mudanças afetaram sobremaneira a reprodução de estilos de agricultura que se desenvolveram com base em um saber transferido de pais para filhos onde desde cedo as crianças eram inseridas nas atividades produtivas.

Da mesma forma, as modificações nos instrumentos de trabalho também foram fundamentais às mudanças na sua intensidade e ritmo. A partir do momento em “[...] as enxadas foram parar tudo no galpão e o trator tomou conta, tudo ficou bem mais fácil que antigamente” (I 12). Entretanto, se *os tempos* ficaram mais fáceis, o tempo parece ter ficado mais curto. Se, por um lado “[...] agora não dá mais muito serviço, tu faz o que tu fazia em dois meses, tu faz agora em meio dia” (I 13), por outro, não raro, há uma sobrecarga de atividades: “[...] a agricultura hoje não tem mais aquele pessoal e os que estão aí, estão superocupados” (I 09). Embora a maioria dos agricultores tenha ingressado no binômio soja-trigo que concentra o trabalho em épocas específicas do ano, quase sempre se mantém atividades secundárias, vinculadas ou não à agricultura, na própria unidade familiar ou fora dela, o que muitas vezes tem levado a um “atarefamento excessivo” expresso no aumento da jornada de trabalho.

Esta sobrecarga de atividades está associada a uma gama de fatores, desde a disponibilidade de pessoas até os diferentes sistemas de produção da propriedade (que são compostos por um número maior ou menor de tarefas)¹⁶. Neste sentido, a heterogeneidade é notável. Observe, primeiramente, os agricultores que “só plantam soja”. Estes se dividem entre aqueles que possuem ou não as máquinas e implementos necessários ao preparo da terra, plantio e colheita. No caso dos agricultores sem maquinário, que “[...] pagam pra alguém vir fazer o serviço pra eles se verem livres daquilo” (I 14), o problema da sobreocupação não se apresenta, ou revela-se em menor grau. De outro modo, com frequência aqueles agricultores que se especializaram na soja e dispõem de máquinas e implementos agrícolas, realizam atividades terceirizadas para os demais, prolongando consideravelmente suas jornadas de trabalho. Do mesmo modo estão aqueles que se dedicam, por exemplo, à produção de leite juntamente com outras atividades (geralmente a lavoura de milho e soja), condição da maior parcela dos agricultores. O trabalho na ordenha do leite fica concentrado em cerca de três

¹⁶ Segundo notou Ploeg (2003, p. 101), mais de 200 tarefas podem ser distinguidas em sistemas relativamente simples de cultivos de cereais.

horas durante a manhã e novamente à noite. Neste intervalo os membros da família se dedicam às lavouras, à manutenção das instalações e equipamentos, aos cultivos de autoconsumo na horta e pomar, além das atividades domésticas:¹⁷

A gente tá assim programado. Às 7:30 tem que tirar leite, às 9:00 trabalhar no maquinário, 11:00 horas tô fazendo almoço, às duas já tô trabalhando no maquinário... então as pessoas que estão na agricultura estão muito presas, muito amarradas, muito programadas já (I 09).

Como alternativa às necessidades produtivas e à escassez de mão-de-obra familiar, vários agricultores recorrem à contratação de serviços. Com efeito, em 79,3% das unidades familiares existiu alguma despesa deste tipo no ano agrícola 2001-2002. Em 44,8% delas houve terceirização do processo produtivo pelo aluguel de serviços de máquinas agrícolas. O assalariamento temporário é encontrado em 34,5% das unidades e o assalariamento permanente em tão-somente em 3,4% (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003).

Não obstante, mesmo às unidades onde houve contratação de mão-de-obra, a heterogeneidade mais uma vez caracteriza a situação. Calculando-se a proporção da UTH agrícola familiar sobre a UTH contratada, percebe-se que em 35,29% das unidades esta relação se apresenta superior à 100, evidenciando o peso relativamente ínfimo que o trabalho contratado representa em relação ao familiar. Em 14,70% das unidades, a mesma relação situa-se na faixa entre 50 e 100 e, em 29,41%, na faixa acima de 10 e 50. Onde a contratação mostrou-se mais relevante (menos de 10 UTH's agrícolas familiares para cada UTH contratada) encontram-se 20,85%. Em nenhum caso da amostra a mão-de-obra contratada mostrou-se superior à mão-de-obra familiar (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003).

Ao que tudo indica, a situação parece muito próxima àquela analisada por Friedmann (1978) entre produtores de trigo nos Estados Unidos. A autora argumenta que a contratação temporária tem atuado como mecanismo compensatório para as variações demográficas.¹⁸ Desta forma, enquanto os contratados permanentes compõem uma classe distinta de trabalhadores rurais, os contratados temporários não se distinguem dos demais agricultores e, na verdade, estão ali para garantir a reprodução do grupo doméstico. O estudo de Woortmann (1990) também caminha neste sentido, demonstrando que a contratação temporária, uma vez que o trabalho permanente é fornecido pelo grupo doméstico, não age desestruturando o trabalho familiar, mas, pelo contrário, serve de condição para sua realização:

¹⁷ Como será visto adiante, este tem se constituído em um importante fator de mudanças na sociabilidade dos agricultores.

¹⁸ Ver também Santos (1984, p. 44): "Pode-se concluir que, tanto do lado da procura quanto do lado da oferta, é a força de trabalho familiar que provoca a necessidade da utilização do trabalho assalariado, bem como seu desaparecimento, no processo de trabalho camponês."

O pai de família contrata assalariados durante o pico do ciclo agrícola, pois é o volume de trabalho realizado neste momento que irá determinar o trabalho realizado durante todo o ciclo. Por isso, os trabalhadores temporários irão viabilizar a atividade dos membros da família, e não a ele se opor (WOORTMANN, 1990, p. 27).

É desta maneira que se verifica o aluguel de serviços: “Tem aqueles vizinhos ali que dão algum servicinho por aí pra alguém, porque eles plantam amendoim, né. Então na colheita do amendoim sempre precisa peão” (I 02). Este é um exemplo característico de mercado socialmente construído pela interação entre os agricultores, pelas suas redes de relações que, como se verá a seguir, não estão sustentadas apenas por instituições formais do modo de produção capitalista; pelo contrário, neste tipo de mercado tem sobressaído normas e regramentos informais derivados de regras comunitariamente compartilhadas.

Neste sentido, chama atenção a questão relacionada à disponibilidade de agricultores dispostos a vender e comprar trabalho. Do lado de quem contrata força de trabalho, a opinião generalizada é a da precariedade de sua oferta: “[...] é difícil arrumar peão” (I 17); “[...] é difícil achar; que estão por aí meio à toa, que não tem lavoura própria, que não tem o que fazer, tem poucos” (I 01); “[...] isso não tem mais, ninguém tem tempo mais. (I 08); “tem que sair bem longe às vezes pra achar um, porque aqui pra baixo hoje não tem nenhum disponível” (I 20). Do lado de quem aluga seu trabalho, as opiniões contrastam entre aqueles que reclamam de sua falta – “[...] o serviço manual terminou, hoje em dia é só máquina, trator e veneno, nem o negócio de capina não existe mais” (I 02) –, e outros que contradizem completamente esta realidade – “[...] se eu quisesse, eu não estaria nem um dia em casa, de tanto que procuram pra fazer serviço, porque não tem mais gente” (I 19).

Além da já referida sobreocupação dos agricultores, várias outras explicações para tal situação podem ser construídas. Primeiramente, é necessário perceber que oferta e procura de trabalho se desenvolvem em um círculo relativamente restrito de relações sociais que envolvem confiança¹⁹ e identidade, as quais se desenvolvem, via de regra, entre aqueles que convivem na mesma comunidade. Assim sendo, “[...] ninguém vai querer gente daquele lado pra trabalhar, porque dizem que eles não são de confiança” (I 06). Todavia, e isto envolve uma segunda explicação para o fato, no depoimento acima não está evidente que “aquele lado” não se refere só a outra comunidade, mas também a um território onde predominam descendentes de caboclos em oposição ao agricultor de origem alemã que fornece a

¹⁹ A questão legal do vínculo empregatício, de “[...] não colocar a gente na justiça” (I 06), torna-se importante neste sentido.

informação.²⁰ Com efeito, na divisão inter-étnica do trabalho subsiste o preconceito que leva à rejeição. Em terceiro lugar, em algumas comunidades a falta de mão-de-obra está relacionada à possibilidade de inserção em outras atividades de contratação permanente. É o caso dos agricultores que residem perto da Sede do município ou da Vila Catarina, comunidade onde se localiza a principal cooperativa de grãos e que possui um conjunto relativamente diversificado de atividades comerciais (bares, mercado, posto de combustível, restaurante). Em quarto lugar, essa deficiência também é verificada nas comunidades onde os agricultores estão mais especializados e tecnificados, não dependendo do trabalho externo. Finalmente, mas com expressiva importância, podem-se destacar as conseqüências do próprio êxodo rural dos jovens, os quais constituem o principal grupo de assalariados temporários.²¹

Ao mesmo tempo, é preciso entender as condições do trabalho assalariado. Woortmann (1990) percebeu que os assalariados muitas vezes são utilizados nas tarefas mais pesadas para que assim seja possível “poupar a família”. As dificuldades do trabalho conciliadas à baixa remuneração e ao fato de que se está trabalhando em algo que não é de sua propriedade, faz com que os contratados criem estratégias para se preservar fisicamente e aumentar o tempo de trabalho e, conseqüentemente, a remuneração. São, verdadeiramente, as “armas dos fracos” de que fala Scott (1987). Obviamente, para quem contrata, estes comumente são vistos com desprezo, uma vez que eles não tem qualquer obrigação de trabalho que não seja aquela sustentada pelo contrato (geralmente informal) e pela remuneração que este assegura. Neste sentido, o valor moral do trabalho “pesado” e sua “capacidade de dignificar o homem”, são substituídos quase exclusivamente pelo seu valor de troca:

[...] os que estão por aí não dá pra chamar de vadios, mas eles são lerdos, não gostam muito de trabalhar e tem que pagar por hora, e quando acaba o tempo acertado eles vão embora. Não existe mais aquela pessoa como antigamente que trabalhava de sol a sol. Não tem mais (I 01).

A maioria do pessoal não quer mais trabalhar como a gente se criou trabalhando. Isso é incrível. [...] Eles ficam olhando pro relógio, a gente se criou que quando clareava o dia começava a trabalhar e ia até a noite. O peão não. Eles não querem mais trabalhar (I 17).

²⁰ Uma discussão mais detalhada sobre o conflito histórico entre alemães e caboclos e como este permanece atualmente, pode ser encontrada em Wenzel (1997).

²¹ “Isso não tem mais. Ninguém tem tempo mais. Se hoje eu preciso de um pra me ajudar é difícil de achar. Porque não tem mais. E todo mundo ta no leite, isso é o principal serviço que tem, mas se eu não posso tirar leite, pra achar um que possa tirar pra mim é difícil de achar. Isso não tem mais, porque aqui só os da minha idade, de 50 pra cima. Juventude não existe mais, é só o casal, o resto foi tudo embora” (I 09).

A contratação de serviços de maquinário, de outro modo, dá-se segundo padrões diferenciados da contratação dos trabalhadores temporários. O trabalho “executado pelas máquinas” na maioria das vezes não se desenvolve para complementar o trabalho familiar; opostamente, ele geralmente está presente em atribuições que não são mais executadas pelos membros da família. Desta forma, a terceirização revela-se um tipo específico de externalização que desestrutura a antiga organização da unidade familiar. Separando gradativamente o trabalho mental e o trabalho manual, retira do agricultor uma parcela importante do controle direto sobre as condições nas quais se executam os processos de produção (PLOEG, 1992; ARNALTE ALEGRE, 1989).

Este tipo de efeito parece ser ainda mais evidente nas unidades familiares integradas às agroindústrias. Embora os agricultores considerem que o contrato com estas empresas seja vantajoso pelas garantias de venda e pelas facilidades na produção, eles mesmos consideram que esta relação determina um tipo de trabalho diferenciado onde, dentro de sua própria propriedade, “trabalham de peão” para as firmas e “daí não manda em mais nada também” (I 12):

É vantagem. Porque tem garantia pra vender. Parece que é mais fácil produzir assim integrado, porque não investe tanto pra produzir, a empresa fornece o leitão... Não arisca tanto, a empresa investe mais. Mas eu trabalho quase que de peão ali (I 15).

Nos termos em que opera o debate, um último elemento a ser destacado diz respeito à remuneração do trabalho de membros da família, no caso, de filhos:

Hoje em dia, para eles (filhos) trabalharem mesmo, tem que fazer assim. Eu te dou 20 pila por mês e daí tu me ajuda a fazer isso, mas daí tem que ajudar. Daí incentiva eles, né! Daí eles ficam esperando o final do mês pra receber. Isso é verdade. Pra ti segurar alguém eu acho que tem que fazer assim na agricultura, porque senão, se eles não ganham um incentivo... Mas daí tem que exigir também né (I 04).

Embora esta tenha se revelado uma prática incomum, apenas exposta por um dos entrevistados, e mesmo condenada por outros agricultores²², é parte constitutiva de uma mudança mais expressiva nas relações familiares onde o coletivismo interno da família vai sendo cada vez mais contraposto pela emergência de projetos individuais (WOORTMANN, 1990). Esta individualização se expressa, por exemplo, no universo dos rendimentos. Na medida em que houve maior diversificação de atividades pelos membros da família, o que

²² “Ah, isto é errado, eu sempre digo: eu não faço os filhos pra eles me ajudarem a trabalhar, eu crio eles pra isto. Daí não precisava ter filhos, podia pegar um peão” (I 11)

passou a proporcionar rendas dissociáveis quanto a sua posse e uso, iniciou-se um rompimento gradativo com a unidade de rendimentos característica das unidades camponesas chayanovianas.²³ Deste modo, embora seja indispensável concordar com Wanderley (2003) de que os resultados da produção continuam, na maior parte dos casos, sendo percebidos pela família como um rendimento único, as mudanças decorrentes da ocupação de jovens e mulheres fora da unidade familiar de produção têm feito com que esta realidade se transforme rapidamente. As informações da pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) demonstram que em cerca de um quarto (22%) das famílias onde algum membro desenvolveu qualquer tipo de trabalho externo no ano agrícola 2001-2002, este não contribuiu com as despesas da unidade de produção (isto é, produtivas) ou da família.

A diversidade de rendimentos vinculada à importância que assumem frente às instabilidades e oscilações de renda durante o ano, também tem operado transformações no status social de mulheres, jovens e idosos no seio da família, afetando diretamente a hierarquia familiar. Conforme notou Tedesco (1999), a remuneração da mulher redefine as relações entre cônjuges e altera a distribuição das tarefas domésticas e as decisões de consumo definidas neste universo.

4.3 UMA NOVA ATMOSFERA DE RELAÇÕES SOCIAIS

A mercantilização da vida social ensejada a partir da acelerada integração econômica de vastas áreas da região, incluindo o seu “maciço familiar”, invadiu celeremente a mais recôndita face da sociabilidade, ainda que sob ritmos diversos, e mesmo nos mais remotos rincões rurais (NAVARRO, 2002).

Conforme repetidas vezes buscou-se salientar, a mercantilização não transformou somente o trabalho agrícola ou as relações sociais *na* produção, ela também foi responsável por um amplo processo de mudanças na sociabilidade dos agricultores, resultado da criação de uma “nova atmosfera” de relações sociais (NAVARRO, 2002).

Nesta seção são focalizadas basicamente duas dimensões destas relações sociais. Na primeira parte, aspectos relacionados à vizinhança, às trocas de trabalho e alimentos e, à ajuda mútua entre as famílias. Na segunda, elementos da vivência comunitária dos agricultores e as relações que estes estabelecem com um universo mais amplo de instituições e organizações

²³ “Com efeito, desde que as entradas respectivas são efetuadas em forma de dinheiro, a contabilidade racional se torna possível, podendo cada indivíduo ou cada família avaliar exatamente a parte que lhe cabe dos rendimentos e das despesas. Acabou-se essa espécie de refluxo do cálculo que a indivisão autorizava e que amparava a indivisão.” (BOURDIEU, 1979, p. 72).

sociais. Não se espera com isso obter uma análise global da ampla gama de relações sociais que conformam sua sociabilidade, mas olhar para pontos-chave, apreendendo expressivas mudanças em relações que não se constituem como essencialmente produtivas, mas que afetam transversalmente todo o mecanismo de reprodução social das unidades familiares de produção. São questões da vida social que podem ser remetidos à sociabilidade enquanto conjunto de interações constitutivas dos diferentes domínios onde se processam as relações sociais e que delimitam a própria existência dos agricultores familiares (TEDESCO, 1999).

Um tópico complementar faz ainda algumas alusões pontuais às representações sociais dos agricultores em relação aos círculos de relações nos quais estão imersos. Estas ajudam a compreender alguns elementos psicossociais de seus discursos e práticas. Trata-se de reconhecer que a crescente inserção nos mercados também foi responsável pelo que Bourdieu (2000) chama de “unificação do mercado de bens econômicos e simbólicos” capaz de promover uma profunda “reestruturação da percepção do mundo social” a partir da violência simbólica associada à forma brutal como o mercado impõe uma “conversão coletiva da visão de mundo” dos agricultores.

4.3.1 Vizinhos, vizinhos, negócios à parte?

A constituição de uma forma empresarial de agricultura pode ser percebida como efeito do processo de mercantilização.²⁴ A dificuldade, todavia, desta forma se impor a ponto de tornar o agricultor familiar um empresário rural advém do fato de que sua lógica, geralmente, vai de encontro a normas e valores comunitariamente compartilhados reproduzidos historicamente pela tradição. Desta forma, “[...] um bom empresário, definido no marco normativo das relações econômicas e institucionais, se transforma simultaneamente em um mal vizinho no que diz respeito à família e a comunidade local.” (PLOEG, 1992, p. 166).

Assim, ao revelar uma importante dimensão das relações sociais afetadas pela mercantilização, Ploeg (1992) percebe que a integração à sociedade capitalista é constantemente freada por valores e regras sociais que operam sob lógicas não mercantis. É o que se verifica, por exemplo, nas relações vicinais. O que, contudo, não é apreendido pelo autor é a capacidade do processo de mercantilização de modificar as instituições que normalizam as possibilidades e limites tanto ao “empresário” quanto ao “vizinho”. Embora

²⁴ Cf. discussão desenvolvida no tópico 2.3.1.

este estudo não tenha o propósito de adentrar em um amplo universo de questões aí envolvidas, dentro de certos limites se buscará considerar as transformações decorrentes da mercantilização em um conjunto de relações vicinais que fizeram parte do modo de vida colonial, como a ajuda mútua e as trocas de trabalho e alimentos que, gradativamente, foram se dissolvendo – embora não completamente – frente às transformações técnicas, sociais e culturais do meio rural.

Similarmente ao que demonstrara Antônio Cândido (2001) em relação aos caipiras paulistas, também para os colonos alemães as relações de solidariedade vicinal ergueram-se, ao lado do trabalho, como um dos principais sustentáculos dos seus estilos de agricultura. Os modos de cooperação envolveram um amplo conjunto de atividades que vão desde a construção de casas até mesmo a ajuda para carnear os animais ou colher os produtos da roça. Naquele tempo “[...] que nós colhíamos o soja à mão, cortava com a foice e juntava com a carroça, aí sempre um vizinho ajudava o outro, até dois ou três vizinhos, ajuntavam, colhiem numa lavoura, depois iam para outra, e assim iam adiante” (I 01). A ajuda entre os vizinhos muitas vezes representava condição indispensável de reprodução do grupo doméstico.

Entretanto, de acordo com Cândido (2001, p. 212), a expansão do mercado desestrutura esta situação e,

[...] não apenas força o caipira a multiplicar o esforço físico, mas tende a atrofiar as formas coletivas de organização do trabalho (mormente ajuda mútua), cortando as possibilidades de uma sociabilidade mais viva e de uma cultura harmônica. Entregue cada vez mais a si mesmo, o trabalhador é projetado do âmbito comunitário para a esfera de influência da economia regional, individualizando-se.

Assim se expressam as condições atuais dos agricultores familiares de Salvador das Missões, ou pelo menos de significativa parcela deles. Se, entre os colonos analisados por Tedesco (1999) na serra gaúcha, as trocas de trabalho se mantêm fundamentadas na lógica da reciprocidade e como uma obrigação moral de implicações materiais, em um “esforço-investido” com a certeza da retribuição²⁵, entre os agricultores familiares investigados a mercantilização fez este trabalho se constituir como mercadoria corrente.

Dentre as várias razões para a desestruturação desta prática pode-se aludir às mudanças ocasionadas pelo desenvolvimento tecnológico nos processos produtivos – “[...] é

²⁵ “A solidariedade também não é algo natural e gratuito. Há princípios de solidariedade que se fundam na auto-ajuda, na prestação de serviços, na troca de bens e/ou mercadorias, no empréstimo de produtos no momento de carência, bem como de dias de serviços, etc. No entanto, a solidariedade precisa ser recíproca; há um grau de cobrança que não é explícito, mas que regula o grau de solidariedade e o “crédito” futuro.” (TEDESCO, 1999, p. 117, grifo no original).

que antes o negócio de colher soja era a muque né, então se trocavam serviço; e hoje ninguém colhe mais à muque” (I 14) –, à sobreocupação dos agricultores – “[...] porque não tem como retornar mais. A gente só tem duas ou três horas de folga. Não tem mais como ajudar um ao outro. Ninguém mais tem tempo e se eu vou ajudar o outro, o meu serviço fica” (I 08) – ou ainda, à crescente desintegração das redes de reciprocidade – “[...] é difícil funcionar porque ninguém mais quer compromisso e preferem pagar pra se ver livres” (I 01)²⁶.

Deste modo, na impossibilidade de contar com os vizinhos, a necessidade de contratar trabalho aprofundou ainda mais a externalização das unidades familiares e, em alguns casos, gerou uma categoria de agricultores praticamente especializada na prestação de serviços de preparo da terra, plantio, colheita, transporte, manejo cultural como aplicação de agrotóxicos ou capina, etc. Serviços que, da mesma forma que qualquer outra mercadoria monetizada, comumente são pagos em dinheiro:

Existe troca de trabalho entre os agricultores?

Nós temos ainda, só que se eu pego uma turma pra trabalhar eu pago e se eu vou trabalhar eles me pagam. *Paga em dinheiro?* Sim, é mais certo (I 16).²⁷

Antigamente os vizinhos não cobravam a trilha de soja. Eles não cobravam de um pro outro. Hoje em dia isso não existe mais, se eu preciso colher, é no dinheiro, não querem nem saber, dez a quinze por cento e deu (I 17).

É mais a prestação de serviços terceirizada mediante a remuneração. Isso até tá gerando um certo impulso. Tem alguns agricultores que tão percebendo isso e estão investindo em mecanização pra prestação de serviços (I 12).

Apesar disto, mesmo que em uma proporção restrita, ainda é possível encontrar agricultores que trocam trabalho. Restrita, por um lado, porque esta prática tem acontecido entre pequenos grupos de agricultores conformados por critérios de amizade e confiança. Neste caso, comumente os vizinhos mais próximos assumem papel mais destacado. É de onde emergem os laços de solidariedade mais firmes, inclusive se comparados àqueles mantidos pelo parentesco: “Eu prefiro um vizinho antes do que um irmão. Porque irmão eu tenho que ir longe pra achar ele, e vizinho é aquele que tu tem que ter cada dia” (I 07)²⁸. É desta forma que se configuram alguns laços capazes de conformar uma unidade sólida que permite aos agricultores se contraporem a lógica individualizante do padrão preponderante de

²⁶ Segundo o mesmo agricultor, “[...] tinha sempre os espertos que se aproveitavam. Faziam questão do vizinho ajudar na safra deles e quando tava pronto não apareciam mais. Isso ajudou a diminuir com isso. Aquilo começou a desaparecer, a ajuda mútua entre os vizinhos” (I 01). De fato o não retorno torna-se um elemento desestruturador da reciprocidade.

²⁷ Novamente aqui a questão da monetização anteriormente aludida.

²⁸ Desta forma, não se percebeu de forma tão evidente a formação de “blocos familiares” tais quais aqueles descritos por Cândido (2001).

mercantilização. E é também desta maneira que aqui sobrevivem e se perpetuam as redes sociais de trabalho e reciprocidade de que fala Radomsky (2006) em seu estudo sobre os agricultores familiares da serra gaúcha.

De outro lado, este tipo de troca reproduz-se em um nível relativamente restrito porque geralmente está vinculada a atividades agrícolas específicas que exigem maior depreendimento de trabalho humano e mecânico. Como são os casos da trituração do milho para o preparo da silagem e do corte de alguns cereais para a produção de feno, atividades que requerem intenso trabalho no curto espaço de tempo em que se conseguem encontrar as condições ideais da planta conciliadas às condições climáticas indispensáveis ao seu processamento.

Um não quer mais ajudar o outro. Eu não sei porque isso. Só assim com o serviço de trator, fazer silagem. Pra essas coisas tudo bem. Daí tem uns que ajudam em troca. Isso tem. Poucos. Mas de resto não tem mais (I 19).

A troca de trabalho ainda continua forte, mas só naqueles que precisam de bastante mão-de-obra pra fazer uma silagem, ou um feno, o que exige mais mão-de-obra, mas no resto a troca de mão-de-obra é pouca, e a troca de alimentos é menor ainda, tá diminuindo, e a questão da visita, do passeio, esta menos ainda. O pessoal vai mais no clube. Ainda se visitam, mas muitas famílias não tem mais este hábito (I 10).

Como referido na entrevista transcrita acima, a troca de alimentos tem se apresentado ainda mais incomum que ajuda mútua em termos de trabalho. Neste caso, se, por um lado, é evidente que as mudanças relevam-se como efeitos mais imediatos de uma revolução doméstica, nomeadamente pela disseminação da geladeira e do congelador²⁹; por outro, não podem ser desconsideradas as conseqüências de uma mudança de racionalidade decorrente da maior proximidade dos mercados. Neste sentido, é interessante notar que 58,6% dos agricultores fazem a maior parte de suas compras no centro urbano, 24,1% na própria comunidade rural e, 5,2% na cidade-pólo mais próxima – Cerro Largo (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003). As facilidades de acesso aos produtos industrializados, propiciadas pela proximidade e melhoria das condições de transporte, tornou-se um importante fator de desestruturação destas redes de troca: “[...] agora é só mais uns passos até na vila que tem os mercados, é mais fácil ir lá do que ficar emprestando dos vizinhos” (I 11).

²⁹ Todas as unidades pesquisadas possuíam pelo menos uma geladeira e somente duas não tinham freezer (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003). Assim, não se reproduz a lógica de antigamente onde “a gente carneava e daí não tinha congelador, não tinha nada pra guardar e daí um vizinho carneava e três, quatro, cinco repartiam, e quando o outro carneava levava de volta” (I 08).

Além do mais, também é possível verificar que a lógica do comércio, do *brique*, tornou-se mais presente entre os agricultores (MIOR, 2005). Assim, ao invés de trocar, muitos preferem negociar os seus produtos: “[...] agora é mais ou menos cada um pra si. Se uns engordam mais, eles vendem para os outros” (I 13).

Não obstante, da mesma forma que o trabalho, onde a troca de alimentos persiste ela segue fundada sobre a lógica da reciprocidade e do dever moral de retribuição: “[...] nós aqui temos alguns que, quando têm repolho sobrando ou coisa assim, a gente sempre troca, ou fruta. Mas a gente só dá se volta né, se não volta não dá, né” (I 18).

De todo modo, como notou Bernstein (1979), as relações entre os grupos domésticos individuais tornam-se cada vez mais dependentes da posição que cada um ocupa no conjunto das relações de produção de mercadorias. Conseqüentemente, na medida em que o trabalho e os alimentos deixam de ser mobilizados pelas redes de reciprocidade, passando para o universo do mercado, acentua-se a individualização das famílias.

É igualmente importante frisar que a desestruturação das relações de vizinhança ultrapassa a dimensão da troca em si, avançando para um conjunto mais amplo de relações humanas de interdependências. A própria ajuda mútua sempre ocorreu sob a ótica do encontro, da socialização e da confraternização, relações sociais que também são redefinidas neste conjunto de transformações do mundo rural: “[...] se juntavam, tomavam mate e conversavam, e daí iam fazer um serviço, mas depois já estavam sentados lá de novo conversando e tomando mate” (I 16). “A gente ajudava o vizinho, daí de meio dia assava uma carne, isso era uma festa. Isto hoje acabou” (I 17).

Na medida em que o trabalho vai deixando de ser um elemento de socialização entre vizinhos, “[...] a gente só vai se encontrar com o vizinho na sociedade (sede da comunidade) ou no tiro 48 (atividade de lazer semelhante ao jogo de bochas)”, porque até o evento de “[...] sentar na casa do vizinho, tomar um chimarrão com ele e trocar umas idéias, isso de fato tem muito pouco” (I 06).³⁰ Deste modo, é na comunidade que se expressa o espaço de vivência social coletiva mais expressivo destes agricultores.

4.3.2 A vivência comunitária

A comunidade delimita um dos domínios mais importantes da existência dos agricultores. É o universo onde se desenvolve a maior parte da vida social, onde o indivíduo e

³⁰ “Eu praticamente não saio nos meus vizinhos, mas assim temos bem, quando se encontremo nós conversemo” (I 02).

a família se relacionam com seus similares formando uma coletividade que sustenta as instituições e o repertório cultural socializado e incorporado pelos agricultores. A comunidade é o local onde os discursos e as práticas ganham significado e são avaliados. Como a define Tedesco (1999, p. 88), é o termômetro social, “[...] o olhar social e vigilante que publica a identidade individual e que criteriza os agentes afetivos.”

A importância da forma como se configura este domínio fez Henry Mendras (1978) reconhecer a autonomia relativa das coletividades camponesas como um dos aspectos mais importantes na significação de suas identidades sociais. Com efeito, além da importância estrutural do grupo doméstico, os modos de produzir e viver desenvolvidos pelos colonos estiveram fundados em uma autarquia relativa e no “interconhecimento”. Mas, na medida em que se acentuaram suas relações mercantis, as localidades reorganizaram-se e, enquanto ao interconhecimento se contrapôs contínua despersonalização das relações humanas, à autonomia das coletividades locais se objetou a expansão da sociedade urbanizada que não tolera “[...] que em seu seio uma população tão importante se mantenha marginal e conserve sua lógica de produção e de vida.” (MENDRAS, 1978, p. 13). Deste modo, junto à mercantilização, o processo de incorporação institucional de que fala Long (2001), fez com que a rede de relações e de instituições que envolvem os agricultores se tornasse “[...] mais estreita, mais constrangedora, mas também mais flexível, mais diversificada, em todo caso, mais penetrante e mais incitante, senão diretiva.” (MENDRAS, 1984, p. 11).

Nestes termos, a Figura 4.5 revela dados importantes sobre o universo de relações sociais dos agricultores familiares. Dentre as unidades investigadas, destaca-se a participação nas cooperativas (91,3%), no sindicato de agricultores (87,9%), nas associações comunitárias relacionadas ao lazer – clubes de futebol, bocha e outros – (68,9%), nas associações de mulheres (68,9%) e de produtores (43,1%).

A cooperativa emerge com maior destaque justamente por constituir o principal universo de trocas mercantis. É o local onde os agricultores compram os insumos e comercializam a safra, mas é também onde se faz o “rancho” mensal (compra dos alimentos), ou se deposita o dinheiro na conta corrente do sócio. Portanto, além das funções produtivas que originalmente lhes são atribuídas, as cooperativas atuam como supermercado, açougue e banco, revelando-se um ambiente absolutamente essencial para o fluxo da vida comunitária.

A expressiva participação no sindicato de trabalhadores rurais revela a importância da mobilização política frente às diferentes formas de precarização acarretadas pelo *squeeze* da agricultura e, neste sentido, uma estratégia relacionada à conquista de crédito e benefícios sociais governamentais (CONTERATO, 2004).

As associações de lazer e de mulheres revelam-se como espaços de socialização e encontro, onde transcorrem as atividades que buscam celebrar e reproduzir a vida social em comunidade (WENZEL, 1997). Diferente, portanto, do papel pragmático que possuem as associações de produtores em garantir a compra e utilização conjunta de máquinas e implementos agrícolas.

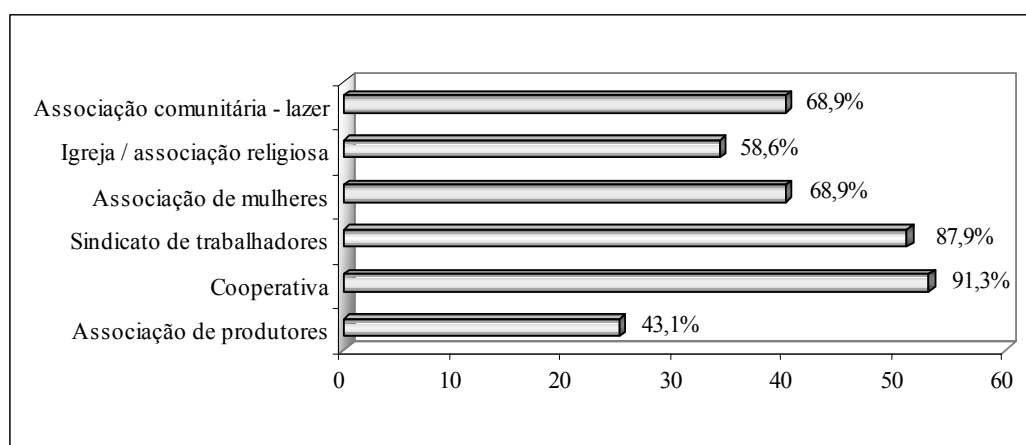


Figura 4.5 – Círculos sociais aos quais os agricultores de Salvador das Missões se inserem.

Fonte dos dados brutos: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003).

Paralelamente ao rearranjo das instituições sociais centrais ao modo de vida rural, dá-se a gradual perda da importância dos “notáveis”, isto é, de atores que, segundo mostrou Mendras (1978), cumpriam papel destacado nas relações sociais entre a “coletividade local camponesa” e a “sociedade englobante”. Atualmente os vínculos entre os agricultores e o mundo exterior são mais diretos e constantes. Não obstante, mesmo que com atuação distinta, pode-se perceber a emergência de novos notáveis, que assumem atividades específicas, cada vez mais associadas à produção agrícola em si.

Na Tabela 4.5 percebem-se quais são as pessoas nas quais os agricultores depositam maior ou menor confiança e credibilidade. No primeiro caso, destacam-se os extensionistas rurais e os vizinhos como portadores destes valores (29,31% em ambos os casos). No segundo, os vereadores (51,72%) e os compradores e intermediários (13,79%) emergem como atores com os quais “[...] tem que se ficar sempre com um pé atrás”.³¹

³¹ Woortmann (1990) destaca, no caso dos comerciantes, como estes têm sido historicamente percebidos pelos camponeses como desonestos por conta da oposição que se estabelece entre o trabalho e o negócio, ou seja, entre uma atividade honrada e moral e um meio imoral de ganhar a vida. Esta oposição, todavia, parece cada vez menor haja vista a diminuição deste tipo de ator no meio rural conciliada ao privilégio das relações diretas entre agricultores e cooperativas e supermercados.

Tabela 4.5 – Confiança e credibilidade que os agricultores familiares de Salvador das Missões atribuem aos atores sociais presentes ao universo de suas relações.

Confiança e Credibilidade	Maior		Menor	
	N	%	N	%
Extensionistas rurais	17	29,31	-	-
Funcionários da prefeitura	6	10,34	2	3,45
Dirigentes do sindicato	2	3,45	-	-
Vereadores do município	2	3,45	30	51,72
Pastor ou padre da igreja	3	5,17	-	-
Técnicos das agroindústrias e cooperativas	4	6,90	-	-
Vizinhos	17	29,31	4	6,90
Compradores e intermediários	-	-	8	13,79
Não sabe/sem resposta	7	12,07	14	24,14
Total	58	100,00	58	100,00

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003).

Seguindo a noção utilizada por Giddens (1991), podem-se referir estes dados para o que o autor define como uma mudança nos “sistemas de confiança”. Entre outras coisas, isto está associado com a necessidade de especialização e perícia decorrentes da crescente cientificação e incorporação institucional da agricultura (PLOEG, 1990; LONG, 2001). Neste sentido, se traduz a importância assumida por atores vinculados ao meio rural. Os extensionistas rurais destacam-se, justamente, pelo papel que cumprem em assegurar o conhecimento técnico necessário à utilização dos insumos e à garantia da produção. Técnicos e agrônomos apresentam-se então como novos *notáveis* do mundo rural contemporâneo, seja por disporem de conhecimentos e informações cada vez mais indispensáveis aos agricultores, seja por articularem em torno de si redes de relações sociais de poder.

É interessante notar, todavia, que os técnicos ligados às cooperativas e empresas, embora também referidos como portadores de alguma confiança e credibilidade dos agricultores, com frequência são percebidos como agentes externos que procuram impor o que e como produzir:

Por eles o pessoal sempre planta soja. Porque pra eles da cooperativa é uma grande coisa, né. Se os sócios pararem de plantar soja daí a cooperativa vai falir (I 02).

Conforme demonstra Sardan (1988), reconhecendo os técnicos como representantes de projetos e interesses distintos dos seus, os agricultores são capazes de criar mecanismos de seleção das informações e práticas que realmente lhes interessa:

Eles têm incentivado de vender insumo, veneno. Isso sim. Colocar a gente mais pra baixo ainda. Eles querem vender. Os técnicos vêm aí e dizem pra colocar isso, colocar aquilo, colocar pra não pegar ferrugem e não sei o

que... Mas eu, ano passado, lá na terra de cima, semeei duas sementes de soja sem adubo, sem nada, só pra ver o que dá. Quando a soja ainda tava crescendo a gente via diferença, mas depois é a mesma coisa. Eu não fui na deles (I 16).

A relação com os técnicos torna-se, então, uma arena onde distintos projetos e visões de mundo se colocam em interface. Deste modo, ocorre uma seleção e transformação dos recursos externos, que são internalizados de maneiras diversas pelos agricultores em virtude de condições geralmente negligenciadas pelos técnicos, podendo ser elas produtivas, ou mesmo sociais, culturais e ideológicas. Além do rendimento produtivo em si, os agricultores pensam nas implicações que a adoção de uma nova técnica ou linha de produção pode ter à reprodução do grupo familiar. No momento em que esta adoção pode comprometer as condições econômicas e sociais da família, estes criam mecanismos para resistir ao que o mercado – ou os atores que neste atuam – tenta lhes impor (PLOEG, 2003). Outra vez, trata-se de reconhecer o que Giddens (1989) denomina de capacidade de “fazer uma diferença” frente às pressões estruturais do mercado.

Retomando outras informações fornecidas pela Figura 4.5 e pela Tabela 4.5, podem-se ressaltar ainda as mudanças em relação à igreja e ao culto religioso. Se, por um lado, é perceptível que o manifesto “desencantamento do mundo”, fruto do contínuo desenvolvimento de um método racional-prático de organização da conduta cotidiana (PIERUCCI, 2003; BOURDIEU, 1979), não destituiu a religiosidade como elemento estruturante das relações sociais dos agricultores³², de outro, é evidente que a prática religiosa tem cada vez mais deixado de ser familiar e comunitária, como era entre os colonos, para se tornar uma opção individual e, não raro, uma prática individualizada.³³ Como relata uma agricultora em relação à “novena”³⁴: “[...] pararam este ano, mas os livrinhos a gente ganha pra comprar. O livrinho a gente compra, mas novena não fazem mais” (I 15).

Outrossim, o papel da igreja tem sido significativamente alterado. Os agricultores mantêm a religião como obrigação moral e como atividade indispensável ao seu modo de vida, porém, não raro, os representantes oficiais da igreja, os padres, passaram a ser vistos como pessoas “de fora”, deixando de ser um mediador da comunidade em relação ao mundo

³² Este processo afetou mais profundamente uma esfera mítica ou mágica relacionada, por exemplo, às atividades desenvolvidas por benzedoras e curandeiros. Como relata um dos informantes em relação ao acesso a este tipo de prática: “Não, ninguém mais acredita nisto. Antigamente até o pessoal fazia isto, mas agora não é isto mais, eles vão no médico. Agora tudo é no médico” (I 13).

³³ É importante precisar que 100% dos agricultores afirmaram pertencer à religião católica (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003).

³⁴ Uma espécie de reunião religiosa que geralmente ocorre na casa de um dos membros do grupo.

externo para constituir-se em mais um membro deste e, portanto, não dispendo mais da confiança e credibilidade da qual dispunham antigamente (Tabela 4.5):

Hoje, passou a metade ou mais para os ministros, que são pessoas comuns da comunidade que fizeram cursos, e que assumiram essa função. Mas os padres chegam e rezam a missa e pegam os troquinhos pelo serviço e se mandam (I 01).

Notáveis transformações na sociabilidade estão igualmente relacionadas às atividades festivas. Antigamente organizadas para celebrar a identidade, o trabalho, a produção, e a solidariedade comunitária, as festas, hoje em dia, revelam muito mais seu “lado estritamente comemorativo”, que se moderniza incorporando os elementos da cultura urbana: músicas, danças, vestimentas, etc. Neste sentido, Wenzel (1997) demonstra como se passou “do Kerb antigo à Oktoberfest atual”, ou seja, de “uma festa de colonos, de ‘gente simples’ que se encontra como parentes e vizinhos”, para “uma festa empresariada”. Do mesmo modo, alude para o fato de que

Atualmente, o lucro se tornou o objetivo predominante das festas (bailes) e, por isso, não se importam que quase a metade dos membros da sociedade cumpram as tarefas da cozinha, da limpeza, da bilheteria, da fiscalização e de garçons, garantindo aos convidados um ambiente confortável e de bom atendimento (WENZEL, 1997, p. 209).

De fato, as festas são atividades para “juntar dinheiro” onde grande parte da comunidade trabalha. Mas aí não reside uma diferença fundamental entre hoje e antigamente. Este tipo de atividade sempre teve intenções de arrecadar fundos, os quais eram, assim como hoje, utilizados na construção e manutenção dos espaços comunitários (igreja, salão de festas, churrasqueira, etc.): “[...] era tudo cheio de rifa, pescaria e bolão para juntar um dinheirinho” (I 16).

A mudança – parcial, é necessário destacar – se expressa em outro sentido. Se até pouco tempo atrás³⁵ ainda era comum a presença de todos para ajudar nas festas ou em mutirões de qualquer natureza, atualmente em muitas comunidades este tipo de trabalho mantém-se em função de uma obrigação que nada tem de moral:

Olha, se não vai trabalhar tem que pagar vinte por cento do salário mínimo (I 08).

Quem não pode trabalhar, quem não tem condições de trabalhar, paga dez reais por meio dia de serviço. A maioria vem e dá os dez reais (I 06).

³⁵ Os agricultores se referem a estas mudanças a partir de um tempo não superior a 15 anos.

Mas daí é assim: se tu não vai trabalhar, tu paga, é cobrado. Se tu não vai trabalhar ou não bota alguém no teu lugar, tu paga tanto. Tem que trabalhar. Por exemplo, se tu é convocado pra trabalhar e não vai, tu tem que colocar alguém no teu lugar, ou tu paga e daí eles pegam alguém. Assim eles (diretoria da associação) têm um jeito de fazer trabalhar, porque se eles não fizessem assim ninguém ia mais, por querer trabalhar, né. Assim pelo menos... Aqui funciona assim (I 04).

Conforme demonstram os depoimentos acima, é possível descrever como a mercantilização tornou-se um amplo processo social, adentrando praticamente todas as esferas de sociabilidade. Este fato foi especialmente percebido entre os agricultores que residem nas maiores comunidades rurais (Vila Catarina, Vila Caraguatá, por exemplo) e na Sede do município. Nestes casos, embora as entidades comunitárias apresentem sedes físicas mais estruturadas, é sensato derivar suas melhores condições estruturais das arrecadações propiciadas pelas contribuições dos sócios e atividades sociais, e não exatamente do trabalho direto dos membros da comunidade. Aliás, em muitos casos, precisa-se recorrer à contratação de pessoas externas para executar tarefas que antigamente eram de responsabilidade familiar:

É difícil que tu vai trabalhar um dia fora só pelo bem da sociedade ou da igreja. É muito difícil hoje. Quando precisa a sociedade paga, né. Nós somos da diretoria do clube, a diretoria tem que trabalhar de graça nos bailes e festas, mas ir trabalhar lá quando tem uma reforma, isso não tem mais. Até nos bailes, as copas hoje quem atende as copas são os fornecedores de bebida. Eles aumentam um ou dois ou três reais a caixa de cerveja e daí eles vêm e atendem. O que a diretoria do clube faz é cuidar as entradas, a venda de ficha e as mulheres na cozinha (I 20).

Nos bailes ou outras festas, isto o pessoal já trata com o cervejeiro pra ele trazer as coisas e servir o pessoal. Ele tem o seu grupo que ele traz junto e eles ficam servindo. *Isso nas festas da cidade?* Não, aqui na colônia também (I 13).³⁶

Porém, em algumas localidades o trabalho comunitário mantém-se “forte”. Uma explicação que talvez dê conta deste fato, embora não totalmente, diz respeito à constatação de que, nestas comunidades, e diferentemente daquelas acima referidas, o interconhecimento e as redes de parentesco e vizinhança são mais penetrantes, mantendo ativos os olhares sobre o comportamento de cada indivíduo ou família (TEDESCO, 1999). Assim, não comparecer para ajudar pode ser arriscado para manter os laços sociais. Por isso que,

Aqui na comunidade é bem organizado, é bem forte ainda ali. Na igreja todo mundo participa. O pessoal todo mundo colabora. Mas aqui todo mundo que

³⁶ Da mesma forma, as doações de objetos para serem leiloados não são mais práticas tão comuns: “O pessoal dava um porquinho, davam isso, davam aquilo. Hoje tem que comprar o porco pra fazer uma rifa. Hoje compram tudo também, não é mais feito nada. Eu fazia duas fornadas de cuca e dava, agora compram isso tudo” (I 16).

é convocado, pode pagar se quiser pra não trabalhar, mas geralmente esses que são convocados aqui é difícil alguém não ir. Geralmente todo mundo participa (I 19).

Enfim, revela-se um conjunto de transformações nas relações sociais comunitárias que se expressam de diferentes maneiras, mas que, de uma forma ou de outra, encontram-se vinculadas à mercantilização como um amplo processo social através do qual os valores mercantis são atribuídos a objetos e pessoas, tal como referiu Marsden (1995). É importante reconhecer que neste processo novos e velhos valores se entremeiam, e a tradição é recontextualizada em meio a uma nova atmosfera social, originando assim uma série de particularidades, nem todas referidas nesta limitada análise.

4.3.3 Representações sobre o ambiente social

As metamorfoses na sociabilidade associam-se diretamente à formação do ambiente social. Schneider (2003) e Abramovay (1998) demonstram que as mudanças neste ambiente são determinantes na reprodução social, econômica, cultural e simbólica dos agricultores familiares. Mas, nestas mudanças, além de relações objetivas, estão imbricadas representações sociais que se relacionam, por exemplo, ao bem-estar da família, às perspectivas de progresso e auto-realização, aos anseios individuais e coletivos em relação à vida e ao trabalho.

Na Tabela 4.6 estão mencionadas representações dos agricultores de Salvador das Missões em relação ao meio rural e à atividade agrícola. Possivelmente em decorrência das recentes crises da produção agrícola a satisfação com o meio rural como um todo (89,66%) apresenta-se superior àquela exibida em relação à atividade agrícola (74,14%), que ainda revela expressivo número de agricultores insatisfeitos (25,86%).³⁷

Tabela 4.6 – Nível de satisfação em relação à atividade agrícola e ao meio rural na agricultura familiar de Salvador das Missões.

Respostas	Atividade Agrícola (%)	Meio Rural (%)
Muito satisfeito	12,07	18,97
Satisfeito	62,07	70,69
Insatisfeito	25,86	8,62
Não sabe/sem resposta	-	1,72
Total	100	100

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003).

Esta satisfação com o meio rural advém, principalmente, da tranquilidade propiciada

³⁷ Mesmo assim, 76% dos entrevistados consideraram que, em comparação com a “época dos seus pais”, é melhor a situação atual da agricultura (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003).

pelo relativo afastamento dos centros urbanos (53,45%). Também pode ser conferido certo destaque à valorização da própria identidade de agricultor, assim revelada pela importância atribuída ao trabalho na agricultura e à produção de alimentos (24,14%). Chama a atenção, porém, como a vizinhança e a comunidade são aspectos menos valorizados (8,62%), corroborando as considerações delineadas nas seções anteriores em relação às relações vicinais e comunitárias. Do mesmo modo, a paisagem que, para as pessoas urbanas que visitam o meio rural, poderia se constituir como aspecto principal, foi menos notada pelos agricultores (1,72%), talvez pelo fato destes a observarem cotidianamente (Tabela 4.7).

Tabela 4.7 – Aspecto mais valorizado pelos agricultores familiares de Salvador das Missões em relação ao meio rural em que vivem.

Mais valoriza no meio rural	%
A paisagem	1,72
Os animais e as plantas	10,34
O trabalho na agricultura e importância de produzir alimento	24,14
A tranquilidade	53,45
Os vizinhos e a comunidade em que vive	8,62
Não sabe/sem resposta	1,72
Total	100

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003).

Ainda segundo os dados da pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003), a insatisfação com a agricultura faz com que 41,38% dos agricultores se considerem sem perspectivas nesta atividade, o que não significa, todavia, que estejam à beira de abdicar da agricultura, pelo menos não nesta magnitude de casos. Trata-se de uma visão carregada de pessimismos frente às recorrentes crises agrícolas dos anos recentes. Neste sentido, a Tabela 4.8 procura explorar as respostas que, segundo os agricultores, seriam construídas em uma situação hipotética de agudização desta crise e piora da renda. É interessante observar que, em semelhante contexto, uma parcela importante de agricultores (32,76%) elegeu reproduzir as mesmas práticas, isto é, *continuar a fazer o mesmo e esperar a crise passar*.

Tabela 4.8 – Caso haja uma piora na renda e na agricultura de modo geral nos próximos anos, o senhor pensa em fazer o que?

Ação	%
Continuar a fazer o mesmo que atualmente e esperar que a crise passar	32,76
Deixar de trabalhar na agricultura e vender a terra	3,45
Buscar aperfeiçoamentos tecnológicos para melhorar a produção	41,38
Procurar emprego em uma atividade não-agrícola, sem vender	17,24
Não sabe/sem resposta	5,17
Total	100,00

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003).

Este dado revelador conecta-se às precariedades e incertezas que fazem com que muitos agricultores se encontrem sem saídas para a crise, “[...] esperando que vai melhorar; a gente sempre pensa que vai melhorar de novo, porque nós temos fé” (I 14). Assim, alguns se deparam com a impossibilidade de reproduzir o mesmo estilo de agricultura que há décadas adotaram por determinação do projeto de modernização, mas aguardam que os mesmos atores que sustentaram aquela ideologia encontrem alternativas para a crise atual: “[...] eles (governantes) tinham que inventar outra coisa pra gente produzir” (I 15), porque “[...] nós não aprendemos outra coisa, só plantar. Nós temos que plantar. Plantar pra ter o que vender” (I 16).³⁸ Entretanto, este comportamento não é precisamente uma escolha. Pelo contrário, decorre do pouco espaço de manobra que estes agricultores possuem para criar alternativas viáveis, o que certamente é efeito do nível de externalização no qual se encontram: “[...] é que a situação do jeito que tá agora é difícil investir em alguma coisa. Não tem muita coisa que tá dando retorno, então a gente não sabe o que fazer na realidade. Nós não temos outra opção pra começar. Começar o que?” (I 15).

De outro modo, a maioria acena para a necessidade de buscar aperfeiçoamentos tecnológicos que lhes possibilite melhorar a produção (41,38%). Embora isso condiga com as imposições do *treadmill* produtivista, também revela a motivação destes agricultores para alterar suas condições, para tentar criar os espaços de manobra necessários à construção de novas estratégias; o mesmo pode ser identificado em relação aos 17,24% que procurariam conciliar o trabalho na unidade familiar com alguma atividade não-agrícola fora desta.

* * *

Finalizando o capítulo é interessante retornar à hipótese que orientou sua construção, procurando referir para o que mais consistentemente pode-se afirmar das questões aqui discutidas. Neste sentido, talvez seja interessante recordar que ela faz referência à mercantilização como processo responsável por inserir os agricultores em um universo de relações sociais que redefine suas lógicas reprodutivas. Sustenta, ainda, o caráter parcial deste processo e a complexidade de fatores integrados ao desenvolvimento das práticas e discursos mobilizados pelos agricultores para conduzir suas unidades de produção e a vida social.

³⁸ Neste sentido, é revelador que, quando argüidos sobre o que precisaria acontecer para que houvesse uma melhoria na qualidade de vida de sua família, expressiva maioria dos agricultores se referiu a soluções essencialmente externas, relacionadas à produção agrícola: 51,72% aludiram à necessidade de melhoria e/ou estabilização dos preços dos produtos agropecuários, 15,52% à disponibilização de mais crédito ou melhoria das condições de financiamento e, 13,79% a outros tipos de incentivo à agricultura (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003).

De forma geral, esta assertiva pôde ser confirmada. Desde as mudanças nos elementos fundamentais do *cálculo* ou discurso prático que orienta os agricultores, às alterações na sociabilidade primária e representações sociais, passando pelas mudanças qualitativas e quantitativas da família, da terra e do trabalho, percebe-se a forma como a inserção no universo infinito dos mercados edifica a metamorfose dos agricultores familiares. Destacaram-se dinâmicas genéricas de profissionalização e individualização dos agricultores, bem como a crescente degradação de algumas redes de solidariedade vicinal fundadas na ajuda mútua e nas trocas não-mercantis, além das transformações nas relações comunitárias que se caracterizam, cada vez mais, pela importância assumida por atores e organizações externos à coletividade local. Do mesmo modo, evidenciaram-se as transformações de elementos inerentes à unidade familiar que são basilares à constituição dos diferentes estilos de agricultura, notadamente, terra, trabalho e família, onde, em oposição a qualquer percepção mais afoita, é ratificado que esta região revela uma agricultura familiar amplamente inserida nos mercados, mas que nem por isso deixou de ser essencialmente fundada sobre o trabalho e a propriedade familiares.

Não obstante, é mister reconhecer que em alguns momentos o escrutínio de toda heterogeneidade de agricultores e unidades de produção permaneceu em segundo plano *vis-à-vis* a tentativa de apreender as trajetórias mais comumente reconhecidas de algumas transformações. Destarte, o objetivo de evidenciar como a mercantilização e seus efeitos constituem-se em processos parciais, com características múltiplas e distintas, onde lógicas conflitivas se encontram e formatam novas e mais complexas lógicas, foi alcançado só parcialmente. Uma parte substancial desta discussão sobre heterogeneidade, nos termos em que foi aqui proposta, terá que permanecer como desafio para trabalhos posteriores. Outra parte, todavia, será incorporada ao próximo capítulo, o qual busca acercar-se mais diretamente dos estilos de agricultura a partir do vasto conjunto de estratégias reprodutivas desenvolvidas pelos agricultores familiares.

5 ESTRATÉGIAS REPRODUTIVAS E ESTILOS DE AGRICULTURA

Grau de dependência aos mercados e maior ou menor orientação ao padrão tecnológico prevalente, constituem duas dimensões recorrentes nas tentativas de tipologizar diferentes estilos de agricultura. Neste sentido, Ploeg (2003) define mercados e tecnologia como “espaços de manobra” onde os agricultores se movimentam por várias posições possíveis. Seguindo este critério de classificação é possível afirmar que dentre as unidades familiares pesquisadas, três grandes estilos de agricultura se apresentam. O primeiro é representado por um conjunto de agricultores altamente tecnicizados e inseridos nos mercados agrícolas. Signatários do projeto da modernização e especializados na produção de soja e trigo, reproduzem-se em função da relativa extensificação de escala. O segundo grupo, também associado ao projeto modernizador, em comparação com os demais revela a menor inserção nos mercados e tecnificação, mesmo assim, reproduz-se atrelado ao binômio soja-trigo por uma série de fatores econômicos e culturais. Para estas unidades familiares o espaço de manobra nos mercados é definitivamente limitado. O terceiro grupo, sem dúvida o mais complicado de classificar, refere-se a um amplo leque de agricultores que se encontram em níveis intermediários de mercantilização e tecnificação, e que vem desenvolvendo uma vasta gama de estratégias reprodutivas que vão de encontro aos princípios estruturantes da modernização.

Mas a natureza desta tipologia permite caracterizar de forma muito limitada o que é para ser um estilo de agricultura, um conjunto de noções estratégicas, valores, percepções e práticas dos agricultores. Consciente destas limitações, Ploeg (1994, 1993) esboça a construção de tipologias em uma perspectiva hermenêutica, cuja fundamentação situa-se nos discursos interpretativos e representacionais dos agricultores em relação a si mesmo e aos demais. Nesta perspectiva, tem procurado explorar processos comportamentais, associando as práticas agrícolas ao repertório de discursos mobilizados para justificá-las (WHATMORE, 1994).

Entretanto, conforme demonstrado ao final do segundo capítulo, a utilização de semelhantes esquemas classificatórios apresentam algumas inconveniências à apreensão da diversidade. Neste sentido, foi argumentada a opção deste estudo em focalizar mais diretamente as estratégias dos agricultores, justamente porque são destas respostas ao regime sócio-técnico predominante que emergem distintos estilos de agricultura. Assim, é

fundamental perceber que não há correspondência entre cada unidade familiar e uma única estratégia, da mesma forma que em relação aos estilos de agricultura, os quais também se sobrepõem. As estratégias se interconectam, podendo também cada unidade apresentar um conjunto variado delas. Por isso, ao longo do texto frequentemente se percebe que a divisão imposta para análise vai se esvaecendo na medida em que uma estratégia se conecta à outra para criar um conjunto articulado de práticas desenvolvidas pelos agricultores, estas assumindo o caráter de estilo de agricultura. Outrossim, da mesma forma que os agricultores migram de um estilo para outro, com o tempo o repertório de estratégias da unidade familiar vai sendo substituído por outro, a partir das modificações nas condições internas da família, do contexto social e do ambiente natural (VANCLAY *et al.*, 2006). Neste caso, o estudo é limitado por considerar apenas estratégias recentes, embora estas muitas vezes estejam reproduzindo práticas já existentes anteriormente.

A hipótese que orienta as discussões deste capítulo assume que a diversidade de estilos de agricultura e estratégias é resultado das transformações ocasionadas pela mercantilização nas relações sociais e sócio-técnicas que envolvem os agricultores e outros atores sociais. Destaca ainda o papel ativo que os agricultores possuem neste processo, às vezes opondo-se aos preceitos de uma inserção subordinada em mercados globalizados, às vezes promovendo sua própria inclusão em determinados mercados.

Sustenta-se que cada estilo de agricultura é resultado das estratégias dos atores envolvidos em sua construção. Ambos, estilos e estratégias resultam, por sua vez, de estruturas específicas das relações sociais produtivas e não-produtivas (PLOEG, 2003). Os fatores diretamente identificados à organização da unidade familiar de produção e à sociabilidade dos agricultores familiares, e mesmo às suas representações sociais, agem diversamente na constituição da diversidade.

Assim, as dimensões analisadas no capítulo anterior orientam as considerações vindouras. Porém, não será possível retomar em cada momento o conjunto de relações sociais imbricadas na constituição das estratégias, sequer aquelas apresentadas no quarto capítulo. Especialmente complicado será estabelecer associações diretas entre as estratégias e os universos de sociabilidades dos agricultores, uma vez que estes atuam de forma a condicionar a formulação daquelas, mas geralmente não apresentam uma relação específica com elas, pelo menos não da forma como são analisadas aqui. Por conseguinte, em cada tópico são explorados aqueles elementos que apresentam maior relevância à discussão ou, aqueles que evidenciam a partir dos dados de pesquisa conexões mais diretas com as estratégias, quais

sejam, fatores vinculados às relações do universo produtivo, até mesmo porque a maior parte das estratégias investigadas é de natureza produtiva.

5.1 AS ESTRATÉGIAS DOS AGRICULTORES FAMILIARES

As estratégias relacionam-se às mudanças nos processos de trabalho, investimentos de capital, ciclo produtivo, reprodução do grupo familiar, e mesmo ao universo de relações sociais prioritárias, criando alternativas que se refletem em aumento ou diminuição do grau de dependência aos mercados. Em uma via pode ser colocado em curso um processo de inserção no regime de produção predominante, sustentado pelo paradigma da modernização. É o que se definiu alhures como *forma empresarial* de agricultura. Neste caso, se acentua a especialização produtiva fundada em recursos externos, bem como a dependência às flutuações dos preços internacionais e os custos de produção e transação (5.1.1).

Em outra via, é possível partir para uma busca por autonomia, onde os agricultores procuram liberdade em relação às obrigações impostas pelos mercados, bancos, comerciantes e agroindústrias, para organizar sua propriedade e o processo de trabalho de acordo com suas próprias possibilidades e necessidades (PLOEG, 1990). É o que mais se aproxima de uma *forma camponesa* de agricultura. Neste sentido, se destacam estratégias de internalização de recursos produtivos e des-mercantilização (5.1.2) e a ampliação da produção para autoprovisionamento familiar (5.1.3). Similarmente, outra possibilidade associa afastamento aos mercados de insumos e tecnologias externas com inserção em circuitos diferenciados. É o caso de novas formas de integração aos mercados a partir da agroindustrialização na unidade familiar com venda direta ao consumidor (5.1.4) e da pluriatividade (5.1.5).

Ainda podem-se sublinhar como importantes alternativas no cenário atual, a crescente diversificação das fontes de renda (5.1.6) e outras estratégias de diversificação dos modos de vida, como o investimento em educação e a migração (5.1.7).

5.1.1 Reproduzindo o modelo da modernização: especialização produtiva e sojicização

Apenas 13,7% das unidades familiares de produção de Salvador das Missões não produziram soja no ano agrícola 2001-2002 (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003). De fato, a soja continua representando o principal sistema de cultivo da agricultura familiar local. Entretanto, não é possível homogeneizar todos os agricultores como monocultivadores de soja, o que pode perpassar ao senso comum quando se fala em uma das regiões brasileiras mais marcadas

pelo desenvolvimento desta *commodity*. Na realidade, em apenas seis dos 58 casos estudados, a proporção do valor arrecadado com a produção de soja ultrapassa 60% do produto bruto total auferido pela unidade de produção.

É inegável, todavia, que para muitos agricultores a especialização na soja tem se mostrado como a principal estratégia (re)produtiva, ainda que empreendida a partir de distintas perspectivas. Com o fito de observar esta heterogeneidade, serão apreciadas algumas características centrais das unidades onde a “sojicização” se apresenta mais evidente, assim consideradas aquelas onde o montante do rendimento bruto obtido com a produção de soja é responsável pela metade ou mais do produto bruto total de venda produzido no estabelecimento. Neste sentido, a Tabela 5.1 exhibe um retrato produtivo das nove unidades mais especializadas, onde esta proporção varia entre 54,55% e 96,47%.

O primeiro e mais impressionante resultado que pode ser cotejado dos dados é a significativa diversidade com que se apresentam os indicadores das variáveis selecionadas. De um lado, é possível perceber que algumas unidades (C, D), as quais dispõem de maiores áreas de terra, e montantes de capital relativamente elevados, apresentam maior produto bruto total, mas não tão expressiva dependência da produção de soja se comparadas às demais unidades. Todavia, são estabelecimentos altamente externalizados do ponto de vista do Consumo Intermediário, o que inclusive faz com que em um dos casos (C) as perdas na colheita, conciliadas aos custos elevados de produção, revelem a formação de renda agrícola negativa. Outrossim, nestes casos têm-se unidades de produção com maior profissionalização na gestão. O depoimento de um destes agricultores parece refletir esta situação e o desenvolvimento de uma forma empresarial de agricultura (PLOG, 2006) dependente de eficiência econômica e, portanto, da necessidade de “cortar gastos e custos”:

Porque eu não tenho agora com todo esse maquinário como mudar. Eu posso aos poucos incorporar outras coisas, mas não tem como eu dizer: amanhã eu já vou plantar isso. Tem que procurar *cortar gastos e custos*, porque eu estou estruturado neste setor há muitos anos (I 09).

São unidades externalizadas, capitalizadas, tecnificadas e especializadas que reafirmam o modelo da modernização, mas que conseguem manter níveis de produção e produtividade relativamente altos e, deste modo, podem reproduzir-se frente às imposições do mercado onde se inserem. Os ganhos em termos de eficiência técnica e escala de produção possibilitam sua reprodução e expansão. Contudo, são agricultores que atualmente encontram-se vulneráveis às oscilações de preços e instabilidades climáticas, o que tem feito deste tipo de

estratégia uma alternativa de alto risco, resultando, não raro, em endividamento crescente. No discurso dos agricultores, esta pode ser vista como uma estratégia dos “grandes”:

O grande sim, né. O que ele vai fazer? Não tem outro recurso, né. Pra um que de repente planta cem hectares, duzentos, tem que plantar soja (I 03).

O grande que produz bastante, nem que ele não lucre muito, mas se ele colhe cinco ou seis mil sacos de soja, nem que ele só ganhe um real por saco de lucro, mas ele tem cinco, seis mil reais (I 11).

De outro lado, estão casos que demonstram que este tipo de especialização não necessariamente é acompanhado de extensificação, seja em termos de área total ou superfície agrícola útil, tampouco de altos níveis de produção, renda agrícola, capital disponível ou consumo intermediário. Na Tabela 5.1 o estabelecimento I, por exemplo, possui o Produto Bruto Total de venda mais dependente da produção de soja (96,47%), contudo, revela baixos índices de área total, superfície agrícola útil e consumo intermediário. Outrossim, situa-se entre as unidades com os menores indicadores de quantidade colhida, renda agrícola, capital total e produto bruto total. Nesta situação encontra-se um conjunto de unidades estruturalmente incapazes de acumular capital, mas que permanecem dependentes do monocultivo da soja em virtude de necessidades econômicas de retorno financeiro imediato para garantir a sobrevivência do grupo familiar ou para o pagamento de dívidas acumuladas¹:

É que a natureza da soja, mesmo que ela renda pouco, ela é um investimento rápido. Quantos investimentos você tem por aí que rendem em quatro ou cinco meses. E, mais especificamente, não me referindo aos médios e grandes produtores, mas àquelas pequenas propriedades, onde talvez não seria lógico produzir soja pelo valor que proporciona, mas a soja ele investe e em quatro meses ele tem retorno e tem a certeza de vender, seja 60 quilos, seja a produção inteira, o comércio é garantido. [...] Então, isso faz com que muitos caminhem em sentido anti-horário, mas é o único que eles têm. Então eles ficam naquele soja e milho porque, bem ou mal, é o que mais rápido remunera (I 12).

Ou ainda, em virtude de um repertório cultural associado a um conjunto de percepções que ao longo do tempo foram consolidando este modo de produzir e que, sem uma ingerência ativa capaz de modificá-las, pode acarretar a simples reprodução das práticas sem questioná-las:

¹ Neste sentido também se revelam situações bastante específicas às características da agricultura familiar, como a questão da sucessão da terra: “Nós estávamos exclusivamente no leite e voltamos ao soja, mas não de forma integral. Nós adotamos um misto soja-leite, por causa da questão do pagamento de heranças. Uma parte desta propriedade ainda é herança e como ela é avaliada em produto (soja), se torna mais fácil plantar por causa da grande irregularidade do preço” (I 12).

Não adianta falar, parece que não tem jeito, querem ficar no soja e no milho. É interessante, o nosso município na região das Missões se destaca pela agricultura familiar forte, produtor que se dedica, né..., mas têm produtores aí no meio que não adianta, ele tem três hectares de terra e plantam soja e muitas vezes não planta quase nada pro consumo da família e não adianta, nós já falamos várias e várias vezes, e parece que quer ficar naquilo aí (I 10).

De todo modo, o fator determinante parece estar relacionado ao fato de que estes estabelecimentos são expressivamente dependentes dos mercados por conta da indisponibilidade de recursos (terra, capital, trabalho, redes de reciprocidade, etc.), o que faz com que possuam pouco “espaço de manobra” para alterar seus sistemas produtivos e diminuir sua dependência e vulnerabilidade (PLOEG, 1990). Além disso, são unidades que, apesar de apresentarem um consumo intermediário relativamente baixo, são caracterizadas pela terceirização da produção, decorrente da necessidade de serviços de maquinário para preparo da terra, plantio, colheita, etc.

Tabela 5.1 – Características gerais das unidades de produção relativamente especializadas na produção de soja em Salvador das Missões no ano agrícola 2001-2002.

Estabelecimento	PB soja / PB total venda	Área Total (ha)	SAU (ha)	Quantidade colhida de Soja (kg)	Renda Agrícola (R\$)	Capital Disponível Total (R\$)	Consumo Intermediário (R\$)	Produto Bruto Total (R\$)	UTH	
									A ¹	B ²
A	54,55	11,00	7,40	3.600	2.575,47	9.526,08	980,18	4.010,00	0,02	1,00
B	55,62	9,50	7,38	102.000	6.309,75	2.273,60	4.666,40	12.102,55	0,04	2,00
C	55,68	90,00	62,25	100.800	-166,69	123.765,00	45.005,55	75.647,05	0,53	2,58
D	60,18	46,00	43,00	40.800	17.987,05	52.504,95	16.620,10	41.889,60	0,01	2,00
E	81,33	12,00	11,55	16.800	7.744,66	5.236,00	4.088,79	11.833,45	0,00	0,76
F	81,45	32,00	29,41	39.000	13.144,79	28.699,27	12.174,75	28.341,90	0,20	4,67
G	84,57	27,00	24,05	24.000	1.104,45	55.071,74	8.889,26	17.237,70	0,02	1,38
H	86,02	17,50	15,05	9.600	8.139,57	2.736,63	1.312,84	9.886,23	0,00	1,75
I	96,47	9,00	7,00	4.080	4.978,94	8.260,04	483,19	6.091,84	0,00	2,38

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003).

¹ UTH contratada

² UTH agrícola familiar

Ainda em relação à tabela acima, é importante notar que a contratação de trabalho externo (UTH contratada) é relativamente importante nos estabelecimentos C e F, os quais, juntamente com o D, apresentam as maiores áreas, quantidades colhidas, capital disponível e produto bruto total. Corroborando discussão realizada no capítulo anterior, é possível perceber que a contratação não advém da indisponibilidade de mão-de-obra agrícola familiar, pelo contrário, são justamente estes estabelecimentos aqueles que apresentam os maiores coeficientes de UTH agrícola familiar.

Uma série de similaridades e diferenças pode ser pontuada entre estes dois grupos de agricultores especializados na produção de soja, contudo, seria arriscado realizar outras afirmações sem compreender mais a fundo o que Chayanov (1974) definiria como a morfologia de cada unidade de produção e, além disso, sua fisiologia, seu funcionamento dinâmico. Além do mais, acredita-se que este exercício analítico cumpriu os desafios aos quais se propôs: primeiramente, foi capaz de demonstrar a existência de dois estilos diferenciados de produtores de soja; secundariamente, mostrou-se útil analiticamente porque, se estes agricultores especializados no cultivo de soja são meramente comparados aos demais, dissolvem-se as diferenças que comportam entre si e, por conseguinte, encontra-se um comportamento absolutamente anacrônico dos dados, em função da heterogeneidade de ambos os grupos.

Como será visto à frente, após recorrentes perdas na lavoura de soja, a maioria dos agricultores tem optado por conciliar sua produção com outros cultivos ou atividades produtivas (tópico 5.1.6). Assim, a área destinada à lavoura de soja continua expressiva, afinal, mesmo apresentando rendimentos inferiores a outros sistemas de produção e riscos relativamente altos (sobretudo de frustrações de safra e queda de preços), é um sistema produtivo pouco exigente em termos de mão-de-obra, que expõe os agricultores a menor penosidade, de ciclo produtivo curto e, conseqüentemente, breve retorno financeiro.

5.1.2 Internalização de recursos, des-mercantilização e co-produção: a pecuária leiteira

Seguindo por caminho diferenciado daquele acima esboçado, várias unidades de produção têm conjugado estratégias de internalização de recursos e des-mercantilização. Trata-se do desenvolvimento de um “estilo de agricultura (mais) econômica” (*farming economically*) que visa diminuir custos monetários a partir da utilização de recursos reproduzidos internamente (PLOEG, 2006, 2006a, 2001).

De acordo com Ploeg (2006a), é possível constituir uma base de recursos relativamente autônoma, integrada e de múltiplo uso, que permite uma espécie de re-fundação ampliada da base de recursos da agricultura, e a re-introdução da natureza nos processos produtivos – co-produção –, cujo principal efeito é o distanciamento *vis-à-vis* os mercados de fatores de produção e insumos. Todos estes elementos integram-se à construção de uma *forma camponesa* de agricultura que permite aos agricultores evitar “[...] um alto grau de mercantilização, e a subsequente submissão da produção e do desenvolvimento à “lógica do mercado” e à rigidez do regime sócio-técnico prevalecente.” (PLOEG, 2006a, grifos no

original). No universo investigado, o exemplo mais generalizado de uma estratégia deste tipo é representado pelo crescimento da pecuária leiteira em resposta à recente crise da lavoura de soja.

Não obstante, é necessário reconhecer que existe uma expressiva pluralidade de sistemas de pecuária leiteira. Conforme demonstra Norder (2004, 2006), alguns agricultores podem optar por um modelo intensivo-exógeno com acentuado consumo de rações industriais e produtos farmacêuticos, além da preferência por raças mais produtivas – geralmente pelo gado holandês (*holstein*) –, visando aumento de produtividade e escala de produção. Nestes casos, reproduz-se a lógica produtivista e acentua-se a mercantilização e a externalização. De outro modo, os agricultores podem eleger a produção de leite como uma alternativa de redução de custos acompanhada de utilização de insumos reproduzidos na própria unidade.

Das 58 unidades familiares pesquisadas, apenas duas não possuíam vaca ordenhada no ano agrícola 2001-2002. No entanto, em apenas um estabelecimento foi verificado um efetivo superior a 30 vacas (no caso, 47 animais), o que, a priori, afasta deste estudo a preocupação de analisar a constituição de uma forma empresarial de pecuária leiteira produzindo em escala ampliada. Assim, o foco reside sob unidades que têm feito da produção de leite em pequena escala uma alternativa diferenciada de reprodução frente à conjuntura desfavorável da produção agrícola.

Similarmente ao identificado por Conterato (2004) no Alto Uruguai, muitos agricultores da região Missões têm substituído suas áreas de produção de soja por pastagens destinadas à alimentação bovina. Conforme foi possível verificar em Salvador das Missões, 55,2% das unidades pesquisadas mantinham áreas de pastagem plantada no ano agrícola 2001-2002 (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003). Algumas explicações para tal conversão podem ser aferidas a partir da Tabela 5.2. Subdividiram-se os estabelecimentos segundo a proporção que o produto bruto derivado do leite (em reais) representa sobre o montante do produto bruto total de venda (em reais) com a intenção de notar os efeitos produzidos pela maior ou menor especialização neste sistema de produção. No primeiro grupo estão 33 unidades de produção onde esta proporção revela-se abaixo de 50% e, no segundo, 23 unidades onde ela é igual ou superior a este índice.

Inicialmente, é possível perceber que aquelas unidades mais especializadas (Grupo 2) apresentam maiores níveis de produção e produtividade, bem como maior número médio de animais por estabelecimento. Não obstante, esta especialização não se reverte em extensificação em termos de área total e superfície agrícola útil, as quais são, em média, inferiores àquelas apresentadas no Grupo 1. Do mesmo modo, os gastos com insumos da

produção animal e o Consumo Intermediário total também se revelam inferiores no segundo grupo, o que demonstra que o desenvolvimento deste sistema de produção não tem sido acompanhado de um aumento da externalização das unidades de produção. Portanto, é possível aferir que, genericamente, o incremento da atividade leiteira, a qual tem revelado significativo aumento de produção, tem sido acompanhada de estratégias de intensificação do uso de recursos próprios.

Tabela 5.2 – Características específicas das unidades familiares de produção de Salvador das Missões segundo o nível de especialização na produção leiteira no ano agrícola 2001-2002.

	Grupo 1 Produto bruto proveniente do leite menor que 50% do PBT venda	Grupo 2 Produto bruto proveniente do leite igual ou maior a 50% do PBT venda
Número de estabelecimentos	33	23
Área total (ha)	22,55	19,46
Superfície agrícola útil (ha)	18,80	14,45
Efetivo de vacas	8,21	13,70
Quantidade produzida de leite (litros)	18.984,77	38.549,87
Quantidade vendida de leite (litros)	17.020,30	37.708,70
Quantidade de leite para consumo familiar (litros)	2.122,36	870,74
Produção média de leite (litros) por vaca ao ano	1.835,96	2.713,87
Gastos com insumos da produção animal (R\$)	2.467,49	2.355,54
Consumo intermediário total (R\$)	13.095,56	8.210,74
UTH contratada	0,11	0,09
UTH agrícola familiar	2,43	2,69

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003).

Tal como percebeu Ploeg (2006a), a quantidade e a qualidade do trabalho familiar são elementos fundamentais neste tipo de estratégia. Note-se que entre as unidades do Grupo 2 a contratação de empregados (UTH contratada) é menor e a disponibilidade de força de trabalho familiar (UTH agrícola familiar) superior, ou seja, este tipo de especialização está fundado no trabalho dos membros da família.

Constitui-se ainda uma articulação de elementos onde estão envolvidos aspectos como o empenho no trabalho e o conhecimento prático, o saber e a perícia dos agricultores, os quais conformam aquilo que outrora Ploeg (1990) chamou de artesanidade (*craftsmanship*). Daí resulta a importância do trabalho árduo onde “[...] tu não pode dizer que hoje é domingo e daí não vou tirar leite; cada dia a gente trabalha” (I 11). Trabalho que tem que ser familiar porque “[...] se tu não tem um da família já não funciona, porque a vaca tu tem que observar todo dia” (I 12).

Na medida em que os membros da família estão cotidianamente empenhados no trabalho, cria-se uma rotinização que, conforme evidenciou Giddens (1989), constitui elemento determinante à formação da consciência prática. Neste sentido, pode-se referir como a forma com que este trabalho se processa é fundamental à constituição de um conhecimento prático, o qual ensina que aos agricultores que “[...] uma vaca se faz pela boca” (I 20), ou, de que é necessário “[...] primeiro o pasto, depois a vaca” (I 12).²

Os agricultores recorrem as suas próprias pastagens com diversas variedades de capim, e ao trabalho familiar intensivo na alimentação, ordenha e manutenção das instalações. Alguns optam por animais de menor porte e produtividade que exigem menores gastos para alimentação e possuem maior resistência biológica. Além disso, muitos criam uma integração de sistemas produtivos visando, por exemplo, aproveitar os dejetos animais nas pastagens e lavouras. Alimenta-se, neste sentido, uma espécie de co-produção que restabelece a unidade entre as práticas agrícolas, a natureza e o conhecimento dos agricultores: “[...] se tu tem vaca leiteira e não tem porco, também não fecha, porque precisa passar esterco nas pastagens, e daí uma precisa da outra. Claro, muitos não têm e daí compram o esterco e pagam caro” (I 04). No mesmo sentido: “Porco e vaca é um casamento bem fechado por causa do esterco que dá pra levar pra lavoura; diminui muito os custos da lavoura” (I 20).

Também aqui a grande vantagem está na redução significativa da dependência em relação ao suprimento externo de insumos. Com efeito, este parece ser o principal motivo da reconversão da soja para o leite:

O sustento da máquina tá muito caro, então o soja não dá mais o lucro que sempre dava, enquanto que as vacas, ali a despesa é só comprar os ingredientes pra fazer uma ração, alguma coisa um pouco melhor, e sal mineral, o resto tem. Planta um pouco de milho ou tem a ração pra tratar no cocho e as pastagens e mais não precisa (I 01).

Como eu não tenho trator, tem que pegar um pra fazer o serviço, isso não dá lucro mais. Gasta e gasta e gasta e depois não tem retorno mais. Daí eu comecei com as vacas, daí eu faço pastagem. Isso dá serviço, o serviço é dobrado, mas ali sobra alguma coisa (I 08).

Na mesma medida em que permite um afastamento estratégico dos mercados de insumos, este tipo de criação é atrativo em função da menor probabilidade de colocar em risco a reprodução do grupo familiar em momentos que este se depara com ciclos ecológicos desfavoráveis, como é o caso das recorrentes secas referidas no segundo capítulo:

² A passagem faz referência ao fato de que muitos agricultores, não dispondo desta relação com o trabalho ou desconhecendo suas condições, além de impulsionados pelas facilidades de crédito, compraram animais sem usufruir das mínimas condições estruturais na propriedade para mantê-los e produzir leite.

É menos arriscado, porque o leite, na estiagem, dá uma queda no pasto, mas na hora que chove, em vinte, trinta dias tu já tem pasto de novo. Não precisa estar preparando solo, comprando semente, não tem tanto custo. É menos risco e o custo é menor, então tem pessoas já indo pra esta linha, tem bastante gente mudando a matriz produtiva da propriedade (I 10).³

Além do mais, maior autonomia também é verificada em relação aos gastos familiares com o consumo de alimentos. Neste sentido, a produção de leite possui uma contribuição estratégica à segurança alimentar, sendo ele e seus derivados amplamente utilizados para o autoconsumo familiar. Em função disto, quase todos os agricultores mantêm um número mínimo de animais necessários à satisfação das necessidades do grupo familiar. Desta maneira, a conversão da soja para o leite foi facilitada pelas condições infra-estruturais já existentes nas propriedades: “[...] desde 15 a 20 anos já, a gente sempre tinha um pouquinho, mas só pro gasto, mas nos últimos tempos o meu dinheiro que eu ganho é no leite, aí eu me defendo” (I 08).

Outra razão fundamental ao desenvolvimento deste sistema de produção está relacionada à garantia de uma receita mensal. O *squeeze* representado pelo aumento de custos mensais com energia elétrica, medicamentos animais e insumos, etc., criou a necessidade de entradas periódicas, o que é em grande parte possibilitado pela venda do leite:

O senhor vai continuar com a soja?

Nós tamo parando. Eu era mais para as vacas, né. A gente já tem roça com pasto. *Por que vacas?* Olha, isso é uma coisa igual o salário, a vaca, né. Hoje em dia o pessoal ele quer cada mês um dinheirinho e o leite dá cada mês um pouco (I 13).

Hoje, uma coisa que ainda dá dinheiro imediato, cada fim de mês, cada dia 15, são aquelas vaquinhas lá. Essas sim. Se eu trato elas hoje, dia 30 já me dão dinheiro. Não aquele dinheirão que eu posso comprar um avião, mas aquele dinheiro que você paga luz, rancho, água (I 09).

Uma questão que se apresenta da maior relevância a este estudo diz respeito à compreensão se esta conversão para a produção de leite se consolida como uma nova estratégia de desenvolvimento (SILVA NETO; BASSO, 2005), ou como alternativa pontual em um contexto conjuntural desfavorável da lavoura. Indagou-se aos agricultores o que fariam se, em uma situação hipotética, o preço da soja reagisse, alcançando valores próximos aos R\$ 50,00 pagos três anos antes, ao que se perceberam compreensões diversas quanto à

³ *Por que vocês passaram da soja para as vacas?* “Ah, o lucro, né. Dá mais retorno nas vacas. Quando começou a dar estas secas, então este milho que dá pouco grão eu aproveito bem pra dar pras vacas e pra silagem. As vacas me dão um retorno, mesmo que seja um pouquinho, mas ajuda. Por causa do alto custo da soja também né, que aumentou o custo e o preço diminuiu” (I 15).

forma como encaram a atividade leiteira. De um lado, estão aqueles para quem “[...] se a soja der um preço bom a gente vai deixar de tirar leite [...], porque tem que procurar o que dá lucro” (I 15). De outro, estão agricultores “mais ressabiados”, os quais consideram que “não dá pra arriscar tudo, tem que ficar com um pé atrás e ficar com o gado leiteiro também. Eu não voltaria totalmente para o soja, porque depois tu vendeu as vacas e até conseguir depois de novo se der uma seca de novo pro soja, aí fica feio” (I 07).⁴

Nesta pergunta, a princípio sem maiores intenções, foi possível perceber de forma mais evidente como se expressam diferentes estilos de agricultura, enquanto composição articulada de idéias e valores sobre a prática e a organização da unidade de produção e, portanto, sobre o desenvolvimento das estratégias. O retorno à produção de soja envolve, por um lado, fatores objetivos como a estrutura produtiva estabelecida, assim, “[...] quem comprou ordenhadeira e resfriador tem que ficar no leite porque senão é um dinheiro jogado fora” (I 11) e; por outro, relaciona-se a condições subjetivas associadas a múltiplos repertórios culturais que determinam concepções distintas dos agricultores sobre o que esperam da atividade agrícola e do modo de vida que desenvolveram. Veja o exemplo de uma agricultora que, quando indagada sobre os motivos que levariam sua família a permanecer na atividade leiteira, enaltece o gosto pelo trabalho:

Quem quer ficar na atividade de leite, tem que gostar. Quem acha que... ah, não posso sair domingo, ou me atrapalha para aquele programa que eu queria ir, aí não dá. Se tu vai num baile de noite, não tem, tem que levantar. Mas só por causa de uma diversão não querer... E dizer que tu fica amarrado, isso não existe. A gente não sabe o que é tirar férias.

De outro modo, é justamente a vontade de estar livre das penosidades e obrigações inerentes a este sistema de produção, que induz muitos agricultores a retornar às facilidades do monocultivo da soja: “A gente está preso de certa forma, a gente perde bastante liberdade tendo as vacas, *anos atrás as pessoas atavam as vacas, agora as vacas atam as pessoas*, porque perde liberdade, tem que estar todo tempo cuidando e trabalhando; e é pasto e tudo...” (I 22). São percepções diferenciadas sobre o trabalho agrícola e sobre o próprio modo de encarar a agricultura.

Finalmente, cabe fazer breve menção ao fato, já constatado no tópico 4.3.1, de que o desenvolvimento deste tipo de estratégia está reativando práticas de socialização dos

⁴ O mesmo foi referido na opinião de um extensionista rural local: “Eu acho que o pessoal não vai fazer esta loucura de novo. Está meio machucado. Acho que isto chamou a atenção do pessoal. Muita gente comentou, e próprio agricultor que vendeu as vacas, ele se arrependeu logo e as famílias na volta ficaram preocupadas: bah, como é que vai ser agora sem leite, e o soja não tem, qual é a renda que vai ter pra viver?” (I 10).

agricultores familiares como as trocas de trabalho, fundamentalmente em função da necessidade de mão-de-obra extra-familiar em atividades específicas como a produção de silagem e feno.

5.1.3 O autoconsumo: alimentando autonomia

No terceiro capítulo foram feitas referências à forma abrupta com que as transformações técnicas da agricultura pós década de 1970 promoveram a conversão de espaços até então reservados a múltiplas linhas de produção destinadas, fundamentalmente, para o consumo familiar, para o binômio soja-trigo voltado ao mercado de *commodities*. Demonstrou-se como os agricultores, incitados pela “necessidade de fazer dinheiro”, empreenderam uma reorientação da unidade produtiva para a produção de mercadorias: “[...] tiraram o pomar e a horta, o potreiro foi diminuído, ficaram com duas, três vacas, pra poder semear soja e trigo, e plantaram até na porta da casa” (I 01). Ao mesmo tempo foram reveladas as conseqüências desta “reconversão forçada”, expressas no crescente *squeeze* da agricultura e no aumento da vulnerabilidade dos agricultores que, gradativamente, viram o controle dos elementos básicos de sua reprodução econômica e social passarem às mãos de atores externos.⁵

Agora, é ocasião de explorar a recente retomada da produção destinada ao autoconsumo nas unidades familiares de Salvador das Missões, a qual é parcialmente revelada pela presença de horta e pomar em 93,1% e 91,4% dos estabelecimentos investigados, respectivamente (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003). Nestes, 75,9% afirmaram que a quantidade produzida na horta e, 69,8% em relação ao pomar, é suficiente para a demanda de consumo familiar. A retomada desta produção também pode ser verificada em vários depoimentos dos agricultores:

[...] rama de mandioca, quase ninguém mais plantava, agora tão começando de novo. Antes eles iam no mercado e pegavam, eles pensavam que não vale a pena fazer. Tá ali, é barato, é só ir buscar... Então agora eles estão começando de novo; as hortas também tão voltando e os chiqueiros, aqueles de madeira, esses reapareceram, tem um porquinho ali, outro lá, então a gente nota que eles estão começando ao menos pra subsistência (I 01).

⁵ No mesmo sentido, ver as considerações de Gazolla (2006) sobre a mercantilização do consumo de alimentos na agricultura familiar da região do Alto Uruguai, RS. Destacamos ainda o trabalho desenvolvido por Grisa (2007) em sua dissertação sobre a importância do autoconsumo para as unidades familiares de produção de quatro municípios gaúchos. Também tendo realizado pesquisa de campo junto conosco em Salvador das Missões, a discussão que apresenta em relação a este universo empírico traz outros elementos para compreender questões que aqui são apresentadas de modo relativamente superficial.

O pessoal nessa parte tão plantando mais pra comer. Já não caem mais tanto em mercado como era até um tempo atrás (I 17).

Olha, a gente tá notando que o pessoal tá plantando mais de novo. Muitos já não plantavam mais feijão e essas coisas, mas *tão voltando de novo mais pro sistema antigo*, de cada um fazer mesmo, né (I 07).

Este retorno “mais pro sistema antigo” revela-se inteiramente atual, mas não comporta exatamente a mesma lógica tradicional da agricultura colonial onde a produção de autoprovimento⁶ sobressaía frente àquela destinada à venda, o que se associava à reprodução de uma economia de excedentes. Atualmente, a lógica é “[...] plantar pra conseguir dinheiro pra sustento geral, mas deixar uma área pra plantar pra subsistência, mesmo que seja a menor parte” (I 01). Mas, por que exatamente os agricultores procuram novamente assegurar um espaço para “produzir pro gasto” da família? Uma das respostas está no fato de que, da mesma forma que a pecuária leiteira, o incremento da produção para o autoconsumo pode ser visto como uma estratégia associada ao desenvolvimento de uma forma camponesa de agricultura, cujas essências são a internalização de recursos, a maximização daqueles disponíveis na unidade familiar (notadamente o trabalho) e a co-produção associada à artesanidade do trabalho agrícola (PLOEG, 2006a).

A internalização de recursos dá-se por duas vias. A primeira refere-se às possibilidades propiciadas por este tipo de produção, geralmente executada em pequena escala, de utilizar insumos reproduzidos internamente à unidade familiar, no que Ploeg (1990) denomina uma “via de reprodução autônoma ou historicamente garantida”. A segunda, diz respeito ao fato do próprio alimento produzido constituir um recurso importante na reprodução da unidade familiar. Neste caso, trata-se de des-mercantilização do consumo de alimentos.⁷ Parcela importante da alimentação do grupo doméstico deixa de ser mobilizada nos mercados, para ser produzida no próprio estabelecimento, configurando uma estratégia de “economização” (LOVISOLO, 1989). Como aludiu um dos agricultores entrevistados: “[...] o colono nunca vai poder deixar de ser um poupador” (I 09). Com efeito, é justamente da necessidade de diminuir gastos, que a produção de autoconsumo emerge como alternativa atual para garantir estabilidade à reprodução familiar em face de contextos cada vez mais instáveis:

⁶ Em todo texto utilizado como sinônimo de autoconsumo.

⁷ “Mercantilização da produção” e “mercantilização do consumo” de alimentos envolvem domínios distintos, podendo ser operacionalizados a partir do montante da produção comercializada proporcionalmente àquela produzida e autoconsumida (no primeiro caso) ou, a partir da quantidade de alimentos comprados em comparação àquelas produzidos pela própria família (no segundo caso).

Tem que procurar equacionar as duas, né. Pra venda porque a propriedade precisa de dinheiro e pro consumo aquilo que eu popo, aquele dinheiro que eu não preciso gastar. Se eu tenho feijão não preciso comprar no mercado, se eu tenho leite, não preciso comprar no mercado. Isso é economizar, né. Isso é reter as coisas na sua propriedade (I 09).

Pra quem tem um lugarzinho que dê pra plantar um pouco, uma rama de mandioca, uma batata-doce e ter uma vaquinha, isso ali é uma grande coisa, daí eles não dependem só de comprar no dinheiro. Imagine como eu aqui... que tenho que comprar tudo, eu não planto nada, não tenho vaca, nada, né. Então já depende de comprar tudo à dinheiro. Mas quem pode, uma hectare já chega (I 02).

A maioria planta por aqui. Comprar no mercado? Isso aí não é futuro. Porque tem gente que de repente compra a mandioca já descascada, mas isso aí..., é sempre três pila. Por aqui a maioria tudo poupam. Tem que poupar (I 03).

É interessante notar que para o conjunto dos estabelecimentos pesquisados, a proporção do autoconsumo sobre a renda total anual das famílias corresponde, em média, a 16,73%. Na Tabela 5.3 pode-se perceber que, à medida que aumentam a renda agrícola e a renda total, eleva-se a produção para o consumo familiar (exceto no último estrato de renda agrícola). Logo, esta não pode ser tida como uma estratégia de unidades familiares decadentes ou atrasadas, mas uma alternativa presente em todas as faixas de renda, inclusive, evidenciando-se mais expressiva nos estratos superiores em termos de valor absoluto de produto bruto de autoconsumo.⁸ O mesmo comportamento pode ser percebido em relação à área total do estabelecimento.⁹

Em face destes resultados, pode parecer incoerente que alguns agricultores considerem este tipo de produção indispensável para os “pequenos”, incapazes de auferir renda suficiente para comprar todos os alimentos necessários à manutenção da família, enquanto que, para os “grandes”, trata-se de uma opção ou escolha de ter em casa o que seria possível (e recomendável segundo o agricultor abaixo referido) comprar no mercado:

Quem tem bastante lavoura, os grandes, esses não produzem isso mais. Pra eles eu acho que não vale à pena. Isso é melhor ir lá no supermercadão e

⁸ Produto Bruto de Autoconsumo refere-se ao somatório da quantidade de produtos vegetais autoconsumidos multiplicado pelo valor de venda destes alimentos e da quantidade de produtos animais autoconsumidos multiplicado pelo valor de venda destes alimentos. Não foram descontados os custos de produção e a depreciação

⁹ Todavia, é interessante notar que a produção para o autoconsumo não se relaciona diretamente ao tamanho da área da propriedade. Se, por um lado, escassez de terra pode revelar um fator limitante para a produção de autoconsumo, por outro, o aumento da área total pode não ter nenhuma expressão em relação à quantidade que é produzida para o consumo familiar, justamente porque esta tem um limite regulado pelas necessidades e possibilidades de consumo da família: “A gente tem tentado produzir o máximo que dá. Não grande quantidade, mas aquilo que a gente precisa” (I 12).

comprar. Mas pra nós aqui, nós pequenos, temos que plantar, o que podemos colher temos que plantar, porque comprar tudo não dá. Aí não tem dinheiro que chegue (I 08).

Tabela 5.3 – Produto Bruto Autoconsumo médio em reais (R\$) segundo estratos de residentes, UTH total, área total, capital disponível, renda agrícola e renda total nos estabelecimentos de Salvador das Missões.

	Produto Bruto de Autoconsumo (R\$)	
Estratos de pessoas residentes	menor ou igual a 2	3.057,82
	entre 3 e 5	3.536,45
	maior ou igual a 6	7.552,70
Estratos de UTH total	menor que 2	2.962,40
	2,01 – 4,00	3.395,88
	maior que 4,01	7.723,03
Estratos de área total (ha)	menor que 10,00	3.170,73
	10,01 – 25,00	3.746,96
	25,01 – 50	5.854,22
	maior que 50,01	6.834,76
Estratos de capital disponível (R\$)	menor que 5.000	3.048,37
	5.001 – 15.000	4.219,32
	15.001 – 25.000	6.125,04
	maior que 25.001	6.570,66
Estratos de renda agrícola (R\$)	menor que 5.000	2.444,86
	5.001 – 10.000	3.960,26
	10.001 – 15.000	6.368,45
	maior que 15.001	5.885,64
Estratos de renda total (R\$)	menor que 10.000	2.651,23
	10.001 – 20.000	3.727,29
	20.001 – 30.000	5.827,72
	maior que 30.001	7.060,29

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003).

Contudo, o fato é que, se os dados referentes ao autoconsumo forem desmembrados segundo diferentes faixas de renda total (Figura 5.1), percebe-se que no menor estrato de renda (até 10 mil reais) o autoconsumo corresponde a nada menos que 45,34% do montante da renda total familiar, constituindo uma estratégia fundamental à reprodução destas unidades. A participação vai decaindo conforme se passa de um estrato para outro. No estrato superior de renda total (acima de 30 mil reais), este valor cai para 10,66%, demonstrando o peso expressivamente menor do autoconsumo como componente indispensável dos rendimentos da família. Seguindo Ellis (2000), pode-se afirmar que no primeiro caso (“dos pequenos”) configura-se uma estratégia reativa advinda da necessidade frente à vulnerabilidade econômica das unidades familiares, enquanto no segundo caso (“dos grandes”) trata-se de

uma estratégia de escolha e adaptação que se expressa como processo voluntário de unidades mais estáveis pró-diversificação dos modos de vida.

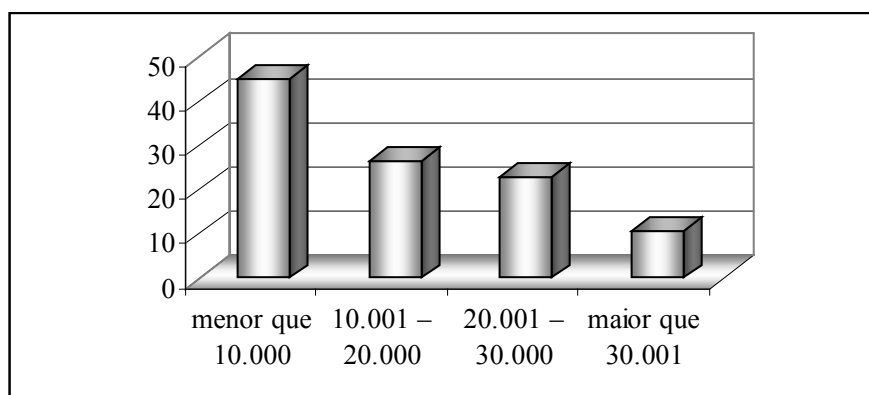


Figura 5.1 – Percentual do produto bruto de autoconsumo na renda total média segundo estratos de renda total nas unidades familiares de produção de Salvador das Missões (ano agrícola 2001/02).

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPEL; CNPq, 2003).

De acordo com Lovisolo (1989), outra forma de “economização” advém da possibilidade de aproveitar o tempo e a força de trabalho ociosos na unidade familiar para a produção de autoconsumo. Isto se associa, por exemplo, ao fato verificado na tabela anterior de que aquelas unidades mais capitalizadas (estratos de capital disponível) e, portanto, tecnificadas, apresentam valores mais elevados de Produto Bruto de Autoconsumo, precisamente porque a mecanização possibilita algum tempo livre para os cuidados requeridos pela horta, pomar, criações, etc. Outrossim, pelos indicadores desta tabela, pode-se argumentar que, quanto maior a proporção de consumidores (número de residentes) e trabalhadores (UTH total), mais expressiva tem sido a produção para o autoconsumo. Em termos de diferenciação intra-familiar do trabalho, é necessário perceber também que estas atividades geralmente são executadas pelas mulheres e, não raro, pelos idosos:

Isto tudo é com a minha irmã, nós fizemos mais o serviço da lavoura (I 11).

O que *eu consigo produzir eu produzo*. Eu produzo aqui a minha carne, a horta, feijão, arroz....Frutas então tem quase um hectare de pomar. Eu tenho ameixa, tem laranja, tem... o que vocês quiserem comer tem a vontade. Tem pêssego, tem ameixa, tem tanta coisa. *Só que a mulher tem muito pouco tempo, tá um pouco relaxada agora né* (I 09).

Outro motivo relevante ao incremento da produção de autoprovisionamento, diz respeito às questões relacionadas à forma diferenciada com que se realizam os processos produtivos. Mesmo sendo co-responsáveis pela vulgarização dos produtos químicos da

agricultura moderna, os agricultores têm consciência das conseqüências envolvidas nesta artificialização dos processos biológicos, sobretudo à saúde humana. Desta forma, sabem o que produzem e, principalmente, prezam por saber o que comem:

Eu acho mais bom plantar porque daí a gente sabe o que tem, não tem veneno nem nada, e se a gente compra, tudo tá com veneno (I 13).

Na produção pro gasto não se passa veneno, [...] faz tudo na mão, se tem fungo, em vez de passar veneno, tu pega mijo de vaca que não contamina a gente também... tem fumo, dá pra amassar em água, deixar de um dia para outro e depois passar; calda bordalesa até a gente fez um curso pra isto, super magro... (I 11).

Se a gente começa a fazer cálculo, ia ver que de vez em quando a gente paga mais caro pra produzir do que comprar. O custo de produzir quase empata com o que eu vou comprar pronto, só que tem a diferença que, se eu engordo um porco pra banha, por exemplo, eu sei que tô usando uma banha que..., por exemplo, no óleo de soja, se usa muito veneno pro soja, então usando a banha eu sei que tô usando uma coisa produzida em casa, que não tem aquilo. Então a gente prefere por causa disso. Sai caro igual, mas a gente produz pra ter coisa melhor em casa pra comer (I 15).

Além do mais, ao mesmo tempo em que alguns agricultores exaltam os transgênicos pela facilidade de “[...] só passar um secante e deu, não tem mais inço” (I 13), outros mantêm o autoconsumo justamente pela aversão a este tipo de alimento: “[...] a gente planta porque daí é coisa natural, e as coisas que vai comprar no mercado, muitas vezes é transgênico né; como os tomates e o feijão, é tudo transgênico” (I 12).

Apesar da diferenciação na quantidade produzida e na importância que a produção de autoconsumo assume em cada unidade familiar, há certa homogeneidade no que tange aos tipos de alimentos produzidos. Na Tabela 5.4 é manifesto que dentre as unidades familiares pesquisadas, expressivo percentual mantém diversas olerícolas e frutíferas para consumo familiar. Em relação às plantas de lavoura, a maior parte dos agricultores mantém áreas de mandioca (75,9%) e cana-de-açúcar (69,0%), sendo menos destacada a plantação de outros produtos típicos da agricultura colonial alemã como o feijão-preto (29,3%) e a batata (20,7%). Em termos de criação animal para consumo da carne, destaca-se a ocorrência de propriedades com “galinhas caipiras” (70,7%) e suínos (70,7%). Já entre os produtos derivados da criação animal, a maior expressividade é a do leite (87,9%).

Segundo demonstram os estudos de Heredia (1979) e Garcia Júnior (1989), a alternatividade entre venda e uso dos produtos característicos deste tipo de produção também é fator importante a sua manutenção e, principalmente, à substituição da soja (que retirou esta alternatividade) por outros cultivos: “[...] a mandioca sempre dá mais que a soja, porque eu

uso ela na produção de leite, eu transformo ela em leite, eu uso como ração animal, e depois vendo esse leite, e também posso vender a mandioca se quiser (I 09).

Tabela 5.4 - Principais produtos produzidos (em porcentagem de unidades familiares que produzem) para o consumo familiar em Salvador das Missões (ano agrícola 2001/02).

Olerícolas		Frutíferas		Plantas de lavoura		Criação animal		Produtos de origem animal	
Repolho	89,7	Laranjeira	91,4	Mandioca	75,9	Galinha caipira	70,7	Leite	87,9
Cebola	87,9	Bergamoteira	89,7	Cana	69,0	Suíno	70,7	Mel	51,7
Alface	84,5	Pessegueiro	82,8	Batata-doce	39,7	Terneiro	51,7	Ovos	34,5
Beterraba	82,8	Videira	63,8	Feijão	29,3	Frango	43,1		
Cenoura	82,8	Limoeiro	62,1	Batata	20,7	Vaca	39,7		

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003).

Uma constatação relacionada à produção de autoprovisionamento (e também à agroindustrialização que será discutida a seguir) diz respeito ao consumo de alimentos industrializados pelas famílias rurais, principalmente daqueles tradicionalmente produzidos pelos agricultores de origem alemã: bolos, cucas, bolachas, pães. Esta questão impactou o pesquisador durante a pesquisa de campo visto que durante as entrevistas frequentemente lhe foram oferecidos alimentos comprados nos supermercados da cidade. Inicialmente, isso foi considerado uma forma que os agricultores encontraram de agradar alguém que provinha do meio urbano, ao mesmo tempo não se sentindo diferenciados por não disporem deste tipo de alimento. Em parte, pode-se seguir sustentando esta hipótese, mas, ao que tudo indica, a esfera do consumo de alimentos também parece ter sido manifestamente mercantilizada. Conforme foi possível constatar com alguns informantes, o consumo de alimentos comprados nos supermercados tem sido crescente, sobretudo de doces e frutas, sem mencionar ainda a venda direta destes produtos nas casas dos agricultores: “os padeiros de Cerro Largo passavam nas comunidades e vendiam pão, cuca, massa..., e o pessoal começou a comprar bastante” (I 10).

Mais recentemente, a ação de extensionistas rurais tem procurado reverter esta situação a partir da introdução de antigas e novas práticas de industrialização caseira de alimentos, até mesmo como forma de resgatar alguns hábitos e valores que, tradicionalmente, caracterizaram a agricultura local:

E nós sentimos isto e discutimos com alguns da comunidade, até as lideranças do município, sentimos assim que isto era um absurdo né, as família deixando de lado aquela cultura, aquele conhecimento que eles tinham de fazer estas coisas caseiras e tão boas e comprando coisas da cidade, mandando o dinheiro embora, em vez de manter aquele hábito pra passar os filhos, netos e economizava, porque o pão comprado é bem mais caro, é tudo agregado, desde o frete pra levar. Aí nós fizemos cursos neste

sentido de ensinar novos tipos de pães, [...] e conseguimos fazer com que as famílias voltassem a fazer pão. Mas aí também aconteceu assim, um outro problema, elas não tinham onde fazer o pão mais, porque o forno de barro que elas tinham, tinham desmanchado, tinham demolido porque não precisavam mais. E daí nós também apresentamos um trabalho assim, de um forno, como era construído, a importância, mostramos uma pessoa fazendo pão, cuca e dizendo até da importância pra... do preço da energia, porque a energia é cara né, pra ti ter um forno elétrico, gastar energia elétrica ou combustível ou gás é caro e aí a lenha é uma coisa renovável, a madeira, o mato se tu planta e daí nós apresentamos, e daí aos poucos um ou outro começou a construir forno de barro de novo, começou a voltar, [...] e aí uns quantos construíram de novo aqueles forno, [...], pra fazer um pão, rosca, assar uma carne, uma costela e isto então começou a resgatar um pouco aquilo que eles estavam perdendo (I 10).

Ao fim e ao cabo, o que mais transpareceu em relação ao incremento da produção para autoconsumo é sua associação com a autonomia dos agricultores em relação ao controle dos processos (re)produtivos. Como referiu um dos entrevistados:

A pessoa que tem tudo na propriedade, se ela produz desde a carne, leite, banha, todo consumo daquela família, ela tem muito mais autonomia, porque ela sempre produz coisas para o comércio, ou leite, soja, milho, trigo, canola, girassol, sempre ele vai ter um ou outro produto que vai puxar pra venda dele, então se ele tiver para o consumo, ele vai ter muito mais autonomia, muito mais segurança (I 10).

Não obstante, além de autonomia, esta nova reconversão, agora orientada estrategicamente para a substituição ou, especialmente, para a complementaridade entre a soja, o milho e o leite e múltiplas linhas de produção para o autoprovisionamento, pode contribuir para outras transformações, algumas delas características do “sistema antigo”. É o caso, por exemplo, das relações de troca de alimentos entre vizinhos que, em alguma medida, também sofreram o impacto da diminuição dos produtos que tipicamente circulavam nestas redes de reciprocidade e que agora, ou mais à frente, podem ressurgir.

5.1.4 Agroindustrialização: novas formas de integração aos mercados e agregação de valor

Nos últimos anos, notadamente a partir da década de 90, tem havido um crescimento considerável na proporção de estabelecimentos que realizam algum tipo de transformação de produtos no próprio domicílio para venda.¹⁰ O desenvolvimento da chamada “agroindústria familiar rural” revela-se então outra estratégia recentemente explorada pelos agricultores familiares e de fundamental importância para o desenvolvimento rural.

¹⁰ “[...] nós temos hoje diversas agroindústrias de pequeno porte, são coisas que se desenvolveram no decorrer, principalmente de 1997 até o presente momento” (I 23).

Embora seja uma atividade herdada da tradição colonial de transformação dos alimentos, este tipo de agroindústria surge a partir de um conjunto de transformações transcorridas dos últimos dez ou 15 anos, principalmente nas redes de integração vertical entre agricultores e empresas agroindustriais e no cenário institucional da agricultura familiar, tendo em vista a dedicação de recursos do PRONAF para este tipo de empreendimento. No Rio Grande do Sul, dado o protagonismo da agricultura familiar em atividades como a produção de derivados de cana-de-açúcar, leite, carnes, vitivinicultura, etc., o censo agropecuário de 1995/96 estima em 215 milhões de reais o valor da chamada “indústria doméstica rural” (cerca de 4,2% do valor bruto da produção agropecuária estadual).

Em Salvador das Missões, além das condições propiciadas pelos incentivos governamentais em forma de crédito ou assistência técnica, a própria crise da produção agrícola, mormente da lavoura de soja, tem se tornado um impulso importante à agroindustrialização:

Nós temos um grupo que está produzindo uva pra mesa e um pouquinho de vinho. Se firmou por causa desta baixa do preço da soja, e, realmente, tem males que vem pra bem, parece que é um chamamento: olha, não vão se atracar pra este lado (da soja) porque vai dar problema! Hoje as agroindústrias de melado, a própria cana está aumentando bastante... Este ano foi produzido muita cana, o pessoal viu que com a estiagem a cana não morreu, a mandioca a mesma coisa, com a estiagem não morreu, este ano sobrou mandioca, o pessoal viu que o preço da mandioca era bom, não morreu da seca o ano passado, este ano plantaram mais e sobrou mandioca este ano, e assim é com o amendoim (I 10).

Não obstante, a questão que mais diretamente interessa a este estudo, diz respeito ao fato de que o incremento deste tipo de atividade está intimamente relacionado à crescente mercantilização dos espaços rurais (MARSDEN, 1995). Como demonstra Mior (2005, p. 274), este processo é marcado por uma “[...] transformação da atividade de valor de uso (conservação de alimentos processados para subsistência) em uma atividade com valor de troca (comercialização) [...]”, isto é, de uma atividade artesanal de produção de alimentos para autoconsumo familiar, passa-se a uma nova modalidade de atividade mercantil.

Neste sentido, Mior (2005, p. 191) faz questão de diferenciar a agroindústria familiar rural, a qual produz “[...] visando sobretudo a produção de valor de troca que se realiza na comercialização [...]”, do processamento de alimentos e matérias-primas que “[...] visa prioritariamente a produção de valor de uso que se realiza no autoconsumo”. Embora nesta distinção não haja qualquer preocupação relacionada ao que aqui é nomeado mercantilização, é imprescindível notar que este tipo caracterização perde efeito se for considerado

essencialmente o fato do produto passar ou não pelos mercados, isto é, conforme foi definido no início do segundo capítulo, a delimitação da mercadoria a partir do momento em que ela adentra aos circuitos de troca.

Neste caso, ao invés de considerar exclusivamente as experiências de agroindústrias familiares relativamente especializadas na produção de determinados produtos, como é o caso de algumas unidades produtoras de melado e rapadura, e das agroindústrias de polvilho¹¹ – ou seja, aquelas que efetivamente produzem visando a comercialização –, focalizam-se também aqueles estabelecimentos que só eventualmente comercializam produtos oriundos da transformação caseira e que, a princípio, não tiveram intenção inicial de produção para venda mas acabaram comercializando excedentes do consumo familiar, o que acontece com muitos produtores de banha e queijo, por exemplo.

Dentre os estabelecimentos pesquisados, 36,2% apresentaram algum tipo de transformação caseira comercializada no ano agrícola 2001-2002 (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003). Destaca-se a venda de banha (12,07%), *schmier* (8,62%), queijo (5,17%), melado (3,45%), massa (3,45%), vinho (1,72%) e rapadura (1,72%).

Conforme demonstra a Tabela 5.5, em todos os casos investigados os produtos oriundos da transformação caseira foram vendidos diretamente aos consumidores de porta em porta, diversamente do que ocorre com a produção vegetal e animal, ambas comercializadas predominantemente de outras formas, sobretudo nas cooperativas.

Tabela 5.5 – Local onde os agricultores de Salvador das Missões comercializaram a maior parte da produção vegetal, animal e da transformação caseira no ano agrícola 2001-2002.

Mercado	Produção vegetal		Produção animal		Transformação caseira	
	N	%	N	%	N	%
Venda direta para os consumidores - porta a porta	1	1,7	7	12,1	21	36,2
Venda para cooperativa	48	82,8	32	55,2	-	-
Venda para intermediário - atravessador	3	5,2	-	-	-	-
Venda para agroindústria e/ou empresa privada	2	3,4	11	19,0	-	-
Não vende	3	5,2	8	13,8	37	63,8
Não se aplica	1	1,7	-	-	-	-
Total	58	100	58	100	58	100

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003).

¹¹ Uma destas agroindústrias locais de polvilho processa 600 mil quilos de mandioca por ano, absorvendo a produção da unidade familiar e de outros estabelecimentos rurais locais. Conforme foi possível verificar *in loco*, o trabalho em todo processo de agroindustrialização é familiar com contratação temporária de mão-de-obra externa em alguns períodos. Outra agroindústria similar sediada no município e que também figura entre as maiores do Estado processa 400 mil quilos de mandioca ao ano.

Assim, além de agregar valor ao produto pela industrialização, este tipo de atividade possibilita um acréscimo de renda em virtude da forma diferenciada como ocorre sua venda. Tal como notou Mior (2005), diferentemente das multinacionais do ramo, as agroindústrias familiares articulam-se firmemente com os espaços locais mobilizando diversas redes de comercialização onde se destacam laços de parentesco, amizade e confiança. Estas funcionam reativando vínculos sociais e construindo mercados. Por conseguinte, ao invés de romper com relações de reciprocidade, a mercantilização pôde justamente se apoiar nelas e reativá-las (RADOMSKY, 2006).

Este caso é exemplar (se bem que não exclusivo neste estudo) para perceber uma questão teórica fundamental, relacionada à constituição das estruturas de mercado.¹² A formação destas “redes alternativas” de comercialização constitui um típico exemplo de construção social de mercados a partir de relações cooperativas entre atores locais e, na medida em que reflete uma estratégia deliberada de inserção mercantil dos próprios agricultores, demonstra como estes são capazes de, em determinadas situações, fazer da mercantilização uma alternativa conveniente à reprodução da unidade familiar.

Essa mudança na forma como encaram a inserção dos mercados acompanha uma mudança no repertório cultural dos agricultores familiares em relação às esferas do negócio e da comunidade. Ratificando considerações dos capítulos anteriores neste sentido, veja o que percebeu Mior (2005, p. 199) entre os agricultores familiares do oeste catarinense:

No passado não muito distante a tendência do agricultor para o comércio, brique era visto como um aspecto negativo para o bom exercício da profissão de agricultor, na medida em que prioriza a esfera da comercialização (do negócio) em detrimento da esfera da produção (trabalho). Considerando a comercialização condição *sine qua non* da realização da produção da agroindústria, a característica pessoal do brique está sendo revalorizada na região.

Do mesmo modo que a agroindustrialização incentivou um comportamento diferenciado em relação aos negócios, impulsionou a profissionalização dos agricultores, sobretudo daqueles mais especializados na atividade. Uma série de encontros técnicos, palestras, cursos e dias de campo vêm sendo realizados nos últimos anos com objetivo de impulsionar alternativas de diversificação relacionadas à transformação dos produtos e matérias-primas e a agregação de valor.

Finalmente, cabe destacar que além da profissionalização, a agroindustrialização promoveu significativas transformações nas relações familiares de trabalho:

¹² Cf. discussão dos tópicos 2.1.2 e 2.1.3.

O que chama atenção nas agroindústrias familiares é a forma de organização e a divisão de tarefas de acordo com a competência e satisfação de cada membro do grupo familiar no trabalho, nas diversas esferas da produção e transformação do alimento. A concretização de empreendimentos de agregação de valor junto à agricultura familiar passa pela mobilização de diferentes competências dos distintos membros da família ou famílias de agricultores envolvidos. O trabalho agrícola exige múltiplas habilidades do trabalhador, tal como a atividade de processamento e industrialização de alimentos também. E agora, para além da atividade produtiva, como a comercialização (MIOR, 2005, p. 211).

Tanto na fabricação dos alimentos quanto na sua comercialização, o trabalho da mulher e dos filhos não constitui simplesmente *ajuda* à atividade masculina. Frequentemente, estas “forças marginais” são as principais responsáveis por este tipo de trabalho: “[...] ali na agroindústria é mais a esposa e a minha cunhada, eu fico mais pra tirar a cana e moer” (I 11). Isto tem possibilitado a re-inserção feminina em atividades não-domésticas da propriedade rural, o que, em muitos casos, havia sido perdido em virtude da ampla mecanização do trabalho agrícola.

5.1.5 Pluriatividade: mercantilização diferencial

No segundo capítulo foram dedicadas algumas linhas à significação das diversas formas como a mercantilização deve ser considerada como um processo diferencial. Um dos sentidos faz referência à necessidade de avaliar os diferentes tipos de mercados onde se dá a inserção dos agricultores. De tal modo, a pluriatividade emerge como um fenômeno singular à compreensão de como a inserção nos mercados – neste caso, no mercado de trabalho agrícola ou não-agrícola – pode representar uma alternativa ativamente construída pelos próprios agricultores e, com efeitos que em nada se assemelham àqueles derivados da dependência criada a mercados de insumos e tecnologias agrícolas, ou seja, quando à mercantilização associam-se elevados níveis de externalização.¹³

O desenvolvimento de múltiplas ocupações pelas famílias dos agricultores¹⁴, o que passa a constituir o fenômeno da pluriatividade no meio rural, ergue-se como uma das estratégias de diversificação mais relevantes no universo investigado. A pluriatividade insurge de um conjunto de transformações estruturais propiciadas pela modernização da base técnica

¹³ Neste sentido, similarmente ao identificado acima em relação à agroindustrialização para venda.

¹⁴ Seguindo a perspectiva de Schneider (2006) vimos considerando a pluriatividade como uma estratégia referida à família e não ao indivíduo. Deste modo, é a família que será considerada pluriativa quando pelo menos um dos membros que a integra combinar atividades agrícolas, para-agrícolas e não-agrícolas.

da agricultura. Ainda que o caráter multi-ocupacional das formas familiares de produção possa ser referido aos tempos pretéritos da constituição da agricultura colonial¹⁵, alude-se para um fenômeno historicamente diferenciado, que emerge junto à crescente mercantilização das unidades produtivas. Segundo Schneider (2006), este fenômeno se associa, fundamentalmente, à disponibilização da mão-de-obra familiar causada pela intensa mecanização dos processos produtivos e à terceirização daí decorrente, além da necessidade de rendas complementares em função da queda das rendas agrícolas relacionada à deterioração dos preços das *commodities* agrícolas e do aumento dos custos de produção. Todavia, o autor faz menção também aos incentivos propiciados pelas políticas de apoio à diversificação, às mudanças no mercado de trabalho não-agrícola em virtude de um recente processo de descentralização industrial e, ao próprio reconhecimento da agricultura familiar no meio rural.

É justamente neste contexto de modernização que se consolidaram tipos específicos de pluriatividade em Salvador das Missões.¹⁶ Na Figura 5.1 estão evidenciados os setores onde os agricultores desenvolvem atividades que caracterizam este fenômeno. Maior destaque pode ser dado à terceirização de serviços agrícolas que se relaciona ao desenvolvimento do que Schneider (2006) denomina “pluriatividade de base agrária”, ou seja, situações onde se combinam atividades agrícolas dentro e fora da unidade de produção.¹⁷ A ampliação deste tipo de ocupação está relacionada ao que Muller (1991) define como o desenvolvimento de “uma agricultura de serviços”, a qual está coadunada à trajetória da agricultura regional que propiciou a constituição de um amplo mercado de serviços terceirizados, geralmente associado a precarização e informalidade das relações de trabalho.

A dinâmica econômica regional não promoveu significativo desenvolvimento dos setores industrial, comercial e de serviços urbanos, o que freou o crescimento da pluriatividade intersetorial. Mesmo assim, parte significativa das ocupações tem se dado neste sentido: serviço público (11,3%), emprego na indústria (11,3%), serviços pessoais – carpinteiros, pintores, construtores, etc. – (9,4%), comércio (7,5%), transporte (5,7) e construção civil (1,9%).

Além disso, é necessário notar o desenvolvimento da pluriatividade pára-agrícola, assim considerada aquela relacionada à “[...] transformação, beneficiamento e/ou

¹⁵ Ver Seyferth (1974), Roche (1969), Schneider (2004), entre outros.

¹⁶ Muito embora, diferentemente de Carneiro (2006), não consideramos que o termo pluriatividade deva ser utilizado somente nestes contextos de modernização.

¹⁷ O autor diferencia cinco distintos “tipos” de pluriatividade: a) intersetorial; b) de base agrária; c) sazonal ou informal; d) pára-agrícola; e) tradicional ou camponesa (SCHNEIDER, 2006).

processamento de produção agrícola (*in natura* ou de derivados) obtida dentro de um estabelecimento ou adquirida em parte ou na totalidade de fora deste destinada à comercialização.” (SCHNEIDER, 2006, p. 9). Destaca-se, neste sentido, a proporção de agricultores envolvidos com a transformação caseira para venda (15,1%), já analisada acima.

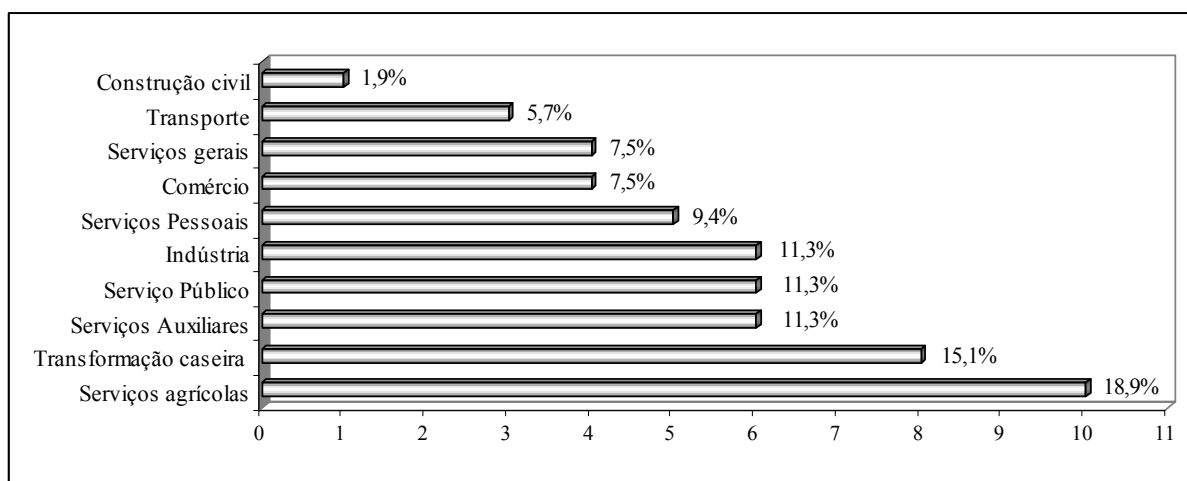


Figura 5.2 – Tipo de atividade profissional de trabalhadores rurais pluriativos em Salvador das Missões (2001/02).

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003).

Não obstante, se, por um lado, o desenvolvimento da pluriatividade está condicionado por determinantes de natureza estrutural, por outro, é imprescindível reconhecer que se trata de uma estratégia associada às características intrínsecas da unidade familiar. Em face disto, é fundamental discorrer sobre como alguns destes fatores internos afetam sua constituição. Para tanto, dividem-se os estabelecimentos pesquisados entre “exclusivamente agrícolas” e “pluriativos” conforme o quadro abaixo:

Quadro 5.1 – Descrição dos tipos de famílias segundo a condição de atividade

FAMÍLIAS EXCLUSIVAMENTE AGRÍCOLAS	Dedicam-se ao trabalho agrícola no interior da UP, comercializando apenas produtos agropecuários <i>in natura</i> .
FAMÍLIAS PLURIATIVAS	Compreende situações em que (a) há combinação de atividades agrícolas dentro e fora da UP; (b) há combinação de atividade agrícola dentro da UP com atividade estranha ao setor agrícola no âmbito da indústria, comércio e/ou serviços.

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003).

Um primeiro marco concernente à discussão proposta diz respeito à propriedade da terra. Na Tabela 5.6 percebe-se que os estabelecimentos pluriativos apresentam média de área total e superfície agrícola útil inferiores àquela presente nos exclusivamente agrícolas,

revelando-se esta diferença em cerca de oito hectares em ambas as variáveis. É razoável argumentar que a busca por atividades não-agrícolas ou agrícolas fora da unidade familiar pode estar vinculada à escassez de terra; contudo, o fato de algumas unidades pluriativas apresentarem superfícies agrícolas úteis máximas superiores a 52 hectares, oferece evidências de que este fenômeno não está necessariamente relacionado a explorações decadentes ou incapazes de apresentarem alto grau de integração aos mercados.

Tabela 5.6 – Área total média e superfície agrícola útil (SAU) das unidades familiares de Salvador das Missões segundo o tipo de estabelecimento (ano agrícola 2001/02).

Tipo de estabelecimento	Nº estab.	Área Total (ha)			SAU (ha)		
		Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo	Média
Exclusivamente agrícola	31	7,50	90,00	24,12	7,15	62,25	19,94
Pluriativo	27	0,45	54,00	16,81	0,29	52,70	12,66

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003).

No que tange ao número de residentes nos estabelecimentos (Tabela 5.7), é perceptível que, em ambos os casos, há concentração na faixa entre 3 e 8 residentes. O que pode ser sublinhado é a diferença significativa nos estabelecimentos com até dois residentes, onde há apenas o casal, e acima de nove. Enquanto no primeiro caso a presença de unidades pluriativas é expressivamente menor, no segundo, é exclusiva.

Tabela 5.7 – Distribuição dos estabelecimentos agrícolas e pluriativos de Salvador das Missões segundo o número de residentes (ano agrícola 2001/02).

Tipo de estabelecimento	Nº Estab.	Número de residentes			
		Até 2	3 a 4	5 a 8	9 a 14
Exclusivamente agrícola	31	7	13	11	0
Pluriativo	27	2	14	8	3
Total	58	9	27	19	3

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003).

Na Tabela 5.8 percebe-se que a disponibilidade de trabalho familiar (UTH familiar total) é superior nos estabelecimentos pluriativos (3,43) *vis-à-vis* aqueles exclusivamente agrícolas (2,56). Este tem sido referido como um dos principais fatores de estímulo à busca de outras fontes de trabalho e renda, configurando, assim, um impulso ao incremento da pluriatividade nas unidades familiares (ANJOS *et. al.*, 2004).

Os dados da pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) demonstram ainda que a contratação de trabalho externo é prática corrente entre 83,9% das famílias que se dedicam exclusivamente à agricultura e entre 74,1% dos estabelecimentos pluriativos. Se, por um lado, a Tabela 5.8 demonstra ser mínima a diferença entre pluriativos e exclusivamente agrícolas no

que tange à força de trabalho contratada para atividades agrícolas em termos de UTH's, por outro, é possível perceber que é exatamente em um estabelecimento pluriativo que se encontra a maior quantidade de trabalho contratado (1,33 UTH). Deste modo, corrobora-se a possibilidade da pluriatividade conciliar-se ao desenvolvimento agrícola e, gerando empregos, porquanto a contratação se revela uma característica também entre os pluriativos.

Tabela 5.8 – Unidades trabalho homem (UTH) familiar total e contratada segundo o tipo de estabelecimento em Salvador das Missões (ano agrícola 2001/02).

Tipo de estabelecimento	Nº estab.	UTH familiar total (agrícola + não-agrícola)			UTH contratada (agrícola)		
		Mínimo	Máximo	Média	Mínimo	Máximo	Média
Exclusivamente agrícola	31	0,76	4,83	2,56	0,00	1,00	0,104
Pluriativo	27	1,51	9,76	3,43	0,00	1,33	0,098

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003).

Da mesma forma, é importante salientar que em 81,5% dos estabelecimentos pluriativos os membros que trabalham em atividades não-agrícolas fornecem algum tipo de ajuda nas atividades agrícolas da propriedade. Em termos de frequência, esta ajuda pode ser regular (51,9%), ocasional (11,1%), quando sobra algum tempo livre (14,8%), ou quando há demanda específica no trabalho agrícola (14,8%), por exemplo, em períodos de colheita e plantio (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003).

Chama atenção ainda o nível de escolaridade das pessoas que exercem atividades fora da unidade de produção. Similarmente ao evidenciado por Schneider e colaboradores (2006), os dados da Tabela 5.9 permitem mencionar o maior grau de instrução dos indivíduos que exercem atividades fora da unidade de produção.

Tabela 5.9 – Proporção de indivíduos segundo o local de trabalho e o grau de escolaridade no meio rural de Salvador das Missões.

Estratos de escolaridade	Trabalha somente na unidade de produção (% de indivíduos)	Trabalha em tempo parcial fora da UP (% de indivíduos)	Trabalha em tempo integral fora da UP (% de indivíduos)
analfabeto	0,70	2,70	-
apenas lê e escreve	1,41	-	-
1 a 4 incompleto	-	2,70	-
1 a 4 completo	38,03	35,14	-
5 a 8 incompleto	23,94	16,22	-
5 a 8 completo	14,79	10,81	25,00
segundo grau incompleto	11,27	13,51	16,67
segundo grau completo	7,04	13,51	16,67
superior incompleto	1,41	-	33,33
superior completo	1,41	5,41	8,33

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003).

No primeiro grupo, referente a quem desenvolve somente atividades no estabelecimento, é possível perceber a diminuta proporção de pessoas nos estratos mais elevados de escolaridade (segundo grau completo ou mais). De outro modo, esta concentração se eleva um pouco entre aqueles que mantêm atividade em tempo parcial fora da unidade de produção e, há um acréscimo significativo dentre aqueles que trabalham integralmente em outros lugares, sendo que, neste caso, não se encontram pessoas com escolaridade inferior à 5ª série do ensino fundamental.

Também seria possível acenar para diferenças relativas à idade e ao sexo dos indivíduos (TEDESCO, 1999), ao nível de capitalização dos agricultores (ANJOS *et al.*, 2004) e aos diferentes sistemas de produção do estabelecimento. A análise destas questões são, todavia, demanda para trabalhos futuros. Por hora, bastam aquelas dimensões até aqui referidas, mesmo que superficialmente. Isso porque dentro dos limites deste estudo, é relevante dedicar o restante desta seção para analisar o potencial da pluriatividade frente às necessidades de reprodução social das unidades familiares, ou seja, como estratégia empreendida pelos agricultores para sobreviver.

Kinsela e colaboradores (2000) apresentam a pluriatividade como uma estratégia familiar de reprodução social e diversificação dos modos de vida rural. Diversificação, neste caso, pode ser compreendida pelo sentido originalmente atribuído por Ellis (1998, p. 4), qual seja, a construção de “[...] um *portfolio* diverso de atividades que fornece o suporte social potencial em seu esforço para sobreviver e para melhorar seu padrão de vida.” Nestes termos, a pluriatividade constitui uma estratégia que permite à família e aos indivíduos acessar “ativos” – notadamente renda – que lhes conferem maior autonomia frente ao ambiente econômico instável e, principalmente, maior margem de manobra em face de crises e choques externos (ELLIS, 2000).

Na Tabela 5.10 pode-se perceber que a substancial diferença entre pluriativos e exclusivamente agrícolas em termos de renda agrícola¹⁸ (R\$ 7.389,20 e R\$ 14.924,60, respectivamente), se desfaz quando apreciada em relação à renda total (R\$ 18.142,70 e R\$ 18.400,50, respectivamente). Diante disto, não restam dúvidas sobre a relevância que a pluriatividade possuiu para a reprodução econômica das unidades familiares de produção.

¹⁸ Ver definição de “renda agrícola” e outros tipos de renda na próxima seção.

Tabela 5.10 – Renda Agrícola Anual (R\$) e Renda Total Anual (R\$) segundo o tipo de estabelecimento em Salvador das Missões (ano agrícola 2001/02).

Tipo de estabelecimento	Nº estab.	Renda Agrícola em R\$			Renda Total em R\$		
		Mínima	Máxima	Média	Mínima	Máxima	Média
Exclusivamente agrícola	31	146,7	137.171,8	14.924,6	2.988,8	142.025,2	18.400,5
Pluriativo	27	-2.127,2	28.736,5	7.389,2	-727,2	70.788,3	18.142,7

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003).

Com efeito, 71% dos estabelecimentos pluriativos referiram a necessidade de aumentar a renda familiar como principal motivo à busca por outras ocupações.¹⁹ Em 74,7% das unidades pluriativas o dinheiro proveniente destas rendas foi efetivamente utilizado nas despesas familiares, sendo que, em 38,1% dos estabelecimentos, a maior parte do recurso foi utilizada na alimentação da família; em 23,8%, para despesas pessoais de todo tipo (vestuário, remédios, etc.); em 19,0%, para investimentos produtivos e; em 19,0%, empregado tanto para investimentos na propriedade como para aumentar o conforto doméstico (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003).

Uma parte nós investimos na casa, primeiro é na casa, depois compramos um carro, melhoramos de carro, daí eu fui cursar a faculdade e, também foi parte disso. Agora, nós compramos o caminhão que o dinheiro está indo aí. Mas, é uma coisa que dá retorno. *E na produção agrícola?* Um pouco sempre vai também, mas pra nós aqui é mais para a subsistência, é para nós mesmos (Entrevistado na Pesquisa AFDLP) (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003).

Em síntese, a pluriatividade pode ser relacionada a uma série de fatores externos e internos à unidade familiar de produção. Os dados aqui apresentados permitem estabelecer associações com a quantidade de terra disponível, com o número de membros na família, com a quantidade de trabalho disponível e com o grau de instrução. Esta seguramente não é uma visão global das causas do fenômeno. Outrossim, evidenciou-se que a pluriatividade ergue-se como uma importante estratégia de reprodução, o que, neste caso, é demonstrado pela elevação da renda familiar.

Finalmente, é necessário ratificar que a pluriatividade não implica, tal qual outras estratégias já analisadas, afastamento dos mercados. Pelo contrário, trata-se de uma espécie de mercantilização que acontece associada a um novo estágio de integração, o qual se dá pela via do mercado de trabalho (SCHNEIDER, 2006). Também não está associada ao aumento da externalização das unidades de produção. Deste modo, seus efeitos não repercutem em perda

¹⁹ As outras razões foram: a “precariedade das condições da agricultura” (9%), a qual de certa forma também se relaciona à renda; o “gosto pela atividade” (15%), e “outros motivos diversos” (5%).

de autonomia, corroborando assim a impossibilidade de conclusões à priori em relação à crescente mercantilização do meio rural (MARSDEN, 1995).

5.1.6 Diversificação das fontes de renda

Conforme foi possível perceber ao longo do último tópico, o caráter multiforme da mercantilização dos espaços rurais se expressa, por exemplo, na inserção dos agricultores familiares em múltiplas ocupações agrícolas e não-agrícolas, a qual tem incrementado uma dinâmica de diversificação das fontes de renda. Porém, não é exclusivamente o fenômeno da pluriatividade que se associa à multiplicação dos rendimentos auferidos pelas unidades familiares, mas um leque cada vez mais amplo de estratégias reprodutivas.

Em alguma medida, todas as estratégias até aqui referidas apresentam interfaces com a construção de alternativas de diversificação das fontes de renda. Esta é uma das conclusões que podem ser depreendidas da tese desenvolvida por Perondi (2007) junto aos agricultores familiares do oeste do Estado do Paraná. Também inserido no âmbito das pesquisas do GEPAD, seu trabalho tem dialogado fundamentalmente com a perspectiva de diversificação dos modos de vida rural proposta por Ellis (2000, 1998), revelando como esta articula um interessante *framework* conceitual para analisar o desenvolvimento rural em uma perspectiva também orientada aos atores.

Complementarmente a sua discussão principal sobre modos de vida, Perondi (2006) procurou uma conexão inicial entre esta abordagem e o conceito de estilos de agricultura desenvolvido por Ploeg. Segundo ele, enquanto Ellis (2000) visa explicar a utilidade e a função da diversidade, as capacidades que os atores possuem para diversificar seus ativos e, os efeitos socioeconômicos deste processo, Ploeg (2003) analisa porque a diversidade constitui uma característica atual em contextos de acentuada mercantilização como, aliás, são os casos estudados por Perondi (2007) e por esta dissertação.

Não obstante, haja vista os limites deste estudo em empreender um diálogo mais elaborado neste sentido, a discussão que segue detém-se a apresentar os principais elementos relacionados à tentativa, conscientemente empreendida por muitos agricultores familiares de Salvador das Missões, de estabelecer múltiplas fontes de ingresso econômico. Para tanto, o conjunto de rendimentos auferidos pela família é subdividido em cinco tipos: a) *Renda agrícola*: proveniente das atividades agropecuárias realizadas dentro da unidade de produção; b) *Renda não-agrícola*: oriunda de atividades não-agrícolas, podendo ser auferidas fora ou dentro da unidade de produção, na condição de empregado, empregador ou conta-própria; c)

Outras rendas do trabalho: obtidas necessariamente fora da unidade de produção e de atividades inerentes ao setor agropecuário; d) *Rendas de outras fontes*: aluguéis, juros, aplicações, arrendamentos, doações, etc. e; e) *Rendas de transferências sociais*: aposentadorias, pensões, programas assistenciais, etc.

Um primeiro resultado de pesquisa a ser destacado, diz respeito ao peso relativo (em termos de ingresso monetário global) de cada uma destas rendas no meio rural de Salvador das Missões. Os dados apresentados na Figura 5.3 demonstram que as rendas provenientes das atividades agrícolas mantêm-se como a principal fonte de rendimentos entre os agricultores investigados (64% do montante de recursos obtidos pelas unidades de produção). Já a segunda fonte de renda é aquela vinculada às ocupações em atividades não-agrícolas (17%), corroborando as considerações anteriores sobre a importância da pluriatividade. Em proporção quase similar à anterior, as rendas oriundas de aposentadorias e pensões também demonstram injetar um significativo montante de recursos no meio rural (16%). De outro modo, *outras rendas do trabalho* e *rendas de outras fontes* possuem peso relativamente pequeno, representando 2% e 1%, respectivamente.

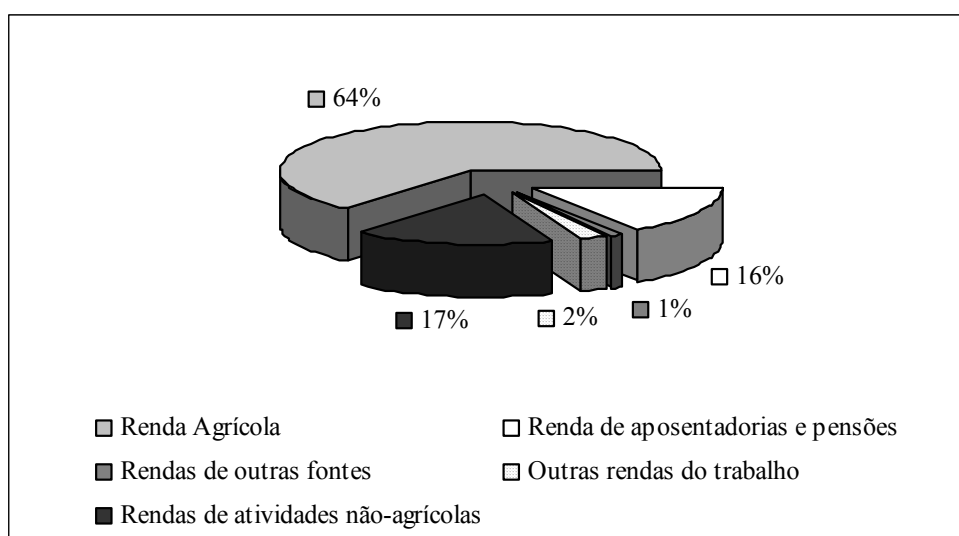


Figura 5.3 – Proporção média representada por cada tipo de renda em termos de valor anual entre o conjunto de unidades familiares de produção do município de Salvador das Missões (ano agrícola 2001/02).

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003).

A figura acima fornece uma leitura genérica do universo de agricultores investigados, sem fazer qualquer diferenciação entre as unidades familiares. Para compreender um pouco da heterogeneidade destas, podem-se apreciar as informações fornecidas pela Tabela 5.11, onde é contabilizado o percentual de estabelecimentos rurais segundo o tipo e o número de rendimentos obtidos pelo conjunto de indivíduos. A segunda coluna demonstra quantos

estabelecimentos comercializaram produtos vegetais. Neste caso, cada cultivo (soja, milho, trigo, etc.) refere-se a uma fonte de renda. Note que, apenas 6,9% das unidades de produção não comercializaram sequer um único tipo de produto vegetal e, somente 18,97% venderam três ou mais produtos. Deste modo, no caso da produção vegetal destinada à venda, percebe-se o predomínio da especialização produtiva em um (41,38%) ou dois (32,76%) cultivos. A situação altera-se quando são focalizados os dados referentes à produção animal, em que a metade dos estabelecimentos possui uma pauta relativamente diversificada de produção para venda, com três ou mais produtos.

Já no que tange às atividades não-agrícolas, a discussão do tópico anterior já havia demonstrado que 31 (53,45%) unidades exclusivamente agrícolas não auferem rendimentos deste tipo. O que não havia sido notado até então é que, no caso das 27 unidades pluriativas, algumas comportam mais de um membro com ocupações não-agrícolas, sendo que em 6,9% delas existem duas fontes de renda e, em 10,34%, três ou mais.

Outras rendas do trabalho são auferidas por 18,9% dos estabelecimentos investigados, os quais comportam um (15,52%), dois (1,72%) ou três (1,72%) rendimentos deste tipo. A participação de *outras fontes de renda* é a menor no universo em questão, representando uma opção para cerca de 15% dos estabelecimentos.

De outro modo, as transferências sociais (aposentadorias e pensões), que já haviam revelado na figura acima um peso significativo em termos de montante de recursos, aparecem novamente aqui como fontes importantes, incidindo sobre 62% dos estabelecimentos, sendo que, em 36,21% dos estabelecimentos rurais investigados existem dois benefícios deste tipo.

Tabela 5.11 – Percentual de unidades familiares de produção de Salvador das Missões segundo o tipo e o número de fontes de renda (ano agrícola 200/02).

Fontes de renda	Número de entradas monetárias diferentes				Total
	Nenhuma	Uma	Duas	Três ou +	
Produtos vegetais comercializados	6,90	41,38	32,76	18,97	100,00
Produtos animais comercializados	10,34	15,52	24,14	50,00	100,00
Atividades não-agrícolas	53,45	29,31	6,90	10,34	100,00
Outras rendas do trabalho	81,03	15,52	1,72	1,72	100,00
Outras fontes de renda	84,48	10,34	5,17	0,00	100,00
Transferências sociais	37,93	25,86	36,21	0,00	100,00

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003).

Dada sua relevância no universo em questão, antes de continuar a discussão sobre diversificação, cabe abrir um parêntese para tecer alguns comentários pontuais em relação às rendas de transferências sociais, até mesmo porque elas não serão contempladas de modo específico em qualquer seção da dissertação, diferentemente, portanto, das rendas

provenientes de atividades não-agrícolas e da comercialização da produção vegetal e animal, as quais foram, mesmo que superficialmente, abordadas em outros momentos junto à apresentação de outras estratégias.

Somente a constatação de que seis em cada dez unidades familiares possuem pelo menos um aposentado ou pensionista já é capaz de sustentar a proeminência deste tipo de benefício social entre os agricultores investigados. Mas, além disto, é mister aludir para o fato de que a implementação da aposentadoria rural foi responsável por um leque de transformações no meio rural que vai desde a ampliação da renda à revalorização dos idosos no interior do grupo doméstico. Como fizeram questão de notar os próprios agricultores, enquanto que antigamente “[...] os meus avós tinham meia colônia de terra e então meus pais tiveram que sustentar eles porque senão eles iam morrer de fome” (I 09), atualmente, em muitos casos, são “[...] os velhos que ainda ajudam os novos a se sustentar” (I 13), “[...] é o salário dos vovôs que têm ali que sustentam a família” (I 06).

Outrossim, a valorização desta fonte de renda deve-se à estabilidade proporcionada pelo rendimento mensal, coisa que alguns agricultores também foram buscar na produção de leite (ver tópico 5.1.2):

[...] a gente leva uma vida um tanto menos apertada com esse dinheirinho, apesar de se preocupar com a lavoura e seca e coisa. Mas a gente tá mais tranqüilo porque tem uma entrada certa, isso dá uma segurança. Não é muito, mas ajuda (I 15).

Esta estabilidade associa-se ainda à possibilidade de utilização dos recursos previdenciários na atividade agrícola para cobrir prejuízos acarretados pelas perdas na produção ou pela queda dos preços dos produtos agrícolas. Com efeito, 47,2% dos estabelecimentos investigados afirmaram utilizar o dinheiro proveniente de aposentadorias e pensões nas atividades produtivas, seja para o custeio do processo de produção, seja para novos investimentos; ou ainda, como uma espécie de seguro-agrícola frente às instabilidades da produção. Deste modo, ratificam-se os resultados encontrados por Delgado e Cardoso Jr. (2001, p. 237), os quais sustentam que a previdência social rural “[...] cumpre não só a função precípua de seguro-previdenciário, [...], mas também atende de maneira fundamental, ainda que indiretamente, uma função que muito se aproxima de um seguro-agrícola.”²⁰

Nós estamos pagando um trator novo ainda. Aí o que sobra ainda (da aposentadoria) a gente pega pra pagar a prestação sempre. E no ano inteiro a

²⁰ Uma análise mais aprofundada desta questão, com dados da pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) referentes ao município de Salvador das Missões, pode ser encontrada em Caldas e Anjos (2004).

gente vai se sustentando com o nosso salarinho que nós vamos recebendo da aposentadoria (I 13).

Retomando a discussão sobre diversificação, compete demonstrar alguns fatores relacionados ao desenvolvimento desta estratégia. Com este fim, dividiram-se os estabelecimentos pesquisados segundo o número de fontes de renda obtidas no ano agrícola 2001/02 conforme a Tabela 5.12. Similarmente ao que foi operado na tabela anterior, cada produto vegetal ou animal comercializado corresponde a uma fonte de renda, da mesma forma que as distintas ocupações, ou rendas de outras fontes. A única diferença, neste caso, é que a produção para autoconsumo está sendo contabilizada como uma fonte de renda extra (não-monetária) para todas as famílias, visto que em todas elas, este tipo de produção foi encontrado.

Dentre as variáveis destacadas, percebe-se que as unidades que apresentam maior diversificação de rendimentos, sobretudo no estrato com mais de dez fontes de renda, também revelam maior disponibilidade de mão-de-obra familiar. Enquanto, no primeiro estrato, a força de trabalho familiar encontra-se, em média, em 2,38 UTH's, nos estratos seguintes, esta se revela em 2,98 UTH's e 4,60 UTH's, respectivamente. É razoável supor que a maior disponibilidade de pessoas em condições de trabalhar se constitui como fator decisivo à diversificação²¹; da mesma forma que a maior disponibilidade de terras quando, neste sentido, a diversificação se relaciona ao aumento do número de cultivos ou criações de animais, por exemplo.²² Assim, pode-se verificar que a área total e a superfície agrícola útil (SAU), ambas mensuradas em hectares, variam nas seguintes proporções entre os estratos: 16,6: 23,8: 24,4 (área total) e, 12,8: 19,7: 19,1 (SAU).

Do mesmo modo, é fator essencial à diversificação sua capacidade de ampliar o montante de recursos da unidade familiar. Veja que as unidades com maior diversificação possuem, relativamente às demais, mais Capital Disponível, Renda Agrícola (exceção à relação entre o segundo e terceiro estrato) e Renda Total. Neste sentido, é importante notar ainda, que o Consumo Intermediário praticamente não varia entre um estrato e outro (R\$ 10.246,51; R\$ 11.455,99 e; R\$ 10.337,97, respectivamente), isto porque a diversificação

²¹ Segundo destaca um dos entrevistados: "Procurar diversificar dentro da disponibilidade de pessoal, e naquilo que dá dinheiro mais imediato. Acho que o principal é isso" (I 09).

²² Embora, em muitas situações, os agricultores com maiores áreas de terra prefiram especializar-se no cultivo da soja (cf. discussão no tópico 5.1.1). Outrossim, é necessário notar que o segundo e terceiro estratos apresentam pequenas diferenças em relação a estas variáveis (inclusive este revelando SAU média inferior àquele). Isto decorre do fato de que, quando a diversificação ultrapassa dez ou mais fontes de renda, remotamente esta relacionada a maior quantidade de culturas vegetais ou criações animais para venda, mas sim a outras fontes de renda ou outras ocupações que não demandam maiores áreas de terra.

geralmente não está associada a atividades produtivas com alta utilização de recursos externos, ou seja, à crescente externalização.

Tabela 5.12 – Características sócio-produtivas médias dos estabelecimentos de Salvador das Missões segundo o número de rendimentos auferidos por este no ano agrícola 2001/02.

Características sócio-produtivas	Estabelecimentos segundo quantidade de rendimentos		
	Entre 4 e 6 (26 casos)	Entre 7 e 9 (23 casos)	10 ou mais (9 casos)
UTH familiar total	2,38	2,98	4,60
Área total (ha)	16,66	23,85	24,44
Superfície agrícola útil (ha)	12,88	19,70	19,11
Produto bruto autoconsumo total (R\$)	3.003,81	4.742,99	7.197,08
Produto bruto venda total (R\$)	15.994,37	28.868,73	17.153,54
Produto bruto total (R\$)	18.998,18	33.611,72	24.350,63
Consumo intermediário total (R\$)	10.246,51	11.455,99	10.337,97
Capital disponível total (R\$)	11.770,50	32.027,94	28.520,69
Renda Agrícola (R\$)	7.155,60	18.318,00	10.930,33
Renda Total (R\$)	12.514,26	23.547,80	26.317,79

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003).

Também é interessante destacar as diferenças entre os estratos em termos de produto bruto de autoconsumo. Neste sentido, pode-se observar que o autoconsumo é maior entre as unidades mais diversificadas, revelando-se a diferença entre o primeiro e o último estrato em torno de quatro mil reais. Não obstante, é difícil estabelecer relação direta entre diversificação e aumento da produção para o autoprovisionamento familiar, visto que várias variáveis intermediárias estão aí imbricadas como, por exemplo, a maior ou menor disponibilidade de mão-de-obra familiar, e outras sequer mencionadas aqui. Ciente desta complexidade, quando indagado a respeito da interferência das rendas não-agrícolas sobre a produção para o autoconsumo, um extensionista local alertou para a dificuldade de estabelecer este tipo de correlação:

Em algumas famílias pode ser que interfere mesmo e diminui, pode ser. Em outras, esta outra renda pode ser uma forma de apoio financeiro para organizar melhor a horta e o pomar, porque tem mais recurso pra fazer isto. Talvez!?! Pode ser. Tem estes dois lados. Depende da conscientização, *da visão de cada produtor*, de cada pessoa que trabalha numa outra atividade (I 10).

Sugerindo a necessidade de apreciar “a visão de cada produtor”, o depoimento acima poderia seguir sustentando que existe uma teia de elementos materiais e simbólicos constituintes das percepções que os agricultores desenvolvem para orientar sua práxis cotidiana, aquilo que aqui vem sendo denominado estilos de agricultura. Neste sentido, é

interessante observar que os agricultores possuem compreensões diferenciadas sobre a diversificação. Se, por um lado, muitos procuram diversificar o repertório de rendimentos considerando esta a melhor alternativa para garantir níveis mais elevados e estáveis de renda em face às necessidades da família²³; outros acreditam que o aumento da receita familiar está relacionado à possibilidade de especialização em um número restrito de atividades, o que decorre da possibilidade de fazer “a coisa bem feita”:

O grande problema numa pequena propriedade é justamente a questão da diversificação. Hoje qualquer atividade que você faz, você precisa de escala e, para uma pequena propriedade diversificar, você precisa muita mão-de-obra e daí talvez você não consiga vencer isso. Então nós estamos sendo forçados a nos especializar cada vez mais. [...] É cada dia mais difícil você fazer algo bem feito, então se você fazer várias coisas... E como a questão da mão-de-obra é complicada, tudo isso tende a dificultar. É melhor você buscar fazer alguma coisa bem feita (I 12).

Eu digo assim: se tu faz uma coisa, tem que fazer bem feito. Não adianta tu pegar muitas coisas pra querer fazer que tu não faz nada bem feito (I 20).

Deste modo, é importante reconhecer que mesmo parcela substancial das unidades familiares de produção optando pela diversificação, isso não significa que este tipo de estratégia constitua uma alternativa incontestada para promover o desenvolvimento do meio rural. Entretanto, talvez o fato mais importante a ser considerado seja que, naquelas unidades familiares onde esta estratégia é encontrada e vai ao encontro das suas potencialidades de recursos, geralmente, demonstra-se promissora em criar condições para a diminuição da vulnerabilidade social e econômica na qual, provavelmente, estas estariam caso se encontrassem especializadas na produção de um ou dois cultivos agrícolas.

5.1.7 Educação e migração

Este último tópico discute sucintamente como o investimento na educação dos filhos e a migração apresentam-se, de modo integrado, como estratégias familiares relacionadas à construção de um *portfolio* mais amplo de oportunidades que pode garantir a reprodução dos indivíduos e de toda a família.

²³ Como referiu uma agricultora que, além de manter em sua propriedade a diversidade de cultivos referidos na entrevista, trabalhava como agente de saúde no município: “Nós temos vacas leiteiras, vendemos o leite e estamos com quarenta e uma matrizes (porco). O leite e os porcos são com a Avipal (integrados). E plantamos pastagem pras vacas e milho. O que mais a gente planta é milho por causa que tem bastante criação. Feijão, agora ele plantou três hectares de feijão este ano. Soja plantamos também, mas não muito; fica mais em terceiro plano o soja, porque não ta dando mais, o tempo não colabora. Mas assim a gente vai levando, sempre alguma coisa dá” (I 04)

Desde a colonização, a migração constituiu uma reação dos agricultores locais ao fechamento da fronteira agrícola e às necessidades de encontrar novas áreas que possibilitassem aos filhos constituir suas famílias. Neste período, o fluxo migratório dirigiu-se, sobretudo, para o oeste de Santa Catarina e sudoeste do Paraná (WENZEL, 1997). Mas, a partir das transformações ocasionadas pela modernização da agricultura, as possibilidades da maioria dos agricultores de adquirir terras se esvaeceram continuamente e os fluxos migratórios sofreram alterações substanciais. De um lado, famílias em que as condições econômicas revelavam-se mais precárias caracterizaram-se pela migração dos filhos solteiros ou recém casados para a região metropolitana de Porto Alegre em busca de emprego em ocupações não-agrícolas, sobretudo, na indústria calçadista que estava em franca expansão – as cidades de Dois Irmãos e Ivoti foram freqüentemente referidas pelos agricultores de Salvador das Missões como paradeiro de um grande número de parentes. De outro, um pequeno número de agricultores mais capitalizados pôde sair à procura de novas áreas em outros Estados ou mesmo países (Paraguai e Argentina foram destinos comuns), o que, neste caso, constituiu uma migração coletiva de toda família ou de grande parte dela.

Outros que tavam mais ou menos na agricultura se interessaram em comprar terra. Eles vendiam 15 hectares de terra aqui e compravam seis colônias de terra no Paraguai. Era “a” chance. Tinham oito, dez, quinze filhos, levava tudo pra lá. E outros não sossegaram, tiveram cacife maior e se mandaram lá pra Mato Grosso, e foram indo (I 06).

Em ambos os casos, os motivos da migração estão relacionados às transformações técnicas que diminuíram acentuadamente a demanda por mão-de-obra agrícola e supervalorizaram o preço das terras na região. Mais recentemente, o ritmo da migração tem arrefecido tanto em virtude da diminuição na oferta de emprego nas cidades²⁴ e do número de jovens no meio rural local, quanto da descapitalização dos agricultores, o que impede que possam prosseguir em busca de terras baratas, agora disponíveis basicamente nas regiões norte-nordeste do país.

Mesmo assim, a migração continua sendo uma alternativa para muitas famílias e, do mesmo modo que outras estratégias, diferenciada quanto à forma como é empreendida. Dentre as várias razões que podem se arroladas para justificar a migração, pode-se destacar a necessidade de reduzir o número de membros da unidade de consumo devido à impossibilidade de garantir a subsistência de todos; a busca por novas ocupações que possibilitem aos que migraram contribuir com aqueles que permaneceram a partir do envio de

²⁴ Cabe mencionar que apesar de pequeno constitui-se recentemente uma migração de retorno, com um fluxo de jovens retornando da região metropolitana em função do desemprego no setor industrial.

pequenas remessas financeiras; ou ainda, a preferência de alguns indivíduos ou famílias em partir para outro tipo de atividade.

No caso específico dos agricultores de Salvador das Missões, 25,9% das unidades familiares apresentam algum membro da família disposto a migrar para a cidade (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003). Segundo informa a Tabela 5.13, dentre as principais razões para este tipo de migração estariam a baixa remuneração da atividade agrícola e as dificuldades do trabalho na agricultura (53,33%) e o acesso à educação e a ocupações em outras atividades (33,3%). Geralmente são motivos interconectados, onde as dificuldades de se manter na agricultura levam à procura de novas ocupações e, para isso, é preciso maior nível educacional.

Tabela 5.13 – Principais razões que levam os membros da família a migrar segundo os agricultores familiares de Salvador das Missões.

Razões que impulsionam a migração	Nº de casos	% sobre os válidos
Acesso à educação e mercado de trabalho	5	33,33
Baixa remuneração e dificuldade do trabalho agrícola	8	53,33
Questões associadas à saúde	1	6,67
Outros	1	6,67
Total	15	100,0

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003).

Nota: Contabilizados somente os que responderam afirmativamente a existência de pessoas dispostas a migrar.

Conscientes da necessidade de investimento em educação e, muitas vezes, pretendendo que os filhos não permaneçam na agricultura “[...] porque eu me judiei demais e já trabalhei 40 anos na agricultura com veneno, poeira, maquinário pesado, me sujeitando a tudo e até hoje nunca vi sobrar nada” (I 09)²⁵, a maioria dos agricultores (62,1%) prefere que o ensino ofertado pelas escolas concilie o aprendizado de técnicas agrícolas com a preparação para o exercício de outras ocupações (Tabela 5.14).

Tabela 5.14 – Como os agricultores de Salvador das Missões consideram que deveria ser o ensino fornecido para as crianças e jovens nas escolas.

Como deveria ser a educação dos filhos	Nº de casos	%
Especializada e voltada para as atividades agrícolas	12	20,7
Geral, destinada a prepará-los para disputar empregos fora da agricultura	6	10,3
Mista, destinada tanto à agricultura como à formação geral	36	62,1
Não sabe/sem resposta	4	6,9
Total	58	100

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003).

²⁵ Segundo dados da pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003), ainda que 58,6% dos agricultores gostariam que seus filhos seguissem a profissão de agricultor, percebeu-se que entre 32,8% dos agricultores a pretensão era de que os filhos fossem para outras profissões.

Para o Brasil como um todo, Camarano e Abramovay (1999) destacaram que a migração tem se revelado predominantemente entre os jovens e, neste caso, entre as mulheres.²⁶ Outrossim, os autores apresentam o nível educacional como um dos motivos principais para tal diferenciação. No caso de Salvador das Missões, o acesso à educação entre as camadas mais jovens é generalizado. Os dados da Tabela 5.14 demonstram que o investimento na educação dos jovens reflete no fato de que nenhum indivíduo entre 11 e 20 anos possui menos do que a 5ª série do ensino fundamental, o mesmo não acontecendo nos estratos superiores de idade.

Tabela 5.15 – Percentual de pessoas segundo o nível educacional e a faixa etária entre as unidades familiares de Salvador das Missões.

Nível educacional	11 a 15	16 a 20	21 a 25	26 a 30	31 a 40	41 a 50	51 a 60	≥ 61
analfabeto	-	-	-	-	4,8	-	-	2,3
apenas lê e escreve	-	-	9,1	16,7	-	-	-	-
1ª a 4ª incompleto	-	-	9,1	16,7	-	4,1	9,1	18,2
1ª a 4ª completo	-	-	-	-	16,7	22,4	77,3	68,1
5ª a 8ª incompleto	56,5	-	18,6	16,7	38,1	22,4	13,6	9,1
5ª a 8ª completo	8,7	18,8	-	33,2	14,3	26,5	-	-
2º grau incompleto	34,8	50,0	-	-	9,4	10,2	-	-
2º grau completo	-	25,0	36,1	16,7	14,3	4,1	-	-
superior incompleto	-	6,3	27,1	-	2,4	2,1	-	-
superior completo	-	-	-	-	-	8,2	-	2,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003).

Com efeito, em muitos casos a educação tem se constituído em uma porta de saída da agricultura²⁷ e, deste modo, associa-se às dificuldades que várias unidades familiares possuem em encontrar sucessores. Como referiu um dos agricultores entrevistados:

Aquele que fica em casa, ele é um pouquinho mais fraco nos estudos e não tem muita vontade de ir pra frente. Daí ele fica. Tá acontecendo assim como aconteceu na colônia velha... Aquele que menos condições intelectuais tinha ficava em casa pra cuidar dos velhos e plantar a lavoura. Então cada vez foi piorando. E os que tinham um pouco de condições iam pra cidade procurar emprego (I 01).

²⁶ Como não houve intenção de realizar um estudo detalhado neste sentido, não foi possível estabelecer uma diferenciação entre rapazes e moças em termos de nível educacional e como isto poderia interferir na propensão a migrar. Não obstante, conforme já havia referido Bourdieu (2000), foi possível perceber que as moças possuem representações mais “urbanizadas” que os rapazes em relação a seu modo de vida no meio rural, o que, como notou um dos entrevistados, torna a migração mais acentuada entre estas e interfere na questão do matrimônio: “[...] se tem um rapaz que trabalha ali na cidade, que ganha pra comer, ele tem dez gurias que são louquinhas por ele, dez gurias brigam por ele, e daí o outro que tá na colônia, ele tá indo bem, ele tem terra, tem um pouco de dinheiro, se ele tá na colônia, talvez uma ou duas querem ele. Elas próprias não querem mais rapaz da colônia, e as moças também não querem ficar na colônia” (I 12).

²⁷ “Mas sabe que a maioria da juventude que tem um pouco de estudo tão indo embora pra cidade” (I 02).

Nestas situações, a migração também se converte em uma estratégia de diversificação dos modos de vida, permitindo àqueles que migraram auferir rendas para sobreviver e, não raro, ajudar àqueles que permaneceram. Em contrapartida, quem migrou sabe que “se as coisas derem errado” podem retornar para a unidade familiar. Assim, é preciso reconhecer que em muitas famílias que afirmaram não ter sucessores no momento da pesquisa, estes podem existir futuramente em virtude de uma migração de retorno:

Que nem a milha filha falou – ela ta lá em Ivoti – ela falou: nunca mais eu vou voltar. Agora, se o emprego não dá mais, se as coisas derem errado, aí não tem muito como escolher, né! (I 08).

Em outras situações, o investimento em educação associa-se a tentativa de melhorar as condições da unidade familiar e, neste sentido, mais do que uma escolha individual, representa uma estratégia coletiva cuja lógica sustenta-se na garantia de um porvir não muito distante:

Ele nem queria fazer segundo grau, mas nós decidimos que era melhor. Depois ele pode ficar na agricultura igual. Daí ele aceitou. [...] Aí nós ainda vamos ver se ele vai conseguir passar pra técnico agrícola. Isto ele tem que fazer, porque isto é bom. Quem sabe, se der certo ali na agroindústria, depois eu preciso de um técnico ali, provavelmente a gente vai precisar de alguma coisa, daí ele pode se formar de alguma coisa, daí pra que pagar algum empregado ali se eu tenho o filho que pode fazer o mesmo (I 11).

Seguramente, o investimento em educação pode constituir um importante elemento em uma estratégia de desenvolvimento rural. Contudo, para que este não resulte em aumento do êxodo dos jovens e, por conseguinte, no envelhecimento da população rural, é necessário criar condições para que as famílias rurais possam assegurar a permanência destes jovens. É o caso, por exemplo, da entrevista transcrita acima, onde a continuidade parece estar associada à afirmação da agroindústria familiar.

* * *

Segundo a hipótese que norteou as discussões apresentadas neste capítulo, a diversidade de estilos de agricultura e estratégias reprodutivas é resultado das transformações ocasionadas pela mercantilização nas relações sociais que envolvem os agricultores. Ainda que não tenha sido possível abranger todo universo de relações que influenciam as práticas e discursos que indivíduos e famílias mobilizam para organizar suas estratégias, acredita-se que a assertiva inicial foi confirmada. Em cada um dos tópicos discutidos demonstrou-se de modo

mais ou menos detalhado como as distintas maneiras com que os agricultores se relacionam com outros atores, diversos recursos e distintos mercados, interferem na configuração das estratégias mais recorrentes no meio rural de Salvador das Missões.

Além disso, enfatizou-se o papel ativo dos agricultores, os quais são capazes de construir respostas congruentes às determinações do regime prevalecente que sugere uma inserção subordinada aos mercados globais de *commodities* agrícolas. Neste sentido, demonstrou-se que a conversão do monocultivo da soja para a pecuária leiteira e o aumento da produção para o autoconsumo revelam-se importantes estratégias de des-mercantilização e internalização de recursos, as quais possibilitam maior autonomia *vis-à-vis* os mercados de insumos produtivos.

De outro modo, mostrou-se que o desenvolvimento das agroindústrias familiares e da pluriatividade, representam estratégias que promovem um tipo diferenciado de mercantilização, o qual não acarreta externalização das unidades de produção uma vez que acontece ao nível da inserção em mercados de comercialização e de trabalho.

Demonstrou-se ainda como o desenvolvimento de múltiplas estratégias está relacionado a um processo de diversificação dos modos de vida, o que ficou mais manifesto quando foram discutidas as múltiplas fontes de renda das famílias rurais. De modo complementar, o último tópico abordou o fenômeno da migração e o investimento em educação como estratégias empreendidas por alguns agricultores com vista a articular condições mais favoráveis à reprodução da família.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o início desta dissertação, consolidou-se uma preocupação em discernir um marco teórico capaz de fornecer os elementos necessários ao desafio de analisar a mercantilização da agricultura sem os determinismos e linearismos que marcam grande parte dos estudos sobre o tema. Assim, ao mesmo tempo em que se afastou de percepções marcadamente estruturalistas que percebem os mercados como estruturas genéricas completamente autônomas da ação social e que, portanto, regem o comportamento dos atores, o estudo procurou dialogar com o referencial neomarxista e neoweberiano do debate da mercantilização realizado no interior da Sociologia da Agricultura, mas privilegiando uma perspectiva orientada aos atores e, além do mais, incorporando elementos centrais à perspectiva chayanoviana.

Os fundamentos que expressaram o pluralismo teórico e metodológico deste estudo estão muito próximos ao *framework* analítico proposto por Ploeg, contudo, revelaram-se aqui algumas contribuições originais. Em primeiro lugar, cabe destacar que, se é manifesto que foi no referencial marxista que se buscou grande parte dos elementos para caracterizar o processo de mercantilização, também é fato que várias contribuições acerca da compreensão dos mercados enquanto instituições sociais derivam de outras perspectivas, sobretudo, das contribuições de Polanyi e Weber. Estas permitiram demonstrar que a inserção nos mercados não representa simplesmente a transformação de valores de uso em valores de troca, mas um processo social mais amplo que penetra em diversas dimensões materiais e simbólicas da vida social.

Em relação à perspectiva orientada aos atores, não há diferenças substanciais em relação ao que propuseram Long e Ploeg, sendo que, da mesma forma que estes autores, frequentemente foi ratificado que semelhante opção não implica uma renúncia ao papel das estruturas sociais, mas sua redefinição junto à própria re-conceituação do significado destas. Neste sentido, foi importante incorporar conceitos fundamentais da teoria da estruturação de Giddens, a qual também forneceu subsídios para a discussão sobre a conexão entre as relações sociais e a racionalidade dos agricultores; discussão esta que também fez questão de demarcar a discordância deste estudo com o individualismo metodológico e com as teorias da escolha racional que marcam algumas perspectivas orientadas aos atores.

Da escola chayanoviana buscaram-se contribuições a respeito da organização da unidade familiar de produção. Conciliada à discussão que envolveu outros autores sobre o caráter racional das práticas, a fundamentação teórica que Chayanov utiliza para demonstrar que os agricultores são guiados por uma espécie de cálculo racional, deu suporte para fundamentar a existência de um *discurso prático* que orienta os processos produtivos e o fluxo da vida social cotidiana dos agricultores.

À luz deste referencial, percebeu-se que a questão chave para corroborar a hipótese de que a mercantilização diferencial era responsável por múltiplas e, não raro, contraditórias conseqüências, estava associada com a demonstração de como a diversidade se estabelece como uma característica absolutamente atual do mundo rural, mesmo em universos sociais profundamente marcados pelas transformações relacionadas à modernização da agricultura, que procurou sustentar a máxima dependência dos agricultores aos mercados e à gramática da globalização. Deste modo, o emprego de elementos conceituais relacionados à discussão dos estilos de agricultura e, neste sentido, a centralidade que assumiu no estudo a noção de estratégia, foram fundamentais à conexão entre os discursos e as práticas dos agricultores e, entre estes e as relações que estabelecem com outros atores e as estruturas sociais.

Assim, utilizando as ferramentas analíticas propiciadas por este referencial teórico e, dentro dos limites também impostos por esta escolha, acredita-se que o estudo tenha dado conta da problemática a que se propôs analisar. A resposta à questão de como a mercantilização afeta a composição de diferentes estilos de agricultura e estratégias reprodutivas, está associada, grosso modo, às mudanças parciais acarretadas por este processo nas relações sociais e sócio-técnicas que envolvem os agricultores, outros atores e estruturas sociais. Foi esta nova atmosfera de relações sociais a principal responsável pela emergência de diferentes lógicas, idéias e práticas que se expressam em distintos estilos de agricultura e estratégias reprodutivas, construídos conscientemente pelos agricultores, mesmo que desde uma consciência prática.

Nenhum capítulo em especial resumiu o modo como estas transformações se processaram entre os agricultores de Salvador das Missões. Cada um deles cumpriu um papel específico neste sentido. Assim, ao terceiro capítulo coube demonstrar a trajetória mais geral de transformações da agricultura e do meio rural, evidenciando que esta foi caracterizada pela crescente mercantilização associada à externalização das unidades familiares de produção. Deste modo, também demonstrou que o principal (não exclusivo) mercado com o qual se relacionam os agricultores locais constitui-se de uma esfera global de relações com atores cujas ligações com as instituições locais são bastante remotas. Não obstante, como o capítulo

teórico já havia referido, fez-se questão de afirmar que, mesmo com esta configuração, trata-se de um mercado socialmente construído pela relação entre distintos atores, neste caso, absolutamente díspares em termos de controle assimétrico de recursos materiais e simbólicos (capital, poder, informação, etc.).

Ao quarto capítulo competiu, inicialmente, demonstrar que as transformações nas relações sociais produtivas e não-produtivas associadas à crescente inserção nos mercados, romperam gradativamente com as bases que sustentaram os estilos de agricultura dos colonos, e conformaram uma forma social distinta, representada naquilo que alguns autores têm denominado agricultura familiar. A segunda incumbência deste capítulo foi demonstrar que estas transformações não foram uniformes e tampouco se processaram segundo uma tendência comum. Observou-se ainda, que embora amplamente associadas à lógica produtiva dos mercados, as unidades familiares mantêm lógicas não-mercantis fundamentadas na reciprocidade das relações comunitárias e no caráter familiar da propriedade da terra e do trabalho.

Finalmente, o quinto capítulo retomou várias dimensões analisadas no capítulo precedente para demonstrar como os agricultores criam estratégias e estilos de agricultura diferenciados em função das condições inerentes às unidades familiares e ao contexto social, econômico e cultural com o qual se relacionam. Entre outras coisas, este capítulo demonstrou que alguns agricultores continuam inseridos em uma dinâmica de crescente mercantilização e externalização relacionada à especialização no monocultivo da soja, a qual incrementa a dependência de insumos produtivos e a terceirização do trabalho. De outro modo, revelou que muitos agricultores têm se afastado deste tipo de modelo produtivo buscando atividades específicas (e.g. produção de leite, autoconsumo) que conjugam alternativas de desmercantilização e internalização de recursos. Além do mais, também evidenciou que a inserção aos mercados não necessariamente possui efeitos corrosivos sobre a base autônoma de recursos das unidades familiares, uma vez que esta interação pode ocorrer em alguns casos em um nível diferenciado, isto é, com a intensificação da integração a mercados para comercialização da produção ou no mercado de trabalho, como é o caso da pluriatividade.

Não obstante, em termos de generalização dos resultados alcançados, este estudo de caso precisou deter-se ao que na introdução foi denominado de “generalização analítica”, isto é, a confrontar resultados colhidos do universo empírico com teorias e pressuposições advindas de outras pesquisas. Assim, será desafio de trabalhos futuros, quiçá em estudos comparativos entre distintas dinâmicas de desenvolvimento das relações entre os agricultores familiares e os mercados, encontrar elementos mais consistentes que permitam descobrir

regularidades e simetrias que possam fundamentar explicações mais gerais aos fenômenos sociais aqui investigados.

Além do que, seguramente muitas questões relacionadas à temática deste estudo permanecem em aberto. Não poderia ser diferente, haja vista a amplitude dos temas aqui discutidos, alguns muito sumariamente. Dentre várias discussões que merecerão maior atenção em estudos futuros, aquela referente à noção de estilos de agricultura é, talvez, a mais instigante. Esta noção proporcionou um interessante arcabouço conceitual ao estudo, mas isso só foi possível em virtude de uma associação definida entre os distintos estilos de agricultura e as múltiplas estratégias reprodutivas desenvolvidas pelos agricultores. A escolha deste “ponto de entrada” à compreensão da diversidade da agricultura familiar deveu-se a ele mostrar-se mais robusto à compreensão da realidade do que qualquer outra dimensão. Isso porque ao focalizar as estratégias individuais e familiares, confrontando as práticas e os discursos que tornam elas existentes, foi possível construir uma base mais sólida de evidências do que aquela que teria sido possível configurar se o estudo tivesse partido para uma classificação dos agricultores segundo uma perspectiva eminentemente hermenêutica, respaldada somente nos discursos representacionais dos agricultores. Assim, ao analisar as estratégias foi possível olhar mais detidamente às próprias relações sociais e sócio-técnicas nas quais os agricultores se envolvem. Segundo já esboçado até mesmo por Ploeg (2003), este parece ser um caminho profícuo para quem quiser até mesmo criar tipologias de estilos de agricultura, focalizando as redes sociais e sócio-técnicas que envolvem os agricultores.

A criação de semelhantes tipologias pode ajudar os formuladores de políticas de desenvolvimento rural a perceber a heterogeneidade da agricultura familiar e, deste modo, a articular programas que ultrapassem a lógica restrita de elevação de índices de produção e produtividade, abrindo espaço para uma concepção de desenvolvimento similar ao que Ploeg e colaboradores (2000) denominam de um processo multi-nível, multi-ator e multi-facetado.

Como se procurou demonstrar aqui, os próprios agricultores são capazes de construir seus espaços de manobra em meio a ambientes adversos. Criam estratégias que permitem reduzir o nível de externalização e aumentar a base de recursos endógenos, como é o caso referido do investimento na produção leiteira. Retomam a produção para o autoconsumo familiar, reduzindo a dependência externa, constituindo uma forma de economização, e estabelecendo uma perspectiva de agricultura mais conectada à natureza, considerando o modo ecologicamente diferenciado com que esta produção geralmente é levada a cabo. Afastam-se de mercados de insumos e fatores de produção e, de outro modo, adentram em novos circuitos mercantis, fazendo da agroindustrialização com venda direta ao consumidor e

da pluriatividade estratégias recorrentes. Diversificam suas fontes de renda e investem em educação buscando criar novas possibilidades de ocupação para os filhos. Agora, cabe às políticas de desenvolvimento rural estabelecer interfaces mais sólidas com estas e outras alternativas cada vez mais presentes no mundo rural contemporâneo.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. Entre deus e o diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 35-64, nov. 2004.
- _____. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.
- ALMEIDA, Mauro W. B. de. Redescobindo a família rural. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 66-83, jun. 1986.
- ANJOS, Flávio S. dos. *Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil*. Pelotas, RS: EGUFPEL, 2003.
- ANJOS, Flávio S. dos *et al.* A pluriatividade e suas manifestações na região missioneira gaúcha. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 42, Cuiabá. *Anais...* Cuiabá: SOBER, 2004.
- ANJOS, Flávio S. dos; CALDAS, Nadia V. O futuro ameaçado: o mundo rural face aos desafios da masculinização, do envelhecimento e da desagrarização. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 26, n. 1, p. 661-694, 2005.
- ARNALTE ALEGRE, Eladio. Estructura de las explotaciones agrarias y externalización del proceso productivo: implicaciones para el debate sobre el proteccionismo. *Información Comercial Española: Revista de Economía*, Madri, n. 666, p. 101-117, feb. 1989
- BAUER, Martin W.; AARTS, Bas. A construção do *corpus*: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 39-63.
- BERNSTEIN, Henry. Capitalism and petty commodity production. *Social Analysis: The International Journal of Cultural and Social Practice*, New York, n. 20, p. 11-28, Dec. 1986.
- _____. African peasantries: a theoretical framework. *Journal of Peasant Studies*, London, v. 6, n. 4, p. 420-444, 1979.
- BLOCK, Fred. Karl Polanyi and the writing of *The Great Transformation*. *Theory and Society*, [S.l.], n. 1, p. 1 -32, 2003.
- BONANO, Alessandro; SWANSON, Louis E. Theory, epistemology and critical rural sociology. *International Journal of Sociology of Agriculture and Food*, [S.l.], v. 2, p. 143-158, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. Reprodução proibida: a dimensão simbólica da dominação econômica. In: _____. *O campo econômico: a dimensão simbólica da dominação*. Campinas, SP: Papyrus, 2000. p. 93-119.
- _____. Le champ économique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, n. 119, p. 48-66, Sept. 1997.
- _____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papyrus, 1996.
- _____. *O desencantamento do mundo*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- BOURGEOIS, Lucien. L'agriculture et les services: divorce ou symbiose? *Économie Rurale*, Paris, n. 177, p. 10-18, jan./fev. 1987.

BRUM, Argemiro J. *Modernização da agricultura: trigo e soja*. Petrópolis: Vozes; Ijuí: FIDENE, 1988.

BRUMER, Anita. Transformações e estratégias produtivas na produção familiar na agricultura familiar. *Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre, v.6, p. 89-111, 1994.

BUTTEL, Frederick H. Some reflections on late twentieth century agrarian political economy. *Sociologia Ruralis*, Oxford, v. 41, n. 2, p. 165-181, Apr. 2001.

BUTTEL, F. H.; LARSON, O.F.; GILLESPIE JÚNIOR, G.W. *The sociology of agriculture*. New York: Greenwood Press, 1991.

CALDAS, Nádia V.; ANJOS, Flávio S. dos. Agricultura familiar e políticas públicas: o impacto da previdência social na região missioneira gaúcha. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 42, 2004, Cuiabá. *Anais...* Cuiabá: SOBER, 2004. p. 1-20.

CALLON, Michel. Por uma nova abordagem da ciência, da inovação e do mercado: o papel das redes sócio-técnicas. In: PARENTE, A. (Org.). *Tramas da rede: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação*. Porto Alegre: Sulina, 2004. p. 64-79.

CAMARANO, Ana A.; ABRAMOVAY, Ricardo. *Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos*. Rio de Janeiro: IBASE, 1999. (Texto para Discussão, n. 621).

CÂNDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito: um estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 9. ed. São Paulo: Duas Cidades, 2001.

CAPORAL, Francisco R. *Superando a revolução verde: a transição agroecológica no estado do Rio Grande do Sul*. Brasília: NEAD, 2003. (Série Artigo do Mês). Disponível em www.nead.org.br/artigodomês. Acesso em: ago. 2006.

CARNEIRO, Maria J. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. In: SCHNEIDER, Sergio. *A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 165-185.

_____. Política de desenvolvimento e o novo rural. In: CAMPANHOLA, Cleyton; SILVA, Jose G. da. *O novo rural brasileiro*. Jaguariúna, SP: Embrapa, 2000. v. 4, p. 117-149.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHAYANOV, Alexander. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.

COHEN, Ira. Teoria da estruturação e práxis social. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. *Teoria Social Hoje*. São Paulo: Editora da UNESP, 1999. p. 393-446.

CONTERATO, Marcelo A. Agricultura familiar no Rio Grande do Sul: diversidade e diferenciação em perspectiva comparada. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 44, 2006, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza: SOBER, 2006. p. 1-20.

_____. *A Mercantilização da Agricultura Familiar no Alto Uruguai/RS: um estudo de caso no município de Três Palmeiras*. 2004. 209 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

DE JANVRY, Alain. *The agrarian question and reformism in Latin America*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1981.

DELGADO, Guilherme C.; CARDOSO JÚNIOR, José C. Universalização de direitos sociais no Brasil: a previdência rural nos anos 90. In: LEITE, Sergio. (Org.) *Políticas públicas e agricultura no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001. p. 225-250.

DOMINGUES, José M. *Teorias sociológicas do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

ELLIS, Frank. *Rural livelihoods and diversity in developing countries*. Oxford (UK): Oxford University Press, 2000.

_____. *Peasant economics: farm households and agrarian development*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

_____. Household strategies and rural livelihood diversification. *The Journal of Development Studies*, London, v. 35, n.1, p. 1-38. Oct. 1998.

ELY, BRENO. O colono “sojicultor”. *Folha da Produção*, Cerro Largo, p. 16, 4 abr. 1974.

FRIEDLAND, William H. The end of rural society and the future of rural sociology. *Rural Sociology*, [S.l], v. 47, n. 4, p. 589-608, 1982.

FRIEDMANN, Harriet. Patriarchal commodity production. *Journal of Cultural and Social Practice*, New York, n. 20, p. 47-55, Dec. 1986.

_____. Simple commodity production and wage labour in the American plains. *Journal of Peasant Studies*, London, v. 6, n. 1, p. 71-100, 1978.

_____. World market, state, and family farm: social bases of household production in the era of wage labor. *Comparative Studies in Society and History*, Cambridge, v. 20, n. 4, p. 545-586, Oct. 1978a.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER. *FEEDADOS*. 1994-2004. Disponível em www.fee.rs.gov.br. Acesso em: jul. 2006.

GARCIA JUNIOR, Afrânio. *O sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Editora UnB/MCT-CNPQ, 1989. 285 p.

_____. *Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 236 p.

GAZOLLA, Márcio. O processo de mercantilização do consumo de alimentos na agricultura familiar. In: SCHNEIDER, Sergio. (Org.). *A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 82-103.

GEHLEN, Ivaldo. Estrutura, dinâmica social e concepção sobre a terra no meio rural do sul. *Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre, v. 6, p. 154-176, 1994.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

_____. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. *Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira, 1960-1980*. São Paulo: Hucitec, 1997.

GONZÁLEZ, Juan J.; BENITO, Cristóbal G. Profession and identity: the case of family farming in Spain. *Sociologia Ruralis*, Oxford, v. 41, n. 3, p. 343-357, Jul. 2001.

GOODMANN, David; REDCLIFF, Michael. Capitalism, petty commodity production, and the farm enterprise. *Sociologia Ruralis*, Oxford, v. 15, n. 3/4, p. 231-247, 1985.

GOODMAN, David; SORJ, Bernardo; WILKINSON, John. *Da lavoura às biotecnologias*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

GRANOVETTER, Mark. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. *American Journal of Sociology*, Chicago, v. 91, n. 3, p. 481-510, Nov. 1985.

_____. The strength of weak ties. *American Journal of Sociology*, Chicago, v. 78, n. 6, p. 1360-1380, May. 1973.

GRISA, Catia. *A produção “pro gasto”*: um estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul. 2007. 200 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

GUIVANT, Júlia. S. Heterogeneidade de conhecimentos no desenvolvimento rural sustentável. *Cadernos de Ciência e Tecnologia*, Brasília, v. 14, n. 3, p. 412-447, 1997.

HEREDIA, Beatriz M.A. *A morada da vida*: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HOBBSAWN, Eric. *Era dos extremos*: o breve século XX (1914-1991). 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

HOWDEN, Peter; VANCLAY, Frank. Mythologisation of farming styles in Australian broadacre cropping. *Rural Sociology*, [S.l.], v. 65, n. 2, p. 109-25, June. 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo agropecuário 1970 - 1995/96*. Rio de Janeiro.

_____. *Censo demográfico 1970-2000*. Rio de Janeiro, [S.d].

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. *Sade*: Banco de dados da agricultura familiar. 2004. Disponível em: www.incra.gov.br. Acesso em: jun. 2006.

JEAN, Bruno. A forma social da agricultura familiar contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna. *Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre, v. 6, p. 51-75, 1994.

KAGEYAMA, Ângela *et al.* O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, Guilherme C. (Org.). *Agricultura e políticas públicas*. Brasília, DF: IPEA, 1990. v. 1, p. 113-223.

KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

KERN, Arno. O processo histórico platino no século XVII: da aldeia guarani ao povoado missionário. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 11, n. 1, 1985.

KINSELLA, Jim *et al.* Pluriactivity as a livelihood strategy in Iris farm households and its role in rural development. *Sociologia Ruralis*, Oxford, v. 40, n. 4, p. 481-96, 2000.

LAMARCHE, Hugues. (Coord.). *A agricultura familiar*: comparação internacional. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

LAURENTI, Antônio C. *Terceirização na produção agrícola*: a dissociação entre a propriedade e o uso dos instrumentos de trabalho na moderna produção agrícola. Londrina, PR: IAPAR, 2000.

LEITE, Sergio. (Org.). *Políticas públicas e agricultura no Brasil*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2001.

LÊNIN, Vladimir I. U. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

LONG, Norman. *Development sociology*: actor perspectives. London: Routledge, 2001.

_____. From paradigm lost to paradigm regained? The case for an actor-oriented sociology of development. In: LONG, Norman; LONG, Ann (Ed.). *Battlefields of knowledge: the interlocking of theory and practice in social research and development*, London: Routledge, 1992. p. 16-43.

_____. Commoditization: thesis and antithesis. In: LONG, N. et al. *The commoditization debate: labour process, strategy and social network*. Wageningen: Wageningen Agricultural University, 1986. p. 1-25.

_____. Creating space for change: a perspective on the sociology of development. *Sociologia Ruralis*, v. 24, n. 2, p. 168-184, 1984.

LONG, Norman; PLOEG, Jan D. van der. Heterogeneity, actor and structure: towards a reconstitution of the concept of structure. In: BOOTH, David. (Ed.). *Rethinking Social Development: Theory, Research and Practice*. Harlow: Longman, 1994. p. 62-90.

_____. Reflections on agency, ordering the future and planning. In: FRERKS, G. E.; OUDEN, J. H. B. den (Ed.). *In search of middle ground: essays on the sociology of planned development*. Wageningen: Wageningen Agricultural University, 1995. p. 64-78.

LONG, Norman *et al.* *The commoditization debate: labour process, strategy and social network*. Wageningen: Wageningen Agricultural University, 1986.

LOVISOLO, Hugo R. *Terra, trabalho e capital: produção familiar e acumulação*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1989.

MANN, Susan; DICKINSON, James M. Obstáculos ao desenvolvimento da agricultura capitalista. *Literatura Econômica*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 7-26, 1987.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas; amostragens e técnicas de pesquisa; elaboração, análise e interpretação de dados*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARSDEN, Terry. Beyond agriculture? Regulating the new spaces. *Journal of Rural Studies*, London, v. 3, n. 11, p. 285-296, 1995.

MARTINE, George; GARCIA, Ronaldo C. *Os impactos sociais da modernização agrícola*. São Paulo: Caetes, 1987.

MARTINS, José de S. Mercado e democracia: a relação perversa. *Tempo Social*, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 7-22, 1990.

_____. *Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária do Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1975.

MARX, Karl. *O capital: o processo global de acumulação capitalista*. São Paulo: Difel, 1982. v. 1,

MATTEI, Lauro. A relevância da família rural como unidade de análise dos estudos de pluriatividade e desenvolvimento rural. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 43, Ribeirão Preto, SP. *Anais...* Ribeirão Preto, SP: SOBER, 2005. p. 1-20.

MENDRAS, Henry. *Sociedades camponesas*. São Paulo: Zahar, 1978.

_____. Posfácio: 20 anos depois (traduzido para o português). In: MENDRAS, Henry. *La fin des paysans* (suivi d'une réflexion sur la fin des paysans vingt ans après). Paris: Actes Sud-Babel, 1984. p. 311-354.

MIOR, Luiz C. *Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural*. Chapecó, SC: ARGOS, 2005.

MOONEY, Patrick. *My own boss?: Class, rationality and family farm*. London: Westview, 1988.

MONSMA, Karl. Repensando a escolha racional e a teoria da agência: fazendeiros de gado e capatazes no século XIX. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 83-114, jun. 2000.

MULLER, Pierre. Vers une agriculture de services? *Économie Rurale*, Paris, n. 202-203, p. 67-70, mars/juin 1991.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 16, n. 44, dez. 2001.

_____. *Do mundo da roça ao mercado: mudanças recentes e o desenvolvimento agrário no Sul do Brasil*. Brasília: NEAD, 2002. Relatório de pesquisa.

NEVES, Delma Pesanha. Agricultura familiar e mercado de trabalho. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 8, p. 7-24, abr. 1997.

NORDER, Luis A. C. Mercantilização da agricultura e desenvolvimento territorial. In: SCHNEIDER, Sergio (Org.). *A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2006. p. 57-81.

_____. *Políticas de assentamento e localidade: os desafios da reconstituição do trabalho rural no Brasil*. 2004. 313 p. Tese (Doutorado). Universidade de Wageningen, Wageningen, 2004.

PERONDI, Miguel A. Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar. 2007. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

_____. The dimensions of access and rationality in livelihoods research: na opportunity to the Brazilian rural sociology. In: THE ECONOMIC SOCIOLOGY RESEARCH NETWORK CONFERENCE, 2006, Lisbon. *Anais...* Lisbon: Universidade Técnica de Lisboa, 2006.

PIERUCCI, Antônio Flávio. *O desencantamento do mundo: todos os passos do conceito em Max Weber*. São Paulo: USP: Ed. 34, 2003.

PLOEG, Jan D. van der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, Sergio (Org.). *A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 13-56.

_____. Agricultural production in crises. In: CLOKE, Paul; MARSDEN, Terry; MOONEY, Patrick (Ed.). *Handbook of rural studies*, London: Sage, 2006a. p. 258-277.

_____. *The virtual farmer: past, present and future of the Dutch peasantry*. Assen: Van Gorcum, 2003.

_____. Farming economically to revitalise agriculture. *Leisa Magazine*, [S.l.], p. 26-27, July 2001.

_____. From Structural development to structural involution: the impact of new development in Dutch agriculture. In: PLOEG, J. D. van der; DIJK, G. van. (Org.). *Beyond modernization: the impact of endogenous development*. Assen: Van Gorcum, 1995. p. 109-45.

_____. Styles of farming: an introductory note on concepts and methodology. In: PLOEG, J. D. van der; LONG, Ann. *Born from within: practices and perspectives of endogenous rural development*. Assen: Van Gorcum, 1994. p. 7-30.

- _____. Rural sociology and the new agrarian question: a perspective from the Netherlands. *Sociologia ruralis*, Oxford, v. 32, n. 2. p. 240-246, 1993.
- _____. El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. In: GUZMAN, E. S.; GONZÁLES DE MOLINA, M (Ed.). *Ecología, campesinato y historia*. Madri: Las Ediciones de la Piqueta, 1992. p. 153-195.
- _____. *Labor, markets, and agricultural production*. Boulder: Westview Press, 1990.
- _____. New challenges in the sociology of rural development: a rejoinder to Peter Vandergest. *Sociologia Ruralis*, Oxford, v. 28, n. 1, p. 30-41, 1988.
- _____. Patterns of farming logic, structuration of labor and impact of externalization: changing dairy farming in northern Italy. *Sociologia Ruralis*, Oxford, v. 25, n. 1, p. 5-25, 1985.
- PLOEG, Jan Douwe van der *et al.* Rural Development: from practices and policies towards theory. *Sociologia Ruralis*, v. 40, n. 4, p. 391-407, 2000.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- PUHL, Mário J. *A cooperação e o desenvolvimento territorial rural*. 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade de Ijuí, Ijuí, 2006.
- RADOMSKY, G.F.W. *Redes sociais de reciprocidade e de trabalho: as bases histórico-sociais do desenvolvimento na Serra Gaúcha*. 2006. 205 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- RAUD, Cécile. A construção social do mercado em Durkheim e Weber: uma análise do papel das instituições na sociologia econômica clássica. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 127-142, fev. 2005.
- RETHINKING petty commodity production. *Journal of Cultural and Social Practice*, New York, n.20, Dec. 1986. Número Especial.
- ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, RS: Globo, 1969. V. 1-2.
- SABOURIN, Eric. Dádiva e reciprocidade nas sociedades rurais contemporâneas. In: ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS NORTE-NORDESTE, 11, Aracajú. *Anais...* Aracajú, 2003.
- _____. Práticas sociais, políticas públicas e valores humanos. In: SCHNEIDER, Sergio (Org.). *A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2006. p. 215-239.
- SALVADOR DAS MISSÕES: *Síntese Histórica do Município de Salvador das Missões*. [S.l.:s.n. 199-?].
- SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1984.
- SARDAN, J-P. O. de. Peasants logics and development project logics. *Sociologia Ruralis*, Oxford, v. 28, n. 2/3, p. 216-226, 1988.

SCHNEIDER, Sergio. A pluriatividade no Brasil: proposta de tipologia e sugestão de políticas. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 44, Fortaleza, CE. *Anais...* Fortaleza, CE: SOBER, 2006. p. 1-20.

SCHNEIDER, S. *Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul*. 2.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SCHNEIDER, Sergio. *A pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2003.

_____. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n.16, p. 64-184, 2001.

_____. Da crise da sociologia rural à emergência da sociologia da agricultura: reflexões a partir da experiência norte-americana. *Cadernos de Ciência e Tecnologia*, Brasília, v.14, n.2, p. 225-238, mai./ago. 1997.

SCHNEIDER, Sergio *et al.* A Pluriatividade e as condições de vida dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul. In: SCHNEIDER, S. (Org.). *A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2006. p. 137-164.

SCHNEIDER, Sergio; FIALHO, Marco Antônio Verardi. Pobreza rural, desequilíbrios regionais e desenvolvimento agrário no Rio Grande do Sul. *Teoria e Evidência Econômica*, Passo Fundo, v.8, n.15, p. 117-150, 2000.

SCOTT, Alisson M. Towards a rethinking of Petty Commodity Production. *Journal of Cultural and Social Practice*, New York, n. 20, p. 93-105, dec. 1986.

SCOTT, James C. Formas cotidianas de resistência camponesa. *Raízes*, Campina Grande, PB, v. 21, n. 1, p. 10-31, jan./jun. 2002.

_____. *Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance*. Yale: Yale University Press, 1987.

_____. *The moral economy of the peasant: rebellion and subsistence in southeast Asia*. New Haven: Yale University Press, 1976.

SEYFERTH, Giralda. Identidade camponesa e identidade étnica (um estudo de caso). *Anuário Antropológico*, Rio de Janeiro, p. 31-63, 1991.

_____. *A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim: um estudo de desenvolvimento econômico*. Porto Alegre, RS: Movimento, 1974.

SILVA, José G. *Tecnologia e agricultura familiar*. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 1999.

_____. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. 2. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1998.

SILVA NETO, Benedito; BASSO, David. A produção de leite como estratégia de desenvolvimento para o Rio Grande do Sul. *Desenvolvimento em Questão*, Ijuí, RS, n. 5, p. 72-153, 2005.

SILVESTRO, Milton Luiz *et al.* *Os impasses da sucessão hereditária na agricultura familiar*. Florianópolis: Epagri; Brasília: NEAD, 2001.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituação e desconceituações. *Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 26, p. 41-80, 1980.

SILVA NETO, Benedito; FRANTZ, Telmo R. A formação histórica dos sistemas agrários do Rio Grande do Sul. In: SILVA NETO, Benedito; BASSO, David (Coord.). *Sistemas agrários*

do Rio Grande do Sul: análise e recomendações de políticas. Ijuí, RS: Editora da Unijuí, 2005. p. 27-92.

STRATIGAKI, Maria. Agricultural modernization and gender division of labour: the case of Heraklion, Greece. *Sociologia Ruralis*, Oxford, v. 28, n. 4, p. 248-62, 1988.

SUINOCULTURA: uma riqueza em crise. *Folha da Produção*, Cerro Largo, p. 1, 25 jul. 1973.

TEDESCO, João Carlos. Terceirização industrial no meio rural: racionalidades familiares e empresariais. *Teoria e Evidência Econômica*, Passo Fundo (RS), v. 10, n. 19, p. 139-164, nov. 2002.

_____. *Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

_____. A lógica produtivista e o camponês: ambigüidades e ambivalências no espaço agrário atual. *Teoria e Evidência Econômica*, Passo Fundo (RS), v. 3, n. 6, p. 27-42, nov. 1995.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural; UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. Programa de Pós-Graduação em Agronomia; CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. *Agricultura familiar, desenvolvimento local e pluriatividade: a emergência de uma nova ruralidade no Rio Grande do Sul – AFDLP*. Porto Alegre, Pelotas, 2003. Projeto de Pesquisa.

VANDERGEEST, Peter. Commercialization and commoditization: a dialogue between perspectives. *Sociologia Ruralis*, Oxford, v. 25, n. 3, p. 7-29, 1988.

VANCLAY, Frank, et. al. The social and intellectual construction of farming styles: testing Dutch ideas in Australian agriculture. *Sociologia Ruralis*, Oxford, v. 46, n. 1, p. 61-82, jan. 2006.

WANDERLEY, Maria N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade, *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 21, p. 42-62, 2003.

_____. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo: Ed. UPF, 1999. p. 23-56.

WHATMORE, Sarah. Farm household strategies and styles of farming: the utility of farm typologies. In: PLOEG, J. D. van der; LONG, A. *Born from within: practice and perspectives of endogenous rural development*. Assen: van Gorcum, 1994. p. 31-37.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2005.

_____. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

_____. Capitalismo e sociedade rural na Alemanha. In: _____. *Ensaio de Sociologia*. 5. ed., Rio de Janeiro: Guanabara, 1982. p. 413-437.

WENZEL, Eugênio G. *Memória e identidade teuto-brasileira em Cerro Largo, Rio Grande do Sul*. 1997. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

WOLF, Eric. *Sociedades camponesas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

WOORTMANN, Klaas. Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral. *Anuário Antropológico*, Brasília, v. 87, p. 11-73, 1990.

WOORTMANN, Ellen F.; WOORTMANN, Klaus. *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: Editora da UnB, 1997.

YIN, Robert K. *Estudo de Caso: planejamento e métodos*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE A: Questionário padronizado

Projeto: Agricultura Familiar, Desenvolvimento Local e Pluriatividade:
a emergência de uma nova ruralidade
UFPEL/UFRGS/CNPq (2003)

Entrevistador:.....

Data:.....

Município	Localidade	Nº Questionário

Estrutura Fundiária, Capital e Produção

1) Estrutura Fundiária

Área Total (ha)	Área (ha)					
	Própria	Em Parceria		Arrendamento		Outra forma
		De Terceiro	Para Terceiro	De Terceiro	Para Terceiro	

1.1) Quanto paga pelo arrendamento [informar em dinheiro ou produto]?

1.2) Quanto ganha com arrendamento [informar em dinheiro ou produto]?

1.3) Quanto paga na parceria [informar em dinheiro ou produto]?

1.4) Quanto ganha na parceria [informar em dinheiro ou produto]?

2) Como o Senhor obteve suas terras – área própria? (Indicar ao lado a quantidade em Hectares)

- | | Quantidade de área |
|--|--------------------|
| <input type="checkbox"/> através de herança | |
| <input type="checkbox"/> compra de parentes | |
| <input type="checkbox"/> compra de terceiros | |
| <input type="checkbox"/> através de doação | |
| <input type="checkbox"/> as terras são de posse provisória | |
| <input type="checkbox"/> por atribuição (colonização, etc) | |
| <input type="checkbox"/> outra _____ | |

3) **SE HOUVE HERANÇA** (parcial ou total da propriedade), assinalar quem foram os herdeiros:

- o marido herdou a terra de sua família
- a esposa herdou a terra de sua família
- ambos, o marido e a esposa, herdaram partes que compõem a propriedade atual
- outra _____

4) Como o pai do Senhor procedeu na distribuição de sua propriedade aos seus filhos (no caso a ele próprio e eventuais irmãos)?

- Todos os herdeiros, homens e mulheres, receberam uma parte igual da herança (IGUALITÁRIA PARA TODOS)
- Apenas os homens receberam uma parte da herança e as mulheres não receberam nada (IGUALITÁRIA PARA HOMENS)
- Apenas os homens receberam uma parte da herança e haverá uma compensação para as mulheres (IGUALITÁRIA PARA HOMENS COMPENSADA)
- A partilha não foi igualitária e não houve compensação para os não-herdeiros (DESIGUAL NÃO COMPENSADA)
- A partilha não foi igualitária mas houve um sistema de compensação para os não-herdeiros (DESIGUAL COMPENSADA)
- Um sucessor foi designado pelo pai e recebeu a terra sem nenhuma compensação para os outros demais herdeiros (DESIGUAL NÃO COMPENSADA COM SUCESSÃO)
- Não houve herança
- Outra forma _____

5) Atividades de produção vegetal – roça [Ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002]

Especificação	Superfície Área Plantada (ha)	Quantidade Total Colhida	Destino da Produção (quantidades e preço obtido)			
			Venda e/ou Comércio		Para o Consumo Familiar	Para o Consumo Animal
			Quantidade	Valor/Unidade (R\$)		
Arroz						
Batata – Doce						
Batatinha						
Cana Açúcar						
Feijão						
Fumo						
Mandioca						
Milho						
Soja						
Trigo						

Legumes e Verduras [Somente especificar se houver venda. Se forem produtos para autoconsumo registrar em horta]

Frutas [Somente especificar se houver venda. Se forem produtos para autoconsumo registrar em pomar]

Uva						
Pêssego						
Pastagem Plantada						
Pastagem Nativa						

Reflorestamento e extração de madeira

Acácia-negra						
Eucalipto						
Pinus						
S A U Total						

Matas e Florestas Naturais
Benfeitorias (casa, estábulo, etc)
Terras Inaproveitáveis
Área Total
OBS. I - CUIDADO! Quando duas ou mais culturas anuais ocupam a mesma superfície cultivada ou são plantadas em consórcio, esta área deverá ser contada apenas uma única vez.
OBS. II – Solicite PRIMEIRO a informação sobre a área em terras inaproveitáveis (banhados, penhascos, etc.), DEPOIS sobre benfeitorias e o restante da área incluir em matas e florestas.

6) Aquisição de insumos para produção vegetal [Ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002]

Especificação	Quantidade/unidade	Valor Pago por Unidade
Sementes		
Mudas		
Adbos		
Adubo químico (NPK, etc.)		
Adubo orgânico (esterco, estrume, etc.)		
Uréia		
Calcário		
Óleo diesel		
Agrotóxicos (fungicida, inseticida, herbicida, formicida).		

7) Para quem o Senhor vende a maior parte da produção vegetal? (assinalar apenas uma alternativa)

- venda direta para consumidores – nas casas ou em feiras livres para poder público – município, etc.
 para cooperativa para o intermediário – atravessador
 para agroindústria e/ou empresa privada se estiver integrado não vende
 outro _____

8) Possui HORTA? Sim () Não ()

8.1) A Horta é suficiente para atender as necessidades da família? Sim () Não ()

8.2) Na sua avaliação quanto valem os produtos que são retirados da horta (por semana ou mês) em R\$?.....

8.3) Assinale os principais produtos/variedades que possui na horta

- alface cenoura repolho radite pimentão ()
 beterraba couve tomate rúcula moranga ()
 cebola salsa alho couve-flor brócoli ()

9) Possui POMAR? Sim () Não ()

9.1) O pomar é suficiente para atender as necessidades da família? Sim () Não ()

9.2) Na sua avaliação quanto valem os produtos que são retirados do pomar (por semana ou mês) em R\$?.....

9.3) Assinale os principais produtos/variedades que possui no pomar

- uva laranja pêra figo () ()
 pêssego bergamota goiaba limão () ()
 maçã abacate caqui tangerina () ()

10) Efetivos animais disponíveis [Ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002]

Inventário das Criações Raças – categorias	Efetivo	Valor/ Unidade	Animais Vendidos nº	Preço Animais Vendidos	Consumo Familiar
Bovinos					
Touros					
Vacas					
Novilhas					
Terneiros					
Bois para trabalho					
Aves					
Frango de corte					
Galinha caipira					
Suínos					
Ovinos					
Eqüinos / Muares					

11) Produção de origem animal (Ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002) [Usar produção por dia, semana, mês ou ano]

Especificação	Unid.	Quant. Prod.	Quant. Vend.	Preço de Venda	Consumo Familiar
Leite					
Ovos					
Mel					
Peixes					

12) Insumos das atividades de produção animal [Ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002]

Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Pago por Unidade
Sal mineral			
Rações (para suínos, bovinos, aves)			
Componentes para rações (milho/sorgo, vitaminas, farelos, etc.)			
Produtos veterinários (antibióticos, vacinas, carrapaticidas, vermífugos, desinfetantes, etc.)			
Outros insumos animais (especificar)			

13) Para quem o Senhor vende a maior parte da produção animal? (assinalar apenas uma alternativa)

- venda direta para consumidores – nas casas ou em feiras livres para poder público – município, etc.
 para cooperativa para o intermediário – atravessador
 para agroindústria e/ou empresa privada se estiver integrado não vende
 outro _____

14) Listar produtos processados ou beneficiados dentro do estabelecimento (Transformação Caseira ou Agroindústria Familiar) [Ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002]

Produto produzido	Quantidade Produzida	Unidade	Preço Médio de Venda por Unidade	Quantidade Vendida	Quantidade Consumida pela Família
Queijo					
Salame					
Vinho					
Banha					
Schmier					
Conservas					

15) Listar toda a matéria-prima utilizada para a transformação da produção caseira (Somente o que for comprado) [Ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002]

Especificação	Quantidade	Unidade	Valor Pago por Unidade	Observações sobre quantidades, etc
Açúcar				
Coalho				
Tripas				

16) Para quem o Senhor vende a maior parte dos produtos da transformação caseira (beneficiamento e/ou processamento no estabelecimento) ou da agroindústria doméstica? (assinalar apenas uma alternativa)

- venda direta para consumidores – nas casa ou em feiras livres para poder público – município, etc.
 para cooperativa para o intermediário – atravessador
 para agroindústria e/ou empresa privada se estiver integrado não vende
 outro _____

17) Benfeitorias e instalações (levantar todas disponíveis no estabelecimento)

Especificação	Quantidade	(1) alvenaria (2) madeira (3) mista*	Idade do bem ou ano de construção	Área construída em m ²
Açudes				
Aviários				
Casas de empregados				
Estábulo				
Estufa plástica				
Estufa fumo				
Galinheiro				
Galpões/armazéns/paiol				
Pocilgas/chiqueiro				
Poços artesianos				
Secadores leito fixo				
Silo				
Outros (especificar)				

* Para efeito de depreciação considerar
 Alvenaria com menos de 50 anos – 1952
 Madeira com menos de 30 anos – 1972
 Mista com menos de 40 anos – 1962

18) Máquinas e equipamentos [Ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002]
(levantar informação sobre o modelo do veículo/trator)

Especificação	Quantidade	Idade
Caminhão/Veículo utilitário (com menos de 20 anos-1982)		
Mercedes 608		
Caminhonete Ford F1000 até F4000		
Tração Animal em Juntas (Bois, Cavalos e Mulas)		
Trator (com menos de 20 anos-1982) [indicar a marca e a potência em HP]		
Trator > 80 Hp		
Trator < 80 Hp		
Microtrator		
Equipamentos (com menos de 15 anos-1987)		
Arado de tração animal		
Arado de tração mecânica		
Capinadeira de tração animal		
Grade aradora de tração animal		
Grade de tração mecânica		
Semeadora de tração mecânica		
Semeadora de tração animal		
Ensiladeira		
Roçadeira		
Carreta agrícola		
Pulverizador tracionado		
Pulverizador costal motorizado		
Pulverizador costal manual		
Ordenhadeira		
Resfriador de leite		
Motor elétrico		
Bomba de água		
Engenho de cana		
Triturador de cereais		
Carroça		
Picador de pasto (forrageiras)		
Máquina de costurar fumo		
Outros (especificar)**		

(**) Saber quantidade e valor de: ancinhos, caixas para colheita, enxadas, enxadões, foices, machados, pás, picaretas, saraquá.

DESPESAS
19) O senhor teve despesa com mão-de-obra contratada no último ano? [Ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002]

Formas de contratação	Número de pessoas	Número de dias trabalhados no ano	Valor total pago (R\$) (*)
01 Assalariado permanente agrícola (**)			
02 Trabalho agrícola temporário (**)			
03 Empreitada agrícola (**)			

(*) Incluir as despesas com transporte e alimentação, quando houver.

(**) Atividades Agrícolas: considera-se todas aquelas que envolvem a participação direta na produção animal e vegetal.

20) Outros gastos (valores anuais) [Ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002]

Discriminação	Valor R\$ (indicar se é por mês ou por ano)
ITR – Imposto da Terra	
Contribuição Sindical (mensalidade/anuidade)	
Luz elétrica para Unidade de Produção	
Gás (GLP) somente para propriedade	
Água encanada (taxa, etc)	

21) Quais são as práticas de conservação de solo praticadas na sua propriedade (assinalar todas que forem praticadas)? [Ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002]

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> adubação verde | <input type="checkbox"/> adubação orgânica com esterco e outros materiais orgânicos |
| <input type="checkbox"/> curvas de nível | <input type="checkbox"/> reflorestamento de áreas degradadas |
| <input type="checkbox"/> plantio direto | <input type="checkbox"/> controle alternativo (sem veneno) de pragas e doenças |
| <input type="checkbox"/> rotação de culturas | <input type="checkbox"/> Não realiza nenhuma prática conservacionista |
| <input type="checkbox"/> consorciamento de culturas | |

FAMÍLIA E TRABALHO

22) Composição da família (Informar todos os componentes da família)

Nome	Relação com o chefe (A)	Idade	Tipo de Trabalho (B)	Estado civil (C)	Escolaridade (D)

(A)
1 Resp/Chefe
2 Cônjuge
3 Filho
4 Filha
5 Genro
6 Nora
7 Netos
8 Avô
9 Avó
10 Irmão
11 Irmã
99 Outros

(B)
1 Trab tempo integral na UP (*)
2 Trab tempo-parcial na UP
3 Trab na propriedade e estuda
4 Trab tempo integral fora UP (*)
5 Somente estuda
6 Criança menor de 8 anos
7 Idoso maior de 65 anos
8 Não trabalha pq deficiente ou inválido
9 Trab doméstico – tempo integral
10 Trab doméstico – tempo parcial
11 Desempregado

(C)
1 Casado
2 Solteiro
3 Viúvo
4 Divorciado / Desquitado
99 Outros

(D)
1 analfabeto – nunca estudou
2 apenas lê e escreve
3 1ª a 4ª série completo
4 1ª a 4ª série incompleto
5 5ª a 8ª série completo
6 5ª a 8ª série incompleto
7 2º grau completo
8 2º grau incompleto
9 nível técnico
10 superior completo
11 superior incompleto
12 sem idade escolar

(*) Considerar tempo integral de trabalho igual a 300 dias/ano

ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS E PLURIATIVIDADE

[somente preencher para membros que têm atividades não-agrícolas]

23) Número de dias trabalhados em atividades não-agrícolas e em atividades fora da UP [Ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002]

Nome do indivíduo que trabalha:	Em atividades agrícolas FORA da UP (*)	Em atividades PARA-AGRÍCOLAS (**)		Em atividades NÃO-AGRÍCOLAS (***)			Valores recebidos em R\$ [indicar p/dia ou mês]
		Nº dias	Localização (A)	Nº dias	Localização (B)	Setor (C)	

(*) **Atividades Agrícolas:** considera-se todas aquelas que envolvem a participação direta na produção animal e vegetal.

(**) **Atividades Para-Agrícolas:** considera-se todas aquelas que envolvem a transformação, beneficiamento e processamento de produtos de origem animal ou vegetal, visando a agregação de valor. Podem ocorrer dentro ou fora da UP.

(***) **Atividades Não-Agrícolas:** considera-se as demais atividades.

(A) Local de exercício das atividades para- agrícolas
1. No domicílio ou na UP
2. Na casa de vizinhos
3. Na unidade de processamento

(B) Localização das atividades não-agrícolas
1. No domicílio ou na UP
2. Na localidade/comunidade rural onde reside
3. No centro urbano do próprio município
4. Em outro município

(C) Setor atividades não-agrícolas
1. Indústria
2. Comércio
3. Serviços Auxiliares
4. Construção Civil
5. Transformação Artesanal
6. Transporte/Comunicação
7. Serviço Público
8. Serviços Pessoais
9. Outros

24) Os membros de sua família que trabalham em atividades não-agrícolas (fora ou dentro da propriedade) fornecem algum tipo de ajuda nas atividades agrícolas da propriedade?

() Sim () Não () Não sabe/não respondeu

24.1) Se sim, indique com que frequência:

() regularmente () às vezes
 () quando sobra tempo () quando há demanda específica no trabalho agrícola (colheita, doença do encarregado, etc)
 () outra situação _____

25) Qual a principal razão que levou os membros da família a trabalhar nas atividades não-agrícolas?

.....

26) Os membros que trabalham em atividades não-agrícolas contribuem com as despesas da família e da UP?

() Sim () Não () Não sabe/ não respondeu

27) Se sim, em que é aplicada a maior parte do valor das rendas de atividades não-agrícolas. Assinale apenas 1 alternativa:

- () para investimentos na propriedade () tanto para investimentos na propriedade como para aumentar o conforto doméstico
 () para o sustento (subsistência) da família () nas despesas pessoais de todo tipo
 () para aumentar o conforto da casa () não sabe/não respondeu
 () outra _____

28) SE HOUVE, assinalar quais investimentos foram feitos no último ano agrícola? **[Ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002]**

Tipos de investimentos	Valor total gasto em R\$
() Aquisição de terras	
() Aquisição de veículos (utilitários)	
() Aquisição de equipamentos ou máquinas	
() Aquisição de terreno na cidade	
() Construção e reforma da casa	
() Construção e reforma das benfeitorias da propriedade	
() Outros investimentos (especificar)	

29) SE HOUVE, assinale e informe com quais outras fontes de renda sua família contou no último ano agrícola (setembro de 2001 até agosto 2002).

Tipos de rendas	Valor (R\$) total recebido
() Aluguéis recebidos de imóveis residenciais/comerciais	
() Aluguéis recebidos de máquinas e equipamentos	
() Remessas em dinheiro recebido de familiares de forma periódica	
() Pensões judiciais	
() Juros recebidos de empréstimos para terceiros	
() Juros de aplicações financeiras ou poupança	
() Outras rendas (especificar)	

POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTADO

30) Assinale de quem recebeu assistência técnica (assinalar todos) **[Ano agrícola setembro 2001 a agosto 2002]**

- () Não recebeu assistência técnica () ONGs
 () Cooperativa de produção () Empresas integradoras
 () Sindicato () Assistência técnica particular (liberais)
 () Secretaria Estadual de Agricultura () EMATER
 () Secretaria Municipal de Agricultura

31) [SOMENTE para assistidos da EMATER] Qual o grau de satisfação em relação à assistência técnica que recebe da EMATER:

- () muito satisfeito
 () satisfeito
 () insatisfeito
 () não sabe/não respondeu

32) Assinale em quais atividades de extensão rural e/ou informação técnica participa:

- Escuta programas de rádio e TV sobre técnicas agrícolas Sim () Não ()
 Participa de demonstrações de novos produtos e/ou dias de campo Sim () Não ()
 Participa e/ou visita feiras e exposições agropecuárias Sim () Não ()
 Assiste palestras ou apresentação sobre temas agropecuários Sim () Não ()
 Lê livros técnicos sobre agricultura e atividades rurais Sim () Não ()

33) Obteve financiamentos ou empréstimos no último ano agrícola (setembro de 2001 até agosto 2002)?

Sim () Não () () Não sabe/não respondeu

33.1) Em caso afirmativo, informar (responder utilizando códigos):

Finalidade (A)	Fonte (B)	Indicar produto ou finalidade do financiamento	Valor financiado (R\$)	Taxa de juros (mês/ano)	Valor da prestação (R\$) [Indicar se é por mês ou ano]

(A)	(B)		
1 Custeio	1 Bancos	4 Emp. Integradora/Agroind.	7 Pronaf
2 Comercialização	2 Cooperativas	5 Vizinhos	8 RS-Rural
3 Investimento	3 Fundo Municipal	6 Parentes	9 Outros

34) Há aposentados e/ou pensionistas na sua família?

Sim () Não () () Não sabe/ não respondeu

34.1) Em caso afirmativo, informar o tipo de benefício e o valor recebido durante o último ano agrícola (setembro de 2001 até agosto 2002)?

Primeiro nome da pessoa que recebeu o benefício	Tipo de benefício (A)	Número de meses em que recebeu o benefício	Valor mensal recebido (R\$) (*)

Códigos

(A)	
1 Aposentadoria	2 Pensão

35) No último ano agrícola (setembro de 2001 até agosto de 2002) o dinheiro da aposentadoria ou pensão foi utilizado, de alguma forma, na atividade agrícola?

Sim () Não () () Não sabe/ não respondeu

35.1) Se sim, indicar em que são utilizados os recursos da aposentadoria ou pensão:

() Custeio da atividade produtiva da família

() Compra de máquinas e/ou equipamentos

() Outro. Especificar qual? _____

36) Qual sua religião?

() Católica

() Protestante/evangélica - IECLB

() Pentecostal – “Crentes”

() outro _____

INFRAESTRUTURA BÁSICA

37) Composição da moradia

Banheiro	
Cozinha	
Quarto	
Sala	
Varanda	

37.1) Instalações sanitárias **(Assinalar apenas uma opção)**

Banheiro completo (*)	
Banheiro incompleto (**)	
Casinha ou latrina	
Nenhuma	

(*) Completo: Vaso, chuveiro e pia (externa ou não)

(**) Incompleto: Vaso ou chuveiro

37.2) Tipo de piso predominante

(Assinalar apenas uma opção)

Especificação	
Concreto	

37.3) Tipo de cobertura predominante

(Assinalar apenas uma opção)

Especificação	
Telha de barro	
Telha de amianto (Brasilit)	
Capim ou palha	
Zinco ou outro metal	
Outra	

37.4) Tipo de parede externa predominante **(Assinalar apenas uma opção)**

Tijolo com revestimento	
Tijolo sem revestimento	
Tábuas	
Tapumes ou chapas de madeira	
Folha de zinco	
Barro ou adobe	
Outra	

38) Abastecimento de água

(Assinalar apenas uma opção)

Especificação	
Poco artesiano	
Córrego/Acude	
Cacimba	
Água do vizinho	
Outro tipo	

39) Destino dos dejetos humanos

(Assinalar apenas uma opção)

Especificação	
Fossa simples (seca)	
Fossa séptica/poço absorvente	
Direto no solo	
Direto nos cursos d'água	
Não tem	
Outro destino	

40) Qual o principal tipo de abastecimento de energia elétrica?

- () rede geral
 () gerador próprio
 () não possui
 () outro _____

41) Bens de Consumo que existem no domicílio [assinalar a quantidade]

Especificação	Quantidade	Especificação	Quantidade
01 Aparelho de som			
02 Automóvel		12 Máquina de lavar roupa	
03 Batedeira		13 Moto	

04 Bicicleta		14 Parabólica	
05 Ferro elétrico		15 Rádio	
06 Fogão a gás		16 Televisor	
07 Fogão à lenha		17 Vídeo cassete	
08 Forno elétrico/microondas		18 Linha de Telefone fixo	
09 Freezer		19 Celular	
10 Geladeira			
11 Liquidificador			

AMBIENTE SOCIAL E ECONÔMICO

42) Participação social da família na comunidade local e/ou no município **[assinale todas em que houver a participação de algum membro]**

Especificação	Participa
01 Associação comunitária de produtores e/ou agricultores	Sim () Não ()
02 Cooperativas (créditos, eletrificação, produção, etc.)	Sim () Não ()
03 Sindicato de trabalhadores	Sim () Não ()
04 Associação de mulheres/clube de mães	Sim () Não ()
05 Associação vinculada a igreja (pastoral, canto, etc.)	Sim () Não ()
06 Clube de futebol, bocha, etc ligado ao lazer	Sim () Não ()
99 Outros tipos de entidade (especificar)	
	Sim () Não ()
	Sim () Não ()

43) Em que LOCAL o Senhor e sua família gastam a maior parte do dinheiro que ganham **[não importa a fonte deste dinheiro]**:

- () na própria comunidade onde residem
 () no centro urbano da cidade a que pertence a localidade/distrito onde residem
 () na cidade-pólo mais próxima (cidade maior da região)
 () outra localidade _____

44) Em quem o Senhor deposita MAIS CONFIANÇA E CREDIBILIDADE (assinalar apenas uma alternativa):

- () nos técnicos da Emater
 () no pessoal da Prefeitura (funcionários, agentes de saúde, etc)
 () nos Vereadores do município
 () nos dirigentes do seu sindicato
 () no pastor e/ou padre da Igreja que frequenta
 () nos técnicos e/ou pessoas ligadas às agroindústrias e cooperativas com as quais trabalha
 () nos compradores e intermediários que adquirem sua produção agrícola
 () nos vizinhos
 () Não sabe/não respondeu

45) Em quem o Senhor NÃO TEM CONFIANÇA E NENHUMA CREDIBILIDADE (assinalar apenas uma alternativa):

- () nos técnicos da Emater
 () no pessoal da Prefeitura (funcionários, agentes de saúde, etc)
 () nos Vereadores do município
 () nos dirigentes do seu sindicato
 () no pastor e/ou padre da Igreja que frequenta
 () nos técnicos e/ou pessoas ligadas às agroindústrias e cooperativas com as quais trabalha

- nos compradores e intermediários que adquirem sua produção agrícola
 nos vizinhos
 Não sabe/ não respondeu

46) Qual é seu nível de satisfação em relação à educação e as escolas de seu município e/ou comunidade:

- Muito satisfeito Insatisfeito
 Satisfeito Não sabe/não respondeu

47) Na sua opinião, qual deveria ser o ensino e a educação fornecido as crianças e jovens, filhos e filhas, de agricultores (assinalar apenas uma alternativa):

- uma educação especializada e voltada para as atividades agrícolas
 uma educação geral destinada a prepará-los para disputar trabalhos e empregos fora da agricultura
 uma educação mista, destinada tanto à agricultura como à formação geral
 Não sabe/ não respondeu

REPRESENTAÇÕES DOS AGRICULTORES SOBRE A RURALIDADE E SEU FUTURO

48) Em relação à época em que seus pais trabalhavam na agricultura, o Senhor considera que o período atual (assinalar apenas uma alternativa):

- melhorou muito, em todos os aspectos está pior do que antes, nada melhorou
 melhorou, em algumas coisas não se aplica (os pais não eram agricultores)
 não sabe/ não respondeu

49) O Senhor tem perspectivas na agricultura e vê futuro para sua família nesta atividade?

- Sim Não Não sabe/ não respondeu

50) O Senhor gostaria que seus filhos seguissem a profissão de agricultor:

- Sim Não Não sabe/ não respondeu

51) Existe algum membro da família (filho ou outro) que o Senhor prevê que continuará a trabalhar em sua propriedade depois que o Senhor não puder mais trabalhar nela?

- Sim Não Não sabe/ não respondeu

52) Caso haja uma piora na renda e na agricultura de modo geral nos próximos anos, o Senhor pensa em fazer o quê (assinalar apenas uma alternativa):

- continuar a fazer o mesmo que atualmente e esperar que a crise passe ou volte ao normal;
 deixar de trabalhar na agricultura e vender a terra;
 buscar aperfeiçoamentos tecnológicos para melhorar a produção na propriedade;
 procurar emprego em alguma atividade não-agrícola, sem vender a terra;
 Não sabe/ não respondeu

53) Qual é o grau de satisfação do Senhor e de sua família em relação À ATIVIDADE AGRÍCOLA (explorar aspectos do trabalho e produção)?

- Muito satisfeito
 Satisfeito
 Insatisfeito
 Não sabe/não respondeu

54) Qual é o grau de satisfação do Senhor e de sua família em relação AO MEIO RURAL (perguntar sobre espaço/ambiente e a comunidade onde vive)?

- Muito satisfeito
 Satisfeito
 Insatisfeito
 Não sabe/não respondeu

APÊNDICE B: Roteiro de entrevistas

01. Nome do entrevistado
02. Há quanto tempo a sua família se instalou nesta região?
03. O que era produzido naquela época? (Soja? Trigo? Feijão? Arroz? etc.)
04. Qual era o destino da produção?
05. Como era “antigamente” em relação aos insumos, sementes, defensivos?
05. Quando este tipo de soja plantado atualmente entrou na região?
06. O que o senhor acha que mudou com a introdução desta soja e da mecanização?
07. Em uma comparação entre antigamente e hoje, quais as principais mudanças em sua opinião?
08. Se o senhor tivesse que definir um momento (ano, época, etc.) que foi responsável por mudar a agricultura que se tinha antigamente em relação à de hoje, qual seria? Qual o fato mais importante deste momento?
09. Qual o principal cultivo plantado na sua propriedade atualmente? Por quê?
10. O senhor acha mais importante que o agricultor plante para comer ou que compre tudo de fora? O que é mais comum na comunidade hoje em dia?
11. O Senhor tem buscado diversificar a produção? Por quê?
Se sim, que tipo de atividade e quais as razões que o estimularam a escolher estas?
12. O que o senhor leva mais em consideração na hora de escolher o que plantar?
13. Como ocorrem as decisões sobre o que produzir e quanto produzir? E sobre os gastos?
Quem participa das decisões?
14. Quem trabalha na propriedade atualmente?
15. Alguém trabalha fora da propriedade? Qual o principal motivo?
16. Como é dividida cada uma das rendas obtidas? Em que é aplicada?
17. O senhor vê alguma diferença em termos de participação nas decisões entre quem trabalha fora e quem trabalha na propriedade?
18. Como são divididas as tarefas?
19. Como é dividido o trabalho dentro e fora de casa?
20. Existe remuneração em dinheiro para os membros da família? Como isto é decidido?
21. O senhor contrata algum empregado? Qual o motivo?
22. O senhor faz algum tipo de contabilidade dos gastos e receitas?
23. Como o senhor acompanha os preços dos produtos e dos insumos?

24. O senhor tem algum contrato de produção com alguma empresa (frangos, leite, suínos, etc.)? Sobre estes contratos, o senhor acha que ter um ajuda ou dificulta para o produtor?
Por que?
25. Em relação à antigamente, como é hoje em dia a ajuda mutua entre as famílias da comunidade?
26. Ainda em relação à antigamente, como são as relações entre vizinhos hoje em dia?
27. Como é a participação das famílias nas atividades da comunidade?
28. Como o senhor vê o papel e a importância da igreja antigamente e atualmente?
29. Como o senhor avalia seu futuro e de sua família na agricultura?
30. Gostaria que seus filhos fossem agricultores? Por quê?
31. Em que momento o senhor transferirá sua propriedade para o controle dos seus filhos?
32. Como se escolhe quem vai herdar a propriedade? Que critérios são mais importantes?

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)